

Rita de Cássia Cavalcante

APRENDIZES DA TERRA

A VOZ E A RESISTÊNCIA DO **MST** NA PARAÍBA



EDITORA DO
CCTA

CCTA Open Access

**APRENDIZES DA TERRA:
A VOZ E A RESISTÊNCIA DO MST NA PARAÍBA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITORA
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ
VICE-REITOR
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



Diretor do CCTA
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
Vice-Diretor
ULISSES CARVALHO SILVA



EDITORA DO
CCTA
Conselho Editorial
CARLOS JOSÉ CARTAXO
GABRIEL BECHARA FILHO
HILDEBERTO BARBOSA DE ARAÚJO
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE
Editor
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
Secretário do Conselho Editorial
PAULO VIEIRA

Laboratório de Jornalismo e Edição
Coordenador
PEDRO NUNES FILHO

RITA DE CÁSSIA CAVALCANTE

APRENDIZES DA TERRA
A VOZ E A RESISTÊNCIA DO MST NA PARAÍBA

Editora do CCTA

João Pessoa

2017

© *Copyright by* Rita De Cássia Cavalcante, 2017

Produção Gráfica e Capa
DAVID FERNANDES

Ficha catalográfica produzida pela Biblioteca Setorial do CCTA

C376a	Cavalcante, Rita de Cássia. Aprendizes da terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba/Rita de Cássia Cavalcante. – João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 233 p.: il.: ISBN 978-85-67818-22-1
UFPB/BC	1. Educação de EJA (no campo) 2. Prática educacional não-formal 3. História oral. \$. Pedagogia do MST. I Título

CDU 347.7(043)

Direitos desta edição reservados à: GELINS/UFS
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto n° 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

*Dedico este trabalho
A minha mãe, Margarida,
e a Paulo Freire que
nos ensinaram
que o sonho de educar
é possível.*

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação é resultado do compromisso de muitas vozes que ecoam um mesmo grito: a luta pela transformação da sociedade. Algumas vindas da Educação, outras da História, das Letras, outras dos assentamentos, todas desejosas de ver este trabalho concluído.

Em especial, agradeço aos Sem Terra do MST de cada assentamento na Paraíba, por nos acolherem e contribuírem com esse trabalho de pesquisa, com os quais aprendi que é preciso seguir lutando, aos quais dedico este estudo.

Aos meus familiares, que me apoiaram integralmente e souberam entender as minhas ausências, silêncios e, principalmente, meu desejo e compromisso com a luta dos Sem Terra. E, em especial, a minha mãe, por ter despertado a vontade de ser educadora.

Ao Professor Dr. Timothy D. Ireland, pela compreensão do nosso processo de aprendizagem, respeitando minhas limitações, meus medos, minhas dificuldades pessoais e intelectuais, por ter sido esse grande amigo.

Aos professores do Mestrado em Educação e aos que me acompanharam mais de perto: Alder Júlio, José Neto e Ivandro Sales, com quem tivemos a oportunidade de socializar saberes. E a Jarry, por ter nos incentivado a descobrir novas metodologias de pesquisa.

Aos professores da Banca Examinadora: Emília de R. Fernandes Moreira e Alder Júlio Ferreira Calado, pela leitura e análise do conteúdo deste estudo.

À Universidade Federal da Paraíba e a CAPES, pela bolsa de estudos para a realização desta pesquisa.

Aos amigos e às amigas que nos acompanharam nos momentos de sufoco, desânimo, paixão fundamentais na minha caminhada de educadora popular. Em especial, a Socorro Borges (amiga e irmã), Antonio, Irmã Tony, Wilson, Ana Paula, Ivandro, Bete, Nanci, Lila, Neander, Sália e Celiha pelo compromisso conosco, de ordem material, financeira, afetiva e política. Por compartilharmos o compromisso com a formação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

A David Fernandes pela amizade e companheirismo nos momentos mais necessários e por ajudar-me sempre na vida acadêmica e na missão de educar.

A Raimundo Nonato, poeta e repentista, pelos versos doados a este trabalho.

SUMÁRIO

DE CAMPONESA A EDUCADORA	15
1. O dizer das primeiras palavras	15
1.1. A nossa formação: aprendendo com as experiências de vida no campo	18
1.2. Ajudando outros na compreensão da palavra.....	20
1.3. As lições extraídas da nossa prática de educadora.....	23
2. A produção dos episódios	31

PRIMEIRO EPISÓDIO - O ENCONTRO COM OS SEM – TERRA SOB O OLHAR DA HISTÓRIA ORAL

ATO INICIAL – AS ANDANÇAS NA FEITURA DO OBJETO DE PESQUISA	33
2. Caminhando sobre as trilhas da história oral	36
2.2. Tecendo as redes e aprendizados da história oral	39
2.2.1. A construção da história oral	40
2.2.2. A história oral no Brasil	43
2.2.3. Os caminhos percorridos e a finalidade da história oral.....	46
2.2.4. A escolha da história oral temática.....	47
2.3. Os procedimentos dispensados à comunidade pesquisada	48

SEGUNDO EPISÓDIO - LIÇÕES DA LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO MST

CENAS PRINCIPAIS

A “chegada do estranho” em terras de índios e camponeses.....	55
Do “cativeiro” à exploração do trabalho humano: um processo combinado na formação do capitalismo	56
A Lei de Terras expulsa os povos do campo	58

ATO I – APRENDENDO COM OUTRAS LUTAS

Cena 1.1 A resistência do Quilombo de Palmares	61
Cena 1. 2. A revolta da Cabanagem	63
Cena 1. 3. “Canudos não se rendeu”	64

ATO II – O CERCO DA TERRA NO BRASIL: DO CAMBÃO AO FORO – UM PROCESSO COMBINADO DE DOMINAÇÃO DO CAMPONÊS SEM-TERRA

Cena 2.1. Algumas memórias do Brasil republicano	67
Cena 2.2. A Guerra do Contestado.....	69
Cena 2.3. As Ligas Camponesas: “Reforma Agrária na Lei ou na marra”	77
Cena 2.4. Os primeiros intentos de reforma agrária.....	79
Cena 2.5. A ditadura militar (1964/1984): 20 anos de retrocesso no país.....	83
Cena 2.6. O retrato da luta pela terra com a Nova República: o comando de velhos mandantes	87

ATO III – UM BREVE OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE FORMAÇÃO DO MST

Cena 3.1. O surgimento do MST	94
Cena 3.2. A construção e a consolidação do MST como Movimento de Massa	101
Cena 3.3. A inserção do MST na luta por um projeto popular para o Brasil e a Reforma Agrária..	104

TERCEIRO EPISÓDIO - A LUTA E RESISTÊNCIA DO POVO SEM TERRA: O REENCONTRO COM A TERRA MÃE

<i>Cena Principal - Momentos da história de luta na Paraíba: desafios, aprendizados e lições</i>	110
--	-----

ATO IV - A CHEGADA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA “TERRA DE NEGÓCIO” E A ARTICULAÇÃO DO MST NO ESTADO	113
---	-----

ATO V - A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E A FORMAÇÃO DO MST NA PARAÍBA – A CHEGADA NA “TERRA DE TRABALHO”	117
--	-----

<i>Cena Primeira - Ocupação – Sapucaia: “levanta, vai morrer todo mundo”</i>	123
--	-----

Cenas Seguintes:

A luta de Teixeira: “prenderam nossos companheiros, mas a gente não desistiu...” .	128
--	-----

Várzea paraibana: “na terra de capanga, sem-terra também ocupa”	131
---	-----

Brejo – Oziel Pereira: “o povo temia entrar na terra, porque o patrão era rígido”	132
---	-----

Cariri – “fizemos a ocupação num carro de boi”	133
--	-----

ATO VI – A CONTRIBUIÇÃO DO MST NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO E NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	134
--	-----

QUARTO EPISÓDIO - UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS POLÍTICO-EDUCATIVAS DO MST NA PARAÍBA

ATO VII – A OCUPAÇÃO: ROMPENDO COM AS CERCAS DO LATIFÚNDIO	141
--	-----

ATO VIII – VIVER NO ACAMPAMENTO: APRENDENDO COM A LUTA, EMBAIXO DE UM BARRACO DE LONA	145
---	-----

ATO IX – ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO: A LUTA CONTINUA, EMBORA O TERRITÓRIO ESTEJA CONQUISTADO	151
---	-----

Cena 9.1. As instâncias do Movimento e a escolha de seus representantes: critérios de participação	156
--	-----

ATO X – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: A ESTRATÉGIA DE VIDA COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO	158
---	-----

Cena Principal: aprendendo com os conflitos internos.....	163
---	-----

ATO XI – SER MILITANTE DO MST É FAZER PARTE DE UM PROCESSO QUE ENCAMPA UMA LUTA BEM MAIOR	166
---	-----

ATO XII – A MÍSTICA: EXERCÍCIO DA UTOPIA.....	172
---	-----

ATO XIII – NA ESCOLA TAMBÉM SE APRENDE	174
--	-----

QUINTO EPISÓDIO - ESCOLA EM MOVIMENTO

ATO XIV – A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA SEM TERRA.....	178
Cena 14.1. A origem de tudo.....	180
Cena 14.2. Dimensões educativas da pedagogia Sem Terra.....	183
ATO XV – O FAZER ESCOLA NA PARAÍBA	186
Cena 15.1. A escola em movimento	186
Cena 15.2. Traços da História da Educação do MST na Paraíba: a articulação da Educação de Jovens e Adultos.....	192
Cena 15.2.1. O processo de formação dos jovens e adultos: desafios e lições.....	194
Cena 15.3. A estruturação das escolas: impasses e lições.....	196
Cena 15.4. Significações da escola do MST olhares e olhares	200
Desdobramentos de Cena - 15.4.1. A escola do MST ajuda ao povo do campo – Com a palavra os Sem Terra.....	202
15.4.2. Os educadores e educadoras da terra pedem a voz	204
Cena 15.5. Os cursos de formação dos educadores e das educadoras.....	205
Desdobramentos de Cena - 15.5.1.As lições com os impasses: o papel educativo do MST.....	207
Cena 15.6. O cotidiano da escola Sem Terra: como se ensina e aprende	210
Desdobramentos - 15.6.1. Dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem Sem Terra.....	216
PALAVRAS NÃO TERMINAM.....	219
BIBLIOGRAFIA.....	227

*“Somos a memória das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do sonho.
Nada causa mais horror a ordem do que
Homens e mulheres que sonham”
Pedro Tierra*

DE CAMPONESA A EDUCADORA

1. O dizer das primeiras palavras

Os noticiários da grande imprensa sempre enunciam: “os sem-terra invadiram a fazenda *x*; o MST é baderneiro; saquearam os supermercados”. Mas esquecem de dizer que as terras pertenciam ao povo; que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST¹ conseguiu dar visibilidade à questão da terra no país. Do mesmo modo, esqueceram-se de dizer que boa parte da população brasileira é favorável à reforma agrária; que o MST obteve o assentamento de milhares de famílias, confirmando-lhes o direito ao trabalho. Também se esqueceram de dizer que, por intermédio de sua luta, há muitas crianças nas escolas e que com ele, a população campesina ganhou uma nova identidade.

Tal panorama nos meios de comunicação, se associado ao desempenho histórico das políticas públicas direcionada ao campo, aponta para uma tendência dominante que considera sua população como gente atrasada, como povo desfavorecido ou sujeito carente. Ao aprofundar com mais precisão essa história, vimos que as ações políticas destinadas a esse setor social nortearam-se por um caráter compensatório e assistencialista, e caminharam no sentido de atender às carências nas áreas de saúde, alimentação, integração social, etc. E de modo estigmatizado - suprir a forma atrasada com que produziam e viviam os trabalhadores rurais.

Essa perspectiva trouxe conseqüências desastrosas para o camponês sem-terra, contribuindo, assim, para se forjar uma identidade deteriorada que associa a figura desses sujeitos à do *jeca*, do *matuto*, do *ignorante*, ou mesmo do *pobre coitado* e nunca à de um sujeito-trabalhador, que foi excluído de todos os direitos básicos de sobrevivência.

¹ A partir desse ponto, quando falarmos de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra usaremos a sigla MST.

Posicionar-se contrário a essa postura é apostar num fazer novo. E, nesse caso, o MST se apresenta com a disposição em contribuir na construção de uma nova identidade dos camponeses sem-terra.

Realizar esse trabalho de pesquisa de mestrado significou fundamentalmente estar dialogando mais intensamente com o MST e assim puder identificar sua história, os traços de sua pedagogia e os desafios enfrentados no decorrer de suas ações na Paraíba. Fazer que se traduz, juntamente com tantos outros trabalhos, no momento que que possamos firmar a história desse sujeito chamado Sem Terra². Transformando-se, também num desejo particular de militante, em contribuir com registro histórico sobre as questões do campo. Proposição que dentre tantas questões a serem estudadas na organização, a sugestão do próprio MST em reconstruir a história e as práticas político-educativas apresentou-se, para nós, como uma possibilidade não só de registrar a história, mas principalmente de valorizá-la a partir da voz das pessoas que construíram esse fazer na Paraíba.

Trazendo como destaque para sua pedagogia e o jeito que o MST no seu cotidiano vai conduzindo o conceito de formação humana e de constituição da identidade camponesa, assentada em uma cultura que potencializa e materializa a vida do ser Sem Terra.

Mais do que isso, implica em retratar a sua pedagogia, seus métodos de intervenção na conquista da terra, mas sobretudo o jeito de libertar os sujeitos da sua condição de opressão, fazendo com que os mesmos se sintam construtores da sua própria história.

Motivação que justifica a identificação com o tema, que foi se expressando à medida que fomos acompanhando algumas das ações do Movimento no Estado. E fortaleceu-se, ainda mais, na proporção do nosso aprofundamento e da compreensão da história de formação da população campesina.

² O dicionário Luft, traz o seguinte significado para o verbete *sem-terra*: “substantivo de dois gêneros e dois números, designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho” (1998, p. 601).

Essa definição nos facilitará a questão da representação do gênero, sendo acrescido da orientação de Caldart: em todo o trabalho faremos uso da palavra *os sem-terra*, com o hífen, que ficará como distintivo em todo o trabalho quando nos referirmos a trabalhadores e trabalhadoras do campo (homem e mulher). Também utilizaremos *os Sem Terra*, sem o hífen e sem o ‘s’ (historicamente assim foi utilizado pelo MST), quando estivermos falando do “sujeito constituído pelas lutas do MST” (CALDART, 2000, p. 17)

É bem verdade que o fato de sermos camponesa, facilitou-nos esse entendimento, pois conhecemos de perto essa realidade e sentíamos na pele as dificuldades e as perspectivas vividas por esse povo. O que exigiu de nós uma leitura e compreensão mais atenta ao mundo rural e às particularidades do mundo do trabalho ou da vivência própria de quem historicamente foi lesado nos seus direitos fundamentais.

Por esse motivo achamos importante trazer alguns elementos da nossa prática educativa-formativa (traços do jeito em que fomos educada) para o campo dessa análise, comprovando, principalmente, a relação construída com a pesquisa e a forma como presenciamos os processos de ensino-aprendizagem dos sujeitos jovens e adultos, como se manifestaram os desejos dessas pessoas em aprender, vendo como cada um e cada uma utilizou-se de um conjunto de habilidades e práticas para se desenvolver como pessoa e construir a leitura do código escrito e da sua realidade. Além de buscarmos mostrar as dificuldades de acesso e de permanência do jovem e adulto na escola.

Registrar os traços da nossa formação e da prática de educadora significou rever situações que constituem a relação com esse tema em estudo, que vem se construindo a medida da nossa compreensão e da leitura do mundo:

- A primeira motivação deste trabalho se expressa com a demonstração da nossa própria vivência e da formação camponesa, ou, como disse Freire (2001), a partir do momento em que fomos desbravando o nosso primeiro ato da leitura do mundo, resultado de todos os fatos que fomos vivenciando no sítio Pedra D'Água e dos vários desafios e conquistas, para assim encontrar o sentido mais expressivo que associa a nossa formação na escola primária do campo, ao objeto de estudo que pesquisamos.
- A segunda motivação dessa pesquisa diz respeito ao nosso interesse em contribuir desde cedo com a Educação do Campo, ou o que chamaremos de *ajudando a outros na compreensão da palavra*. Esse momento esteve marcado pela nossa precoce prática como educadora, e significou a nossa tentativa de construir as primeiras noções do ato educativo, quando começamos a plantar as primeiras sementes, em que fomos nos descobrindo nesse papel, de modo intuitivo.
- A terceira motivação, fruto da reflexão teórica e da prática nesse campo de atuação, expressa o que fomos tecendo e aprendendo nessa curta caminhada de educadora popular

de jovens e adultos e militante dos movimentos sociais. Passagem repleta de muitos questionamentos e aprendizagens, que foram nos motivando o interesse pelo campo teórico das questões dos trabalhadores do campo. E, em específico, as questões relacionadas ao MST e sua pedagogia. Então vejamos.

1.1 A nossa formação: aprendendo com as experiências de vida no campo

Trazer para o presente às memórias da nossa infância e da adolescência significa rever momentos fundamentais de nossa prática, os quais expressam a nossa leitura da realidade em que vivíamos em particular do sítio Pedra D'Água.

Recordar as brincadeiras de casinha embaixo do pé de marmeleiro ou pereiro, com cacos de telhas, bonecas de pano e sabugo de milho, bem como as brincadeiras de toca, academia, anel e esconde-esconde sob o luar do sertão, ou sob as noites escuras alumadas pelo candeeiro; e ainda, a aprendizagem com as conversas entre adultos (variados assuntos) no terreiro da casa e a partilha com os moradores da mesma comida e da mesma mesa, dizem-nos como a infância e a vida no campo pode se constituir de uma cultura produzida com traços e valores simples e humanos, desprendida de preconceitos ou relações de desigualdade, o que nos transforma em sujeitos mais solidários e com mais respeito aos outros.

Lembrar também os banhos de rio após a caminhada da escola ou após a saída da roça; o coaxar dos sapos ao anoitecer, o cantar dos pássaros, as brincadeiras na chuva, mesmo com medo do trovão e do relâmpago, a contemplação do arco-íris, as escaladas nos pés de goiabeira e mangueira, desafiando a altura para saborear o seu fruto encarna o jeito com que aprendíamos sobre higiene, vegetação, clima, sons, cores, alimentação, e sentidos; ou melhor: descobrimos que esses saberes, preparavam-nos para os desafios posteriores do ensino-aprendizagem da cultura escolar.

A linguagem dos mais velhos, seja pelas rezas das benzedeiças e curandeiras, seja pelas repetidas histórias de Trancoso contadas por nossos avós, saberes esses que reproduzia todas as crenças e valores no nosso processo formativo. Todos esses elementos possibilitaram uma percepção mais crítica da realidade e ainda nos alimentam e animam na construção da nossa utopia até hoje.

E ainda, na adolescência, as lembranças das debulhadas de milho, de feijão, acompanhadas muitas vezes, por cantorias de viola; as novenas de mês de maio e as festas de São Sebastião nos trazem uma releitura de como esses momentos afloraram, no presente, a valorização e o respeito pela cultura do campo.

Fundamentalmente, esses momentos e o apoio nos ensinamentos de Paulo Freire foram nos dando às condições de entender que a *leitura do mundo* precede a *leitura da palavra*, o que nos possibilitou uma compreensão mais ampla da palavra *mundo* e nos ajudou a decifrar melhor a atual realidade dos povos do campo.

Do mesmo modo, reler os momentos da nossa vivência de aluna da escola do campo nos traz algumas lições apreendidas da professora primária que, mesmo com suas limitações pedagógicas e com a prática da “pedagogia do castigo”, nos ensinou as primeiras “leituras da palavra”. É importante dizer que a introdução da leitura do código escrito já havia se iniciado no nosso mundo particular de menina da roça através dos fatos antes mencionados ou pela interferência de nossa mãe, que era professora alfabetizadora.

Entretanto, é preciso mencionar que nessa caminhada alguns desafios foram se impondo, a começar pela distância de 10km de nossa casa até a escola; assim como pela dificuldade de ter que conciliar o trabalho de casa com o trabalho da roça e da escola. Não se transformando em obstáculo, vez que o desejo de aprender era tão mais forte e determinado, que o percurso acabou por simbolizar o momento em que, a cavalo ou a pé, fomos descobrindo que o ato de aprender também se faz com a natureza — seja na passagem do rio, com um olhar sobre a vegetação, com as brincadeiras e conversas até a escola com colegas ou irmãos — momento que aprendemos o verdadeiro sentido de nos educar com a vida.

Embora naquele momento não precisássemos essa dimensão, reconhecemos o quanto essas circunstâncias determinaram a nossa formação, transformando-se em componentes fundamentais que nos ajudaram a suportar em sala de aula a dinâmica da “pedagogia do castigo e da palmatória”, pressupostos norteadores da prática escolar vivenciada pelos educandos e educandas da escola primária do Distrito de Socorro.

Desse momento, pudemos então destacar que, mesmo sendo formada sob o domínio da *pedagogia bancária*, subsidiada por uma cultura da dominação e da alienação, esse marco apenas nos serviu de parâmetro para que não trouxéssemos essa postura para nossa prática de militante e educadora.

Também é importante destacar que essa passagem formativa na escola do campo constituiu-se no meio mais próximo da prática educativa do MST, e o fator determinante no entendimento de que, ao fazer parte desse universo, desde cedo, o processo escolar encaminha-se junto com o trabalho na roça ou com as atividades domésticas.

No nosso caso específico, tornou-se quase uma obrigação: pelo fato de sermos a primeira de uma família de sete filhos, que economicamente sobrevivia da agricultura familiar. Logo, o trabalho (plantio, colheita, limpa, a preparação da terra, o armazenamento das sementes, a atividade de preparar almoço para os trabalhadores etc.) era parte fundamental da nossa sobrevivência.

Isso pode até não parecer natural, mas não é algo espantoso para nós, pois a realidade dos filhos e filhas de camponeses faz com que, na sua mais tenra idade, o trabalho se faça anterior à escola, dado que a necessidade de contribuição nas atividades da roça implica o modo de somar ao processo de produção na agricultura familiar.

Assim, a trajetória aqui exposta tenta manifestar os traços marcantes com a proposta pedagógica do MST, sobretudo buscando, apoiados nessa pedagogia, compreender que o processo educativo é sinônimo de formação humana e, portanto, não pode ser limitado à escola, mas deve estender-se nas múltiplas práticas.

1.2. Ajudando a outros na compreensão da palavra

Talvez essa constatação nos tenha motivado o segundo fator do nosso interesse pelo tema, especialmente pela vontade e desejo que desde cedo se traduziam no sonho de querer educar e romper com a lógica que trata, ainda hoje, o homem e a mulher do campo como “coitadinhos”. Esse sonho foi se tornando realidade à medida que passamos a contribuir com a alfabetização de adultos,

ainda quando cursávamos a 3ª série primária, quando minha mãe era professora do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL.

Resgatar aspectos dessa passagem leva-nos a entender que a nossa preocupação prática de educadora, mesmo naquela época, já manifestava o desejo pela Educação de Jovens e Adultos que foi se tornando mais intenso quando passamos a nos preocupar com a realidade dessa população trabalhadora, em projetos posteriores.

Ao lembrarmos-nos dessa prática e da nossa contribuição em uma sala de aula que minha mãe lecionava, mesmo sem ter a consciência da proposta do MOBRAL, e sem qualquer saber sobre o processo educativo de jovens e adultos, tivemos a intuição de trazer o lúdico para o interior da sala de aula, bem como nos preocupamos também com o processo de aprendizagem daqueles educandos e educandas, isso estava presente nos nossos jogos e apresentações teatrais..

Compreender hoje alguns fatos daquela curta atuação, bem como a dificuldade sentida por Socorro, uma aluna com quase 40 anos, que não aceitava o método da silabação, ou seja, a repetição do *ba, be, bi, bo, bu, bão*, em forma de cantoria, assim como não aceitava ficar horas soletrando ou fazendo repetidas cópias de palavras ou textos, significa, hoje, entender como era limitante e vazio o sentido desse método de alfabetização, principalmente para as pessoas que já traziam consigo um acúmulo de experiências de vida e de trabalho.

Nesse mesmo contexto, lembrar as dificuldades de João e Manoel, irmãos de Socorro e sua relação com a coordenação motora fina de um pegar um lápis, mostra-nos que é compreensível que eles estabeleçam uma grande distância entre segurar os bois, seja no arado³, seja no tronco do engenho⁴, e a dificuldade em pegar no lápis, ficando mais evidente quando segurávamos as suas mãos, orientando-os à melhor forma de firmar o lápis no papel. Muito embora pareça uma tarefa simples, esse fato revelou-se numa tarefa árdua para eles, principalmente porque a sua coordenação motora fina teria que ser exercitada: e isso não era prática da sala de aula.

³ Instrumento utilizado para lavrar a terra.

⁴ O lugar que os dois bois permanecem para fazer a moagem da cana-de-açúcar. Engenhos com essa característica manual existem ainda no sertão e agreste da Paraíba.

Incentivar esses educandos e educandas foi nossa grande tarefa, por isso utilizávamos jograis, recitação de poemas, dramatizações como instrumentos didáticos, para contribuir com a suas aprendizagens. Decerto, como já afirmamos, não tínhamos noção do papel de ser uma educadora, no entanto esses atos traduziram-se no incentivo à participação em sala de aula, uma vez que os envolvia na apresentação, para que se sentissem sujeitos desse processo de aprendizagem, fazendo com que o lúdico representasse o modo mais dinâmico de encarar o cansaço acumulado do trabalho diário. Vale dizer, agíamos apenas por intuição.

Hoje, tudo isso, inclusive compreender a resistência de Socorro ao método da silabação e a dificuldade e a falta de habilidade de João e Manoel em segurar o lápis, revela-nos à distância da proposta de alfabetização do MOBRAL frente à realidade das pessoas adultas trabalhadoras do campo. Demonstra, também, que a falta de preocupação desta mesma proposta com a formação e/ou preparação do educador e educadora para o trabalho com esse segmento social era descompromissada, uma vez que a orientação educacional ficava por conta de um manual do professor, o qual era seguido à risca, sem qualquer questionamento. Essa perspectiva estimulava uma relação educador(a) e educando(a) permeada pela lógica da *pedagogia bancária*, em que os conteúdos tinham o objetivo de ser apenas depositados.

Percebemos também que a prática do MOBRAL deixava de considerar elementos do cotidiano de trabalho e da história de vida do educando(a); assim como não levava em conta o seu universo vocabular e não proporcionava a forma de ensinar que considerasse a criatividade e a criticidade desse mesmo educando(a). Isso nos mostrava a total distância da formação integral desse trabalhador(a) – no caso de Socorro (lavadeira e dona de casa), João e Manoel (trabalhadores rurais) –, sem que sequer fosse considerada a sua vivência frente a essa proposta educativa.

Notamos ainda que esse método fazia alusão à *palavra geradora* e à Pedagogia Freireana, e que, no cotidiano, existia total distância do que esta pedagogia propõe. E só pudemos ver isso agora, por isso avaliamos que os aspectos técnicos e pedagógicos eram tomados aleatoriamente, como forma de atender aos aspectos práticos da leitura e da escrita. Um dado também importante de se registrar, para

tanto, era que as palavras geradoras, quando utilizadas, além de não fazer parte do universo vocabular desses educandos e educandas, serviam apenas como o meio eficaz para o treinamento e o cumprimento de etapas da leitura e escrita propostas pelo método mobralense (ler a palavra em voz alta, escrever várias vezes, decompor em sílabas, escrever as famílias, fazer contas etc.).

Sendo assim, só pudemos concluir que a dimensão político-educativa da proposta do MOBREAL, a qual tivemos como ponto de referência, não tinha qualquer preocupação com o sujeito-trabalhador, nem com o desvelamento da sua realidade. Sem falar que a verticalidade metodológica, seja do material didático, seja das técnicas de alfabetização como enfatizou Jannuzzi (1987), constituía-se em um pacote único para todo o Brasil (a mesma cartilha, os mesmos materiais impressos etc.), o que contribuiu para que a educação tivesse um fim em si mesma.

Havemos, pois, de concordar com Paiva (1987, p. 295-296), ao dizer que os objetivos políticos e ideológicos da proposta do MOBREAL teriam muito mais contribuído com o equilíbrio eleitoral no interior, servindo, portanto, do elemento fortalecedor da ordem vigente (ditadura militar), consistindo, assim, no instrumento viável para associar a aprendizagem ao esforço individual e à ascensão social x preparação do sujeito para o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, as finalidades da educação eram bem claras: buscava-se adaptar os sujeitos educandos e educandas aos padrões de vida modernos, principalmente, para se constituírem nos novos consumidores do mercado e na força de trabalho com o mínimo de preparação para fortalecer o modelo urbano-industrial.

Não nos dávamos conta desta proposição, por isso os incentivávamos, porque sabíamos que aquele processo de ensino era a única maneira que as educadoras conheciam e a única proposta existente para que eles saíssem da condição de sujeito não-alfabetizado.

1.3. As lições extraídas da nossa prática de educadora

Com o decorrer do tempo, outras motivações percorreram o palco de nossa prática de estudante e de educadora, na qual se firmaram alguns princípios

orientadores, no que diz respeito à educação da classe trabalhadora. Assim, tanto na graduação em Pedagogia, como nas atividades profissionais como Coordenadora Pedagógica (com alfabetização de jovens e adultos trabalhadoras rurais) tivemos a preocupação de que o que aprendêssemos na teoria pudéssemos relacionar com a realidade cotidiana de quem educávamos e vice-versa.

E foi desse modo que o processo de formação em Pedagogia foi acontecendo e, cotidianamente, aproximou-nos de temáticas que orientavam sobre a realidade das classes trabalhadoras, seja na prática escolar, seja na vivência como militante do movimento estudantil. Cremos que as lições obtidas dessas práticas e as leituras acumuladas na nossa formação acadêmica constituíram elementos colaboradores para firmarmos uma prática mais comprometida com essa população, que foi se viabilizando na luta pela melhoria do Curso de Pedagogia, possibilitada pelo acompanhamento da discussão sobre a Reformulação Curricular do referido Curso; e na militância no movimento estudantil, quando passamos a ter contato com temas envolvendo as questões de Estado e política educacional, movimentos sociais e educação, formação de educadores e as propostas de Educação de Jovens e Adultos.

Fruto dessas reflexões e discussões resultou um trabalho de final de Curso, na Escola Municipal David Trindade/João Pessoa/PB, intitulado: o Fracasso Escolar no Contexto do Ensino Noturno. Trabalho esse que nos proporcionou a possibilidade de compreender os processos de ensino-aprendizagem de jovens e adultos; e que nos possibilitou a observar como poderíamos estar contribuindo e facilitando o seu processo educativo. O resultado desse trabalho na escola, fez-nos perceber que o seu processo de ensino-aprendizagem deixava de considerar e valorizar a vivência de cada sujeito, que, por sua vez, encontrava-se inserido no mundo do trabalho, trazendo consigo diversas experiências relacionadas à matemática, ao português, aos conhecimentos gerais e que não eram considerados na sala de aula.

Tal distância foi identificada na pesquisa como um dos fatores que mais contribuíam para o acúmulo dos sucessivos fracassos dos educandos e educandas, que, em alguns casos, já repetiam a mesma série por duas ou três vezes. Isso nos chamou a atenção, pois, como se explicar, por exemplo, que estes sujeitos traba-

lhassem na feira, num supermercado, numa serralharia, lidando com medidas e valores numéricos, não soubessem matemática?

Outro fator também observado, nessa experiência, remete a uma falta de formação específica dos educadores e educadoras no trato com as questões dos jovens e adultos. Principalmente no que toca aos conteúdos, aos métodos e as técnicas, cuja maneira infantilizada, seja pela linguagem da educadora, seja pelos livros utilizados (os mesmos para educar as crianças), fazia com que aqueles sujeitos não se sentissem motivados a aprender. Sem falar que a forma de avaliação, reduzida aos testes orais (sabatinas) ou testes escritos, sinalizavam aspectos e questões já reconhecidas no livro didático, sendo apenas a forma de medir o conhecimento dos alunos e alunas, sem nenhuma interação com o processo mais subjetivo de cada indivíduo.

Distinguir que, apesar da deficiência estar localizada na escola e na ausência de formação, a culpa dos sucessivos fracassos atribuída aos educandos e educandas, justificada por boa parte das educadoras da alfabetização, residia no fato de “*serem preguiçosos e desatenciosos*”. Vemos, então, que a escola, principal responsável pelo processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos educandos, eximia-se de qualquer culpa, deslocando-a totalmente para os aspectos extra-escolares, como: desajuste familiar, falta de interesse, cansaço do trabalho, vida financeira precária, busca somente pela carteira estudantil etc., motivo fortalecedor para que os educandos e educandas daquela escola internalizassem a culpa por seus sucessivos fracassos, expressos nos seguintes discursos: “*sou doente; eu não queria aprender; me desinteressei; sou distraído, sou preguiçoso, sou burro...*”. É talvez essa lógica a mais freqüente nas escolas que educam jovens e adultos, as quais transferem a culpa da repetência ou evasão para os sujeitos educandos ou para a família, decerto os menos culpados ou responsáveis por tais fracassos.

Assim, a exclusão, que começa na escola e extrapola suas paredes, resulta de um sistema educativo que ainda teima em transferir às escolas os mecanismos de seletividade através dos pacotes construídos de cima para baixo, cujo exemplo mais recente está refletido na forma em que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram implantados nas escolas.

Na atuação como educadora frente a experiência desse trabalho serviu de referência para melhor definir a nossa atuação como Coordenadora Pedagógica, no Centro de Organização e Formação Popular da Paraíba – COFP/PB⁵, no trabalho com a alfabetização de jovens e adultos e com a formação de educadores nessa área de ensino. A nossa atuação se deu em comunidades de trabalhadores rurais da zona canavieira, nos municípios de Caaporã e Alhandra, no estado da Paraíba.

Nesse Centro, tivemos uma forte preocupação com as questões teórico-didático-pedagógicas, buscando sempre vinculá-las à realidade cotidiana desses trabalhadores e trabalhadoras, na sua maioria canavieiros, posseiros e assentados sem terra. Momento em que a vontade de realizar um sonho, “*educar com a vida, educar pelo diálogo, no respeito pelo saber do outro*”, foi se concretizando, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Apoiada nos ensinamentos de Van der Poel (1997) e, principalmente, nos estudos de Freire, aprendemos que “*ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*” (1987, p. 68). Essa passagem constituiu o fundamento básico que norteou a nossa atuação como educadora e pesquisadora desse Centro. Embora seja importante destacar que, nesse processo de construção, as limitações nossas e dos sujeitos educadores e educandos foram se apresentando, compondo os elementos para irmos afinando os nossos passos.

Desse momento, algumas inquietações surgiram. Dentre elas quisemos compreender como a escola, orientada pelo COFP/PB, vinha contribuindo com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, podendo ser conhecida através da monografia de Especialização em Pesquisa Educacional, intitulada *Educação no Campo: prática educativa do COFP em Caaporã – PB*.

Alguns resultados dessa pesquisa nos apontam que, apesar dos educadores e educadoras não terem uma formação especializada no campo da educação de jovens e adultos, esses buscavam nos cursos intensivos oferecidos pelo COFP/PB o espaço de aperfeiçoamento da sua formação e da atuação em sala de aula. Muito embora os mesmos não tivessem o domínio da proposta teórico-

⁵ A partir desta parte, quando estiver falando do Centro de Organização e Formação Popular da Paraíba, iremos utilizar a

metodológica como um todo, no seu cotidiano de sala, romper com as marcas do analfabetismo deixadas nessas pessoas, talvez resumisse o maior objetivo previsto por aqueles educadores e educadoras. Também identificamos que o fato de estarem afinados com a luta camponesa e de viver na comunidade representava um dos elementos facilitadores e, que decerto, contribuía para que conduzissem o processo de ensino-aprendizagem, tomando como base a realidade dos sujeitos educandos, ou, como dizia uma das educadoras: “ensinamos baseados em experiências de lutas e sofrimentos do povo da nossa comunidade”.

Para melhor ilustrar esse fazer pedagógico, quando visitávamos as turmas ou quando líamos os registros víamos que os educadores e educadoras buscavam, a partir de acontecimentos e vivências cotidianas, o momento inicial para, junto aos educandos e educandas, fazerem uma leitura mais aprofundada da sua realidade e de sua história, as quais eram registradas através de textos individuais e coletivos⁶. Esses textos abordavam temáticas como: nossa identidade, nossa história, nosso trabalho, nossa diversão, nossa saúde, nossa educação, nossa terra, etc., que instrumentalizavam o estudo em sala de aula. Acrescente-se a estes as temáticas e as questões vividas pelos assentados, canavieiros e posseiros como: dissídio salarial dos canavieiros, o cotidiano do trabalhador canavieiro, suas dificuldades e conquistas; suas histórias de luta; as questões de saúde (verminose, cólera, utilização de herbicidas, o processo de queimagem do canavial etc.), constituíam-se nos elementos essenciais na produção de uma melhor *leitura do mundo e da palavra*. As atividades quase sempre eram realizadas através de palestras, estudos e da criação de propostas para encaminhar não só o debate de sala de aula, como também as questões mais específicas de sua realidade e de suas necessidades.

De todo modo, não diferente da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, deparamo-nos com a mesma dificuldade: os educandos e educandas também internalizam a culpa por seus fracassos escolares e, portanto, incorporavam es-

sigla COFP/PB, que depois recebeu a denominação - Rede de Letramento de Jovens e Adultos da Paraíba-RELEJA.

⁶ Existe uma coletânea de textos produzidos pelos educandos e educandas, organizadas pelo COFP/PB (1997), resultando na obra dos coordenadores do Centro, VAN DER POEL, Cornelis Joannes & Maria Salete. *Letramento de pessoas jovens e adultas na perspectiva sócio-histórica*. João Pessoa—PB: União, 1997.

tigmas como: “sou analfabeto; velho não aprende mais; eu era burro; eu não sei ler as letras etc.”.

Nesse espaço onde pudemos atuar e pesquisar, o sentimento que invadia a vida desses sujeitos-adultos-analfabetos estava permeado por uma carga de estigmas que, conforme mencionou Lewin (1990, p. 27), fazia com que as pessoas se sentissem portadoras de uma identidade deteriorada, principalmente pela discriminação que a sociedade letrada exerce sobre elas. E essa mesma sociedade que as estigmatizam socialmente tem gerado uma relação conflitual e contraditória entre letrado e não-letrado.

Em nossas experiências aqui sintetizadas, identificamos que essa perspectiva de exclusão corrobora para que jovens e adultos tenham dificuldade em permanecer e continuar a escolarização básica, ou mesmo até criar forças para romper com a cerca do saber.

Retomar esse debate em uma pesquisa de um curso de Mestrado, a partir da análise das práticas político-educativas do MST, representa compreender como esse Movimento vem se destacando na luta pela Educação do Campo e dos Jovens e Adultos, especialmente na década de 90, bem como se torna fundamental reconhecer sua capacidade de luta e resistência para com os direitos dos trabalhadores sem terra, pois, enquanto o latifúndio acumula a terra para especular, o MST reforça o lema: *ocupar, resistir e produzir*. E com esse lema, desbrava as cercas do latifúndio improdutivo e garante a democratização e a posse da terra para quem nela produz.

Remeter ao MST esse título, não significa dizer que ele não está passível de falhas e limites, entretanto buscamos enfatizar neste trabalho a história e as suas práticas político-educativas, dimensionando o potencial formativo e organizativo que possibilitou aos diferentes sujeitos, conquistas e avanços. Tendo na via da luta política e da pressão social o elemento fundamental dessas conquistas.

Nesse sentido, a grande motivação dessa pesquisa, além de representar um momento de continuidade do aprofundamento sobre as questões relacionadas às políticas direcionadas do povo do campo, em especial aos jovens e adultos.

O foco principal foi reconstruir a trajetória histórica e as práticas político-educativas do MST na Paraíba, que veem convivendo muito mais com a au-

sência e o silenciamento do poder público na gestão dessas políticas que tão somente corroboram para a manutenção de altos índices de analfabetismo e de exclusão do povo camponês.

Registrar a história e as práticas político-educativas do MST surge como um fator necessário ao próprio Movimento, dado que a história dos assentamentos está apenas na memória histórica de cada participante do processo de luta. Como não teríamos condições de dar conta de todas as dimensões que compreendem esse Movimento, inclusive todas as etapas que compõem o setor de educação, limitamo-nos a lançar um olhar apenas por sobre a construção da história da luta pela terra na Paraíba e por sobre as principais práticas políticas educativas do Movimento, percebendo, assim, como vem se dando a aplicação de sua pedagogia, especialmente no que se refere à educação de jovens e adultos. Para nós, a realização dessa pesquisa assume o papel de reconhecer mais um trabalho que vem se firmando no campo da educação popular.

Entretanto, é preciso dizer que registrar a experiência do MST na Paraíba não foi uma tarefa fácil, pois tivemos que reconstituir a história e as práticas formativas do MST–PB, entendendo a aplicação de sua pedagogia, o que requisitou de nós muita atenção ao apreender de cada sujeito o modo mais aproximado de apresentar essa história; além do mais, refletimos também, sem idealizar o MST, como ele vem resistindo e construindo políticas alternativas, para a educação, para a saúde, para a produção etc.

Dos primeiros momentos de observação, algumas questões foram suscitando respostas. Dessas destacamos as principais:

- Quem são os Sem Terra da Paraíba e qual o significado pedagógico do seu envolvimento na luta pela terra?
- Como o MST tem pensado suas práticas político-educativas na Paraíba?
- Que papel tem cumprido o MST-PB frente a sua pedagogia e à proposta de escolarização básica para as pessoas jovens e adultas do campo?

Na tentativa de esclarecer as questões deste estudo, a nossa pretensão permeou-se pelos seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

- Reconstruir a história e as práticas político-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na Paraíba.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Registrar a história do MST no processo de luta pela conquista da terra e na organização dos Sem Terra na Paraíba;
- Refletir sobre o papel educativo do MST no processo de luta pela terra;
- Compreender a vivência das práticas político-educativas do MST no Estado;
- Analisar a contribuição da pedagogia do MST frente à construção da educação de jovens e adultos do campo.

Acreditamos que na medida em que estamos enfatizarmos o desenvolvimento dessas práticas educativas, estaremos fortalecendo a construção de uma pedagogia que valoriza a realidade do campo e que acima de tudo tem um compromisso em afirmar a escolarização básica como uma realidade possível a toda essa população.

Entretanto, é importante destacar que, nesse trabalho, quando falamos em práticas político-educativas, estamos compreendendo as que integram o processo de luta pela terra e as demais práticas que compreendem as ações desse movimento social chamado MST. Ao passo que, como ato educativo, consideramos todas as ações formativas do Movimento: os cursos sobre cooperativa; o trabalho de base; as reuniões/debates sobre os problemas da comunidade; as ocupações dos prédios públicos (na reivindicação por políticas agrícolas), enfim, todos os espaços de convivência dos Sem Terra.

Motivada por todos os fatos até aqui expostos, buscamos apresentar alguns resultados dessa prática educativa, que serão expostos em diversos episódios e atos, compondo assim os processos formativos dos sem terra.

2. A produção dos episódios ⁷

O primeiro episódio trata de demonstrar o caminho percorrido pela pesquisa, as dificuldades inerentes ao processo de definição do campo de estudo e a escolha de uma abordagem que revelasse com mais precisão a história de cada Sem Terra e a vivência das diversas práticas no MST. Sintetiza, assim, o momento em que aprendemos o significado da história oral, identificando-a como o método que autoriza o direito de que os sujeitos deserdados sem-terra tenham direito a compreender e a recriar sua realidade. Isto se justifica porque a história oral, além de valorizar a história dos vindos de baixo, garante um sentido social ao conteúdo pesquisado, em que o participante se sente parte integrado na construção de sua própria história.

Essa abordagem deu sustentação à pesquisa e facilitou o contato com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, seja nas mobilizações, nas ocupações de prédios e de praças públicas, nos cursos de formação, nos encontros, conferências, no cotidiano dos assentamentos, onde trilhamos as andanças para construir o registro da história do MST na Paraíba.

Evidenciamos também que, nos diversos períodos de formação dos Sem Terra, as categorias exclusão, resistência e utopia representam momentos presentes não só na história do MST bem como de todos os movimentos sociais populares reconhecidos.

No segundo episódio, aprofundaremos a temática da luta pela terra até a chegada do MST. Faremos, assim, um trajeto da formação do campesinato no Brasil, começando com os escravos até a história dos Sem Terra do MST. Desse aprofundamento buscamos extrair as perdas e as lições de todo esse processo de luta. Tentamos, também, demonstrar um balanço da luta pela reforma agrária, que como o instrumento que dimensiona a questão da luta pela terra, viveu fases diferenciadas, ampliando o seu sentido a partir da chegada do MST para além da luta pela terra, incorporando a luta contra as desigualdades sociais, pela democra-

⁷ Escolhemos a terminologia de episódios inspirada no trabalho de SILVA (1999), acrescentando o termo ato, considerando que a vida dos sem-terra são episódios sucedidos de atos (a sua história, as suas práticas, enfim, a sua vida) que vão se produzindo no decorrer de sua formação.

tização da propriedade da terra, pela democratização do saber, luta para que os sem-terra e os pequenos produtores tenham condições mais dignas de desenvolver a produção agrícola, com mecanismos próprios para a comercialização de seus produtos.

O terceiro episódio resume o registro da história do MST na Paraíba, distribuído em três atos complementares: o primeiro retrata a chegada dos Sem Terra na *terra de negócio*, lugar onde sua força de trabalho consistia no principal objeto de lucro aos grandes proprietários; no ato seguinte apresentaremos o processo de reconstrução da trajetória histórica do MST na Paraíba, compõe a parte em que os trabalhadores e as trabalhadoras contam o seu processo de luta, cujo conteúdo enfatiza as dificuldades, as vitórias e as lições desenhadas no processo da conquista da *terra de trabalho*; o terceiro ato compreende o momento em que esses sujeitos reconhecem no MST o sujeito educativo, que atua na formação das pessoas que o constituem. Vale destacar que, nesse episódio, a valorização dos depoimentos firma-se, fundamentalmente, como um espaço em que a voz dos Sem Terra, ou dos excluídos da história, buscam ter eco na sociedade.

O quarto episódio, composto por sete atos traduz o aprendizado de algumas práticas político-educativas do MST e caracterização concreta e ampliada de sua pedagogia nas mais diversas vivências (na ocupação, no acampamento, no assentamento, na mística etc.). O quinto episódio traz um breve histórico da educação do campo e a trajetória de educação escolar no e do MST, com destaque para a análise desta prática na Paraíba.

Na conclusão, tentamos evidenciar algumas lições, aprendizados e desafios produzidos com e na vivência da pedagogia do MST.

PRIMEIRO EPISÓDIO

O ENCONTRO COM OS SEM – TERRA SOB O OLHAR DA HISTÓRIA ORAL

“NINGUÉM NASCE FEITO: É EXPERIMENTANDO-NOS
NO MUNDO QUE NÓS NOS FAZEMOS”
(PAULO FREIRE).

ATO INICIAL – AS ANDANÇAS NA FEITURA DO OBJETO DE PESQUISA

Sentirmos o que diz esse enunciado que não nascemos feitos e pela experimentação no mundo é que vamos nos fazendo tem uma certa relação com a nossa pesquisa, pois à proporção em que fomos vencendo as dificuldades e os limites da pesquisa empírica, o gosto pelo trabalho foi se intensificando. Entretanto a persistência consistiu no fator determinante para encontrarmos um espaço de realização da nossa investigação, necessariamente pela vontade de estudar uma experiência que abordasse a educação de jovens e adultos trabalhadores rurais, a qual significava revisitar à nossa prática de educadora do campo. E, ao inserirmos na linha de pesquisa, como aluna especial, do Programa de Pós-Graduação em Educação, identificamos que essa linha acumulava poucos trabalhos nessa área de atuação. Sendo assim, o sonho em firmá-la como campo de estudo traduziu-se no alimento fortalecedor que nos fez ultrapassar tantas barreiras.

Descrever algumas dessas barreiras não significa colocar nossas lamúrias como pesquisadora, mas serve para dizer que precisamos assimilar melhor a educação básica do campo e que mais pessoas precisam se envolver no desbravamento e a sistematização de práticas educativas que abarquem os dizeres dessa população.

Os percalços iniciais começaram pelo nosso primeiro projeto, o qual tinha como objeto Analisar a Prática Educativa de Letramento do Centro de Organização e Formação Popular da Paraíba–COFP/PB, espaço em que desenvolvemos um trabalho de letramento com pessoas jovens e adultas trabalhadoras do campo, durante aproximadamente três anos. Essa pretensão inviabilizou-se por motivos do nosso afastamento dessa ONG tornando-se inviável à realização do nosso estudo.

A grande dificuldade advinda desse fato foi não pudermos dar continuidade a uma pesquisa iniciada com o Curso de Especialização, o que nos levou a buscar um novo espaço para realização da pesquisa empírica, resultando na elaboração do segundo projeto.

A segunda tentativa do estudo foi encaminhada à Associação Serviço de Educação Popular–SEDUP/PB. Nossa intenção era pesquisar a relação existente entre o processo de letramento dos assentados e assentadas com a sua qualidade de vida. Mas, fomos novamente impossibilitados e o entrave desta vez, foi à política de financiamento da ONG, principalmente no que toca à viabilização do trabalho com jovens e adultos. Como o recurso existente para formação originava-se do Fundo de Apoio ao Trabalhador-FAT, a opção para o exercício das atividades com os trabalhadores rurais, nesta ONG, não incluía a educação de adultos; por sua vez, o recurso destinado deveria ser para a capacitação e a geração de emprego e renda. Acompanhamos o trabalho durante três meses, tentando identificar elementos que servissem para o nosso objeto de pesquisa, não sendo possível, principalmente, pela falta de informações que identificassem o processo mais amplo da formação/educação do jovem e do adulto.

Diante de tais dificuldades, mudamos o nosso objeto de estudo pela terceira vez, e finalmente chegamos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais-MST/PB.

Realizar essa pesquisa intitulada “Aprendizes da Terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba”, nos faz fixar o olhar sobre a realidade histórica dos que lutam, sonham por terra e educação como consolidação de um direito.

Trata-se de um estudo que busca situar a história e as práticas político-educativas desse Movimento, que durante seu tempo de existência vem construindo

do uma experiência de formação humana dos sujeitos sem terra. O que significa dizer que estaremos aprofundando o entendimento de uma prática, ou melhor, ou como disse Freire (1997) de um *fazer coletivo*, uma prática que não é neutra, que incorpora as diversas dimensões sócio-histórica, política e cultural e que não se faz na intimidade da cabeça das pessoas.

E, muito embora, o MST tenha um corpo de princípios nacionais, em cada lugar, mantém uma prática que lhe é própria, uma dinâmica de luta pela terra, pela reforma agrária, pela educação, cujo eixo central é a luta pela implantação de um projeto de vida e de sociedade.

Ao reconstruirmos a história e as práticas político-educativas do MST na Paraíba, estamos diante de um grande desafio: compreender as vozes vivas de quem vivenciou todo o processo de luta e organização do Movimento no Estado. Significando, pois, traduzir às expressões e as linguagens, os saberes, as resistências, o jeito de lutar, enfim, o jeito de educar de homens e mulheres do presente, mesmo sob a condição particular de ser um trabalhador ou trabalhadora sem (a) terra de trabalho, ou mesmo sendo, conforme Caldart (2000, p. 20),

... seres desgarrados da terra, marginalizados de tudo e com a vida escorrendo-lhes entre os dedos de pés descalços, e de mãos já nem mais calejadas porque obrigadas a ficar sem trabalho; (...) estes seres, miseráveis, quase nem parecendo mais realmente humanos, de repente (ou nem tanto) resolvem, aos milhares, e organizadamente, levantar-se do chão e lutar pela terra de que foram arrancados, o que quer dizer neste momento, lutar pelo retorno de sua própria condição humana, compreendendo que também têm direitos.

Ocupamo-nos em reconstruir essa história não com um olhar idealizador, mas com um olhar criador, demonstrando com toda vivacidade como esse Movimento foi produzindo sua luta, como foi construindo sua pedagogia, enfim, como esse Movimento foi produzindo seres humanos que assumem sua condição de sujeitos sem terra e que tomam conta do seu próprio destino.

Elegermos a história oral significou encontrar um caminho metodológico que nos ajudasse a entender esse cotidiano, significou um exercício onde pude-

mos resgatar com precisão a história recente do Movimento na Paraíba. Consideramos também, que o registro dessa história a partir da voz dos Sem Terra, permite-nos uma comparação com os fatos oficiais emitidos pelos diversos meios de comunicação que, em muitas vezes, fazem uma retratação deturpada do vivido e realizado, por esse Movimento.

1. Caminhando sobre as trilhas da história oral

Após essa trajetória, passamos a pensar a pesquisa a partir da necessidade do Movimento. E exatamente por meio de uma reunião com alguns dirigentes do MST, vimos que um dos propósitos do nosso trabalho deveria ser o resgate da história do MST na Paraíba, justamente porque os registros existentes apontavam apenas aspectos específicos e localizados: como diagnósticos dos assentamentos e relatórios de atividades, não incluindo necessariamente os aspectos da construção da história e da sistematização de suas práticas.

Partindo dessas diretrizes, julgamos que o ato da pesquisa teria para nós uma dimensão educativa, de caráter criador, que se consolidaria de acordo com o cotidiano dos Sem Terra, do MST. Isso nos fez descobrir que a nossa função como pesquisadora corresponderia à de uma interlocutora e condutora do diálogo com os Sem Terra, ou mesmo, tradutora de uma vivência, de lições e de saberes cotidianos acumulados por esses sujeitos na Paraíba. Olhando por esse ângulo, passamos a entender que o ato de pesquisar equivaleria ao que fora abordado por Demo, “poderia ser: diálogo inteligente com a realidade. (...) Pesquisar, assim, é sempre também dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro...” (1997, p. 36-39).

Sendo a pesquisa um ato de diálogo e um dos momentos de produção do conhecimento, a construção dela formou-se dialogando, na mesma medida, com os Sem Terra e com alguns trabalhos já produzidos sobre as diversas temáticas do MST.

Esse diálogo estabeleceu-se mais fortemente com produções como Fernandes (1999; 2000), que trata com detalhes sobre a Gênese e a Formação do MST, trazendo para o palco desse debate elementos importantes sobre a formação

camponesa, toda a trajetória de gestão do Movimento e o processo de construção de uma proposta de reforma agrária. Um outro trabalho que nos serviu de apoio teórico foi o de Caldart (2000), o qual ao ser apresentado por Arroyo, é identificado como um *“novo estatuto da educação básica do campo”*. Nele identificamos elementos importantes da história do MST e tivemos a clareza do processo de construção da pedagogia do Movimento, mais precisamente da luta encampada por esse Movimento para garantir o acesso à educação, que se coloca no mesmo grau de preocupação da luta pela terra.

Estaremos também extraindo algumas lições dos vários artigos publicados por Stédile e Martins, principalmente os que abordam elementos essenciais para a compreensão da Questão Agrária e do processo de construção de uma proposta de Reforma Agrária.

Ao aprofundar o conteúdo desses estudos, pudemos crer que o nosso trabalho, em proporção menor, poderia ser a ponte não só para o registro da história do MST, como também poderia representar o espaço onde o eco da voz dos Sem Terra da Paraíba tivesse ressonância, constituindo assim o lugar onde as lutas ficariam registradas. E essa nos parece ser a tarefa mais complexa na sistematização dos dados.

Para extrairmos dessa prática o conjunto de ensinamentos que ela carrega, a grande empreitada foi encontrar um método que possibilitasse a melhor forma de comunicá-lo, uma forma que mais se aproximasse da realidade. Esse foi um dos principais motivos porque optamos pela abordagem da história oral: que à medida que íamos aplicando essa metodologia, fomos vendo nesse suporte metodológico a maneira de compreender com mais precisão e coerência a história vista de baixo, a história do ponto de vista dos excluídos, logo a história dos Sem Terra, Paraibanos.

Vale dizer ainda que, embora o foco do nosso trabalho se fixe na história, ele não tem como referência o aprofundamento de dados históricos, mas se firma em recuperar a história dos sujeitos que foram privados do acesso a terra, do usufruto dos bens materiais nela produzidos. A nossa intenção é produzir a história dos sujeitos expropriados do direito ao trabalho, submissos às mais deprimentes relações sociais de trabalho, daqueles que recebem cada vez menos pelo que

produzem e que são explorados das mais variadas formas (trabalho arrendado, trabalho assalariado, trabalho de meia, trabalho de bóia-fria, trabalho de diarista, etc.). Portanto, a história oral traduz-se no método essencial para compreender os melhores detalhes e valorizar a história viva.

Com isso não estamos querendo dizer que a história oral por si só garante-se como instrumento de mudança; no entanto, acreditamos que ela pode dar uma nova feição tanto ao conteúdo quanto à finalidade da história. É nesse sentido que concordamos com Thompson (1998, p. 22), quando diz que, dependendo da forma e a favor de quem a utilizamos, certamente a história oral pode ser transformada no modo revelador de se alterar o enfoque da história, pois se utilizada a favor das pessoas comuns, pode devolver-lhes a possibilidade de estarem recontando a sua própria história, mediante suas palavras.

Significa que a história oral, por se fundamentar na fala e não nas habilidades da escrita possibilita que os indivíduos confiem mais em si mesmos, a partir da sua fala. Conforme nos esclarece Gonçalves (1993, p. 42),

A história oral (...) permite que grupos sociais excluídos do sistema oficial de ensino, de cultura letrada, mas que se fazem presentes na história, clamem por sua inclusão. Através da sua fala, é possível obter uma visão interior da sua cultura, (...) por sua própria iniciativa.

Não queremos com isso dizer que a evidência oral falará por si só, mas o caminho conduzido pelo pesquisador é que produzirá esse diálogo e a recriação da realidade. No nosso caso, a história oral representou a forma mais adequada para que esse novo sujeito social chamado Sem Terra pudessem textualizar a sua história sob um olhar do tempo presente, ou como disse Caldas (1999, p. 57), a história oral do tempo presente torna a matéria viva para que os homens possam reconstruir sua individualidade.

Fazer opção por uma corrente da história oral sob a ótica da classe trabalhadora, do cidadão comum, das pessoas que estão à margem da sociedade, dos mais conhecidos como excluídos da história, traduz no dizer de Thompson (1998, p. 20), o instrumento essencial no processo de construção e mudança de um

determinado grupo ou sociedade, cuja garantia mais significativa é que as pessoas historicamente excluídas tornem-se atores da sua própria história, que compreendam suas situações de vida e sua realidade.

2.2. Tecendo as redes e aprendizados da história oral

O diálogo com a história oral foi se evidenciando diante da nossa crescente busca por recursos que nos ajudassem a pensar melhor a vida das populações silenciadas, diga-se do povo sem terra. Nessa busca, a primeira descoberta encontrada em Meihy (1998) estabeleceu que a matéria essencial da história oral fosse à humanização das percepções, e que mergulhar nos seus ensinamentos estaria abrindo espaço para abrigar as palavras e os significados das experiências vividas pela população Sem Terra.

Fomos também aprendendo com esse mesmo autor que havia uma questão bastante relevante sobre a abrangência dessa metodologia de pesquisa, que ela se apresentava a partir de duas correntes básicas: a *história miúda*, ligada aos “que não têm história, a história das minorias silenciadas”; e a *grande história*, expressa pelas “grandes explicações, ou seja, a história do ponto de vista das elites”.

Compreendemos ainda que, embora houvesse todo um debate em torno do critério de verdade da história oral, essas correntes foram se firmando e tomando corpo, principalmente nos Estados Unidos, México, Itália e, mais recentemente aqui no Brasil.

Ao nos darmos conta dessas noções, tivemos a pretensão de trazer para o leitor não um acúmulo do que já tem sido discutido sobre história oral, mas uma explicação de como fomos compreendendo essa metodologia a partir da vivência com os sem-terra. Sendo assim, nossa intenção foi demonstrar algumas idéias, mesmo que suscinta, da trajetória da história oral. Estamos certos de que não daremos conta de dissertar sobre todos os aspectos dela, entretanto situaremos alguns de seus procedimentos metodológicos, a finalidade, o método, a construção do estudo e o universo pesquisado partes componentes no trabalho com essa metodologia de pesquisa.

Além do mais, estaremos utilizando a memória como um elemento fundante no trabalho com a história oral, porém não faremos uso dela como categoria de análise, e sim, estaremos entendendo-a como uma fonte, como as imagens, ou, como disse Meihy como “as lembranças guardadas e como tais dependem das condições físicas e clínicas dos depoentes, bem como das circunstâncias em que são dadas” (1998, p. 75-76).

Dito isso, queremos crer que estamos entendendo a memória como um ato dinâmico e concreto do que foi vivido e que é trazido para o presente acrescido de outros elementos que o depoente foi incorporando a sua memória. Portanto, reportar-nos-emos à memória como uma fonte do resgate individual e coletivo dos processos vividos pelos Sem Terra, para que possamos dar a sua história uma interpretação ou recriação do que ficou registrado (ou não) pelos depoentes. Desta forma, as recorrências, os esquecimentos, não serão objetos de nossa análise, mas o discurso que se tornou texto, que para tanto será analisado a partir da modalidade da *História Oral Temática*.

2.2.1. A construção da história oral

Para Thompson (1998, p. 50) a precisão da tradição oral esteve presente desde a Grécia Antiga, ainda em sociedades iletradas, entretanto, somente com o debate mais apurado sobre a função do conhecimento histórico e os questionamentos à linha da historiografia centrada em documentos oficiais é que a história oral foi se tornando parte importante nas tendências da história contemporânea. Esse feito teve repercussão quando historiadores, antropólogos e sociólogos passaram a utilizar-se de fontes orais, valendo-se das entrevistas como recursos na coleta dos dados, reascendendo assim uma nova finalidade para a história oral.

Assim, se a finalidade primeira da história oral resumia-se a trabalhos de autobiografias cujo objetivo consistia em retratar a estrutura social da época, através de uma forte dosagem de fábula, de elementos da cultura popular, de romances históricos ou ainda de títulos da moral religiosa, com o decorrer do tempo, foi tomando outros rumos, passando a ter uma forte preocupação com a história vista de baixo, principalmente pela contribuição de historiadores marxistas, a

exemplo de Edward P. Thompson e Eric Hobsbawm, em cujas obras os trabalhadores foram aparecendo como sujeitos da sua própria história. Na atualidade, a história oral tomou a direção de ser compreendida a partir da história do tempo presente, a história viva, expressa através das experiências de vida dos sujeitos históricos.

Meihy, ao expor sobre a revolução da história oral, acredita que o seu pressuposto implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. Logo Meihy (1998, p. 13) considera,

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais que isso, garante o sentido social à vida de depoentes que passam a entender a sequência histórica e sentir-se parte do texto em que vivem.

E, nesse sentido, a história oral foi se transformando em uma alternativa à história oficial, em que a relação existente com o documento oral deixa de ser referida como letra morta e passa a ser entendida como um documento que trará explicações para a sociedade do presente.

Outro aspecto importante a destacar na tecedura da história oral, é que, com ela, quebra-se a lógica do diálogo apenas entre figuras importantes (heróis, senhores poderosos) e passa-se a dar significância à história de cidadãos comuns, de gerações excluídas viventes no presente.

Entretanto, é importante salientarmos que essa concepção de história oral não surgiu do nada, ela vem tentando se firmar desde o século XIX, período difusor da expressão “história oral”, que a propiciou como método de investigação social. Nesse sentido, a Inglaterra representou um importante espaço para que esse modelo de investigação fosse se implementando, principalmente quando se foi acentuando o destaque aos trabalhos que tratavam do resgate da história da classe operária. As influências da história social inglesa foram tomando uma dimensão maior e, conforme Thompson (1998, p. 63), estendeu-se a diferentes profissionais nos diversos países europeus, tornando-se uma especialidade de trabalho de campo, especialmente entre antropólogos e sociólogos.

Porém o referido autor chama a atenção para algumas questões: a forma de levantamento, a utilização dos dados e para a aplicação desse método. Assim, se na França se aplicava o método para favorecer a história das elites, em outros países, o fizeram em favor da classe trabalhadora (Grã-Bretanha).

Fazendo menção a alguns trabalhos na linha da história da classe trabalhadora, Thompson (op. cit, p. 64-70) destaca a obra de Marx e de Engels, estudiosos da história social que se utilizaram o método, especialmente para transpor as análises dos seus escritos políticos ou para reforçar seus argumentos a respeito de autoridades inatacáveis. Assim como outras notáveis experiências que são destacadas, enfatizando temas sobre a pobreza dos operários, pescadores, alfaiates, sindicalismo; a cultura da gente do campo e sua forma de viver, bem como o autor aponta várias experiências na linha da história das elites⁸.

No entanto, Thompson (op. cit, 71-75) considerou como pioneiro da história oral o historiador popular francês Jules Michelet. Para ele, Michelet demarcou sua diferença pelo seu jeito peculiar de escrever as memórias e por seu compromisso político com os humildes, retratado nas suas obras *História da Revolução Francesa e o Povo*. Outro ponto observado por Thompson referente ao autor consiste na posição dada por Michelet aos documentos escritos, pois os utilizava como uma das várias fontes para o trabalho com a história oral.

De todo modo, apesar de todos os prenúncios da aplicação do método, Thompson (op. cit, 89) considerou que a ascensão da história oral se deu somente após a Segunda Guerra Mundial, quando ela emergiu com mais força. A princípio, ressurgiu como técnica moderna de documentação, sendo instituída em 1948, pelo historiador Allan Nevins da Universidade de Colúmbia, Nova York, que se orientou pelo privilégio à história “dos grandes homens”, principalmente os norte-americanos, priorizando-se os interesses da história das elites.

Com efeito, a sistematização da história oral voltada à trajetória da classe operária, como instrumento de construção da identidade dos grupos, na perspectiva de uma história oral militante, remete a sua expansão nos anos 60, sob a orientação da “nova esquerda inglesa”. E, nesse sentido, o marco limite conside-

⁸ Maior aprofundamento, ver THOMPSON, Paul. *A voz do passado - história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

rado por vários autores foi a obra de Thompson, *A Voz do Passado*, cujo enfoque traz um olhar sobre a “história dos excluídos”, de modo a dar visibilidade à história dos cidadãos comuns.

Em busca de esclarecer a perspectiva da história oral em favor dos excluídos, Ferreira (1994a, p. 5) avalia que houve uma grande resistência por parte dos historiadores brasileiros. Somente a partir de meados dos anos 70 é que esse campo foi se fortalecendo. E mundialmente essa tendência foi ganhando maior aceitação, seja na Inglaterra, seja nos EUA, a partir da intervenção de Ronald Grele, que propôs uma avaliação nas diversas iniciativas de história oral, principalmente no tocante à discussão metodológica mais consistente de padrões e critérios da sua aplicabilidade. A França, todavia, com exceção dos trabalhos de Michelet, manteve-se resistente a essa perspectiva, tendo em vista a forte influência da escola dos Annales e do domínio da abordagem estrutural e quantitativa.

Nos anos seguintes, o campo da pesquisa tomou uma nova dimensão, compreendendo diversas mudanças não só no campo da história, mas também da pesquisa histórica e da pesquisa de um modo geral, cuja ênfase esteve mais voltada para as abordagens qualitativas, em que o debate na América Latina, esteve norteado por temas contemporâneos, resgatando a importância das experiências individuais, da revalorização do papel do sujeito e ampliando-se às análises políticas, articuladas com o social e com o campo das representações.

Atualmente, a história oral passou a ser reconhecida pela sua confluência multidisciplinar, ou seja, um ponto de intercâmbio entre as diversas ciências sociais.

2.2.2. A história oral no Brasil

É preciso ressaltar, no entanto, que a prática da história oral no Brasil esteve norteada pelas orientações das duas correntes já mencionadas, especificamente no que se refere à compreensão e ao alcance desse campo metodológico, que Meihy (1998) denominou, a partir de duas correntes básicas “a grande história” e “a história miúda”.

A primeira, a “grande história”, esteve voltada prioritariamente para o estudo das elites, ou de fatos políticos ligados ao Estado, correspondendo a um estilo documentalista, tendo nos depoimentos orais a função de um instrumento técnico complementar para preencher as lacunas dos documentos escritos, servindo apenas para divulgar a história de personalidades importantes. Assim, os depoimentos orais representam, nessa corrente, apenas arquivos que poderão ou não ser utilizados.

A segunda corrente traz a perspectiva da história oral vista como método ou metodologia, consistindo no meio importante para se instituir uma relação de qualidade e profundidade junto aos entrevistados, tendo como prioridade o trabalho ligado “aos que não têm história”, aos grupos minoritários. Os depoimentos orais compreendem o compromisso de “(...) satisfazer os reclamos de outra história, ou seja, de uma narrativa que não se realizaria sem o concurso e a atenção exclusiva aos casos das pessoas anônimas, comuns e do cotidiano” (MEIHY, 1998, p.12). Essa perspectiva vincula-se diretamente à corrente denominada “nova esquerda inglesa”, a qual exerce forte influência no Brasil.

Muito embora o autor considere que a orientação do modelo norte-americano foi o que deu origem às experiências de história oral no Brasil, motivadas pelo patrocínio firmado em 1975 entre a Fundação Ford e a Fundação Getúlio Vargas, cuja intenção era investir na produção de estudos orais para a preservação de documentos necessários aos estudiosos das Ciências Sociais, por trás dessa parceria, acredita Meihy que existiu fortes intenções comerciais da Ford, que “se desdobrava geometricamente na medida em que era notória a proposta ideológica que, naqueles dias, promovia a eleição de duas parcerias a quem endereçavam às iniciativas fordianas: o México e o Brasil” (1996, p. 3). Essa constatação, para o autor, consistiu no grande desafio para os historiadores rumo à superação dessa herança da história oral.

A atuação da história oral no Brasil não se limitou ao campo acadêmico atingiu diversas entidades que foram financiadas por essa parceria. Dentre elas, Ferreira (1996) destaca O Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, o programa da Universidade Federal Fluminense, da Universidade

Federal de Santa Catarina, da Universidade de Brasília e o Centro de Memória Social Brasileira, cujas finalidades eram organizar cursos de especialização, em nível de pós-graduação, incentivando a propagação do método de história oral e acumular arquivos de documentos orais.

Entretanto, somente os anos 80 foram considerados o período fértil na expansão do método e/ou da metodologia da história oral no Brasil. Existiram assim muitas dissertações e teses que empregaram essa metodologia, porém a autora considera que a utilização da metodologia se dava de forma irregular e desorganizada, pois os autores não lidavam exclusivamente com fontes orais, o que, de certo modo, demonstrava uma certa resistência (de historiadores) ou indiferença (de antropólogos e sociólogos), “já que a pesquisa com depoimentos orais era uma experiência antiga em seus respectivos campos disciplinares” (FERREIRA, 1996, p. 14).

Já os anos 90 representaram um forte crescimento no trato com a história oral, rompendo mais uma vez as fronteiras da academia e ocupando setores diferenciados da sociedade da civil (museus, arquivos, centros de pesquisa etc.). Entretanto, tal demanda requisitava a tomada de posição por uma das correntes, antes citada. E isso foi e ainda é ponto polêmico entre os diversos pesquisadores, principalmente no tocante aos aspectos conceituais que configuravam a história oral, aos diferentes pontos de vista de cada ciência e a forma de utilização dos dados obtidos, que não cabe retratá-las.

No entanto, conforme nos apresenta Meihy (1998, p. 33), um resultado positivo, e que pôs a história oral em evidência, foi a criação da Associação Brasileira de História Oral – ABHO (em 1994), que apesar da forte resistência dos grupos vinculados à tendência européia, representou para o autor o espaço possível para a divulgação da história oral e o incentivo aos trabalhos nessa linha.

A título de caminhar para uma síntese didática da história oral no Brasil, em outra obra, Meihy (1996, p. 7-9) lembra-nos que:

- a) Dos anos 60 aos 80, a história oral teve muito mais uma função documental, funcionando como técnica de arquivamento, através de gravação de histórias de vida, e outras formas de registro visuais e auditivos;

- b) A falta de aprofundamento sobre a história oral fez com que houvesse uma prática desordenada, no qual o uso da entrevista por diversas disciplinas deixou um questionamento: fizeram ou não história oral?;
- c) A ansiedade de recuperar o tempo fez com que o período pós-ditadura militar compreendesse a difusão e a busca por estudos orais, tornando-se uma prática não só da academia, mas de diversas entidades da sociedade civil, o que representou um reconhecimento internacional, que destacou o Brasil como promotor de história oral;
- d) O crescimento das práticas de história oral no Brasil dava-se, principalmente, pela insatisfação com os modelos e as abordagens que não permitiam a participação dos sujeitos no processo de pesquisa, em que a história oral não só representava essa possibilidade como dava sentido à história do indivíduo no coletivo.

De tudo isso, acreditamos que não podemos deixar de registrar que a atual dificuldade da história oral, cuja proposição é política, diz respeito à falta de financiamento às pesquisas nesse campo. Não fosse isso, teríamos mais possibilidades de dar visibilidade aos estudos das minorias ou majorias dos “sem história”, podendo ainda, no campo acadêmico, incrementar, ainda mais, o caminho para a construção de uma outra história.

2.2.3. Os caminhos percorridos e a finalidade da história oral

Estamos cientes que toda história depende de sua finalidade social e que seu compromisso é que desvela o seu favorecimento. Desse modo é que, no decorrer do desenvolvimento da história, as experiências das ilustres figuras sempre foram à referência a partir da visão do vencedor; de outro modo, com a revolução da história, as experiências de vida e as memórias das pessoas trabalhadoras foram sendo incorporadas à pertença das pesquisas dos historiadores/educadores, que tiveram na abordagem da história oral o elemento essencial para esse fim, cuja função é a de comunicar os reclamos de uma outra história.

No nosso trabalho, os protagonistas serão aqueles e aquelas que decidiram abandonar a sua condição de indigência, de quase vencidos, despertando em

si o sonho por igualdade. É nessa medida que o trato com esse método de pesquisa foi proporcionado para que os Sem Terra pudessem reconstruir a sua própria história, fossem adquirindo confiança nos seus próprios dizeres. O que se encontra traduzido nas narrativas produzidas nos episódios a seguir, em que os Sem Terra foram expressando toda sua luta, seus sofrimentos, suas vivências, sua pedagogia, seu jeito de vencer e o compromisso com a construção do MST na Paraíba.

Optarmos por tal método consistiu em estarmos percebendo um caminho que não só servisse para o recolhimento dos depoimentos orais, mas que, principalmente, fosse o subsídio metodológico à interpretação e a criação da história dos Sem Terra na Paraíba.

E, sem querermos nos prender a esquemas dogmáticos, passamos a nos utilizar da história oral (principalmente nos episódios III, IV e V) como o caminho de diálogo entre pesquisador e pesquisados, o qual foi se estabelecendo à medida que as falas dos assentados e assentadas foram sendo recriadas e transformadas em texto, no qual os sentidos, os desejos, os temas, as imagens foram dando lugar à realidade vivida pelos milhares de Sem Terra. Assim, a função do *método* serviu para nós como aquilo mencionado por Caldas (1999, p. 71),

...Não é, em princípio, criar compreensões, mas compreender na mudança e depois mudar. Não cabe ao método interpretar dentro dos horizontes da ordem, mas revolucionar fora e contra a ordem, num espaço absurdo para os campos de fora da normalidade, dos poderes e dos costumes. O método, assim como o próprio processo interpretativo não pode deixar de ser (...) ao mesmo tempo, uma alegria profunda por ter criado e escolhido, entre os caminhos possíveis, o caminho a seguir, sem vê-lo como único ou preferencial.

2.2.4. A escolha da história oral temática

Valer-nos da modalidade da História Oral Temática se deu ao fato de que esta opção seria a que mais se aproximava com o processo de construção da histó-

ria do MST/PB, uma vez que seria complexa abarcar todas as questões abordadas na fala de cada participante. Por isso, tivemos de fazer um recorte de temas a serem apresentados neste trabalho. Para facilitar, articulamos, também, aspectos da história de vida, tendo em vista que, para a maioria dos participantes, o caminho mais fácil para tratar da história do MST era falando da sua própria história. A partir daí, fomos elencando os trechos principais dos depoimentos coletados.

Lembrarmos o fato de não registrar os detalhes da história pessoal dos narradores não significa que não consideraremos os aspectos importantes como a temática central. Entretanto, elegemos alguns temas que abordam sua participação no processo de luta e de conquista da terra; suas memórias sobre a história do MST na Paraíba; sua função no MST; a importância do MST na luta e na organização dos sem terra; a vivência das práticas político-educativas do Movimento; a representação do cotidiano da escola frente ao processo de contribuição com a sua vida no campo; os limites e a tarefas necessárias ao MST, as quais encontram-se melhor distribuídas e analisadas nos episódios III, IV, V desta dissertação.

2.3. Os procedimentos dispensados à comunidade pesquisada

A demarcação desses temas e a construção do estudo obedeceram quatro fases complementares:

- 1) Fizemos o *levantamento bibliográfico e o levantamento dos documentos* que mencionavam a história do MST/PB. Dos registros em arquivo, foram encontrados apenas alguns relatórios de técnicos agrícolas; a história de vida de Luiz (assentado em Teixeira, Litoral Sul); alguns relatórios do setor de Educação e o livro *Canudos na Paraíba: luta por terra desejo de Vida*, ainda em fase de elaboração. Com exceção do livro e da história de vida, os documentos mencionados tratavam, em alguns momentos, de aspectos da pedagogia do Movimento, significando o resumo do trabalho realizado pelos dirigentes, militantes, técnicos e coordenadores de setor. Vale lembrar que essa documentação também foi consultada e utilizada como um referencial que orientou o nosso primeiro contato com a literatura do MST.

2) A fase seguinte foi à *gravação*, o processo vivo dos depoimentos, “a busca não pela oralidade, (...) mas pela comunicabilidade da experiência, pela expressão da coletividade, pela repolitização das falas, por outra maneira de criar o conhecimento e compreender as realidades...” (CALDAS, 1999, p. 96). Compreendeu o momento em que sentamos embaixo de árvores, no roçado, após andarmos horas para chegar ao assentamento colher os depoimentos, da forma mais acessível aos participantes.

Tudo isso teve uma dimensão, cujo sentido de ver, na expressão dos rostos e da fala, o medo, a dor, a angústia, a frustração, a indignação, a resistência e – porque não?– a alegria, significou momentos únicos de compreensão da realidade, que talvez não consigamos reproduzi-los ou recriá-los com tamanha perfeição e precisão.

Para darmos seqüência à realização da pesquisa de campo, fizemos um pré-teste, da aplicação do roteiro, no assentamento Massangana III, na região da Várzea paraibana. A partir desse roteiro e dos depoimentos ali colhidos, sentimos a necessidade de modificá-lo, com a ajuda da Direção Estadual.

O passo seguinte foi o recolhimento dos depoimentos nas quatro regionais do Estado da Paraíba, compreendendo os seguintes Assentamentos: no Litoral (Nova Vida, 1º de Março, Teixeira); na Várzea (Massangana III, Chico Mendes); no Brejo (Oziel Pereira); no Cariri (Assentamento São Sebastião). Depoimentos direcionados a 5 dirigentes estaduais (sendo dois da origem do MST); aos dezoito Sem Terra (militantes, estudantes, jovens e idosos), distribuídos por áreas de assentamento; e aos sete educadores e educadoras da área de jovens e adultos, resultando num total de quinze horas de fitas gravadas, durante quase quatro meses. Essa amostra tentou identificar as pessoas que participaram do processo de luta pela terra, os jovens e adultos que estudaram na escola do MST e alguns militantes que, mesmo sem estudar ou participar da origem da luta, demonstravam sua compreensão sobre o MST e sua pedagogia.

3) A terceira fase compreendeu a confecção do documento escrito, a *transcrição*, ou seja, a passagem completa e detalhada das entrevistas gravadas e autorizada pelos depoentes. Essa etapa consistiu de aproximadamente três meses de transcrição literal das falas, valendo observar: ruídos, barulhos, choros, risos,

vazios, silêncios, erros de linguagem etc, o que representou para nós o momento em que conhecíamos o dizer de seu João, de Dona Ciça, de Brás e dos demais entrevistados e entrevistadas.

Queremos também ressaltar que não nos prendemos à transcrição esquemática da oralidade para a escrita letrada, mas a transcrição da oralidade vivida, com sentido e significado quando se escreve. Concordando com Caldas, esta fase traduziu-se no momento em que, "... a escrita realiza a oralidade enquanto a oralidade vivifica o escrito" (1999:104), não havendo, pois, dois universos de comunicação, mas a complementaridade de um com o outro.

Assim, a dimensão que foi valorizada dos depoimentos não apreciou a transcrição literal das falas, importando especialmente o sentido do que foi dito, pois o valor da oralidade, para nós, está presente no texto do narrador, no seu conteúdo. Isso significa dizer que manteremos fiel a caracterização vocabular dos Sem Terra de acordo com o ritmo da narrativa. No entanto, concordamos com a orientação de Meihy (1998, p. 66), de que os vícios de linguagem, a repetição de palavras, os erros de gramática deverão ser corrigidos para facilitar a comunicação do público em geral. Aos Sem Terra, no ato do depoimento era-lhes mostrado que era importante para eles dominar a habilidade do código escrito; e, como dizem eles, para "falar direito". O que não significa dizer, que o conteúdo textual dos depoimentos dessas pessoas não seja letrado e que queiramos negar a linguagem do meio rural apenas não estamos tratando de analisar aqui as práticas de leitura e escrita, e sim as práticas político-educativas através dessas falas.

O passo seguinte foi à passagem do oral para o escrito reelaborado, o que Meihy chama de *textualização*: "o texto trabalhado em que a interferência do autor seja clara, dirigida à melhoria do texto" (1998, p. 65).

4) A quarta fase compreendeu a *transcrição*, ou seja, o texto final que apresentaremos com suas respectivas temáticas nos episódios III, IV e V.

A transcrição estará sendo concebida como um momento da interpretação da fala dos Sem Terra, uma ação criativa viva do texto, um tornar a voz uma poética da interpretação. Em que interpretar significa conforme Caldas (1999, p. 111-112):

Refletir sobre as sombras do texto (...) desejar o desejo de falar, o desejo de quem falou, (...) é dialogar não no diálogo da aceitação, mas de desdobramento, de enriquecimento de sentidos e significados. (...) Interpretar não é simples análise de palavras, mas encontro e choque de imagens, idéias, emoções, memórias, planos de existência, sonhos, desejos.

Enfim, é o momento final e primeiro da produção de um trabalho com a metodologia da história oral, em que se dará um diálogo com o dizer do outro, correspondendo ao instante de interação entre pesquisados/pesquisadora e leitor; ou, como disse Caldas (op. cit., p. 109), é o texto vivo e pulsante, é a vida de quem contou sendo colocada no papel.

SEGUNDO EPISÓDIO

LIÇÕES DA LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO MST

A TERRA É SECA E CHEIOSA.
TUDO QUE SE PLANTA DÁ.
DE PERTO ELA É AMARELA, DE LONGE PARECE O MAR.
É TÃO GRANDE E VAI TÃO LONGE, QUE NINGUÉM CHEGA ATÉ LÁ.
NÃO TEM COMEÇO E NEM FIM E NUNCA VAI SE ACABAR.
NELA CABE TODO MUNDO. PLANTA, BICHO, RIO E MAR.
POR QUE SERÁ QUE UMA TERRA A GENTE TEM QUE COMPRAR?
(A TERRA—REINALDO VARGAS)

Um simples olhar para os versos deste poema chama-nos a atenção para o que deveria ser a essência da propriedade da terra no Brasil, ou seja, a terra deveria ser de todos e está nas mãos de quem a produz. O mote “por que será que a terra a gente tem que comprar?” revela simbolicamente todo o processo histórico de resistência produzida pelos diversos movimentos sociais ao lutarem pela posse da terra.

Abordar a temática da luta pela terra e suas lições talvez não seja algo novo, e que especialistas na questão já o fizeram, porém acreditamos ser válida a tentativa de dialogarmos sobre o conjunto de problemas sociais, econômicos, políticos, éticos vividos pelos camponeses sem-terra frente à expansão do capitalismo no campo. O que significa enfatizarmos as marcas deixadas pela negação de um pedaço de chão, que impediu, a milhares de famílias, o acesso ao trabalho e à plenitude de sua cidadania.

Trazendo essa análise para a realidade atual, os efeitos podem ser comprovados nas estradas do nosso país, onde os cenários dos barracões de lona preta refletem as consequências políticas e sociais da negação desse direito. Milhares de

famílias acampadas se abrigam, face à luta contra o monopólio da terra e pela libertação das algemas do latifúndio. Dessa maneira, enfrentam a repressão e a violência dos jagunços e guardam, no seu imaginário, fortes lembranças da dor da exclusão. Em mais de cinco séculos índios, escravos e sem-terra, guiados pelo propósito *da* “terra de trabalho”⁹ – mesmo às custas do derramamento de sangue – forjaram suas ações de resistência frente à concentração fundiária. Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e hoje o MST trazem tais referências.

Para dar conta dessa construção, nesse episódio, faremos uma abordagem retrospectiva das lutas sociais que antecederam o MST, com o propósito único de percebermos suas influências no processo de gestação desse Movimento. Para isso, nos primeiros atos faremos um breve resgate da história de formação dos camponeses, demonstrando as diversas formas de conflitos frente à intensificação do capitalismo no campo e as formas de reação e resistência dos movimentos sociais populares contra as empreitadas desse sistema social. No entanto, diante da impossibilidade de situar todos os movimentos produzidos na história, evidenciaremos apenas as práticas e as manifestações com representatividade no processo de organização do povo sem terra, principalmente as que propuseram alternativas ao problema agrário brasileiro.

Na sequência, refletiremos sobre o curso das leis da terra e as políticas agrárias implementadas nos diversos governos ditatoriais e civis, indicando as conseqüências para a vida da população campesina. Encerraremos o episódio com um breve histórico da origem e da formação do MST, destacando o seu processo de organização, os princípios e a construção de sua política de Reforma Agrária.

Sabemos, portanto, que não nos seria possível essa síntese, se relatássemos os acontecimentos e situações de modo isolado. Por isso procuramos seqüenciar os fatos, extraindo deles as significações das diferentes formações do campesinato, enfatizando o fazer de cada luta, demarcando os acontecimentos políticos e sociais e as lições e os aprendizados acumulados.

⁹ As expressões “terra de trabalho, terra de negócio e cativo da terra” e a “chegada do estranho” estão presentes nas obras de Martins, José de Souza em: *O cativo da terra* (1990) e *Expropriação e violência: a questão política no campo* (1991), que serão adotadas em nosso texto.

A elaboração deste texto subsidiou-se no diálogo com uma diversidade de saberes sobre a formação e a gênese da questão agrária brasileira, especificamente os que assumiram uma prática junto aos movimentos. O aprofundamento desses estudos pode ser visto em Prado Jr. (1987), Martins (1993 et. al.), Gorender (1994), Oliveira (1994), Grzybowski (1991–1994), Stédile (1997), Fernandes (1999–2000), dentre outros. Porém, não poderíamos deixar de dizer que a inspiração desse episódio veio da necessidade de contribuir com o debate da temática junto aos educadores e às educadoras da Pedagogia bem como àqueles sensibilizados com a problemática da luta pela terra.

CENAS PRINCIPAIS

A “chegada do estranho” em terras de índios e camponeses

As memórias do Brasil colonial consagram a feição do que é hoje a história de formação do nosso país, onde as marcas da invasão européia, associada ao processo de exploração humana, compreenderam os elementos fundamentais à formação do território capitalista brasileiro. Vejamos algumas significações manifestas no curso da história. Antes da chegada dos europeus, a terra era de todos, o trabalho e todo processo de produção eram coletivos. Entretanto, em 1500, com o aparecimento do colonizador português, a terra tornou-se propriedade de poucos donos. Sua maior intenção foi explorar a agricultura brasileira e extrair dela as principais riquezas (cana-de-açúcar, pau-brasil, minério etc.).

Se rememorarmos alguns fatos desse período, veremos que a primeira forma de apropriação das terras brasileiras pelos portugueses se deu através do sistema de capitânicas hereditárias, as quais foram distribuídas aos donatários. Assim, membros da nobreza e posseiros da terra possuíam o direito de reparti-la em parcelas e doá-las. E dessa forma nasceu o sesmeiro¹⁰, que, além de ser a pessoa que apresentava recursos para explorar a terra, tinha que, conforme observou Stédile (1997a, p. 9), produzir gêneros comercializáveis que gerassem tributos e lucro à Coroa.

¹⁰ Sesmeiro era aquele que só tinha a posse da terra, pois o domínio dela era exercido por Portugal.

Como os portugueses tinham uma forte tendência ao comércio, logo notaram que nossas terras poderiam ser fonte de grandes riquezas e que o nosso solo era bastante favorável à agricultura. E assim foi que, durante o período colonial até as primeiras décadas do império, cresceu o comércio brasileiro pela via da mineração, pelo tráfico negreiro ou pelo cultivo da cana-de-açúcar, elementos esses necessários à instalação de uma economia de base agroexportadora, totalmente vinculada à Coroa Portuguesa. Traçava-se desta forma, o caminho para se consolidar o latifúndio monocultor através da cultura canavieira e o meio para garantir a sustentação dessa atividade que permaneceu em alta até final dos anos de 1930, via a exploração da mão-de-obra indígena e negra.

Os índios que organizavam sua vida de modo comunitário (produzindo o suficiente para atender as suas necessidades através do cultivo da cultura de subsistência - milho, mandioca, fumo etc.) além de cultivar a terra, produziam artesanatos (fabricação de instrumentos musicais e pela produção de belos tecidos) que eram exportados para o comércio europeu.

Tais fatores atraíram a atenção dos colonizadores que, obcecados pelo lucro, forçaram-os a desenvolver o trabalho na produção da cana-de-açúcar e de gêneros comerciais (tempero, tecidos, ornamentos, guaraná, ervas etc.). Dessa maneira, nos séculos XVI e XVII, de acordo com Fernandes (2000b) 350 mil indígenas foram escravizados na economia brasileira. Esse fator, de um lado, causou o declínio dessa população, e de outro, serviu de meio para se consolidar a resistência indígena, a exemplo da Confederação dos Tamoios e da Guerra dos Potiguares, fazendo que eles lutassem durante mais de 147 anos, na busca da liberdade do cativo da terra. Como uma alternativa para sair dessa situação, os índios embrenharam-se na mata e fizeram moradia no sertão.

Do “cativo” à exploração do trabalho humano: um processo combinado na formação do capitalismo

A resistência indígena e a facilidade dos portugueses na utilização do trabalho escravo e no domínio de todas as técnicas de cultivo da cana-de-açúcar

consistiram no meio eficaz para se intensificar o tráfego negreiro e para sedimentar o capitalismo no campo brasileiro.

E foi justamente pela mercantilização do escravo que se produziu o modelo de sociedade escravista. O escravismo consolidou-se como uma importante atividade no mercado comercial brasileiro, o que, decerto, assegurou a implantação da monocultura da cana-de-açúcar, facilitando o ciclo dos grandes engenhos no Brasil. De acordo com Fernandes (2000a, p. 29), de 1500 a 1850, cerca de 4 milhões e 500 mil escravos foram comercializados. O escravo era na verdade uma mercadoria que favorecia a renda capitalizada (obtida pela equivalência da troca e da venda) em benefício único do proprietário, como também representou uma das primeiras estratégias para sedimentar o capitalismo no campo. Um exemplo de como se estabelecia essa relação encontramos em Martins (1993, p. 163):

O fazendeiro tinha que imobilizar seu capital na compra da pessoa do escravo e para dele poder usar a força de trabalho e extrair excedentes, pagando, assim, um tributo, uma renda ao traficante de pessoas. (...) Ao comprar a pessoa e não o seu trabalho, não assegurava que, de fato, seu dinheiro viesse operar como capital, devido aos riscos que comprometiam a sobrevivência do escravo e, portanto, a possibilidade de utilizar a sua força de trabalho. Nos dois casos, o capital se converte, ainda que de formas diferentes, em renda capitalizada ...

Há de se considerar que esse processo de exploração se estendeu por várias décadas e somente em meados do século XIX, o impacto das transformações mundiais em áreas centrais do capitalismo, mais precisamente, a necessidade da expansão dos mercados de consumo da Europa e EUA, associados às influências das Reformas Liberais instaladas em toda a América-Latina formaram os elementos para se consolidar a abolição da escravatura. Mas foi, principalmente, em virtude da repercussão internacional da resistência dos quilombos ao cativo e da elevação do preço do escravo no mercado mundial, que a escravidão findou.

Um exemplo muito claro do processo de legalização da terra e de como essas reformas foram implantadas no Brasil encontra-se presente na Lei de Terras

nº 601/1850. Essa Lei previa “que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro à Coroa” (STÉDILE, 1997a, p. 11). Assim, o primeiro equívoco da Lei estabelecia-se pela forma do acesso, que só poderia se dar pela compra da terra.

A Lei de Terras expulsa os povos do campo

Essa situação permite-nos compreender que o controle da terra via mecanismo legal (Lei nº 601/1850) constituiu um grande golpe contra os camponeses, corroborando para o aprofundamento do sistema latifundiário no Brasil, consistindo na solução para beneficiar quem possuía terra e poder.

Como observou Linhares e Silva (1999, p. 60-61), a Lei de Terras foi um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para expropriar os camponeses. Sendo assim, o que seria um esforço para romper com as formas tradicionais herdadas do período colonial acabou por converter-se na adequação às velhas estruturas produtivas, visando tão somente à ampliação das necessidades dos mercados capitalistas em expansão.

Uma opinião complementar sobre a questão leva Martins, a considerar que “a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativo da terra (...) estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra” (1991, p. 65).

Sendo assim, o processo de legalização da terra no Brasil transformou-se no elo facilitador do monopólio de classe empreendido em terras do país, em benefício único dos latifundiários, significando, então, o estabelecimento de relações desiguais entre o homem e a terra, fazendo com que o controle da terra se expressasse basicamente por dois mecanismos: o legal e a expropriação executada a uma massa de camponeses, que sem qualquer meio de sobrevivência, viram-se obrigados a optar pelo trabalho em terra alheia.

Nesse sentido, ainda em concordância com Linhares e Silva (1999, p. 72), pudemos considerar que, com o advento da República, os reformistas liberais, que tiveram sua concepção de mundo agrário baseada no modelo americano (segundo o qual os bancos privados poderiam financiar as atividades agrícolas),

propuseram que a terra tivesse um preço, ou seja, seria mercantilizada pelo capital, derivando daí a renda da terra. Porém, o arrendamento desta só poderia ocorrer com a adoção de outras formas de organização do trabalho, o que promoveu a inserção do trabalho livre através da exploração da força de trabalho dos índios, ex-escravos, peões e trabalhadores livres (imigrantes estrangeiros).

O colonato nas regiões Sul e Sudeste e o sistema de morador¹¹, na região Nordeste, são exemplos claros dessa nova forma de organização do trabalho no campo.

Um olhar para o que representou essa última forma de trabalho no Nordeste açucareiro faz-nos entender que o único dever do patrão, no sistema de morador, era dar a terra e a permissão para plantar, sendo dever do morador cumprir com a obrigação de dias de serviços gratuitos (cambão)¹² ou pagar anualmente uma renda fundiária, em dinheiro ou foro¹³, aos seus patrões. Além disso, eram obrigados a viver uma relação de compadrio e lealdade em defesa do patrão, o que, muitas vezes, levava-os a envolver-se em conflitos com outros proprietários.

Se, no Nordeste, a realidade era essa, no Sul e Sudeste do país, os imigrantes europeus chegavam com a esperança da terra prometida. Mas, na verdade, a tarefa básica dos imigrantes foi substituir o trabalho desempenhado pelos escravos e implementar novas técnicas no plantio do café, submetendo-se ao poderio dos fazendeiros que os explorava por meio do sistema de meação ou do foro.

Vale dizer que, embora de maneira diferenciada, o sistema de moradia prevaleceu em quase todas as regiões do país, onde a família camponesa sujeitava-se a viver marcada pela cultura do mando, unicamente para garantir a sua sobrevivência. Acrescente-se, ainda, que a opressão também vinha por outras maneiras, pois aqueles moradores que não conseguissem pagar suas dívidas nos barracões não podiam mudar-se para outra fazenda.

¹¹ Moradores, segundo Moreira, “eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização para habitar na terra e (...) cultivar uma roça” (1997a, p. 43).

¹² Cambão, espécie de regime pelo qual o camponês tinha de trabalhar vários dias por semana na roça dos proprietários sem receber nenhum pagamento.

¹³ Foro, pagamento de uma renda anual ao proprietário para o uso da terra. Consultar Moreira (1997a).

Assim, o advento do que seria o trabalho livre no Brasil significou muito mais a conservação da separação entre trabalhador e os meios de produção; ou, como disse Fernandes “... a subordinação acontecia pela venda da força de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista” (2000b, p. 27).

Há de se dizer que a sustentabilidade dessas relações de trabalho só foi possível por três motivos: a exploração e a expropriação da terra e do camponês; a prática da grilagem¹⁴ e o arrendamento da terra. E, no que se refere ao arrendamento, quase não havia qualquer direito sobre a terra e quase nenhum vínculo salarial nas relações de trabalho, pois se sustentava na agricultura familiar, em que os camponeses moravam nas grandes fazendas (seja pelo sistema de moradores agregados, sitiantes, pequenos proprietários ou posseiros), desbravavam a terra e produziam as grandes propriedades capitalistas (derrubavam as matas, formavam o pasto, criavam o gado, plantavam o café). Ao terminar esse trabalho, eram obrigados a abandonar a terra e procurar outras fazendas.

Toda essa perspectiva, de um lado, consolidou a expansão do capitalismo no campo, configurando-se no elemento básico para que os proprietários obtivessem mais lucro às custas da expropriação camponesa; por outro lado, desencadeou a expulsão dos sem-terra, o que acelerou a eferescência dos diversos conflitos fundiários no Brasil. Os camponeses (índios, escravos, sem terra) tendiam a reagir contra o “*cativeiro da terra*” e contra a “*terra de negócio*”, seja pelos movimentos de rebeldia (cangaceiros lutavam, saqueando os armazéns e fazendas para saciar a fome assolada pela seca), pela formação dos movimentos místicos ou pelas sucessivas guerras (Canudos, Cabanagem, Contestados, etc.). Vale dizer que toda essa reflexão realizada a seguir, foi fruto de um material a nós solicitado para trabalhar com a formação de Jovens Sem Terra, à medida que fizemos parte de uma de suas atividades e que resolvemos incluir nesse trabalho.



¹⁴ Representa “a falsificação de documentos e outras atividades ilícitas, como subornos de funcionários públicos, além dos crimes praticados contra os camponeses posseiros” (Fernandes, 2000b, p. 27-28).

ATO I – APRENDENDO COM OUTRAS LUTAS

Cena 1.1. A resistência do Quilombo de Palmares

A forma mais conhecida de organização do povo escravo no combate aos colonizadores donos de engenho se deu através dos Quilombos, há aproximadamente três séculos. Os escravos lutaram contra o cativo, pela sobrevivência do seu povo; pelo trabalho livre e, principalmente, pela condição de *ser* considerado humano. O Quilombo de Palmares¹⁵ é considerado um dos principais espaços da resistência negra.

Localizado na província de Pernambuco, hoje Zona da Mata, Palmares tinha uma grande vantagem na organização dos escravos, pois era uma região de difícil acesso. Além disso, as várias lagoas e a terra favorável ao cultivo de subsistência contribuíram para o abrigo de cerca de 30 mil pessoas. Esse quilombo teve como principais organizadores, Zumbi dos Palmares e Ganga Zumbam (esse último, até o momento em que foi cooptado), que juntos com o seu povo, enfrentaram as forças poderosas dos colonizadores portugueses.

Os aspectos fundamentais para manter os quilombos de pé, segundo Calado (1994-1995), consistiam na forma de organização da comunidade. Tanto esse autor, quanto Freitas (1983), ao tratarem da forma de organização dos escravos, apontam que, no processo de formação dos quilombos, além da característica geográfica que beneficiou tanto tempo de resistência, um fator importante que demarcou a luta desses povos foi o potencial político-educativo da forma de organização dos quilombolas. Mesmo espalhados por todo o Brasil, os quilombolas asseguravam os valores herdados da comunidade africana: o espírito comunitário e solidário (funcionando como valor predominante na coletividade) a escolha de seus representantes através de conselhos e um sistema de autonomia orientado a

¹⁵ Era constituído por um conjunto de sítios onde as comunidades negras se abrigavam, relativamente bem protegidas no seio da mata. Consultar - CALADO, Alder Júlio Ferreira [et. al.]. *De Palmares a Canudos: em busca de novas raízes*. João Pessoa: Idéia, 1995, p. 27.

cada mocambo, onde todas as decisões eram tomadas em assembléias (votando chefes e adultos). Esses eram elementos que davam a base de sustentação dos quilombos.

Outros aspectos importantes na organização, também referidos por Calado (1994-1995) foram representados pela organização do trabalho e do sistema de organicidade. Além de produção de uma cultura de subsistência (milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata e legumes), havia a distribuição de tarefas, como também a forte presença do trabalho artesanal (potes de argila, instrumentos musicais, tecidos, objetos de uso cotidiano), e ainda o resgate da sua cultura (através das festas ou cultos religiosos). Existia, também, a fabricação de ferramentas e armas (foices, enxadas, facão, flechas, aliados do seu sistema de produção) que serviam como meio de garantir a sua proteção.

No entanto, a vida nos quilombos não foi muito fácil. Mesmo com a grande preocupação com a segurança e a proteção, e apesar das sofisticadas técnicas militares de autodefesa, os quilombos não ficaram ilesos aos ataques e repressões das autoridades colonialistas e dos capitães do mato, que, quando capturavam um fugitivo dos engenhos, os tratavam sob as mais desumanas torturas. Um outro fator complicador da vida dos quilombolas, segundo Calado (1995), esteve marcado pelas diferenças étnicas (particularidades lingüísticas, religião e outros elementos culturais), as quais dificultavam a comunicação entre os diversos quilombolas. Também a falta de intercâmbio entre os diversos quilombos, dada a grande distância entre os mesmos, constituiu-se em limites que impossibilitaram uma maior organização dos povos escravos.

Dessa forma, os representantes do Estado escravista fizeram duras investidas contra os quilombolas, atacando-os por diversas vezes. Sabe-se que, de 1602 a 1694, Palmares resistiu às emboscadas do Exército, e somente as tropas de Domingos Jorge Velho é que conseguiram destruir o território palmarino.

Apesar disso, o enfrentamento do regime escravocrata, cuja forma mais cruel de exploração foi o cativeiro, durou quase três séculos. Os escravos foram vencidos, mas a riqueza de seus valores e de sua cultura permanece viva, através da memória histórico-cultural dos quilombos, sendo possível localizá-la nas mais diversas esferas do cotidiano, através da religiosidade, das danças, da arte e dos

costumes alimentares. Mantêm-se acesa, até hoje, as mais importantes e legítimas aspirações de liberdade e de resistência rumo à construção de novos ideais.

Cena 1.2. A revolta da Cabanagem

A revolta da Cabanagem, ocorrida no Pará por volta de 1835, ficou conhecida como o único movimento popular no Brasil em que o povo tomou o poder por mais ou menos 45 dias. Sendo a primeira vez em que miseráveis e mendigos, pessoas comuns, subiam ao palácio para governar.

Essa revolta significou o momento em que mais uma vez o povo lutava contra a miséria. De tão pobres, moravam em cabanas à margem do rio. O fato é que a Cabanagem aglutinou uma população de 120 mil habitantes do Pará, dos quais cerca de aproximadamente 25 mil pessoas, entre elas índios, escravos, mestiços e brancos pobres, envolveram-se nesse conflito. Na sua origem, o principal líder era o padre Batista Campos, que se embrenhou pelo interior pregando a revolução.

Segundo Fernandes (2000a, p. 33), uma das características políticas que se expressou mais fortemente nessa revolta foi o seu caráter de luta contra as investidas européias, especialmente contra o governo regencial e contra a exploração da Amazônia. Foi dessa forma que os cabanos formaram um governo de caráter radical e popular. Um dos seus primeiros atos de acordo com Mitsue (2001, p. 67), foi expropriar armazéns e depósitos de alimentos, para distribuí-los aos pobres.

No entanto, em 1837, essa revolta cessou, dada a falta de uma maior organização política dos seus líderes. Sabe-se que cerca de 25% da população, na sua maioria homens, morreu na batalha. Os poucos restantes, apesar de toda a repressão e torturas, continuaram lutando até 1840, quando finalmente todos foram dizimados.

Apesar de pouco estudada e da falta de registros da sua história, a Cabanagem é apontada, por alguns autores, como a “guerra esquecida”. Acreditamos que o teor dessa revolta teve muita semelhança com o que foi vivido em Canudos, Contestado e Caldeirão.

Cena 1.3. “Canudos não se rendeu”¹⁶

Canudos, também chamada de Belo Monte, conforme Souza e Machado (1997), era vista por seus seguidores como a terra da prosperidade. Localizava-se às margens do rio Vaza-Barris, no Sertão Baiano, consistindo em uma das cidades nordestinas que integravam o polígono da seca. No seu processo de organização, aglutinou uma população formada por índios, negros e mestiços; enfim, povos humildes do sertão.

A comunidade foi fundada em 1893, liderada por Antonio Conselheiro, o qual percorreu o sertão nordestino utilizando-se de pregações e profecias, através das quais falava de fé, de justiça e igualdade às massas camponesas, sendo esse último aspecto, talvez, o elemento principal que estimulou o Conselheiro a lutar contra a miséria e a fome dos sertanejos marginalizados.

Antes é preciso lembrar que a estrutura política da época, diga-se, o regime coronelista, provocou conseqüências desastrosas para a vida desses sujeitos. Assim, os coronéis, senhores que gozavam de grande prestígio político, passaram a ter total domínio sobre grandes extensões de terras, estimulados pelo respaldo da Lei de Terras de 1850. E esse fator foi determinante para que a terra se tornasse propriedade privada às oligarquias rurais e condição essencial para que se desse a sujeição e a exploração do trabalho camponês. Esses fatores criaram um grande abismo para os sem-terra, e serviram de estímulo ao seu processo de organização.

Mas foi na figura do beato que se pôde ter a peça essencial para essa condução, porque, além de arremeter fiéis à fé católica, estabelecia-se como uma referência em favor dos povos pobres do campo. Antonio Conselheiro, desse modo, desempenhou um papel mobilizador, fato que viria a incomodar as autoridades. Porém, um dos principais atos que teriam marcado a vida do Conselheiro, refere-se à revolta contra os altos impostos cobrados dos feirantes. Sua atitude irreverente contra o poder da República, levou-o a queimar os editais de cobrança de impostos.

¹⁶ Aqui apresentaremos apenas uma síntese do assunto. Seu detalhamento pode ser encontrado nos estudos de Calado (1994-1995), Souza e Machado (1997) e Fernandes (2000b).

Essa atitude fez jus ao nome do Conselheiro: homem justo, filho de pequenos produtores, dedicou sua vida a aconselhar as massas camponesas na luta por melhores condições de vida. O fato de ter sido pequeno produtor fez com que ele convivesse com profundas injustiças sociais, frente à perseguição do latifúndio, inspirando a lutar junto aos demais trabalhadores sem terra. Isso, talvez, tenha sido o elemento facilitador na organização da comunidade de Canudos, que nasce em meio à luta contra a exploração, a miséria, a discriminação e as injustiças, frente à estrutura de poder republicano, o que talvez também tenha tornado Canudos conhecida como a maior experiência de luta popular camponesa contra a dominação dos coronéis.

Na sua formação, Canudos atraiu mais de 25 mil pessoas, cuja condição essencial para fazer parte da comunidade era praticar os preceitos da fé cristã. Com relação a sua organização sócio-político-econômica, Canudos, na opinião de Fernandes (2000b:29), teve no trabalho cooperado a essência básica da vida coletiva. Por isso, primou, essencialmente, pela igualdade de direitos, sendo assegurado a todos o direito à terra, ao trabalho e à escola. Sua forma de organização do trabalho dava-se de modo que cada um participasse da produção, na agricultura familiar, no artesanato, ou no comércio. Um princípio básico da comunidade era o sentimento de partilha, tanto no uso como na destinação dos bens produzidos pela comunidade. Como resultado, Canudos transformou-a num importante centro de produção regional.

Um outro aspecto que destacava a vida em Canudos era a preocupação e a solidariedade com o outro, a exemplo dos velhos e doentes que não podiam subsistir da força de seu trabalho, os quais podiam usufruir um fundo especial para o seu sustento.

Mas essa forma de organização e o desenvolvimento de Canudos demonstravam que os grupos dominantes não estavam dispostos a consentir essa experiência. E isso foi o fator preponderante para que Igreja e Estado se aliassem na intenção de derrotar a vida em Canudos, o que caminhou para o conflito armado. Dessa maneira, a primeira tentativa veio pela persuasão ao Conselheiro e seus seguidores para que se retirasse dali. Não se obtendo o intento, implodiu a guerra. De 1896 a 1897 ocorreram cinco sucessivas expedições militares contra Canudos.

Todos os ataques foram combatidos, até que o confronto de forças desiguais, envolvendo pouco mais de 8 mil soldados, culminou no cerco completo e no extermínio da comunidade. Mas, como disse Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, “Canudos não se rendeu”.

Essa revolta, que encerrou o século XIX, constituiu-se na guerra mais sangrenta e violenta contra os camponeses no Brasil, cuja maior justificativa encontrava-se na disputa pelo poder político, de acordo com Fernandes, (2000b, p.30):

Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares.

Canudos foi vencido, mas a memória de sua luta mantém-se acesa até hoje, podendo ser fortemente representada na luta dos sem-terra.



ATO II - O CERCO DA TERRA NO BRASIL: DO CAMBÃO AO FORO – UM PROCESSO COMBINADO DE DOMINAÇÃO DO CAMPONÊS SEM-TERRA

Cena 2.1. Algumas memórias do Brasil republicano

O movimento republicano, que nasceu por volta de 1868/1870, fundamentou-se nas ideias de progresso, extinção da monarquia e descentralização do poder por meio do federalismo. Compôs seu quadro de militares, intelectuais, oligarcas do café e parte dos setores agrários novos, grupos urbanos emergentes. Esse novo regime norteou-se pelos seguintes princípios: ampla autonomia aos Estados, reconhecimento dos direitos do cidadão como a liberdade e a propriedade, instituição do regime presidencialista e do voto direto (SOUZA e MACHADO, 1997).

Entretanto, o quadro político visualizado em toda a República, mais especificamente no campo brasileiro, esteve sustentado, substancialmente, pelo respaldo da força e do monopólio da violência exercido pelo poder coronelista que, em nome da defesa, da ordem e da moral, usou das mais diversas formas de repressão, com o propósito único de proteger os interesses latifundiários. Assim, houve sucessivos governos, começando com Marechal Deodoro da Fonseca, passando por Floriano Peixoto (1891/1894), Prudente de Morais (1894/1898), Campos Sales (1898/1901), dentre outros, cuja principal bandeira eram o projeto modernizante e o rompimento com o passado colonial.

Esse projeto reunificou todas as posições que compunham os blocos agrários, embora pretendesse romper com o passado colonial. Mas, na verdade o que fez, segundo Linhares e Silva (1999), foi produzir uma política protecionista em defesa dos seus interesses econômicos (principalmente no que diz respeito a créditos fáceis, redução dos impostos de exportação, abertura do setor cambial para a construção de portos e ferrovias e estabilidade no preço do café), contribuindo, para o aprofundamento do cerco da terra e a legitimação do poder latifundiário.

Assim, a política geral da República foi extremamente conservadora e dominadora, sendo as oligarquias fundamentadas no prestígio e no poder do latifúndio que passou a tomar conta de todo o aparelho político e judiciário dessa forma, exercer total controle sobre a sociedade. Nesse sentido, o papel do Estado era garantir uma ordem agrário-conservadora de caráter moralista e provedor, agenciada por uma política de favores (emprego para uma pessoa da família, construção de um açude na propriedade de um compadre etc.) e de violência, contribuindo para a predominância de uma cultura do mando e da obediência.

Essa foi à forma imposta pelos coronéis para manter essa hegemonia política e fundamentar a negação do acesso à terra aos camponeses, que embora reduzidos a meros caipiras e jecas, promoveram diversos conflitos e construíram importantes histórias de luta, como vimos anteriormente em Canudos, Contestado, dentre outras.

Entretanto, o ponto convergente para a configuração dessa hegemonia, de acordo com Linhares e Silva (1999, p. 76-77), foi a própria Constituição de 1891,

que, no seu texto, garantia a transferência das terras públicas ao patrimônio dos Estados da federação e autorizava à oligarquia e aos coronéis a legitimação de amplos domínios fundiários. Além da Constituição, a Lei do Orçamento Geral da República (1891) e a Lei do Orçamento da União (1901) reconheciam a regulação da posse da terra aos arrendatários (grandes fazendeiros que ocuparam terras públicas) e, ao mesmo tempo, estabeleciam as condições do aforamento (1/40 do valor do terreno), além de consagrar a posse das terras à Igreja e ordens religiosas, deixando de fora camponeses pobres, ex-escravos e índios.

Isso, associado à problemática vivida no polígono das secas, impulsionou a mobilidade de grandes contingentes populacionais de camponeses que, açoitados pela fome e a miséria, deslocavam-se do Nordeste, em direção às lidas no extrativismo da borracha, na região Norte do país, sendo, assim, o passo propício para se expandir a concentração das terras nas áreas de fronteiras, favorecendo a origem de projetos de colonização na Amazônia. Na prática, essa proposição apenas fortaleceu uma política de sustentação das grandes empresas multinacionais, que se estabeleciam na Amazônia e, conforme analisou Martins, “(...) serviu para intensificar até brutalmente a tendência concentracionista da propriedade da terra, levando não só à ocupação rápida e em grande escala das áreas novas, mas também à expulsão de índios e posseiros” (1991, p. 72). Um exemplo desse momento foi a Guerra do Contestado.

Cena 2.2 A Guerra do Contestado

O nome Contestado, conforme apresenta Calado (1994, p. 57) refere-se a uma disputa entre os Estados sulistas do Paraná e Santa Catarina pela posse da terra na região planáltica. Uma disputa já iniciada no século XVIII, quando esses dois Estados já conviviam com conflitos de terra envolvendo diversas famílias, na luta por um pedaço de chão.

Como afirma Souza e Machado (1997, p. 78), as terras de Contestado eram consideradas região do abandono, terra de ninguém. Até então, eram apenas ocupadas por posseiros. Com a modernização advinda da República, essas terras passaram a ser muito disputadas pelo comércio exportador de madeira.

Esse fator viabilizou os acordos entre o governo e a empresa inglesa *Brazil Railway Company*, cujo resultado foi a concessão de grandes extensões de terras (15 a 30km de largura) a essa empresa, com o intuito de instituir projetos de colonização, e como forma de pagamento à construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande.

A terra então deixou de ser de ninguém, e tudo que nela havia sido produzido passou a pertencer à empresa, significando que “o mate e a madeira não poderiam ser mais cortados. Ou pertenciam ao coronel, ou pertenciam ao grupo da ferrovia” (SOUZA e MACHADO, 1997, p. 79). Com isso, milhares de famílias que viviam nessas terras foram expropriados e expulsos brutalmente, restando-lhes como alternativa de sobrevivência o trabalho nas ferrovias. Esta atividade trouxe um contingente de trabalhadores de vários Estados. Terminada a ferrovia foram expulsos, não só o camponês, mas cerca de 8 mil trabalhadores que ficaram vagando na região, caminhando para uma situação insuportável.

Mas a forte crença religiosa e a credibilidade na figura do beato e do monge fizeram com que os sertanejos, desta vez do Sul, ainda embalados pela memória de Canudos e Caldeirão, começassem a reagir a esta situação e a lutar pela terra.

Na opinião de Calado (1994, p. 58-59), monges, beatos e leigos tinham o papel não só de manter forte a religiosidade, mas também tornar ainda a força de animação e de luta junto às comunidades rurais. Assim foi com o monge João Maria, que havia peregrinado nos idos de 1890, e com o beato José Maria, seu sucessor, de características semelhantes ao anterior.

Assim, em 1912, grandes contingentes de sertanejos sem terra resolvem segui-lo e lutar contra o poder do coronelismo, do Estado e dos interesses do capital estrangeiro. O monge, junto com os camponeses, seguiu em direção à região de Campos Novos (SC) e depois à Irani, região contestada pelos Estados de Paraná e Santa Catarina. Essa chegada, conforme interpreta Fernandes (2000b, p. 31) foi entendida como uma invasão dos catarinenses, fazendo com que se instalasse ali a 1ª batalha entre sertanejos catarinenses (seguidores de José Maria) e a Polícia Militar do Paraná, que, no primeiro ataque, foi derrotada. Entretanto, a vitória significou a perda do líder José Maria.

Mas novas lideranças foram se formando, e em 1913 o ressurgimento do movimento messiânico se deu pelo comando de Manoel, filho de Euzébio, antigo companheiro de batalha de José Maria, o qual passou a reorganizar os fiéis que o seguiram até Taquaruçu, fundando a “cidade santa”. Nesse reduto, a essência básica era que tudo deveria ser dividido: “...Todos eram iguais. Plantavam, criavam alguns animais, construíram casas e viviam na comunidade...” (SOUZA e MACHADO, 1997, p. 82).

O governo logo tomou conhecimento da nova cidade, e os coronéis, as tropas do Paraná e Santa Catarina, e a multinacional Brazil Railway se uniram para reprimir o reduto. Mais uma vez, foram derrotados pelos camponeses, abandonando as armas e a munição. A Comunidade se reorganizou e caminhou em direção ao arraial de Garaguatá, coração de Contestado. A liderança dessa vez, de acordo com Souza e Machado (1997, p. 83), estava sob o domínio de uma filha de lavrador, de apenas 15 anos, chamada Maria Rosa.

Nesse reduto, conforme Fernandes (2000b), passaram a viver 5 mil pessoas, tendo a terra como propriedade comum a todos. Porém essa tranquilidade durou pouco tempo, e esse reduto foi mais uma vez atacado pelas autoridades republicanas, destruindo assim, o principal núcleo de resistência.

O período subsequente, de 1914 a 1916, é mostrado por Souza e Machado (1997), como um período truculento para a comunidade e cheio de batalhas e lutas, mas que consolidou a formação de novos redutos, que continuaram a espalhar o espírito de resistência, chegando a juntar aproximadamente 15 mil pessoas.

Entretanto, o ano de 1914 foi o período de maior resistência dos camponeses, os quais partiram para a ofensiva. Dessa vez, segundo Fernandes (2000b, p. 31), passaram a acusar o governo de maltratar os trabalhadores e de entregar as terras às empresas estrangeiras.

Assim, atacaram fazendas e cidades e passaram a controlar as ferrovias. Essa atitude provocou a guerra final, pois o governo republicano investiu em 8(oito) mil homens e num acervo de armas e munições, passando a bombardear e cercar todos os redutos, numa luta desigual. Até que as várias “cidades santas” caíram por terra, e os que não eram mortos eram presos e condenados a trabalhos forçados.

Mas foi, fundamentalmente, na virada do século XIX para o século XX, com o avanço do capitalismo industrial, que se pôde evidenciar o crescimento da produção, o êxodo rural e a concentração de novas populações urbanas (daí a formação do proletariado urbano). Os reflexos dessa situação podem ser justificados a partir de vários acontecimentos mundiais¹⁷:

- A Revolução Tecnológica de 1870, que ocorreu na Europa, esteve diretamente ligada ao processo de substituição do trabalho artesanal pelo trabalho industrial. Isso provocou uma série de mudanças nas bases de organização do trabalho e nos métodos utilizados para a expansão dos sistemas capitalistas mundiais (trouxe com ela a necessidade do processo de modernização dos grandes complexos industriais e a necessidade de ampliação do comércio para suas produções) que, com o acúmulo de capitais, passaram também a investir nas áreas rurais, produzindo o controle capitalista no campo, principalmente por meio da concentração da propriedade agrícola.
- A Revolução Russa, que ocorreu pouco antes da Primeira Guerra Mundial, envolveu uma maioria de pobres camponeses que lutavam contra o regime czarista (imperadores russos). Vale dizer que a essência dessa Revolução estava no fato de a maioria das terras ainda encontrar-se concentrada nas mãos da aristocracia (nobreza rural), fato que provocava a baixa produtividade agrícola e as freqüentes crises no abastecimento de alimentos na cidade e no campo. Em meio a tudo isso, a exportação do petróleo, a implantação de estradas de ferro e a industrialização siderúrgica favoreciam o processo de desenvolvimento da industrialização russa. Entretanto, a conseqüência mais visível era um terrível regime de exploração sofrido, principalmente, pelas populações do campo (salários baixos, jornadas de trabalho extenuante). Esses fatores aqueceram a intensificação de correntes políticas que se chocavam com esse regime de sociedade, dando origem à corrente marxista e à fundação do Partido Operário Social-Democracia, cujos principais fundadores foram Lênin e Trotsky, dentre outros, que dividiram em dois grupos mencheviques (acreditavam que era preciso esperar o pleno desenvolvimento do capitalismo e suas contradições, para dar início à revolução) e bolcheviques (liderados por Lênin, defendiam que os trabalhadores só chegariam ao poder pela luta revolucionária, daí propor a ditadura do proletariado). O resultado, com a Revolução de 1917, foi o fim do regime czarista e a criação do primeiro Estado socialista.

¹⁷ Para o aprofundamento da questão, consultar: COTRIM, Gilberto. *História e Consciência do Mundo*. São Paulo: Saraiva, 1995.

- O início do século XX ficou marcado pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), que se fundamentou principalmente na rivalidade econômica envolvendo as principais potências europeias, Inglaterra e Alemanha, que lutaram pela ostentação dos seus mercados comerciais (indústria bélica e produção agrícola) e pelo controle dos territórios, fornecedores de sua matéria-prima. Essa situação, por um lado, agravou as tensões entre essas nações e os países aliados e trouxe sérias complicações aos camponeses (fome, miséria, doenças etc.), mas, por outro, fortaleceu a criação de partidos camponeses que questionaram a forma de propriedade capitalista e forçaram a implantação da reforma agrária como a alternativa para a transformação da questão agrária.
- O fim da Primeira Guerra Mundial projetou os EUA como uma das potências econômicas mais importantes, todavia, fez com que esse país vivesse uma das piores crises no seu mercado industrial, haja vista o seu nível de produção e a falta de compradores para os seus produtos, acarretando uma terrível crise que desembocou na quebra das bolsas de Nova York em 1929 (o termômetro do mundo capitalista), em que inúmeros bancos e empresas foram à falência. O preço das matérias-primas diminuiu, provocando a superprodução, repercutindo na redução das exportações, o que atingiu diretamente a economia brasileira.

O Brasil, por sua vez, tinha uma economia baseada no mercado agroexportador e despontava num momento favorável à produção cafeeira. Porém, a crise de 1929 afetou diretamente o preço dos produtos exportados, incidindo diretamente na superprodução do café, o que desencadeou o declínio do setor agroexportador, que, com seus mercados fechados, levou à falência muitos barões do café. Conseqüentemente, a falta de divisas e a baixa no preço do café, de acordo com Freitag (1980), constituíram o motivo para que houvesse a intervenção do Estado, principalmente na compra de toda a produção excedente, que se deu com o auxílio de créditos e valores adquiridos no mercado exterior, corroborando assim o aumento ilimitado do endividamento externo do país.

Nesse sentido, a crise de 1929 encaminhou as mudanças estruturais na sociedade brasileira, instituídas principalmente pelo modelo de substituição de importações. Esse modelo, além de propiciar a diversificação da produção, expandiu o sistema industrial, o que relativizou o poder econômico dos cafeicultores (coronéis-latifundiários), que passaram a dividir o poder com a nova burguesia urbano-industrial. Essa formação propiciou o deslocamento de capitais de inves-

timento para outros setores produtivos, convergindo, deste modo para o fortalecimento da classe dos empresariados.

Todo esse panorama nacional e internacional facilitou a disputa entre poderes e desembocou na Revolução de 1930, maquinada por grupos militares (tenentes) e apoiada pela nova classe burguesa em ascensão (empresariado industrial), que como consequência levou Getúlio Vargas ao poder.

Os efeitos dessas mudanças incidiram diretamente sobre o domínio tradicional das oligarquias agrárias, muito embora Vargas, ao assumir o poder, tenha mantido o apoio ao setor cafeeiro. Sob o lema de uma política nacional populista-desenvolvimentista, abriu total apoio ao processo de industrialização no país. Esse momento denominado por Freitag (1980, p. 54), processo de substituição de importações é por ela assim considerado:

... se antes o desenvolvimento da economia agroexportadora dependia do mercado mundial e, portanto, de decisões que escapavam aos produtores internos, essas decisões passaram a ser tomadas internamente, quando o setor produtivo passou a satisfazer as necessidades dos mercados internos, produzindo bens de consumo que antes eram importados.

Isso foi, portanto, a garantia para se implementar a indústria nacional que, sob a intervenção estatal iniciou-se com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, (produtora de aço), a Companhia Vale do Rio Doce – CRVD (para extração do minério), a Companhia Hidrelétrica de São Francisco – CHESF (no setor energético), e a Companhia de Álcalis (no setor químico).

Desse modo, poderíamos caracterizar a era Vargas em três momentos complementares: *o primeiro momento* que se baseou essencialmente em uma política global de desenvolvimento interno, que só seria possível por um estado intervencionista, centralizador e forte, cuja garantia estava na formação da produção nacional e na constituição de um mercado auto-sustentável. Foi dessa forma que Getúlio investiu no parque industrial nacional, direcionando a economia para o setor urbano; *o segundo momento*, fruto de um Estado controlador, quando Vargas implementou uma política de uso das instituições (incorporação do sindi-

calismo ao Estado) e exerceu total controle sobre a classe operária. Um caminho eficiente, para tanto, esteve respaldado pela criação das leis trabalhistas que dentre outras coisas implementavam a jornada de 8 horas, proibiam o emprego de crianças menores de 14 anos, instituíam férias remuneradas, o salário mínimo e a aposentadoria; um *terceiro momento*, o da política do Estado Novo, ficou por conta das terríveis cenas de repressão, principalmente aos movimentos sociais: Vargas aboliu os partidos de esquerda, perseguiu as lideranças políticas, criou uma política salarial única, unificou os sindicatos que passaram a ser controlados pelo Ministério do Trabalho¹⁸.

No que se refere ao campo, o projeto varguista deveria atender, de modo subordinado, às necessidades dessa política econômica. Dessa maneira, os trabalhadores rurais representavam apenas peça simbólica desse desenvolvimento. Linhares e Silva (1999, p. 111), avaliam que a opção de Getúlio era a construção de uma base urbana e fabril, em que a incorporação das massas camponesas era realizada através de imagens positivadas do homem do campo:

O papel do campo no projeto maior de modernização varguista seria plenamente atendido; não seria possível garantir a modernidade industrial sem respostas efetivas do campo. Porém, a capacidade de incorporá-lo nos moldes da cidade era, ainda, restrita, levando o Estado a optar, num primeiro momento, por uma incorporação (...) imaginária do trabalhador rural.

Assim, no seu projeto, Vargas haveria de superar o atraso no campo, e, para tanto, a agricultura brasileira desempenharia funções básicas: “abastecer a população, financiar as importações, baratear o preço da produção industrial nascente, ocupar o território e gerar empregos” (op. cit, p. 126). Pode-se assim dizer que o que restou para o campo foram projetos de colonização em áreas de fronteira, nos espaços vazios do Centro-Oeste, nas áreas deprimidas do Nordeste e na imensa Amazônia, ocupando principalmente áreas de Goiás, Dourados, Ron-

¹⁸ Para mais aprofundamento consultar: (MITSUE, Morissawa. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001 e SOUZA, Cláudia Moraes e MACHADO, Ana Cláudia. *Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1997).

dônia, Mato Grosso do Sul e Piauí, ficando praticamente inalterada a estrutura fundiária. Sendo assim, colonizar era sinônimo de produzir mais para o mercado interno e expandir as fronteiras do país, além de representar a forma viável para eliminar as tensões decorrentes da crise de 1929.

Transferindo o foco desse olhar para a realidade nordestina, Moreira (1997, p. 52-56), ao analisar o processo de formação e evolução do espaço agrário paraibano, aponta que, foi exatamente nesse período, do auge da atividade canavieira (introdução dos engenhos a vapor e a implantação das usinas), que a vida do camponês sofreu sérias transformações. Esse foi o período, segundo a autora, em que mais se reduziu a formação da pequena propriedade e como consequência a produção alimentar, uma vez que todos os esforços do camponês estava dirigido para a manutenção desse sistema de produção. E embora o mercado açucareiro tenha vivido um período de crise (atrelada à competição desigual do nosso produto com o açúcar de beterraba produzido na Europa em pleno século XIX num processo de tecnologia avançado que viabilizava altos rendimentos), não houve qualquer abertura ao crescimento do pequeno produtor, havendo, um total fracasso do setor agrário, apesar de todo investimento do poder público neste sistema de atividade. Para a autora, isso se explica por três razões básicas: a resistência dos proprietários de engenho a esse projeto de industrialização por medo de transformarem-se em meros fornecedores de cana, a má utilização dos recursos públicos e a irregularidade no fornecimento da cana, causando a falta de controle dos preços do açúcar.

Tal receio se justificava pelo medo dos senhores de engenho de perder o prestígio político e econômico, pois, com a instalação da Usina (subsidiada por empréstimos a juros baixos e isenção de impostos num período de 5 a 15 anos), facilitou-se a concentração da terra nas mãos de poucos donos, e fortaleceu-se o estabelecimento da nova classe dos usineiros. Na Paraíba, um exemplo mostrado pela autora comprova que, até 1945, a grande maioria das terras das usinas concentravam-se nas mãos de duas famílias oligárquicas: os Ribeiro Coutinho (litoral) e os Veloso Borges (mais conhecidos como grupo da Várzea).

Porém, a situação do camponês fica ainda pior com a queda no preço do açúcar no mercado internacional nos idos de 1924, o que provocou uma acentua-

da crise no mercado açucareiro (muito embora os grandes usineiros auxiliados pelo poder público mantivessem a sua produção), trazendo sérias transformações nas relações de trabalho no campo. E, mais precisamente, com a instalação e a expansão das usinas, provocando profundas mudanças na organização da produção e do trabalho, pois, se por um lado as novas tecnologias traziam melhorias no produto final do açúcar; por outro, concorriam para que a concentração da terra se intensificasse nas mãos de proprietários, que promoviam a expulsão e a expropriação do trabalhador rural. Assim, os poucos que ficaram transformaram-se em trabalhadores assalariados, os quais, ainda no caráter de morador de condição, mantiveram-se na terra sob o regime de cambão e com a obrigação de dar diferentes destinos a ela, pelo desenvolvimento de outras culturas, juntamente com a plantio da cana. Para Martins (1981), o exemplo do trabalhador canavieiro representou e representa o retrocesso nas relações de trabalho no campo: de agregado marginal (trabalhador escravo), passou a foreiro, morador de condição, decaindo para o trabalhador temporário e o boia-fria.

Essa foi a agravante que demarcou a história de contingentes de camponeses pobres do Nordeste, que passaram a lutar contra essa situação e mais precisamente contra o regime de cambão, condição de vida que, além de promover a exploração do camponês, fazia com que ele fosse a cada dia tornando-se mais dependente, porque o que ele conquistava de renda era deixado nas mercearias, que pertenciam ao próprio proprietário.

Todos esses fatores contribuíram para a eclosão da luta pela terra no Nordeste. Nesse fator, vamos encontrar uma das feições que deram origem à organização das Ligas Camponesas, que, com o seu poder de mobilização e organização constituiu-se em um dos mais importantes capítulos da história do campesinato brasileiro.

Cena 2.3. As Ligas Camponesas: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”

Um olhar para o que representou a realidade de vida da grande maioria da classe trabalhadora que vivia nas grandes propriedades, leva-nos a perceber que sua condição associava-se à de miseráveis da terra, pois viviam sem nenhuma

garantia de direitos, tendo que plantar para si, em volta de casa se é que podemos chamar de casa, os pequenos casebres feito de taipa (casa de barro com varas), onde moradores e barbeiros dividiam juntos o mesmo ambiente.

Foi em meio a essa situação de dificuldades sócioeconômica e política que, em 1945 deu-se início aos primeiros ensaios das Ligas Camponesas, uma das maiores organizações políticas, que envolveu pequenos proprietários, parceiros, foreiros e meeiros. Trabalhadores(as) esses que resistiram à expulsão, à expropriação e a todo o processo de assalariamento da terra. Em meio a essa situação é que nasce a compreensão da luta pela terra quando às famílias camponesas passaram a lutar contra as cruéis formas de exploração: (o cambão e o barracão).

A primeira experiência da história das Ligas deu-se no engenho Galiléia, em 1954, situado no município de Vitória de Santo Antão/PE, quando os donos de engenho fixaram o aumento do preço do foro e tentaram expulsar os trabalhadores da terra. Essa atitude, além de provocar a fúria dos camponeses, deu origem à Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAPPP, formada por aproximadamente 140 famílias de sem terra (arrendatários, agregados, moradores, meeiros), que lutaram insistentemente pela terra de trabalho.

Na sua origem, de acordo com Calado (1994, p. 70), as Ligas, na sua intenção estatutária de associação, tiveram um caráter meramente assistencialista (caixa de fundo para despesas com os funerais e assistência à saúde dos camponeses), uma estratégia mais simples de poder organizar os (as) camponeses.

Com uma maior politização do grupo, a atuação das Ligas evoluiu para ser uma importante ferramenta de luta pela conquista da terra. E, embora na sua formação as Ligas tenham privilegiado o debate de problemas cotidianos dos moradores do engenho Galiléia, Sebastião - uma das lideranças das Ligas - representou a pessoa que estava atenta ao que acontecia na fazenda e o articulador dos sem terra daquela região. E foi justamente a partir da experiência de Galiléia que outras associações foram se espalhando em quase 30 municípios do Nordeste e do país.

Assim, de uma Associação aparentemente inofensiva, as Ligas foi mostrando seu potencial transformador, tornando-se reconhecida mundialmente,

dando-se, assim, o início da conscientização camponesa em torno da luta pela reforma agrária radical.

Desta forma, os camponeses resistiram na terra e chegaram a realizar ocupações de terras, tendo por lema “Reforma agrária na lei ou na marra”. A participação ativa dos seus membros e o apoio do PCB e da Igreja Católica foi à motivação para que os camponeses lutassem atentamente contra a repressão, a perseguição, o poder e a violência dos latifundiários. Muito embora a perseguição tirasse a vida de muitos valiosos camponeses na Paraíba, um desses nomes foi João Pedro Teixeira¹⁹.

Na Paraíba, a origem das Ligas se deu em 1957, com a criação da Liga de Sapé, uma das maiores do Brasil, cuja atuação significou um exemplo de força contra todas as formas de exploração ao povo camponês. Teve à frente João Pedro Teixeira, João Alfredo (Nego Fubá), Pedro Inácio (Pedro Fazendeiro), os quais organizam as Ligas em dezessete municípios do Estado²⁰. A maior empreitada de João Pedro, que enfrentou a perseguição diária do latifúndio, consistiu em romper com o monopólio de classe sobre a terra, para que o governo possibilitasse o processo de reforma agrária. Mas a vida de João Pedro teve os dias contados: havendo uma audiência com o governador, para definir a situação dos posseiros daquela região, os latifundiários valeram-se desse ensejo para armar uma tocaia que pôs fim a sua vida em 1962.

Mas a morte de João Pedro não significou o fim das Ligas Camponesas. Do contrário, cada crime cometido significou mais força, o que fez com que a organização, em três anos, associasse cerca de 15 mil trabalhadores e trabalhadoras sem terra, legitimando-a como uma forte organização de massa, que propiciou o processo de ocupação de terras. A luta pela terra em Sapé/PB, após a morte de João Pedro, teve sua continuidade por Elizabeth Teixeira (sua companheira), que só se deu por vencida após as investidas do golpe militar de 1964.

¹⁹ João Pedro Teixeira, filho de agricultores, transformou-se numa grande liderança na organização da luta pela terra na Paraíba, frente ao poder dos usineiros. Lutou, principalmente, contra o modo de trabalho imposto aos camponeses, tendo como bandeira a “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”.

²⁰ Maiores informações, consultar: BANDEIRA, Lourdes (et. al.). *Eu Marcharei na tua luta - A vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1997.

Contrariamente, esse mesmo golpe, que prendeu e torturou muitos sem terra, libertava, naquele mesmo ano, os soldados que mataram João Pedro. Esse período se caracterizou como o momento em que os trabalhadores e as trabalhadoras passaram a conviver com as ameaças e a capangagem, cenário ainda muito presente nas comunidades rurais em conflitos sociais. Porém, nem a violência, nem a dor, nem o medo, nem o choro, nem os massacres, a fome ou a morte, foram capazes de impedir o avanço da luta pela terra e o processo de organização dos sem terra, que, na visão atual, traz como um dos continuadores e herdeiros das Ligas Camponesas um dos mais importantes representantes, o MST.

Cena 2.4. Os primeiros intentos de reforma agrária

A base da organização das Ligas Camponesas influenciou outros movimentos em diferentes regiões dos país. Presenciou-se, assim, a forte luta dos posseiros, dos pequenos proprietários, dos colonos e arrendatários e a luta dos assalariados que resistiam à expulsão e à expropriação da terra e contra toda investida do proprietário-capitalista. O clima de efervescência das lutas camponesas e operárias caracterizou o momento propício para que se falasse na implementação de Reformas de Base (busca de transformação das estruturas sociais e econômicas), tendo como prioridade a questão da reforma agrária.

Vale dizer que, anteriormente, esse debate já se fazia presente na Assembleia Constituinte, na qual o Senador Luís Carlos Prestes, pela primeira vez, defendeu a tese de que a propriedade das terras no Brasil deveria estar nas mãos de quem nela pudesse trabalhar e produzir. Essa concepção, na opinião de Stédile (1997a, p. 12), vinculava a propriedade ao uso social para produção, fora derrotada. Porém esse debate garantiu que, na Constituição, estivesse prescrito que o governo poderia desapropriar as terras de interesse social.

Mas foi a intensificação da crise de abastecimento, principalmente nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e as tensões sociais, presenciadas no campo, que forçaram o governo, João Goulart (Jango) a pensar em políticas para solucionar os problemas sociais do camponês. E, embora com um caráter reformista, Jango planejou a reforma agrária da seguinte forma: “... Prevvia a desa-

propriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais. O governo tomaria terras improdutivas, isto é, pedaços de terra que os latifundiários, mesmo sendo donos, nunca tinham aproveitado e as distribuiria aos camponeses” (MITSUE, 2001, p. 83).

Nesse ínterim, em meio ao clima das reformas de base e da pretensa modernização, o governo de Jango se popularizou justamente em decorrência da defesa da reforma agrária como uma das soluções para redimensionar a economia brasileira e constituir o caminho para solucionar os conflitos no campo, que, por sua vez estava condicionado à questão do atraso rural, principalmente pela falta de avanço na tecnificação da agricultura. Como parte do plano de desenvolvimento do ministro Celso Furtado, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cuja proposição era que esse órgão se responsabilizasse pela reforma agrária e pelo financiamento da industrialização nessa região.

Todo esse processo trouxe outra forma de institucionalidade da questão agrária, e, como um primeiro passo para as reformas de base, nasce o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que viria estabelecer uma relação de trabalho baseada no contrato. Segundo Silva e Linhares, era, assim, um produto direto da criação da Superintendência de Política Agrária – SUPRA, que fixava alguns direitos e garantias aos trabalhadores do campo, resultantes da política nacionalista desse governo. Substancialmente, o Estatuto, conforme os autores, “consistia em assumir a generalização do assalariamento no campo, considerando (...) a extensão dos direitos trabalhistas” (1999, p. 173).

Outra avaliação a esse respeito, demonstrada por Silva (1999, p. 64), considera que essa Lei traz uma polarização na luta entre trabalhadores e proprietários, uma vez que:

O Estado, na medida em que polarizou essas lutas, evitou a organização política autônoma, logo, a constituição dessas classes como força social. (...) Assim, uma situação de permanente conflito existe em relação à maioria dos trabalhadores (representados pelos bóias-frias) que não são enquadrados na regulamentação desta lei como trabalhadores rurais. Dessa sorte, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais.

Esse fator, segundo a autora, criou uma abertura para que o empregador demitisse o trabalhador permanente e o contratasse como trabalhador volante, significando, portanto, o barateamento da força de trabalho. Assim, o lado polêmico do Estatuto é que ele regulamenta a exploração do trabalho, deixando intocada a estrutura fundiária e os interesses políticos dos latifundiários. No tocante aos trabalhadores, esse foi o meio propício que o Estado buscou para intervir na organização política dessa classe. Contrariamente, foi o período favorável ao movimento camponês no plano das instituições, sendo pois o momento em que “os movimentos camponeses tornaram-se mais fortes com a melhor organização da classe e, sob influência de organizações políticas e partidárias, consolidaram suas propostas e exigências de uma reforma agrária imediata” (STÉDILE, 1997a, p. 13).

Dessa diversidade, surge uma grande quantidade de entidades representativas do camponês, dentre elas a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil-ULTAB (1954), que sob a orientação do PCB, tinha como fim coordenar as associações camponesas, com a pretensão de formar uma aliança política entre operários e camponeses; o Movimento dos Agricultores Sem Terra-MASTER (1958-1963), dirigido pelo PTB, formado por agricultores sem terra (assalariado, peão, parceiro, posseiro e pequenos proprietários), cujo propósito era não sair da terra; diversas pastorais da Igreja Católica, algumas progressistas, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT (1975) e o Movimento de Educação e Base – MEB que lutaram pela conscientização, organização e alfabetização dos camponeses. Houve também outras entidades apoiadas pela Igreja conservadora, como a Frente Agrária Gaúcha – FAG e o Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte – SARN, cuja pretensão era evitar que os camponeses fossem influenciados por teses comunistas e ideais revolucionários²¹.

Esses movimentos, embora com tendências políticas diferenciadas, impõem o debate da reforma agrária. Conforme Stédile (1997a, p.15-16), apoiou-se nas seguintes teses:

²¹ Para melhor aprofundamento desses movimentos, consultar: Stédile (1997a); Fernandes (2000b).

- 1ª denominada de reforma agrária antifeudal, foi encabeçada por membros do PCB, os quais expunham que a realidade agrária brasileira ainda estava permeada por resíduos do feudalismo. Portanto a proposta de reforma agrária deveria ser do tipo que destruísse os grandes latifúndios;
- 2ª defendida pelos economistas que haviam trabalhado na Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, cujo líder era Celso Furtado, pretendia associar a reforma agrária ao desenvolvimento do mercado interno e ao desenvolvimento de uma economia capitalista e pregava a transformação dos camponeses pobres em proprietários;
- 3ª ligada à Igreja progressista e setores do PSB, previa a reforma agrária como sinônimo de justiça social, na qual o acesso à terra fosse dado a quem nela trabalhasse;
- 4ª encabeçada por ex-membros do PCB, como Caio Prado Júnior, defendia uma reforma agrária anticapitalista, que beneficiasse toda a classe trabalhadora.

Estes debates viabilizaram a regulamentação da sindicalização rural, fomentando a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, em 1963. Mesmo tendo sido esta a principal instância de mediação e representação dos trabalhadores, congregando mais de 8 milhões de sindicalizados, autores como Grzybowski (1991) e Fernandes (2000b) avaliam que sua atuação foi corporativista e que sua base de legislação facilitou o atrelamento político do movimento sindical ao Estado, reduzindo o papel dos sindicatos a funções meramente assistencialistas, convergindo, desta maneira, para o enfraquecimento do movimento camponês. Nesse sentido, Grzybowski (1987, p. 64) considera:

A tensão existente entre compromisso com a estrutura sindical e a representação dos interesses dos trabalhadores levou a CONTAG a erigir a bandeira de Reforma Agrária como uma bandeira unitária. (...) Com base nela a CONTAG joga peso político na luta em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). (...) A Reforma Agrária proposta pela CONTAG e referenciada pelos congressos é concebida, basicamente, como aplicação do atual Estatuto da Terra, (...) identificado com a modernização agrícola e não com a Reforma Agrária.

Embora o papel da CONTAG tenha sido de total atrelamento ao Estado, o fato é que, no Nordeste, existiu um grupo de trabalhadores rurais combativos, basicamente os vinculados às Ligas Camponesas.

Entretanto, empresários, militares e latifundiários descontentes com esse clima de efervescência das lutas sociais articularam-se e instituíram o golpe de Estado, durante o qual João Goulart foi deposto. Esse foi o artifício para se vetarem a chamada revolução agrária e os ideais comunistas. Com isso, muitas lideranças (estudantis, intelectuais e trabalhadores) foram presas, exiladas, perseguidas e mortas, numa violência sem precedentes, constituindo-se na estratégia para a instalação do governo e da ditadura militar no país.

Cena 2.5. A ditadura militar (1964/1984): 20 anos de retrocesso no país

O golpe militar significou o retrocesso do país, cujos projetos, desde Castelo Branco, passando por Costa e Silva, Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Figueiredo, conduziram sua atuação a partir das seguintes táticas políticas: a cassação de mandatos e partidos políticos; a suspensão dos direitos constitucionais; o fechamento dos sindicatos e associações; a censura à imprensa; o arrocho salarial e, enfim, a repressão a todas as lideranças, sob a linha dura do terrorismo político.

É um momento político em que todos os interesses dos governos nacionais e internacionais voltam-se, exclusivamente, para a segurança nacional. Basta percebermos o que representou a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, dentre tantos outros conflitos, que veremos que o ponto de preocupação comum, segundo nos mostra Linhares e Silva (1999:183), era a questão das guerrilhas rurais, constituindo-se um elemento ameaçador na sustentação desse regime político.

Assim, com o regime da ditadura militar, houve o amordaçamento das questões agrárias, onde qualquer tentativa em favor da reforma agrária logo era taxada de subversiva. No plano da economia, deu-se visibilidade a um processo de modernização do campo (vinculada à tecnificação da agricultura, a uma política de créditos fáceis, ampliação dos mercados de consumo e incentivo à prática de

fertilizantes), residindo aí a noção do que seria desenvolvimento. Isso beneficiou os interesses dos grandes proprietários, sendo pois a garantia da expansão do modelo capitalista. Do ponto de vista dessa perspectiva de desenvolvimento, o modelo adotado deveria conforme Stédile, (1997a, p. 16):

Estimular o desenvolvimento na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro, vinculado com o processo de industrialização acelerada da cidade, também baseado nos investimentos de empresas multinacionais. Para os pobres do campo, (...) os governos militares apresentaram apenas duas saídas: a migração para as cidades, para servir de mão-de-obra para as indústrias ou para regiões ainda mais longínquas do norte do país, induzidos isso pela falsa propaganda e pela construção das grandes estradas...

No campo social, os militares, segundo Martins (1985, p.11), utilizaram-se de várias táticas para reprimir os camponeses, seja pela via das instituições ou ações comunitárias atuantes no meio rural, tais como Operação Cívico-Social do Exército; MOBRAL e o Projeto Rondon, seja através do controle público dos recursos diretamente relacionado com as questões da terra. Porém, sua maior tática, já em meados dos anos 70, foi a criação de um pacote de leis sob o controle do poder central, denominado de Estatuto da Terra, de acordo com Fernandes (2000b, p. 43), tinha o intuito exclusivo de:

...Resolver isoladamente os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse num problema nacional. Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme a sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção.

Podemos assim dizer, que o Estatuto da Terra foi o modo legal para proteger e beneficiar os latifundiários por meio de uma política de incentivos e isenções fiscais, cuja garantia era a modernização do latifúndio. Porém, não poderíamos deixar de mencionar que essa Lei, pelo menos em termos jurídicos, traz, pela

primeira vez, a menção de alguns conceitos no tratamento da terra, sendo estabelecida à diferença na forma de propriedade da terra: minifúndio (pequena propriedade, que teria um módulo rural na média de 15 hectares) e latifúndio (propriedade que não excedesse 600 vezes o módulo da região, e que ocupasse 50% de área agricultável). Além disso, instituiu o sistema de desapropriação, criou o imposto territorial (imposto que os grandes proprietários deveriam pagar pela propriedade da terra) e definiu que a terra deveria ter uma função social (boa utilização da terra e com respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas).

Mesmo assim, o regime ditatorial impulsionou o retrocesso à democracia e engessou a luta pela terra. E em troca, o governo criou órgãos públicos como o INDA – (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), depois substituído pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), fazendo imperar os interesses agrários, a morosidade nos processos de desapropriação de terras e, como disse Stédile (1997a, p. 18), “...acabou se tornando apenas um organismo de colonização, desenvolvendo projetos nas regiões desabitadas do país...”

Houve, portanto, a militarização da questão agrária. Responsável pelo Ministério de Assuntos Fundiários, o general Danilo Venturine usou dos seus aparatos principais: o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM, para intervir militarmente nas questões de terra, pela via da persuasão ou da ameaça ao trabalhador. Premeditava assim de conforme Martins (1985, p. 24),

... Acordos, mediante os quais os trabalhadores aceitaram frequentes vezes um pedaço menor de terra do que aquele a que legalmente tinham direito. Foi uma forma de proteger os interesses dos grandes proprietários e das grandes empresas, de modo a evitar que perdesse para os trabalhadores mais terra...

Assim, os 20 anos de ditadura militar sinalizaram para o crescimento dos problemas econômicos e sociais, provocados por uma política de beneficiamento e protecionismo dos latifundiários, banqueiros e empresários, restando aos trabalhadores, conforme Fernandes (2000b), uma série de mazelas: o aniquilamento

das organizações e da luta camponesa, o massacre, a perseguição, o medo, a morte, o aumento da concentração da riqueza, que, como conseqüência, gerou a desigualdade e o retrocesso do país.

No campo dos movimentos sociais, ainda que com muita resistência a esse sistema político, Fernandes (2000b) destaca a atuação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que representaram o espaço social no qual os trabalhadores encontraram condições para organizar e lutar contra injustiças e por seus direitos, bem como a criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em 1975, cujo papel junto à periferia e às comunidades rurais contribuiu decisivamente para a organização e luta dos sem-terra, atualmente. Esse trabalho teve a contribuição de alguns religiosos, dentre eles, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e outros, cujo método fazia romper,

... As cercas do latifúndio, da militarização, das injustiças, reiniciavam um novo período da história da formação camponesa. Nas lutas pela terra e pela reforma agrária, desmascaram as políticas e os projetos dos militares. Evidenciaram as artimanhas encobertas pelo discurso oficial e partiram para a conquista da terra. (FERNANDES, 2000b, p. 44).

Cena 2.6. O retrato da luta pela terra com a Nova República: sob o comando de velhos mandantes

O que pudemos presenciar até o momento é que no, Brasil, desde o período da colonização, passando pela ditadura e, pela atual República, a terra não foi tratada de acordo com a sua função social, mas segundo os interesses dos grandes latifundiários, tendo os mesmos, o respaldo da Lei, o modo viável e legitimador da exclusão da quase totalidade dos povos do campo.

Assim, o tratamento da questão da luta pela terra e da reforma agrária resumiu-se basicamente na criação de órgãos que serviram apenas de fachada para encobrir a repressão aos sem terra e no meio para viabilizar as estratégias políticas no processo de aquisição de terras por parte do capital nacional e internacional. Sob esta orientação política originou-se o Grupo Interministerial de Trabalho so-

bre a Reforma Agrária – GERA, o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Programa de Integração Nacional – PIN, e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste – PROTER-RA, dentre tantos outros.

- **José Sarney (1985 – 1989)**

Com o fim da ditadura e a implantação da Nova República, o problema da luta pela terra muda apenas de figurino, pois no cenário político o Estado continua atuando como legitimador dos interesses do capital (nacional e internacional), que por sua vez continua sendo coordenado por velhos mandantes. Desta vez um civil assume o poder, José Sarney (um grande latifundiário, que após a morte de Tancredo Neves, assume o governo). Com ele, volta a se falar em reforma agrária, a partir de um projeto denominado de Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA; também criou-se o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD, sendo escolhidos especialistas e políticos para tratar a questão. A proposta inicial de Sarney era de assentar 1,4 milhão de famílias, gerando uma forte expectativa em torno da viabilidade da reforma agrária e da redemocratização do país.

Nesse momento, consolidava-se um dos mais fortes blocos dos proprietários, a União Democrática Ruralista – UDR, que buscava impedir essa proposição, seja através da representação parlamentar (com apoio dos grandes industriais), seja via da persuasão (construindo um bloco extrapartidário para se opor ao governo), seja via profissionalização da pistolagem, responsável pelo assassinato de várias pessoas envolvidas nas ocupações de terra (Pe. Josino Tavares-MA e Chico Mendes-AC). O resultado final é que, no fim do governo Sarney, o plano não se concretizou e foram assentadas apenas 82.690 famílias, correspondendo a um total de 6% do que previa o plano.

- **Fernando Collor/Itamar Franco (1990 – 1994)**

Essa situação se aprofunda ainda mais com o governo de Fernando Collor, eleito em 1990. Collor, que se dizia comprometido com a estabilização eco-

nômica, teve como marco de suas ações governamentais o confisco da poupança, o início do processo de privatização das estatais, e a redução das taxas alfandegárias (um estímulo às importações), representando, assim, o lema da modernização econômica.

No que se refere ao campo, esse governo além de não realizar nada em favor da reforma agrária, resolveu reprimir o MST (pôs a Polícia Federal em ação e investiu pesado na tropa de choque), que estava no seu processo de organização. Contudo, o envolvimento de Collor num grande número de corrupções promoveu o seu *impeachment*, tendo Itamar Franco assumido o governo.

Itamar Franco deu continuidade à política de privatização de Collor, criou o Plano Real (administrado pelo atual presidente Fernando Henrique) e reestruturou os seus quadros políticos. Entretanto, apesar do baixo nível de moralização e credibilidade, foi nesse governo que se pôde travar um debate mais intenso em torno das questões da terra (ênfase na produção de trabalhos acadêmicos sobre o tema, intenso clima de ocupações de terra e uma lenta retomada de novos projetos de assentamentos, garantidos através das expressivas mobilizações sociais), mesmo que, em termos de garantia e realização da política agrária, não se tenha avançado muito.

Em termos jurídicos, a única inovação ficou por conta da nova Lei Agrária (nº 8.629/93), que, tendo nascido do debate dos movimentos sociais e de algumas lideranças políticas de esquerda, teve muitos dispositivos vetados pelo presidente, prevendo, assim, a reclassificação da propriedade rural em minifúndio, pequena propriedade, médias propriedades e grandes propriedades. Nessa Lei, regulamentou-se a questão das desapropriações e incluiu-se o rito sumário como sendo um mecanismo que agilizaria e exigiria do Poder Judiciário um prazo de 120 dias para a realização da desapropriação da terra²².

²² Para maiores detalhes ver: MITISUE, Morissawa. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular: 2001 e LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C. Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio Janeiro: Campus, 1999.

- **Fernando Henrique Cardoso**

Para compreender a natureza das medidas governamentais do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) nos dois mandatos, mais precisamente no que diz respeito à realidade agrária brasileira, faz-se necessário perceber o grau de compromisso desse governo com a implantação das políticas de ordem neoliberal, cuja maior exigência ao Brasil é a realização das reformas de base que, sustentadas pelos acordos firmados no Consenso de Washington, só lograriam à custas do chamado equilíbrio nas contas públicas, sob as seguintes linhas estratégicas de acordo com Stédile (2000, p. 16):

... Abertura do mercado brasileiro aos produtos do exterior, manutenção de elevadas taxas de juros para atrair e remunerar o capital financeiro internacional, processo de privatização das empresas estatais e desnacionalização de importantes setores da economia nacional, e dismantelamento do papel do estado, tanto em setores estratégicos da economia (como siderurgia, minérios, combustível, energia elétrica, telefone) como sucateamento dos serviços públicos básicos para a população, como educação, saúde, transporte coletivo etc.

Buscando consolidar esse modelo político, FHC passou a implementar emendas na Constituição, sob pena de garantir essas reformas. No que se refere ao campo, buscou consolidar uma política agrícola que se ajustasse ao modelo antes descrito. Para tanto, segundo Fernandes (1999, p. 63), apresentou a reforma agrária, nos seus planos de governo, como uma forma de desenvolver a agricultura familiar, como solução para o problema da segurança alimentar e como um meio eficaz de sanar os conflitos agrários. Assim, passou a privatizar as principais estatais e esforçou-se para o fim da estabilidade dos servidores públicos e do seu tempo de serviço para a aposentadoria etc.

Apesar de toda a propaganda, um ponto contraditório do seu primeiro mandato, em relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, referiu-se à representação do número de famílias a ser assentadas. Das 280 mil famílias previstas, apenas 262.625 famílias foram assentadas (Norte e Nordeste), o que repre-

sentava cerca de 20% do que previa o PRNA, sem falar que 450 mil famílias (pequenos proprietários), nessa mesma época, perderam suas terras para os bancos.

A título ilustrativo, os dados transpostos do estudo realizado por Stédile (1997a, p. 20-25), sobre a questão agrária, mostra-nos que a extensão de terras no Brasil chega perto de 850 milhões de hectares e destes, cerca de 500 mil estabelecimentos pertencem à propriedade privada, os outros 250 milhões compõe-se de terras públicas, de propriedade dos governos federais e estaduais, das quais maior parte situa-se na região da Amazônia. Outro estudo do autor também considera que segundo o Censo agropecuário (1985 – 1996) “...desaparecem 942 mil estabelecimentos agrícolas, sendo 96% com área inferior a cem hectares. Desse total, 400 mil estabelecimentos foram extintos nos dois primeiros anos do governo FHC (STÉDILE, 2000, p. 18). Esses exemplos traduzem substancialmente a concentração da terra, como é o caso do proprietário da CR Almeida, que se apossou, sozinho, de 4 milhões de hectares de terra, no Estado do Pará.

Essa situação talvez seja o motivo indicador que coloca (em pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – 1990) o Brasil no 2º lugar do mundo em nível de concentração da propriedade da terra.

Por outro lado, embora FHC se envaideça de ter feito a reforma agrária no país, na verdade o que acontece, segundo nos aponta Stédile (2000, p. 17), é que sua política nega a pequena agricultura e estimula a implantação das grandes fazendas de grãos, destinadas principalmente ao cultivo para a exportação; além disso, há todo um incentivo à agroindústria, em detrimento do desaparecimento da agricultura de subsistência (Norte e Nordeste); do mesmo modo que provoca o desmantelamento do setor público agrícola (com relação à assistência técnica, à pesquisa e ao destino dos recursos públicos para o crédito rural) e transfere o controle da biotecnologia para multinacionais, provocando, como resultado, o sucateamento da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMPRAPA. Todos esses fatores culminam com a redução do emprego agrícola, o qual chega a atingir um índice de apenas 5% ao ano.

Isso nos leva a dizer que, se o governo tem realizado desapropriações e assentamentos, esses só foram conquistados pela iniciativa de pressões e pela

constante luta dos sem-terra. Num estudo sobre a formação do MST, Fernandes (2000b, p. 259-265) afirma que a ocupação foi a forma fundamental para garantir o acesso à terra, e impôs ao governo uma política mínima para os assentamentos rurais. Dados dessa pesquisa demonstram: do ano de 1994 para 1995 houve um aumento de quase 50% do número de famílias que ocuparam as terras. Comparando-se com o período de 1995 para 1999, esse número se multiplicou, foram 421 ocupações com a participação de 74.247 mil famílias.

Essa seria, assim, a ação mais eficaz no enfrentamento do Estado, forçando a geração de políticas públicas para o campo. Ação essa vinculada, basicamente à indignação e à revolta contra a terra de negócio e a exploração e contra o nível de desemprego, enfim, contra todas as formas de violência no campo (perseguição, pistolagem e acentuado número de mortos entre os sem terra, correspondendo a 132 assassinatos, até 1998).

Enfim, para FHC, há uma diferença marcante no entendimento do conceito de reforma agrária, apesar de conhecer tão bem as teorias sobre a questão. Em que pese tal entendimento, é inaceitável que ele acredite que a existência do latifúndio não constituía empecilho para o problema agrário. Também não é certo dizer que o assentamento de algumas famílias, sem qualquer condições de permanência e sobrevivência no campo, seja sinônimo de reforma agrária. Talvez por isso, segundo dados do MST (1999), existam cerca de 60 mil famílias acampadas em 150 acampamentos, da mesma forma que ainda haja 4,5 milhões de famílias sem-terra (IPEA – 1995).

Assim, de acordo com Mitsue (2001), esse governo, com a intenção de implementar uma reforma agrária de mercado, apoiou-se nos incentivos do Banco Mundial, transferindo a responsabilidade das políticas agrícolas do Estado para os Municípios e para os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra e/ou pequenos proprietários, que via organizações (associações ou cooperativas) buscariam empréstimos para comprar ou garantir o seu pedaço de chão. O núcleo dessa política expressou-se no *Programa Cédula da Terra* (uma forma de empréstimo), como sendo uma das maneiras do Banco Mundial efetivar o Banco da Terra.

Essa seria uma forma de inviabilizar a aplicabilidade das ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem o

objetivo de construir um padrão de desenvolvimento sustentável para esse setor (visando ao crescimento do nível de emprego e renda), com a linha de crédito rural-custeio e investimento das atividades produtivas. Sendo uma política periférica do governo, no campo do financiamento da agricultura, tem como fundo ideológico a conformidade das classes populares, visando, assim, "... a reprodução das pessoas no limite de sua sobrevivência, tendo sim um efeito central no processo de cooptação das populações excluídas, efeitos ideológicos que os levam à conformidade frente ao padrão atual de vida e trabalho" (CADERNO COOP. AGRÍCOLA, 2000, nº 09).

A visão do MST vai de encontro a essa política, pois, para ele, o latifúndio tem sido a raiz da existência das desigualdades sociais vividas por milhões de famílias sem terra. Para tanto, um programa de reforma agrária deveria, basicamente, ter como *objetivo* o benefício de todas as famílias sem terra e a alteração da atual estrutura da propriedade da terra e da organização da produção agrícola. E, foi desejando tais mudanças, que, no período de 1995 a 1999, houve um acentuado número de ocupações, cuja meta do Movimento era colocar a reforma agrária em pauta. Dessa forma, nesse mesmo período, foram efetuadas cerca de 1.800 ocupações envolvendo a participação de 256.467 famílias. Deste total, vinculadas ao MST, foram 630 ocupações, com 128.504 famílias (FERNANDES, 2000b, p.261). Um fator preponderante para a realização de tantas ocupações deve-se ao alto índice de famílias sem terra que vivem no campo abaixo da linha da pobreza, correspondendo a 27 milhões de pessoas, contando com menos de um salário mínimo para viver (Censo Agropecuário – IBGE, 1995).

Mediante toda essa situação, no fim da ditadura militar, surge o MST. Na sua proposição, busca produzir a essência da luta pela terra, que não se resume apenas à conquista e à distribuição de terras. É mais que isso Fernandes (1999, p. 53) considera:

... Vai além...vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re) conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai na direção à (re) reconstrução da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências

realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.



ATO III – UM BREVE OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE FORMAÇÃO DO MST²³

O período 1979 – 1985 representou o passo de articulação nacional da luta pela terra e o processo de gestação do MST enquanto movimento social. Esse é o momento em que os sem terra passam a ser compreendidos a partir da sua condição de classe, ou seja, todos que se encontravam excluídos da terra (posseiros, parceiros, arrendatários, meeiros, assalariados rurais, pequenos proprietários etc.), o povo pobre do campo e da cidade passam a ter uma identidade denominada Sem Terra.

Nesse sentido, sem terra designa “os trabalhadores e trabalhadoras que trabalham a terra sem ser proprietários dela, ou que têm uma propriedade tão pequena que não consegue atender as necessidades básicas de sobrevivência de uma família” (CALDART, 2000, p. 78).

Na sua composição, o MST aglutinou todos aqueles sujeitos que carregam entre si uma multiplicidade de origens étnicas e culturais (o povo gaúcho, o caipira paulista, o sertanejo nordestino, o caboclo amazônico, o negro do litoral nordestino, e aqueles sujeitos explorados da cidade grande). Ou ainda como disse a mesma autora, todos os sujeitos sem-terra que:

... carregam junto toda a riqueza destas formas distintas de ver o mundo, de conceber a vida, o trabalho, as relações sociais e interpessoais, assim como herdaram as tradições de conflitos e de preconceitos que também marcaram e ainda marcam o processo de formação de nosso país e de nosso povo (op. cit. p. 79).

²³ Um apanhado completo sobre o assunto consultar: STÉDILE & FERNANDES (1999); FERNANDES (2000b); CALDART (2000) e MITSUE (2001).

Estabelece-se, assim, a passagem da condição de sujeito trabalhador sem (a) terra, ao trabalhador com a terra. E isso talvez tenha sido a decisão mais importante para criar uma organização como o MST. Decisão essa que exigiu vários aprendizados, principalmente quando quis romper os desafios da ocupação, do despejo, da repressão, das humilhações, da discriminação, do preconceito etc.

E foi o lutar persistentemente pela terra, respeitando as peculiaridades e as diferenças histórico-políticas e culturais de cada região, Estado ou local que garantiu a *unidade de ação*. Certamente, essa característica representa um dos patrimônios do MST, ou seja, a cultura organizativa que conduz a uma direção política unificada conduzida por princípios e linhas de ação e de atuação descentralizada. E essa diversidade cultural traz um aprendizado correlato, o qual está relacionado no sentido da *ocupação de terras*, pois necessariamente nem todos os Estados aceitaram, de início, a ocupação como uma forma de luta necessária e importante na conquista da terra (op.cit, p. 83-84).

Cena 3.1. O surgimento do MST

O processo de gestação e formação do MST nasceu das lutas concretas na década de 70, frente aos processos de transformação da agricultura brasileira. Era o momento denominado de “milagre brasileiro”, quando milhares de pessoas se deslocavam para as cidades em busca de empregos nas indústrias. No campo, o intenso processo de mecanização das lavouras, especialmente no Centro-Sul do país, fazia com que grandes contingentes de sem-terra (arrendatários, parceiros ou moradores) fossem expulsos do campo.

Essas famílias, por sua vez, migraram para regiões de colonização como Pará, Rondônia e Mato Grosso, onde o governo implantava os projetos de colonização. O fato de essas regiões não estarem vocacionadas e adaptadas à agricultura familiar contribuiu para que os camponeses fossem atraídos, desta vez, às grandes cidades, motivados pela expansão da industrialização, a qual, além de não absorver o contingente de camponeses, vivia uma das piores crises da indústria brasileira. Restavam aos sem terra apenas duas saídas: emigrar ou resistir no campo e lutar pela terra. Resistentes, os sem-terra fincaram pé e foram se organizando e

lutando contra a expropriação dos grandes latifundiários, contra os projetos de colonização, enfim, contra todas as formas de exploração impostas pelo atual modelo econômico. Esse processo de resistência é que constituiu a base social que gerou o MST.

Na sua gestação, a preocupação básica do Movimento era com a luta pela terra, evoluindo, assim, na luta pela reforma agrária. Atualmente, inseriu-se no campo das questões sociais e na luta pela transformação da sociedade.

Fazendo um balanço histórico do processo de germinação do MST, veremos que a sua formalização não partiu de um momento específico, ele surgiu a partir de um conjunto de ações vivenciadas pelos sem terra em diferentes estados e processos de luta, nos quais a condição fundamental dessa constituição veio pelo *seu jeito de lutar*.

Desse modo é que O MST deu sentido à palavra *ocupação*, que tomou a dimensão de uma ação popular, sendo, pois, uma das mais importantes formas de resistência e de acesso à terra. Para Fernandes, a ocupação de terra “é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação” (2000b, p. 281). Melhor dizendo, tem sido uma das ações radicais que designa o lema “ocupar, resistir e produzir”, que proporcionou ao MST o título de herdeiro histórico das LIGAS CAMPONESAS.

No entanto, há de se considerar que cada forma de ocupação teve o seu significado histórico diferenciado. Para os índios da reserva de Nonoai-RS (grupo indígena Kaingang, que lutava desde 1974 para recuperar o seu território), a ocupação significou a expulsão de 1.800 famílias de colonos-rendeiros, que viviam naquelas terras. Era mais um resultado dos projetos de colonização que não dava certo, cuja característica era a falta de compromisso dos governos com o campesinato e a luta pela terra, expondo os sem terra, uns contra os outros.

As famílias remanescentes de Nonoai, de acordo com Fernandes, “...acamparam nas beiras das estradas, outras foram morar em paióis, porões e casas de parentes e camaradas, outras passaram a viver em chiqueiros junto a animais e muitas famílias perambulavam...” (2000b, p. 51). Isso fez com que essas famílias em menos de dois meses ocupassem outras fazendas. Era junho de 1978, e várias famílias isoladas, sem nenhuma forma de organização, ocuparam

as fazendas Macali (110 famílias) e Brilhante (170 famílias), em Ronda Alta/RS e na Reserva da fazenda Sarandi, em Ronda Alta (RS).

Essas ocupações, embora representem uma das trincheiras no processo de germinação do MST, na opinião de Stédile e Fernandes, tiveram a posse da terra pelo consentimento, ou seja, quando uma das lideranças perguntou ao governo se podia ocupar a fazenda Macali, dado que as terras eram públicas e griladas, a resposta demagógica do governador foi “Aquilo lá está tão inviável que eu não sei o que fazer. Se vocês ocuparem, acho que vou dar graças a Deus” (1999, p. 28). Esse consentimento é que diferenciou o jeito de ocupar terra, embora essas conquistas tenham fortalecido a luta dos colonos para se assentarem em terras do Estado.

Depois de Macali e Brilhante, uma luta decisiva na gestação do MST foi o acampamento da Encruzilhada de Natalino (RS), em 1980. Esse acampamento representou uma referência na história dos sem terra (remanescentes da ocupação de Brilhante, posseiros, agregados, peões, assalariados etc.), pela façanha em sobreviver ao enfrentamento do exército, as prisões, mas, sobretudo, pela resistência dos sem terra à persuasão e à violência do governo estadual que se utilizou de todos os mecanismos para desfazer o acampamento, colocando no controle o major Curio²⁴, cujo compromisso era deslocar as famílias sem terra para os projetos de colonização no Acre, Roraima, Mato Grosso e Bahia.

A luta de Natalino ganhou repercussão nacional e reuniu cerca de três mil sem terra, que viveram, durante três anos, sob condições de miséria, ficando mais conhecida como campo de concentração. No entanto, a resistência dos sem terra e o apoio das diversas entidades foram determinantes para a vitória dos acampados de Natalino, em 1983. Demarcava assim, a história das lutas camponesas e representava, ao mesmo tempo, a escola cujo aprendizado trouxe importantes lições de cidadania no processo organizativo e formativo do MST, representando as condições concretas para que o MST fosse se ampliando nos Estados, de diferentes modos.

²⁴ Membro do Serviço de Inteligência do Exército durante a ditadura militar. Especialista em desmobilizar ações de resistência popular, em espionagem e repressão em áreas de conflitos de terra. (FERNANDES, 2000b, p.57).

Em *Santa Catarina*, o fator marcante das ocupações, segundo Caldart (2000, p.73-74) ficou por conta da farsa da peste suína na região de Chapecó. Embora não haja comprovação, a memória coletiva da comunidade versa sobre o fato de que o governo determinou eliminar todas as raças de suínos, alegando uma peste que se alastrara pelo Estado, como um artifício para expropriar os criadores daquela região. Esse acontecimento originou uma série de mobilizações e fortaleceu a criação de alguns movimentos, dentre eles: o Movimento de Oposição Sindical, o Movimento da Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, incentivando a ocupação e promovendo a conquista da fazenda Burro Branco, em Campo Erê, em 1980, envolvendo cerca de 350 famílias de sem terra, cujo apoio da CPT na organização dos camponeses, foi de fundamental importância para estruturar o MST naquele Estado.

No *Paraná*, as ocupações foram motivadas pela expulsão dos pequenos proprietários que moravam nos arredores da Usina de Itaipu. Conforme Fernandes (2000b, p. 64-66), a construção dessa barragem gerou a expropriação de milhares de famílias, de oito municípios do Oeste do Estado. Como consequência, pouquíssimas famílias foram indenizadas pelo prejuízo. Esse fator, somado aos diversos conflitos já existentes no Estado desde os anos 50, desencadeou-se no Movimento de Justiça e Terra, apoiado pela CPT, igrejas luteranas e sindicatos dos trabalhadores rurais. Tinha como reivindicação: *terra por terra*. Possibilitou muitas mobilizações que deram origem ao acampamento junto da usina, com a participação de dois mil camponeses sem terra.

Toda essa mobilização ainda segundo o autor antes citado, rendeu-lhes um melhor valor na indenização da terra. Com a contribuição da CPT, cadastrou 6 mil famílias remanescentes, formando, assim, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná-MASTRO e outros movimentos sociais mais localizados e espalhados pelas diversas regiões do Estado. Foi também o marco que deu origem à ocupação da fazenda Anoni, em 1982, no município de Marmeleiro no sudoeste do Paraná, a primeira vitória desde o golpe militar. Tornou-se o incentivo às ocupações no Estado.

Em *São Paulo*, os acontecimentos que desencadearam a formação do MST foram os conflitos existentes entre grileiros e posseiros. No entendimento de

Fernandes (2000b, p 66-69), foi o fator que originou, em 1980, a ocupação da Fazenda Primavera no município de Andradina. O processo de grilagem²⁵, além de fortalecer a apropriação indevida da terra, viabilizava mais lucro para os proprietários que arrendavam as terras aos camponeses para a formação da pastagem e engorda do gado. No entanto, na década de 70, os proprietários começaram a expropriar os posseiros, colocando o gado para destruir suas lavouras. Sob o controle dos jagunços, chegaram inclusive a queimar e matar os camponeses. Isso fez com que os posseiros buscassem a ajuda do Poder Judiciário, através da Comissão de Justiça e Paz, que possibilitou a organização da CPT na região, fortalecendo, assim, a luta dos sem terra no Estado, culminando com a desapropriação da Fazenda Primavera, em 1980.

Essa vitória produziu novas ocupações no Estado, dentre elas, a do Pontal do Paranapanema (maior região em terras griladas e devolutas – 444 mil hectares), cujo processo de resistência causou inúmeras mortes dos posseiros. Essa luta se arrastava desde o final do século XIX, e em 1983, como uma continuação da luta, houve uma ocupação com 460 famílias, nas fazendas Tucano e Rosanela, em Teodoro Sampaio, as quais, vitoriosas, contaram com o apoio e a mediação de alguns religiosos isolados. Um outro aspecto da organização da luta no Estado foi o encontro que reuniu cerca de 1.200 camponeses, em Andradina, 1983, favorecendo o primeiro passo para a formação do MST no Estado.

No *Mato Grosso do Sul*, as ocupações de terra também tiveram a ver com a forma de apropriação da terra via prática de grilagem, antes descrita. Esse processo, segundo Fernandes (2000b, p. 69-74) fora utilizado desde o final do século XIX, quando, depois de formadas as fazendas, os camponeses eram obrigados a migrar para outras terras, para formarem novas fazendas. Tal prática, além de promover o sistema de exploração da mão-de-obra, favorecia a resistência dos sem terra, que se envolveram em diversos conflitos, causando muitas mortes.

Porém, em 1979, os sem terras do Estado se organizaram e deram início às lutas nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí,

²⁵ Ato pelo qual os fazendeiros falsificam documentos para se apossar e legalizar extensões de terras públicas. Isso acontece quando os falsificadores põem os papéis em gavetas com grilos para que eles envelheçam os documentos (STÉ-DILE & FERNANDES, 1999, p. 27).

envolvendo cerca de 240 famílias, e na fazenda Baunilha, Município de Itaquiraí, abarcando 800 famílias. Nessas ocupações, o convívio com os despejos, a pressão policial, a pistolagem e a morte foi parte da luta pela “terra de trabalho”. No entanto, um caso igual ao de Natalino foi o acampamento de *Guatambu*, onde as famílias passaram a viver, durante 13 meses, confinadas pela polícia e cercadas de arame farpado, sem que ninguém pudesse sair ou entrar. Da mesma forma de Natalino, o governo, mais uma vez, militarizou a luta.

Sem agüentar a pressão e a fome, as famílias foram abandonando o acampamento, e as remanescentes foram deslocados para projetos do governo, no norte do Estado em áreas de cerrados ou terrenos cheios de pedregulho, próximo a Goiás. Não havendo qualquer condição para o plantio e a sobrevivência nessas terras, as famílias se dispersaram e buscavam sua sobrevivência nos garimpos ou no trabalho como bóias-frias. Nesse momento, as famílias percebiam a importância de se ter uma organização e começavam a se reunir.

Desse processo, originou-se, em 1984, a ocupação da fazenda Idalina, no Município de Ivinhema, com aproximadamente 1.000 famílias (arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados). Não diferente das demais, essa ocupação foi rodeada de muitos obstáculos, ameaças policiais e muita fome, motivo pelo qual esse acampamento recebeu vários nomes: Porto dos Sacrifícios, Porto da Esperança e, por fim, culminando com a vitória parcial, que veio com a desapropriação de 2.500 ha.

Todas essas ocupações representaram os primeiros momentos de vida da formação do MST nos Estados do Sul e Sudeste, que tiveram a marca da truculência policial, da capangagem, da repressão e morte e, principalmente, do descaso governamental com a distribuição de terras e com o processo de reforma agrária.

Isso serviu para que as famílias sem terra, além de darem uma nova dimensão à realidade do campo, tirassem uma lição dessas experiências: “Sem organização não há conquista. Quem faz a luta tem que decidir sobre os rumos da luta” (FERNANDES, 2000b, p. 71).

Com esse espírito de organicidade, o MST formou sua nova identidade, significando os primeiros momentos de germinação do MST enquanto movimento social de massas. Por essas iniciativas, propiciaram-se as condições para a realiza-

ção do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), em janeiro de 1984, com a participação de 92 pessoas, formalizando como princípio básico a luta pela reforma agrária, intitulada sob o lema *Terra para Quem nela Trabalha e Vive*. Nesse encontro, foram definidos os objetivos de lutar pela reforma agrária, por uma sociedade justa e por terra para quem nela trabalha e vive.

Envolvidos por esse mesmo clima, em 1985, foi realizado em Curitiba (PR), o Primeiro Congresso, do qual participaram 1.500 trabalhadores e trabalhadoras de 23 Estados do país, com o tema *Sem Reforma Agrária não Há Democracia*. Nesse Congresso, foram elaborados e aprovados os princípios do Movimento que, em linhas gerais, buscavam expandir e fortalecer a luta pela terra e por uma sociedade sem explorados, fortalecer o MST como um movimento de massa na organização e formação dos trabalhadores, e na conquista da reforma agrária no campo e cidade²⁶.

Cena 3.2. A construção e a consolidação do MST como Movimento de Massa

Esse compõe o segundo momento (1985-1990): é denominado por Caldart (2000) como o momento da Constituição do Movimento como *organização social*, dentro do *movimento de massa*. Trata-se do processo de construção e consolidação do movimento enquanto organização ampla, que teve como eixo central das suas ações a luta pela terra combinada à luta pela reforma agrária.

É o momento em que o MST, desafiando as circunstâncias do fim do período ditatorial, com um saldo negativo de 222 sem terra assassinados, teve que elaborar um plano de arrecadação de recursos para continuar a luta. E apoiado por outros movimentos sociais, ampliou-se em 19 Estados do país, tomando a dimensão de um Movimento de massa que aglutina todos que queiram participar. Pressupõe, assim, uma estrutura organizativa e formas de organização para cons-

²⁶ O resultado do Encontro e do Congresso encontra-se em: Fernandes (2000b: cap. II/49-93).

truir as direções políticas nos estados para dar sustentação, garantia e fortalecimento das lutas nos Estados e Municípios.

Ao estruturar-se como organização política, o MST trouxe com ele o aprendizado das lutas cotidianas. E foi qualificando os seus princípios básicos, a partir das vivências diárias das instâncias e setores que o compõem, que o Movimento fortaleceu sua autonomia política e se fez mais forte junto aos sem terra.

Inspirados nas Ligas Camponesas, entendeu que o processo de luta determina a sua forma organizativa. Essa compreensão de acordo com Fernandes (2000b, p. 86-87), considera que desde as primeiras ações, o movimento primou pelos princípios da *direção coletiva* (todas as instâncias são assumidas coletivamente sem distinção de poder) e buscou garantir a *divisão de tarefas ou de trabalho*, em que as decisões eram discutidas na coletividade e no respeito às regras da democracia, criando assim uma certa *disciplina*.

Entretanto, o Movimento também entendeu que o vínculo com os ensinamentos das experiências históricas da luta era fundamental, mas que seria preciso *estudar*, investir em formação de quadros e pensar na educação dos assentados. Significava dominar os códigos da escrita e os conhecimentos científicos, a partir da escola e no diálogo com as diversas culturas e nas diversas formas de luta: nas ocupações de terra, nas assembléias, nas marchas, nas caminhadas etc.

E, nessa escola educativa da vida, ia se estabelecendo a *vinculação com a base*, ou seja, o permanente contato com os *Sem Terra*, em que as lideranças e militantes ouvindo-a, consultando-a, iam abastecendo-se de forças. E, como disse Fernandes (op.cit. , p. 86-87), o Movimento nasceu do trabalho de base, dessa metodologia de luta popular que tem como norte a participação coletiva nas atividades. É pela participação, estudo e disciplina que se formam os *novos quadros* (aqueles homens, mulheres, idosos ou jovens), os profissionais que formarão a representação dos setores e núcleos do MST. Mas, para o MST, não se avançaria se não houvesse luta social, *lutas de massa*. Se não houvesse pressão popular envolvendo outros setores da sociedade.

Entretanto, todo esse conjunto de princípios deveria estar norteado por uma *mística* que, conforme Bogo (1998) dá o sentido da construção de unidade

ao Movimento. E representa o elemento motivador que alimenta e anima a militância na busca por uma causa ou projeto.

Participando de todos os momentos do MST que compreendemos tal importância, a qual acontece através das práticas coletivas e individuais, expressas através dos valores, dos mitos, das músicas, dos gestos, dos símbolos, das tarefas, da criatividade, ou em cada ato do cotidiano de luta. E foi assim, nos espaços de socialização e de práticas, que o Movimento foi se organizando e dando um sentido mais amplo ao que seria o papel de cada instância e setor.

As instâncias como instrumentos de representação política do Movimento constituem-se, no entender de Fernandes (op. cit., p. 183-185), o espaço de construção, reflexão e decisão das linhas políticas que acontecem nos encontros e congressos, tendo, a partir de 1990, a seguinte configuração: o Congresso Nacional, o Encontro Nacional (onde em ambos busca-se avaliar, formular e aprovar as linhas políticas e os planos de trabalho dos setores de atividade), a Coordenação Nacional, a Direção Nacional, as Direções Estaduais, as Coordenações Estaduais e Regionais (que se elegem por indicação, e nos encontros estaduais e nacionais, com a responsabilidade de acompanhamento das atividades do Movimento), os Encontros Estaduais (realizam-se anualmente) e, por fim, a Coordenação de Assentamentos e Acampamentos (eleitas pelos assentados e acampados) ²⁷.

Como meio de garantir a concretização dos princípios e instâncias, o MST começou, desde a sua gestação, a organizar as atividades, através dos diversos setores, representando a perspectiva de ampliação de suas ações e, dando um novo estatuto à forma como deveria encaminhar as lutas sociais e específicas.

Para a organização das atividades, o Movimento criou secretarias, setores, sistema, coletivos de trabalho, os quais puderam ser transformados conforme as necessidades práticas e os desafios que o Movimento foi vivenciando (FERNANDES, 2000b, p.246-247). O importante de se registrar é que as atividades e os setores foram tomando forma, de acordo com o desenvolvimento histórico do Movimento. Os atuais setores do MST são: frente de massa, setor de formação, setor de educação, setor de comunicação, setor de finanças e projetos, setor de

²⁷ A definição dos princípios, instâncias e setores encontra-se em Fernandes (2000b: Cap. III/IV desta obra) e serão melhor aprofundados pelos Sem Terra no episódio IV do nosso trabalho.

relações internacionais e nacionais, setor de direitos humanos e saúde; sistema de produção e cooperação agrícola, e os coletivos de mulheres e de cultura.

A partir da sua estruturação e organização, o MST foi tomando o caráter de movimento popular, cuja característica marcante, na sua formação, esteve pautada no processo de enraizamento. Esse conceito, de acordo com Caldart (2000, p. 67) significa:

... Que ele proporciona a estas pessoas a condição de vincular-se novamente ao passado e a uma possibilidade de futuro, que lhes permite desenvolver-se como seres morais, intelectuais, espirituais e, (...) culturais. Enquanto trabalhadores da terra de quem foi tirada a terra, ou a possibilidade social de tê-la como objeto do seu trabalho, os sem terra foram desenraizados e, portanto, diminuídos em sua condição humana. (...) Mas o MST enraíza os sem-terra especialmente porque lhes inclui ou devolve a uma coletividade. (...) Faz parte de uma coletividade que cultiva pressentimentos de futuro. Um futuro que, (...) não sossegará enquanto todos os trabalhadores, todo o povo, não tiverem devolvido esta condição de ser humano enraizado.

Dessa forma, nesse novo momento de sua trajetória, o Movimento, além de promover a inclusão dos sem terra, devolve-lhes não apenas a terra, mas resgata os valores sócio-culturais de ser um sujeito da *terra de trabalho*, um ser que busca na resistência a forma viável para que os direitos básicos como terra, trabalho e cidadania sejam assegurados.

Cena 3.3. A inserção do MST na luta por um projeto popular para o Brasil e a Reforma Agrária

O terceiro momento da trajetória histórica do MST (1990 aos dias atuais) compreendeu o período dos sucessivos governos ditos “democráticos” (Collor, Itamar, Fernando Henrique), nos quais a política para a reforma agrária não saiu dos planos e projetos desses governos. É também a época em que se aprovou a nova Lei Agrária (nº 8.629/93), que, como já dissemos, trouxe como inovação na função social da terra o critério da desapropriação, o chamado rito sumário (me-

canismo que acelera a desapropriação) e a garantia de que os sem-terra seriam assentados nos estados de moradia.

E, mesmo sob tais empecilhos, o MST constituiu e firmou a sua estrutura organizativa, buscando concretizar os seus objetivos mais amplos, principalmente no tocante à concretização da luta pela reforma agrária.

Com o intuito de ampliar o debate sobre essa questão, o Movimento entra em uma nova fase de sua identidade política. Para Caldart (2000), trata-se do instante em que o MST insere nas suas ações as questões de ordem política e social, referentes à problemática da classe trabalhadora.

Dessa forma, Caldart considera que o MST “está sendo chamado a dar um passo a mais, no sentido de participar de forma ativa de lutas em conjunto com outros estratos da classe trabalhadora brasileira” (2000, p. 93). Esta tomada de posição reflete a decisão do Programa de Reforma Agrária do MST estruturado a partir do 3º Congresso (1995), o qual afirmara “Reforma Agrária: uma luta de todos”.

Nesse sentido é que a autora citada demonstra que o MST, pressionado pelas circunstâncias da atual conjuntura do país, estaria convidado a dar o passo adiante, saindo do isolamento, sem, no entanto perder a sua autonomia e identidade. Passou a se envolver com a discussão sobre alternativas para o desenvolvimento do país, e “a mobilizar-se em torno das grandes questões nacionais que dizem respeito ao destino histórico do Brasil, extrapolando os interesses corporativos de um ou de outro segmento das classes em disputas” (op. cit., p. 94).

Tal determinação significou um passo importante para envolver a todos na luta pela reforma agrária. Como desdobramento da sua trincheira de luta, o MST articulou-se com outros movimentos sociais e integrou, em 1997, a Consulta Popular²⁸; também participaram da organização da 1ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em 1998, cujo objetivo principal era articular entidades e instituições envolvidas com a educação do campo. O potencial dos manifestos, das marchas, mobilizações e campanhas deu mais visibilidade a essa nova

²⁸ A Consulta Popular é um movimento político criado em 1997 que articulou diversas entidades sociais e políticas (partidos, pastorais sociais, instituições), com o objetivo de ampliar a organização popular visando a construção de um Projeto Popular para o Brasil (Cartilha nº 06 Consulta Popular, 1999).

fase do MST. Dentre elas, merece destaque a *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*, realizada em 1997, que saiu dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso com direção a Brasília, cujo intuito era denunciar as conseqüências do atual modelo político, buscando discutir com a sociedade a importância da reforma agrária.

Durante 60 dias, o MST visitou as cidades neste percurso, contando com a participação de 1.300 *Sem Terra* (representantes de todos os acampamentos e assentamentos), que foram recebidos em Brasília por mais de 100 mil pessoas solidárias e comprometidas com o MST e a luta pela reforma agrária, no dia 17 de abril. Essa data simboliza, hoje, o dia Internacional da Luta Camponesa.

Em 1998, o Movimento, nessa nova fase, realizou, em conjunto com a Consulta Popular, a *Marcha pelo Brasil*, que percorreu 130 cidades, num ato que se constituiu numa jornada pedagógica (momentos de consulta, pesquisas e debates) sobre os reais problemas brasileiros e suas possíveis soluções. Nessa nova trajetória, passou a se preocupar com um projeto popular para o Brasil.

E, em 1999, conforme Caldart, os caminhantes põem-se a dizer em marchas e discussões que o Brasil tem solução. E, mais uma vez, o MST não caminhou sozinho, mas com diversos movimentos sociais na *Marcha Popular pelo Brasil: em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*. Nesta marcha, 1.000 pessoas caminharam 1.580 quilômetros. A abordagem situava-se em torno de três questões: as políticas agrárias implementadas pelo Presidente Fernando Henrique que (como forma de desmobilizar, descaracterizar e mercantilizar a luta pela reforma agrária), instituiu o Banco Terra²⁹; o combate às privatizações das estatais brasileiras, a exemplo da Vale do Rio Doce; e a terceira questão, fruto das mazelas da política neoliberal, diz respeito ao contingente de pessoas que tem vivido abaixo da linha de pobreza, cuja conseqüência resultante é o desemprego em todos os setores da economia (op. cit., p. 97-100).

²⁹“É uma política oficializada em 1999 pelo governo FHC para compra de terras, destinadas à implantação de assentamentos rurais. O banco estabelece uma linha de crédito fundiário, controlada pelo BNDES (...) Banco Mundial. Com essa política, o governo restringirá as desapropriações à região norte, favorecendo os ainda mais os latifundiários, que receberão dinheiro à vista as terras vendidas. (...) Assim, FHC descaracteriza de vez a reforma agrária e mercantiliza a questão agrária”. (STÉDILE & FERNANDES, 1999:141).

O fruto desses debates e frentes de lutas é a motivação por novos valores (como solidariedade, indignação, compromisso e esperança) instalam, nesses últimos anos, a fase de resignificação da identidade de ser um *Sem Terra*, na qual o MST estaria associando não mais a construção específica pela conquista da terra, mas a luta por um projeto de desenvolvimento para o país. E é essa decisão que faz Caldart (2000) considerá-lo como um *sujeito educador e lutador do povo*, que, em conjunto com outros setores populares da sociedade, vai ganhando adesões para implantar a sua proposta de Reforma Agrária.

A proposta de Reforma Agrária do MST, de acordo com Mitsue (2001, p. 168-172), contempla alguns aspectos básicos no processo de mudanças da sociedade, a partir dos seguintes objetivos:

- a) garantia de trabalho para todos os trabalhadores rurais, com distribuição de renda mais justa, beneficiada por uma produção de alimentação barata, farta e de qualidade, com garantia da segurança alimentar a toda a população brasileira, significando, pois, bem-estar social e melhoria das condições de vida, de forma igualitária, aos trabalhadores brasileiros;
- b) busca permanente de justiça social e de igualdade de direitos em todos os aspectos (econômico, político, social, cultural e espiritual);
- c) promoção da difusão e prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre pessoas, principalmente com a participação igualitária da mulher na sociedade;
- d) preservação e recuperação dos recursos naturais, como solo, águas e florestas, desenvolvimento da agroindústria e da industrialização no interior do país, descentralizando e gerando maiores oportunidades de progresso, renda, e emprego, especialmente para a juventude.

E como uma forma de democratização da propriedade da terra, o MST prevê na sua proposta de Reforma Agrária algumas medidas necessárias, dentre elas: a reorganização da propriedade das terras próximas às grandes cidades, assim como a definição de um tamanho máximo para a propriedade rural e das formas de propriedades existentes; a necessidade de regularização da terra de todos os pequenos produtores familiares, além da democratização de uso e acesso

às águas, em especial na região do semi-árido nordestino, garantindo o uso coletivo por todas as comunidades para sua subsistência e produção; e penalização e retomada das terras mal utilizadas ou em dívida com impostos; e, por fim, a distribuição das terras públicas e devolutas (da União e dos Estados).

Prima, assim, que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores tendo por base a produção familiar cooperativada, com tecnologias adequadas a cada realidade, subsidiadas com créditos e seguro agrícola. Com essa proposta, o MST vincula a perspectiva da reforma agrária não só à população do campo, mas a toda população brasileira, como condição primeira para o processo de democratização da sociedade.

TERCEIRO EPISÓDIO

A LUTA E RESISTÊNCIA DO POVO SEM TERRA: O REENCONTRO COM A TERRA MÃE

O GOVERNO PROMETE QUE TRANSFORMA
E AO CONTRÁRIO SONEGA OS INCENTIVOS
ASSASSINA OS SEM-TERRA SEM MOTIVOS
ENGAVETA OS PROJETOS DE REFORMA.
LATIFÚNDIOS TEM GUARDAS NAS PORTEIRAS
E AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS BRASILEIRAS
NÃO DÃO LINHA DE CRÉDITO PRA NINGUÉM
QUEM RESISTE É EXPULSO NO FUZIL
É PORQUE QUEM TEM TERRA NO BRASIL
NÃO QUER DAR UM PEDAÇO A QUEM NÃO TEM.
(RAIMUNDO NONATO-POETA REPENTISTA).

Os versos acima buscam expressar através da arte do repente o descaso governamental em relação aos sem-terra e a ganância do latifúndio que, durante 500, anos vem massacrando aqueles e aquelas que buscam na terra-mãe o alimento para todos, sem distinção. Também exprime a vontade de um povo que na sua caminhada de resistência busca assegurar o direito de ser gente, de viver e produzir na (a) terra.

Esse episódio traduz o modo que encontramos para valorizar os sujeitos que estão à margem desta sociedade. As falas, aqui registradas, representarão um outro jeito de construir a história, a qual será contada a partir da voz de cada sem-terra, que falará da sua trajetória de luta, sua organização e a formação do MST na Paraíba. Revela assim, o lugar em que esses sujeitos expressarão o desejo e a certeza de que a conquista de um pedaço de chão, será o primeiro passo de mudança da sua condição social.

Para facilitar a compreensão do texto, dividimo-lo em três atos complementares: o primeiro, resume as motivações que envolveram lutadores e lutadoras até a chegada na terra de negócio, destacando as circunstâncias de dificuldades de permanência nela e os desejos por ter um pedaço de chão; o segundo, expressa a participação dos Sem Terra no processo de construção e formação do MST a partir da realidade de cada assentamento; o terceiro, enfatiza como esses participantes concebem o nível de contribuição do MST na organização do trabalhador e da trabalhadora do campo, bem como na luta pela Reforma Agrária

CENA PRINCIPAL - MOMENTOS DA HISTÓRIA DE LUTA DO MST NA PARAÍBA: DESAFIOS, APRENDIZADOS E LIÇÕES

A história de gestação e formação do MST na Paraíba não pode ser entendida fora da compreensão da situação socioeconômica e política dos trabalhadores rurais no Estado e dos fatos e desafios que marcaram este processo nos diferentes momentos de sua construção.

Essa trajetória traz as marcas das mudanças nas relações sociais de trabalho e das formas de utilização do solo paraibano, cuja perspectiva da expansão da cana-de-açúcar e da mecanização das lavouras trouxe consequências desastrosas para o campo: o aumento brusco da concentração fundiária x a expropriação/exploração dos camponeses sem terra. Esta situação provocou a expulsão não só dos posseiros, como também dos arrendatários, parceiros e moradores, que passaram a ter como opção de sobrevivência o trabalho assalariado na zona canavieira, o qual trouxe o total agravamento das condições de vida dessa população.

Não vamos nos detalhar, pois pudemos ter melhor demonstrada essa trajetória na obra de Moreira (1997, p. 279-322), que evidencia com aprofundamento as condições de trabalho na zona canavieira e a geografia agrária paraibana e a precariedade das relações de trabalho canavieiro. E chama a atenção para elementos fundamentais dessa exploração a começar pelos utensílios utilizados para o corte, plantio, colheita e medição da área trabalhada, a exemplo, a braça ou a vara, medidas que lesam e subtraem o pagamento dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como as condições de sobrevivência e de vida (a forma como são transporta-

dos, os equipamentos de trabalho e de proteção, as técnicas de uso de agrotóxicos, a quantidade de horas trabalhadas, o peso de cana carregada nas costas), bem como do grau de punição dos trabalhadores por parte dos cabos e administradores. Além do fator principal que seria o alto índice de miséria, analfabetismo e o insignificante piso salarial, que chega a atingir menos de 40% do salário mínimo.

Sem dúvida, todos esses fatores propiciaram à dinâmica dos conflitos e à resistência dos trabalhadores e trabalhadoras a subordinação da terra de negócio, ou seja, a terra que só traz lucro para quem nela não trabalha.

Outro desafio presente na trajetória histórica do MST, e que ainda é muito freqüente na atual conjuntura, encontra-se representado pela repressão e o massacre instaurado por grupos paramilitares e pela capangagem, meio mais eficaz para reprimir a população camponesa e o instrumento comum na defesa dos interesses dos grandes proprietários.

Em contrapartida, tais fatores têm provocado, nas últimas décadas, uma forte reação dos camponeses sem terra, dando origem ao processo de conflitos agrários, os quais surgem como única forma de resistência desses sujeitos na luta pela permanência na terra e contra qualquer forma de exploração das relações de trabalho no campo.

Na Paraíba, essas ações têm sido garantidas principalmente pela atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que, embora com métodos diferenciados, têm proporcionado a organização dos sem terra no Estado.

Destacando aqui o processo de gestação do MST, percebemos que, desde o ano de 1985, tentava-se consolidar o Movimento na Paraíba, contudo as marcas deixadas por todos os fatores antes citados reproduziram no ideário popular a forte presença do medo e da violência imposta pelos latifundiários, que fizeram tombar valiosos companheiros e companheiras ao defender o direito à terra. A exemplo, João Pedro Teixeira, Margarida Maria Alves, Antonio Joaquim Teotônio, Bila, Zé de Lela, dentre tantos outros anônimos. Motivo que, segundo os depoimentos, intimidou, por algum tempo, as iniciativas de luta pela conquista da terra e pelo processo de Reforma Agrária. Mas foi justamente pelos ensinamentos dessas lutas anteriores e, mais especificamente, das Ligas Camponesas, que se vivifi-

cou e animou os ainda corajosos e corajosas que teimavam em dizer que a saída seria: *“ocupar, resistir e produzir”*.

Nesse sentido, a partir do retorno do Primeiro Congresso do MST, em 1985, algumas lideranças resolveram criar o Movimento no Estado. Na sua origem, o MST viveu diversas tentativas de estruturação e de formação, porém sem resultados de lutas concretas, até porque o que mais dificultou a organização do Movimento até 1988, foi a polêmica em torno de qual seria o papel do MST. Nesse período, conforme demonstram alguns depoimentos, a principal questão de embate que se instalava entre as assessorias do MST, os Movimentos Sociais e o Partido dos Trabalhadores – PT, dizia respeito à questão de um dos principais instrumentos de ação do Movimento, a ocupação de terra. Uns defendiam essa empreitada e outros se posicionavam contrários, achando que o papel do Movimento seria apenas de apoiar a luta, justificando-se a não aceitação pelo perigo de violência dos pistoleiros, jagunços e polícia que já teria sido enfrentado pelos camponeses, em momentos anteriores. Esse debate gerou muita divergência interna e trouxe muitos problemas para a estruturação do Movimento no Estado.

É em meio a essas divergências que, em abril de 1989, em torno de 200 famílias realizaram a primeira ocupação de terra, na fazenda Sapucaia (2.040 ha), no Município de Bananeiras, região do Brejo Paraibano, dando início ao processo de luta do MST na Paraíba.

No entanto, por outro lado, esse debate fomentou, no seu interior, uma importante matriz educativa, a articulação, posteriormente, entre MST, CPT e os movimentos que atuavam no campo, pois se de início essa relação parecia complicada, com o decorrer da luta foi percebendo que os objetivos almejados é que os uniam e não suas diferenças metodológicas. Prova disso é que a própria CPT, que discordava da ocupação, passa a se utilizar deste instrumento na luta e conquista da terra.

Em síntese, a trajetória política do MST no Estado, apesar do poder violento do latifúndio e dos conseqüentes despejos, torturas e massacres, fincou suas raízes na Paraíba, principalmente pelo princípio básico da persistência das famílias sem terra, as quais contribuíram decisivamente na organicidade do Movimento, e na construção, organização e fortalecimento dos sem terra, de suas lutas e

conquistas no Estado. Tais aprendizados fazem com que o MST, atualmente, cumpra um papel fundamental na organização dos povos do campo. Os aprendizados e lições dessa história estarão traduzidos nos dizeres cheios de muita emoção, coragem, indignação e paixão, expostos pelos entrevistados e entrevistadas nas páginas seguintes.



ATO IV - A CHEGADA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA “TERRA DE NEGÓCIO E A ARTICUÇÃO DO MST NO ESTADO”



Foto: Acervo/MST, 1985.

Trabalhando no alugado...

Eu vou lhe falar de onde eu vim e onde eu estou. Eu sou João, nasci no Engenho Cachoeira Município de Itambé/PE. Comecei trabalhando no ano de 50, ganhando 2 mil reis por dia. Saindo de casa antes do sol sair e quando soltava a ferramenta que voltava, já estava escuro. Fui crescendo e pensei que as coisas fossem melhorar. Começou ficando diferente, comecei me escravizando cada vez mais. E caçava um jeito pra sair daquilo, trabalhando no alugado. Então, no ano de 58, eu

pensei ir pra Brasília, mas meu pai e minha mãe tinham falecido. E foi quando no ano de 61, eu fiquei com a família dele sozinho e não tive mais pra onde sair. Me casei e comecei a construir essa família. Arrancava os cabelos pensando num lugar pra ficar. Até que esse rapaz, Manoel e os outros quatro, trabalhavam alugado comigo. Foi quando eu me destinei sair pra cá. Eu parti de lá no ano de 1984, porque eu não ia ficar com estes homens todinhos dentro do alugado. (João Inácio- Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Eu sou Manoel Inácio, nasci em Itambé/PE, tenho 30 anos. E completando, ele disse que não podia ficar com esse pessoal todo trabalhando alugado. Mas a iniciativa de irmos para a Paraíba foi porque a gente trabalhava, eu, meus três irmãos e ele, na usina Aliança. A usina nos demitiu e só ele ficou trabalhando, pois não teria condições dele nos sustentar, então foi o que nos empurrou, aqui para a Paraíba. Chegando aqui na Paraíba foi quando a gente teve a sorte de se engajar nesta luta. Nós chegamos em Abiaí em 1984, e arrendamos terra pra trabalhar. (Manoel Inácio-Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Só lutava para os outros

Meu nome Enoque, nasci na região do Tigre no Cariri. Sou do Assentamento São Sebastião do Umbuzeiro, no município de Monteiro, lá somos 72 famílias cadastradas. Sou filho de trabalhador rural. Fui pra São Paulo um tempo, mas meu pensamento era só trabalhar na roça. Só que tinha cansado de trabalhar pra fazendeiros. Sem saber como era o Movimento da Reforma Agrária, pois só ouvia falar e não sabia se aqui já existia esse movimento fazendo ocupação. E um dia um companheiro falou que ia ser ocupada a Fazenda Feijão. E aquilo já me ligou com o meu ideal, de ocupar uma terra para trabalhar. Pois aqui no Nordeste o fundamento é o trabalhador ter uma terra pra trabalhar (Enoque- Assentado - em São Sebastião/Cariri/PB).

Meu nome é José Alexandre, nasci em São Sebastião do Umbuzeiro, no município de Monteiro. Batalhei pra ver se ficava no MST, primeiro em Feijão, depois achei que Ribeiro Fundo ficava mais perto da minha mãe. O motivo que eu me envolvi na luta pela terra foi porque trabalhei muito pra esses latifundiários, para os fazendeiros. Trabalhando na agricultura, só lutava para os outros. Tudo que eu lucrava tirava uma parte pra mim e a outra pro fazendeiro. Eu vi que não dava mais certo. Vim embora pra cidade, fiquei um tempão, depois fui pra São Paulo, Santa Catarina, fui pra vários lugares. Comecei olhando esse Movimento da Reforma Agrária. Fui aos acampamentos e ficava trocando idéia com um companheiro e com outro. Eles diziam que era certo, que era bom, que trabalhava pra si e não ia trabalhar pro latifúndio. Tive vontade de entrar lá mesmo no sul, mas tive medo. Voltei pro Nordeste, aí surgiu aqui no Feijão e eu entrei. (José- Assentado - em São Sebastião/Cariri/PB).

Sou João, naturalizado de Serra Redonda. O meu envolvimento foi porque eu sou filho de agricultor, comecei a trabalhar no campo quando criança, comecei com oito anos de idade, trabalhei 08 anos no cabo da enxada, depois passei a trabalhar no comércio, trabalhando pros outros. Passei pra luta dos sem terra, pra desviar de trabalhar pros outros. Por que não tem futuro é só trabalhar e levar grito dos outros e enricar o patrão. (João-Assentado, em Chico Mendes/Várzea/PB).

Li os livros e botei na prática o que aprendi

No princípio a gente trabalhava na nossa roça, só que em outro Município. Então, tiveram os companheiros que fizeram trabalho de base e mostraram pra gente o que o Movimento fazia. Em seguida, ocupamos a área com a companheira Nilza e as lideranças do Movimento, que colocavam pra gente que não largasse a luta, que um dia íamos ser donos dessa terra. Foi isso que me deu vontade de participar daquelas reuniões. E no Encontro Estadual fui eleito para direção. Nessa atuação, fiz curso de finanças, do setor de produção, li os livros e botei na prática, o que aprendi. Formamos o roçado comunitário, não deu certo, porque os companheiros não queriam repartir. Particpei de várias reuniões da comissão do PROCERA no estado. Visitei várias áreas no Litoral. Fizemos um trabalho lá em Monteiro, com o pessoal da Associação de Produtores de Santa Catarina. Depois discutimos com a nossa Associação e o Assentamento 1º de Março pra ver se fazia a Cooperativa Regional, como vem se dando em outros Estados, pois essa construção iria filiar a Associação que é local, e o grupo podia comprar toda a produção dos 03 assentamentos, como dos vizinhos. Nesse tempo, fizemos a discussão nesse assentamento e nos outros também. Eu fui trabalhando no setor de produção, no de finanças, fiz um curso no RN, depois foi quando voltei, assumi a Associação e fiquei trabalhando com os técnicos (Neginho-Assentado- em Teixeira-nha/LITORAL/PB).

Meu envolvimento foi pelo trabalho de base

Meu envolvimento foi pelo meu pai, que participou do trabalho de base, ele foi chamado para uma reunião de bairro lá em Sergipe. Meu pai acampou em 1987, quando eu trabalhava na cidade, e eu só me envolvi no ano de 1992. Em 1993, fiz um curso integrado de produção em Sergipe, durante oito meses. Depois desse curso eu vim pra Paraíba em 1994. Já estava com uma certa experiência, tinha um ano de trabalho na frente de massa. Fizemos várias ocupações na região da Várzea, no Litoral, onde acompanhei a frente de massa nos acampamentos e assentamentos 1º de Março e Boa Hora no Município de Boa Vista. No ano de 1994, só tinha esses dois assentamentos, daí a gente foi construindo mais lideranças, vindas de outros Estados. De um ano pra cá eu me afastei da frente de massa e estou no setor de educação (Zé Carlos- Assentado- em Teixeira-nha/LITORAL/PB).

Eu entrei na luta sendo rendeira. Onde eu morava tinha mais de 200 pessoas, todos morando arrendado. Mas era tudo longe um do outro. Um dia veio à notícia de uma reunião de um povo de João Pessoa. A reunião foi lá em Alhandra, eu estava na rua, um dia de sábado. Eu disse: - eu nunca vi, quero ver como é. A reunião foi na igreja e só falava na luta pela terra e foi feita pelo Frei Anastácio. Aquilo foi me dando consciência e dentro de mim vi que aquilo era o meu caminho, que eu podia acompanhar. Com os tempos houve uma mudança da reunião pra João Pessoa, a gente ia todo mês e passava 03 dias no Centremar. Passamos um ano nessa pisada. Depois teve uma reunião no Sindicato, pra juntar o povo todo de Covoada. Foi quando a luta aumentou e eu fiquei mais aumentada dentro da luta. Eu fiquei acompanhando, indo pra reunião, para o mutirão, para o acampamento, isso pela CPT. Quando foi 06 anos atrás eu estava na rua e convidaram pra outra reunião, lá na Igreja. Quando terminou a reunião ela disse: - de 4h da manhã a senhora esteja aqui pra gente ir pro palácio do governo. Foi quando nós fizemos o acampamento, foi quando entrei na luta dentro do MST. (D. Ciça-Assentada, em Nova Vida/LITORAL/PB).

A gente fazia movimento estudantil no colégio que tinha uma relação muito próxima com o MST

Primeiro, minha origem é rural, fiz o 2º grau na área de técnico-agropecuária, na Escola Agrícola em São Cristóvão, Aracaju. Do lado desse colégio agrícola tinha um assentamento do MST, onde é organizado o curso de formação política do Movimento, naquele Estado. Fazíamos movimento estudantil no colégio, o qual tinha uma relação muito próxima com o MST. Por afinidade política e pela proximidade, a gente participava das mobilizações, dos encontros do movimento e, no último ano, acabamos entrando de vez, fazendo estágio. Quando acabou o curso, entrei no movimento. Em 96, fui fazer o Curso Técnico em Administração de Cooperativas - TAC/RS pelo MST. Ao término, fomos designados para vir para a Paraíba, ajudar aos companheiros na organização estadual. A princípio, mesmo o Movimento completando hoje dez anos, era um movimento muito recente, de pouca organização de base, que não trazia histórias permanentes, lideranças permanentes, com poucas áreas, algo em torno de nove áreas, incluindo assentamentos e acampamentos. E a nossa tarefa aqui foi não só organizar a produção, mas organizar o movimento em si (Edvaldo-Dirigente Estadual MST, em 1999).



ATO V - A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E A FORMAÇÃO DO MST NA PARAÍBA - A CHEGADA NA "TERRA DE TRABALHO"

Tem gente sem terra, tem terra sem gente e tem gente sendo expulsa do campo

A forma como o Movimento se organizou na Paraíba, desde 1985, foi bastante sintomática. Vários companheiros da Paraíba que participaram do 1º Congresso e se propuseram a fazer o Movimento aqui. Eram companheiros de qualidade que já tinham outra origem de luta (da universidade, de outras organizações sindicais) mas que constituíram o Movimento de forma para apoiar a luta dos trabalhadores. E essa não era a característica do Movimento. Houve uma definição de fazer ocupação em 87, e em 88, mas não foi feita. No final de 88, houve um racha no Movimento, pois havia dois grupos: um que definia que o Movimento não deveria fazer ocupação, devia apoiar se houvesse ocupação espontânea, e o outro que defendia que o Movimento deveria fazer ocupação. Bom, houve bastante dificuldade para implantação do Movimento Sem Terra na Paraíba. Pois, se de um lado tinha uma direita latifundiária, reacionária, forte e estruturada, do outro, tinha a Comissão Pastoral da Terra, com uma organização semelhante à do Movimento Sem Terra, coordenada pelo Frei Anastácio. A própria CUT e o CENTRU faziam sérias restrições ao Movimento Sem Terra, tinham críticas na forma de entender o Movimento. Fomos bombardeados por esses setores e patinamos durante muito tempo. Nos estruturamos primeiro em Alagoa Grande, em Frexeiras, onde tínhamos a secretaria até praticamente a ocupação de Esperança. Assim, para fazer a primeira ocupação, foi uma situação bastante difícil. Nós mobilizamos sete ou oito municípios da região de Alagoa Grande, Bananeiras, Remígio, para conseguirmos mobilizar setenta famílias. No segundo encontro do Movimento ficaram as pessoas que definiram fazer ocupação, junto com os companheiros que são conhecidos inclusive em nível nacional: Geraldinho do Espírito Santo, o João Daniel de Sergipe, Zé Rainha de Olinda, eu, Gilvânia. Fizemos a ocupação na Fazenda Sapucaia e logo depois sofremos o despejo e teve toda aquela problemática. Deslocamos a militância pra fazer o Movimento em Campina Grande. Lá, quase conseguimos nos estruturar com o assentamento de Boa Esperança. Depois, nós ficamos numa ocupação em Alcantil, só estava a coordenação daqui: Nilza, Gilvânia e Adriana e os companheiros que vieram da Bahia, os outros eram contra fazer ocupação. E fomos despejados. Fizemos várias tentativas de ocupações frustradas. Tanto pela ofensiva da direita, da burguesia, mas também por problemas internos. Então, nos anos 80, ainda havia um resquício muito grande de medo. Em função da repressão forte que foi contra as Ligas Camponesas, isto ficou muito marcado. Também o assassinato de Margarida Maria Alves gerou um clima de muito medo, de muita tensão, no ideário popular, isso marcou o subconsciente das pessoas. Assim, a 1ª ocupação foi pra quebrar esse impacto de medo, principalmente na região do Brejo, pois os trabalhadores têm muito medo, não é só uma questão de subserviência, isso é geral

em todo o país, é mais do que subserviência, é medo mesmo, é temor pela própria vida. E o Brejo sempre assustou a gente que veio de outros estados pra cá, porque havia uma força para-militar, ativa, constante e defensiva no ponto de vista do latifúndio. Pronto pra defender o latifúndio e também fazer ações ofensivas e isso dificultou muito, porque as lideranças e a militância que já estavam constituídas pelo Movimento eram lideranças, digamos, não da própria base dos Sem Terra, era de uma base estudantil. Uma segunda experiência, que foi a ocupação da Maniçoba, na região de Esperança. Mobilizamos gente de Areia a Campina Grande, ela tinha tudo pra ser vitoriosa, mas na hora de negociar, nós tínhamos no INCRA uma pessoa ligada à CPT, que era o ex-superintendente do INCRA, Júlio César, que fazia questão de não fazer as vitórias do MST. Depois, veio a ocupação mais complicada de todas, a fazenda da Boa Esperança, achamos que seria a primeira experiência de conquista da terra. Perdemos quatro anos. O Júlio César, o INCRA de Brasília, o governo da Paraíba, todos nos enrolaram. Perdemos 04 anos da nossa história remoendo uma coisa só e com isso nós tivemos que praticamente, em determinados momentos, determinar, em nível nacional, que a Paraíba fizesse ocupação, não era uma coisa espontânea, era uma determinação. Depois, fizemos uma ocupação do lado da rodoviária de Campina Grande. Existiram muitos problemas de mobilização, pois o povo estava lá pra fazer a ocupação, mas o pessoal não tinha definido a área pra ocupar. Definimos fazer a ocupação à noite, passamos com o caminhão, me recordo como se fosse hoje, e os pistoleiros armados estavam esperando pra nos pegar. A gente voltou como se tivesse feito só uma caminhada. No início de 93, fizemos uma avaliação e definimos que nós tínhamos que partir pro Sertão, pro Agreste, mas não podíamos abandonar a Zona da Mata. Só que havia uma posição internamente, mais por parte dos estudantes, que achavam que não podíamos sair de Campina Grande, porque lá era um espaço geograficamente favorável, tinha todas as condições pro Movimento avançar. E depois de vários rachas e problemas internos, destituímos toda a coordenação que existia no Movimento, toda a direção. Trouxemos um grupo de Pernambuco, de sete ou oito pessoas, que se juntaram à companheira Nilza e à companheira Adriana, inclusive o atual dirigente, Cláudio. Esses companheiros foram deslocados lá pra Alhandra e Caaporã, onde fizemos a ocupação. A ocupação foi feita a partir da análise de que era o melhor espaço geográfico pra nós atuarmos. Pois lá, na zona canavieira, o INCRA tinha atuação, a sociedade estava mais desenvolvida e tinham condições de discutir sobre Reforma Agrária. E deu certo. Fizemos a 1ª ocupação no litoral. Quando chegamos em Caaporã e Alhandra, o povo veio. A gente fazia reuniões com quarenta, cinquenta famílias e fizemos uma ocupação grande. Então criou uma nova expectativa no MST, uma nova motivação na militância, e a Paraíba não é diferente dos outros estados, tem gente sem terra, tem terra sem gente e tem gente sendo expulsa do campo, tem gente vivendo na periferia da cidade que quer voltar pro campo. Foi no litoral que nós conseguimos recuperar toda essa mística, essa disciplina de organização e toda a motivação. Depois desse processo da Zona da Mata, discutimos com os companheiros daqui que, para avançar na Paraíba, a estratégia era manter o que temos na Zona da Mata e continuarmos avançando no Litoral, na zona canavieira. Mas a estratégia era chegar até forçar o deslocamento da tensão, da luta

pela reforma agrária também na região do Sertão. Resumindo, a Paraíba foi diferente de outros estados, tipo Pernambuco, onde a força, fora o Movimento Sem Terra é a FETAG. Aqui, tinha e tem uma força que é a Comissão Pastoral da Terra. Apesar dos diversos problemas, digamos, das diferenças, penso que nessa idéia de estratégia, de propor formas e métodos de lutas, o Movimento foi importante. Porque nessa disputa quando o Movimento fazia uma ocupação, obrigava a CPT a fazer outra, pra não perder espaço. Essa briga, essa disputa de espaço foi salutar, acho que o Movimento pressionou a CPT pra crescer, pra CPT massificar. Acho que, hoje, o Movimento na Paraíba conseguiu encontrar o caminho da massificação em tempo bastante rápido, eu não tenho dúvida, nós vamos brilhar no Sertão no ano de 2000. (Jaime Amorim-Dirigente MST/Nacional, 1999).

Enquanto estamos lutando, brigando para assentar as famílias na terra, o governo, com sua política de exclusão para o meio rural, joga para fora os trabalhadores

Eu vim pra cá em 1992, convivi com pessoas que foram fundadoras do movimento aqui no estado, desde 1985, quando a Paraíba participou do 1º Congresso Nacional. Minha convivência com essas pessoas, principalmente com os companheiros Jaime Amorim, membro da direção nacional em Pernambuco e a companheira Nilza, que foi uma pessoa importantíssima na concretização do movimento aqui no estado, ambos me passaram um pouco do histórico do movimento de 85 a 92. Na verdade, de 85 até 89, houve uma tentativa de ocupação em Alcantil e não foi realizada. Assim, nesses anos, o Movimento no estado da Paraíba fez praticamente um curso de formação e parou. Em 89, o Movimento realizou a primeira ocupação, na fazenda Sapucaia, onde pela primeira vez o Movimento enfrentou, aqui no Nordeste, um grupo de pistoleiros armados, para-militares, o chamado grupo da Várzea, que recentemente assassinou o companheiro Antonio Joaquim Teotônio. Com o despejo da Sapucaia, as famílias voltaram para Bananeiras e para Alagoa Grande, região do Brejo, de onde tinham saído pra fazer ocupação. Após isso, as famílias, ainda no ano de 89, resolveram ocupar a fazenda Maniçoba, no município de Esperança. Foram despejadas e reocuparam outra área, que não me recordo o nome. Depois são despejadas e vão para a praça de Campina Grande, isso em 91. Ficaram três meses lá. Com a morosidade do governo do estado, na época tinha um poder político muito forte em Campina Grande, que não resolvia o problema e resolvemos ocupar a fazenda da EMEPA, em Campina Grande. De lá essas famílias são despejadas e ocupam novamente a praça, onde acontece um confronto com guardas municipais e a polícia militar. As famílias saem e ocupam a Fazenda Boa Esperança, no município de Boa Vista, permanecendo lá por um longo período, sem que essa área fosse desapropriada.

Em 92, realiza-se o Encontro Nacional e nele define que além da companheira Nilza da coordenação nacional no estado, viria o companheiro Hélio do Rio Grande do Norte e também, o companheiro Jaime Amorim, representando a direção nacional no estado. Em 92, o companheiro Jaime propõe que venha uma brigada de lá de Pernambuco pra contribuir com o Movimento aqui e foi quando eu vim, junto com outros companheiros e companheiras. Realizamos um trabalho de base em alguns municípios, com muita dificuldade, porque alguns sindicatos achavam que o Movimento tinha iniciado na região do Brejo e não tinha dado certo. Tinha ido pra região de Campina Grande e também não tinha se estruturado. E não era viável que o Movimento viesse pra região do Litoral, em função de que imperava as usinas de cana-de-açúcar, praticamente a região dos coronéis. E não tinha condição do Movimento Sem Terra se estruturar.

Fizemos várias discussões com alguns sindicatos: Sindicato de Santa Rita, de Cruz do Espírito Santo, Sindicato de Alhandra e esses sindicatos não aceitaram a nossa proposta. Procuramos outros sindicatos, como: o Sindicato de Pitimbu, que foi importantíssimo na luta; Sindicato de Caaporã e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bayeux e mais alguns religiosos, pois naquele momento tínhamos dificuldades com setores da igreja. A própria Comissão Pastoral da Terra-CPT, tínhamos algumas divergências naquele período, claro que hoje isso já está superado. Juntamos o pessoal de Santa Rita, Bayeux, Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã e começamos o trabalho no final de 92, e realizamos a ocupação em 93, quando ocupamos a Marinas do Abiaí. Naquele momento, começou a se fazer várias pressões, porque já tinha gente organizada, já tinha força, mesmo que fosse um número pequeno ainda, lá de Boa Vista, município de Campina Grande e as famílias do Litoral. O período de 1993 foi muito repressivo, pois era início do governo Collor, houve muita repressão, muitos companheiros presos, muitas lutas.

Em 94, o Movimento expandiu-se mais em outras regiões, quando ocupamos as Massanganas. Nesse mesmo período, estavam mais ou menos em fase de consolidação os acampamentos do litoral, hoje assentamentos: Teixeira, 1º de Março e Nova Vida. Ao longo desses anos, além dessas ocupações, também houve vários encontros, mas estou dando enfoque pra questão da massificação do Movimento.

Em 95, o Movimento expandiu-se pra região de Mamanguape, ocupa a Brás Frutas, que não foi desapropriada e as famílias foram despejadas porque se dizia que era um loteamento urbano. Parte dessas famílias ocuparam novamente a Marinas do Abiaí, e sofrem novamente um despejo e ficam no Conde por um longo período, sem ter alternativa de área, sem nada. Em 96, fizemos algumas mobilizações na capital, fizemos também outra ocupação na Várzea e tentamos ver o que fazer com aquelas famílias que estavam no Conde. As famílias reocupam a Marinas e mais uma vez são despejadas. Então, parte dessas famílias se dispersam e, praticamente, parou as atividades em 96. Em 97, até meados de 97, em função de alguns problemas internos, pois tinha gente que estava entrando no Movimento só pra tirar proveito, ou para tentar incriminá-lo, isso fez que os seis primeiros meses de 97 fossem pra se ajeitar internamente. Setembro, outubro de 97 é vindo para cá, para se somar com alguns companheiros que já estavam aqui, fomos reencontrar parte

desse grupo de famílias meio dispersos no Conde; então ocupamos uma área na Várzea, pois até aquele momento o superintendente do Incra, o Júlio César, prometia que iria desapropriar e nesse aguardo levou um ano e meio. Infelizmente ou felizmente, nesse período, ocupamos a fazenda Maraú, o quartel general desse grupo da Várzea, lá de 89, que tinha assassinado uma criança e que tinha feito despejo a bala. Desmontamos esse quartel general, desse grupo para-militar, tomamos armas e, enfim, entramos na casa grande, e houve todo um processo de luta, fomos despejados várias vezes e hoje é o assentamento Canudos. Só que nesse mesmo período, também substituiu-se o superintendente do Incra. Veja bem, como de certa maneira havia divergência talvez no método, entre nós e a CPT, naquele período as áreas prioritárias pelo Incra para ser vistoriada e desapropriada eram as áreas da CPT e não as do MST. Com essa mudança, de certa maneira, nós conseguimos propor um conjunto de áreas a serem vistoriadas. Em 97, não fizemos o encontro estadual e fomos para o encontro nacional, onde pela 1ª vez foi eleito um membro da direção nacional na Paraíba, no caso, eu. E nesse mesmo encontro se define que para o Movimento se expandir em outras regiões do estado deveria criar um coletivo de direção.

Depois do encontro, priorizamos a região do Brejo, aquela região de Píripituba, e ocupamos a usina Borborema, em março de 98. Nesse mesmo ano, fizemos a marcha pra denunciar a impunidade no campo, para denunciar o assassinato dos 19 companheiros de Eldorado dos Carajás. Caminhamos até a Sudene, em três colunas, uma coluna que saía de Sergipe, outra que saía de Petrolina, cortando todo estado de Pernambuco, e a outra que saía de Parnamirim/RN; a de Parnamirim, nos somamos a ela. Com isso, conhecemos mais a região de Mamanguape até chegar em João Pessoa. A partir daí, tentamos mais uma ocupação no Brejo, tentativa frustrada, da fazenda Guaraná.

Ainda em dezembro de 97, tinha sido realizado o 1º encontro da Consulta Popular e, em junho de 98, definimos que iríamos realizar uma marcha popular pra consultar o povo. E aqui no estado, teria a importância tanto de consultarmos o povo, como de vermos a possibilidade de fazer ocupações de terra em outras regiões do estado. Para isso, saímos de uma região que não tínhamos atuação, saímos de Cajazeiras a João Pessoa, passando por 28 Municípios do estado. Quando passamos a fazer a consulta, descobrimos, principalmente, no Sertão e no Vale do Seridó, que o problema era terra que eles não tinham. Porque eram rendeiros, foreiros e ainda tinha toda essas relações de trabalho do tempo do feudalismo. Então, se o problema do povo era terra, a nossa tarefa era fazer a luta pela terra. Então, na marcha que saiu a 03 de agosto de Cajazeiras, antes de chegarmos aqui, dia 07 de setembro, realizamos 02 ocupações de terra; uma no município de Souza, no dia 03 de setembro, com aproximadamente 450 famílias, na fazenda Estreito e Pimenta, que infelizmente as famílias continuam acampadas; a outra ocupação antes da marcha passar em Mari, ocupamos a fazenda Queimadas, hoje assentamento Oziel Pereira, no município de Remígio. Ainda no ano de 98, realizamos outra ocupação na Várzea, onde tínhamos três assentamentos, as três Massanganas e o acampamento Canudos. Realizamos a ocupação da Fazenda Soares de Oliveira, em Mari; hoje essas famílias não puderam ser assentadas na Soares de Oliveira e foram assen-

tadas em Chico Mendes, antiga fazenda Ipanema. A passagem da Marcha no Sertão nos serviu para que a gente tivesse claro que era possível fazer a reforma agrária nessa região, pois diferente do que algumas organizações nos diziam, que não tinha condições de lutar por terra ali, na medida que fomos lá, e consultamos o povo, vimos que as ocupações eram viáveis. Pensamos também que era possível organizar a região do Cariri, uma das mais secas e mais ingratas. E em dezembro de 98, ocupamos a fazenda Feijão, no município de Sumé, hoje assentamento Mandacaru, com 120 famílias. Nesse mesmo ano, tinha muita gente mobilizada, e vimos que além de organizar os trabalhadores, também poderíamos organizar a criançada do ponto de vista da educação. Para que começassem, a partir dali, a valorizar a terra, para entender e valorizar a importância da luta dos pais deles. Realizamos o Encontro dos Sem Terrinhas, onde reunimos 300 delegados. Ainda em 98, voltando da marcha, depois de todas essas atividades, resolvemos priorizar as áreas que tinham água no sertão. Então, a gente resolve, no finalzinho de 98, ocupar mais duas propriedades na região. Propriedades que tinham grandes débitos com a SUDENE, inclusive duas delas, do maior caloteiro rural, o Daguimar Ferreira. Todas as propriedades com água em abundância e tudo abandonado. Então, ocupamos Jacu, no Distrito de Santa Gertrudes, município de Patos e a fazenda São Vicente, em Condado, e também a fazenda Santo Antonio, da família de Aécio Pereira, em Pombal (uma área que praticamente há 10 anos estava abandonada, com rio perene cortando a área).

No final do ano, o Movimento entende que era possível se consolidar nas cinco regionais, pois a essa altura tínhamos consolidado a regional do litoral, com três assentamentos, com aproximadamente 200 famílias. Tínhamos a regional da Várzea, agora com 5 áreas, com os assentamentos das três Massanganas (I; II e III), com aproximadamente 420 famílias e os acampamentos, em fase de transição para assentamento, a fazenda Maraú, hoje assentamento Canudos e a fazenda Ipanema, hoje assentamento Chico Mendes. Em março de 98, as famílias que tinham ocupado a Borborema foram despejadas várias vezes e enroladas pelo INCRA e Banco do Brasil, que prometeram assentá-las, numa área repassada da Usina Mataraca. Quando as famílias chegaram lá era uma reserva indígena. Colocaram os trabalhadores e os índios em confronto direto, e esse nunca foi o nosso objetivo, pelo contrário, somos solidários aos índios. Na verdade, descobrimos que era maracutaia, falcatura e saímos fora. E essas famílias foram, já no finalzinho de 98, pra Várzea. Também estávamos estendendo para consolidar o Brejo como regional, que já tinha a fazenda Queimadas e ocupamos a fazenda 68, e Lagoa do Jogo. Tínhamos também consolidado quatro áreas no Sertão: a Estreito e Pimenta, a São Vicente, a Jacu, e a fazenda Santo Antonio, hoje acampamento Margarida Alves. Então, em 98, ocupamos no Cariri duas áreas: Ribeiro Fundo, assentamento dos 10, o assentamento Beira Rio com 35 famílias e o assentamento São Sebastião, que nós queremos que sejam 80 famílias. Assim, consolidamos, em 99, a regional do Cariri com as três áreas e reforçamos, com duas ocupações, a fazenda Canoas em Cubati e a fazenda Tamanduá no município de Pedra Lavrada. Temos a 1ª regional, que é a Várzea; a 2ª o Cariri, e o Sertão, que infelizmente, como o poder lá ainda é muito reacionário, tem mais acampamentos (13 de outubro, a fazenda

Liberdade etc.). Resumindo um pouco... a história é essa. Ao longo de 10 anos temos 913 famílias assentadas pelo Movimento Sem Terra.. Em 99 virando para 2000, conseguimos assentar aproximadamente 800 famílias. Nesse último ano, conquistamos 07 assentamentos: assentamento Oziel Pereira; Chico Mendes; Antonio Joaquim Teotônio; São Sebastião, Beira Rio, Mandacaru e Bela Vista. Hoje, são 14 assentamentos e 07 acampamentos. Hoje, temos aproximadamente 1.700 famílias assentadas e, aproximadamente, 1.300 famílias acampadas. O que dá em torno de 3.000 famílias ao todo. De certa maneira é um avanço, mas não para o número de famílias sem terra no estado. Mas o número de famílias assentadas é muito maior do que o número de famílias expulsas do campo por falta de assistência técnica, de créditos, por falta de política agrícola, principalmente, voltada pra agricultura familiar. Mas enquanto nós estamos lutando, brigando pra assentar as famílias na terra, o governo, com a sua política de exclusão do meio rural, joga pra fora os trabalhadores. (Cláudio- Dirigente Nacional MST/PB, 1999).

CENA PRIMEIRA – OCUPAÇÃO SAPUCAIA “LEVANTA, VAI MORRER TODO MUNDO”



Foto: Nilza, 1986.

Quando comecei na luta pela terra eu era da Pastoral da Juventude do Meio Popular-PJMP, em Jacaraú. Começou a ter alguns conflitos de terra lá no município, e a Pastoral acompanhou. Pediram pra gente arrecadar alimentos pra apoiar a luta dos posseiros. Foi um pouco a partir dessa

questão da igreja, que aprendemos que os problemas da sociedade, da questão da terra, do desemprego, do salário, não era uma questão de Deus, mas sim dos homens que exploravam e oprimiam. Depois me convidaram pra participar de uma reunião de base, e perguntaram se eu estava interessada em organizar os grupos de base lá no meu município. Começamos em 86/87, junto com Penha, Luiz Silva, Deda e uma menina do SEDUP de Guarabira, a articular os grupos de base. Eu achava interessante porque ao mesmo tempo que você estava lutando, conquistando terra, dando trabalho, ao mesmo tempo você estava lutando por uma coisa maior, que era a transformação da sociedade. Depois teve um tempo que essas pessoas, com exceção da Penha, se afastaram um pouco do MST, eu também me afastei. Em abril de 89, fui convidada novamente para rearticular o meu grupo de base, para fazermos uma ocupação, a Sapucaia, que aconteceu em abril de 89, em Bananeiras. Nessa ocupação, havia dificuldades de organizar o acampamento por causa da chuva. Logo de manhã chegou um pilotão pra tirar a gente do acampamento, houve resistência dos trabalhadores e nisso uma mulher passou mal. Algumas pessoas foram negociar e eu fui levar essa senhora no médico, que ela estava basicamente morta. Quando fomos pegar o carro lá embaixo, a polícia pegou nós quatro e a mulher. Levaram os dois rapazes pro camburão e eu e o outro rapaz fomos levar a mulher no hospital de Belém. Depois prestamos depoimento e três pessoas ficaram presas. Às 6h da noite, a polícia foi nos levar de volta pro acampamento. Quando chegamos na fazenda, havia mais de 50 homens, tudo armado. Não quiseram deixar a gente entrar no acampamento, pois iam fazer o despejo. De tanto pedirmos, pois tinha criança, eles liberaram pra ficarmos. De madrugada, 3/4h da manhã, acordamos com alguém focando dentro da barraca e com o grito: '-levanta, vai morrer todo mundo'. Na barraca da frente, as irmãs de Pilar, já se via os gritos e a pancadaria. E haja tiros, era como se fosse de metralhadora, era rajada. Eu fui a última a sair da barraca e eles jogaram uma tocha de fogo, as outras barracas já estavam queimando. Uns correram pro lado da mata, outros foram subindo o caminho, uns, eles bateram, mas eles queriam era as lideranças. Inclusive pegaram um militante de Sergipe, botaram a cabeça dele na água, botaram sacos de plástico, fizeram ele carregar 60kg, queimaram os seus pés, só depois de uma semana foi que localizamos o rapaz, todo queimado. Também tinha uma criança com asma e, nesse tumulto, acarretou a morte dela, foi asma, junto com a pancadaria. Bom, ficamos na casa de um posseiro, enquanto chegava todo mundo pra saber para onde iríamos, pois tinha muita gente perdido. Quando aguardávamos, chegou o grupo para-militar vestido de roupa do exército, detonaram bala na casa, a gente deitava no chão e a bala roçando. Muita gente apanhou. Depois pulamos uma cerca com arame, todo mundo se rasgando. De lá, caminhamos em direção à estrada pra ver se pedia socorro. Enquanto nós estávamos caminhando, as irmãs que já tinham apanhado lá no acampamento foram na frente pra ver se conseguiam ajuda e apanharam de novo. Conseguimos articular uns transportes e passamos uma semana na Associação onde a Penha morava, enquanto o pessoal foi negociar em João Pessoa. Na audiência, o governo não foi e das entidades só foi o MST, alguém do PT ou foi da CUT. E o governo nos escorraçou dizendo que éramos baderneiros, foi um pouco isso (Nilza-Ex-Dirigente do MST/PB).

CENAS SEGUINTE:
CONQUISTA DA TERRA NO LITORAL SUL
“NEM SAIO DAQUI E NEM PAGO MAIS FORO! TUDO COMEÇOU ASSIM... SE A
GENTE PERDESSE ESSA TERRA, IA TUDO PARA O OLHO DA RUA!”



Foto: Rita Cavalcante, 1999.

Quando chegamos com essa família, eu vim trabalhar onde hoje é o assentamento da Apasa. O primeiro conflito com o proprietário da Apasa, Dr. Múcio, começou conosco. Era assim: a gente plantava uma lavourinha e o proprietário arrancava. A gente estava preparando a terra, ele chegava nos ameaçando armado, ele e os capangas. Batiam a mão ao revólver faziam aquela confusão. E nada acontecia porque... a gente não fazia agressão, mas ele queria tudo da gente. Não tinha reforço, não tinha ninguém com a gente. A gente fez um levantamento de um projeto e ele não queria o projeto na área. Quando ele sentiu o projeto, ele disse que o freiteiro era eu, Zé Cândido e Biu da Chã. E ele botou nós três pra fora da área. Esse companheiro por nome de Zé Cândido contribuiu na luta com a gente o tempo todo. Quando ele venceu a luta da Apasa, adoeceu. Ele sofria de gastrite e essa gastrite virou um câncer e aqui não teve jeito e ele foi pra São Paulo e não voltou mais. Esse companheiro era uma testa de ferro na luta, eu também ajudava a ele mais uns três, ou quatro.

Na realidade, quando tudo começou, só eram cinco famílias queriam um pouco da história, mas era um aqui, outro lá fora, não vivíamos juntos. Então, o proprietário chegava aqui, ameaçava um, a pessoa afracava, ia pra ali, ameaçava outro, ficava tudo desarmado, porque não tinha controle na luta...

A gente foi conversando, cada um contava sua história.... pra não pagar mais foro dessa terra. Pois o foro, a gente pagava por hectare. O Zé Cândido, que fazia conflito, até com a família em casa (risos...), juntou-se comigo e começou a concluir as coisas. Muitas vezes minha esposa dizia: - você vai se dar mal com esse homem, porque esse homem é de ser todo grevista. Eu dizia: - rapaz, esse é um direito dele. E trabalhador tem que ser assim mesmo. Porque do jeito que está a rede de proprietários hoje, o trabalhador tem que ser em cima da guarda dos seus direitos. Zé Cândido dizia: eu não pago mais foro. O negócio começou assim: a gente foi pagar o foro, o proprietário quis que a gente assinasse a folha em branco. Então perguntamos: - cadê o processo? Já está batido? - Não. - Então a gente não assina. - Se vocês não assinarem, vocês não trabalham mais. - Pois vai ser o caso, porque ninguém vai assinar. É que a gente já estava sabendo que ele tava com o advogado fazendo nossa demissão, pra demolir a gente. Isso porque o coqueiro estava bem elevado e ia botar nós em outra área em que o coqueiro estava pequeno. A gente disse: - nem saio daqui e nem pago mais foro. E o negócio não deu certo e o homem começou a ficar bravo. E assim, a gente batalhou, batalhou e depois quando ele viu que estava perdido, mandou me chamar. Mas a gente já estava com grande grupo e Zé Cândido era a fera, passava tudo na assembléia. Daí a gente levou conhecimento da companheirada e da CPT. A CPT achou que tinha que ter um advogado. Nós fizemos o levantamento da área, eram quase 70 famílias e na grande Abiaí o total dava umas 400 famílias. Esse grupo que você está vendo desapropriado hoje. A gente mexeu com esse povo todinho. Se a gente perdesse essa terra ia tudo pro olho da rua! Quando levou conhecimento, o Advogado Dr. Eduardo disse assim: - olhe, vocês bateram a cunha em Abiaí e a gente vai abrir ela todinha agora. Esse conflito a gente não perde. Quando foi na outra semana o Oficial de Justiça entrou aqui, pra gente comparecer ao Fórum. No Fórum, o juiz nos discredenciou! Mas tinha o promotor que disse: - vamos tomar uma atitude diferente, vamos mandar os dois oficiais de justiça na área. Na hora da audiência foi a solução do caso. O promotor disse: - juiz, o que podemos fazer? O juiz disse: - plantar o que a terra der. E o trabalhador foi plantar. (João-Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).



Foto: Rita Cavalcante, 1999.

Essa história que nós plantávamos e o proprietário vinha com o trator e destruía tudo que a gente tinha, era muito triste. Daí o conflito começou a se fortalecer, quando o proprietário usava isto. E você ia juntando mais companheiros. De certo, que em 10 companheiros você conseguia três, que queriam enfrentar. Então, fizemos um grupo, o grupo ficou forte. Era uma luta assim, você fazia, o proprietário desmanchava... A gente não tinha a quem recorrer naquela época, era muito devagar a situação.

Então, já havia um pessoal que lutava por essa terra. E nos juntamos a eles e daí que começamos esse processo. No início, juntamos a área da CPT que foi o reforço, mas mesmo assim, não foi suficiente pra conseguir a desapropriação. Só que naquela época, em 93, a luta com a CPT, que trabalhava aqui nesta área, já vinha se arrastando neste processo há 13 anos, sem sucesso. Em 93, o MST começou a chegar por aqui, tomou a iniciativa de fazermos um acampamento. Fizemos o acampamento dentro do mato, próximo à praia de Marinas, uma área muito grande. Nós tivemos acampados dentro do mato cerca de 7 mês e o pessoal do MST estava sempre junto a nós, sempre na cidade buscando alguma coisa. E desse acampamento conseguimos a desapropriação. Com essa ocupação de Marinas, na grande Abiaí, parece que abriu os caminhos. Abiaí hoje está muito bonito, tem cinco assentamentos: Sede Velha com 49 famílias, 1º de março com 34 famílias, Nova Vida com 136 famílias, Apasa com 150 famílias, Teixeiraínia com 34 famílias e a média por família é de 6 hectares. Essas outras áreas nem sonhavam em ter um conflito, ter uma luta, depois que nós acampamos foi crescendo, espalhando e toda esta história mudou, depois desse acampamento do MST. Final do ano de 93, estávamos com a negociação bem adiantada e em 94 já estavam assentadas as 34 famílias, em 1º de Março. Hoje a história da gente mudou, mudou muito graças a Deus, hoje somos assentados, não temos riqueza, mas pelo menos a gente planta e colhe, tem barriga cheia. (Manoel Inácio- Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Nós só viemos nos fortificar quando o Movimento se aproximou!

Como a gente se achou sozinho, procuramos nos juntar a luta da grande Abiaí, na região da Covoada. Pois na grande Abiaí tinha Apasa, Covoada e Barra de Cima, onde tudo hoje é assentamento. Mas a luta só estava em Covoada. Eu vou ser sincero a dizer, como era o conflito que existia, não dava pra desapropriar com 50 anos. Porque tinha um dirigente que ele dizia assim: eu sou o líder. Mas ele estava com o trabalhador o dia e a noite, ele recebia um aviso do proprietário, contava as dificuldades dos trabalhadores. E o proprietário, dizia assim: - eu dou 10 hectares de terra a você e 2 a cada um. Um dia ele aceitou. Acochamos o negócio e fomos tomando posição, mas a coisa ficou devagar, pois quando a gente estava junto, a gente tinha força, mas quando a gente se apartava então a coisa demolia e o proprietário ingressava.

E nós só viemos nos fortalecer mais quando o Movimento se aproximou e começou a dar a dica do trabalho e assim tomamos posição. Juntou o povo. Sabe que o pessoal junto a força é diferente de que um só, ou dois...

Por sorte procuramos a liderança e fizemos um conflito meio pesado. Tomamos conhecimento de Nilsa pelo Movimento, que preparou a base das coisas e explicou a situação. Ela vinha convidando um grupo de gente, preparando o pessoal para acampar nesta região. Ficamos até assustados, porque você estava numa área de conflito e sentia um pessoal organizando, a turma ali não estava do lado do proprietário. A mulher ficou nervosa. - Para onde é que você vai? Além de ir puxa seus filhos. Eu disse: - é o jeito, pois a gente precisa das coisas. Então, acompanhamos e fizemos o trabalho de base. Até que chegou o dia da gente acampar em Marinas. E lá sofremos uma grande pressão. E foi assim que a gente chegou e entrou na luta pela terra. (João Inácio – Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Ficamos nesse sofrimento, e quando o MST entrou aqui, para nós era como se aparecesse uma luz. Porque vivia nesse sofrimento, você vê que vinha uma luta há 13 anos e que não tinha sucesso por causa disso. Todo plano que se formava no outro dia o proprietário desmanchava. Era dar um passo pra trás. Quando o MST chegou, disse: - deixa proprietário pra lá nós somos inimigos dele e pronto! Aí que começou a desenrolar as coisas. O exemplo disso é o número de assentamentos do MST, primeiro assentamento 1º de Março, e agora já está chegando a 12 assentamentos, e toda essa história aqui na Paraíba foi começando daqui. Acho que a importância do MST é grande e não é só maravilhas. No MST existiram alguns problemas com dirigentes mas foi superado. Em 94 houve uma mudança na secretaria do Movimento que na verdade, era uma situação que estava agravando a nós. Porque existiu pessoas que estavam assumindo uma coisa, de repente, mudava. E o pessoal começa a dizer que essa pessoa mudou o objetivo, que não dá pra trabalhar conosco. Foi quando afastou esse pessoal e colocou outras pessoas que trabalham voltadas ao trabalhador. (Manoel Inácio, Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Na luta de Teixeira prenderam nossos companheiros, mas a gente não desistiu...

Eu cheguei aqui no ano de 94, a área de 1º Março já estava desapropriada, estava tudo tranquilo, já era assentamento. Teixeira, assentamento vizinho, tinha iniciado o processo de conflito.

Esse pessoal foi despejado, a polícia pegou eles e jogou na estrada. Fizemos uma assembléia e tiramos o encaminhamento de ceder uma área dentro do nosso assentamento para o pessoal montar os barracos. Enquanto ia resolvendo o processo deles na justiça. Pois estrada ficou pra passar carro e não pra pessoas morarem.

E eu sei que por culpa disso, em meio a essa confusão, foram presos dois companheiros de Teixeira: Luiz e eu. No domingo eu estava na feira e chegaram uns policiais e me levaram. Passamos

31 dias presos. Foi uma luta danada, o sofrimento foi muito grande, um dos maiores da minha vida. Eu não estava no conflito, mas o cara me pegou pra dar informação. Eu já tinha alguma experiência e disse: - não conheço nome de ninguém. Eles queriam informação, mas a gente não pode entregar companheiros, pois seria uma decepção muito grande. Então a gente tem que estar firme na luta, pode até sofrer, mas trair um companheiro, de forma nenhuma. Eles chegaram até a colocar um saco na minha cabeça e me deixar sem respiração. Me levaram assim, de Alhandra até a Manzuá. Depois eles me tiram e botaram na mala de um Chevette. Mesmo assim passei 31 dias preso, 29 no 5º Batalhão da Polícia Militar e 02 no Presídio do Roger. Nesses dias, o MST tudo que podia fazer fez, advogado pra nós não faltou. Nos levaram dia 11 de dezembro de 1994 e só fui liberado 12 de janeiro de 1995. É por isso que valorizo muito... porque além da gente ter conquistado a terra, custou a vida de companheiros que morreram antes mesmo de nós chegarmos aqui. Lutando por terra e por justiça no campo (Manoel Inácio – Assentado, 1º de Março/Litoral/PB).

A luta daqui não foi fácil! Mas as nossas casas eram ali e dali nós não saíamos, pois um dia a gente ganharia a terra.

Meu pai veio primeiro. Logo o povo ocupou uma área próxima, Marinas. Depois o latifundiário foi lá e tirou o povo. O povo fez uma reunião e ocupou Barra de Cima e trabalhou lá um tempo. Fizemos uma assembléia pra vir ocupar esse lado de cá e tinha a presença de uma liderança do Movimento.

A dona daqui, onde o povo trabalhava, o que fazia: tirava o coco, e passava o trator. Daí dissemos: - vamos ocupar o outro lado, que fica mais fácil da gente ganhar ou levar despejo. Levamos despejo no dia 06 de dezembro de 1994. Fomos pra Sede Velha, depois voltamos pra 1º de Março, passamos lá 5 meses. E vínhamos pra dentro da área trabalhar todos os dias. Tinha policial, mas era o jeito. Antes do despejo veio pressão do arrendatário que era Davinha. Ele ameaçou muitos companheiros nossos. Ele gastou muito pra acontecer esse despejo, porque, se acontecesse o despejo, ele trabalhava 10 anos sem pagar nada de foro. Depois do despejo ele botou capanga, pra pegar os companheiros. Pegou três companheiros Luiz Brás, Manoel Felipe e Manoel Inácio, prenderam, bateram, foram massacrados, mas a gente não desistiu... Os companheiros que estavam lá no Presídio do Roger diziam: - não desistam. Isso fazia com que a gente ficasse sempre em grupo. Se saía um pra Alhandra, Pitumbu tinha que ir 05, 06, 10, estávamos sempre juntos. No dia do despejo, os policiais, pegaram o que era da gente, quebravam. Prenderam toda ferramenta, teve um companheiro que gritou um grito de ordem, foi pego. Pois era assim, toda vez que a gente ia fazer reunião, um companheiro gritava uma palavra de ordem: 'MST ESSA LUTA É PRA VALER'. E na hora que chegou o grupo, um companheiro pra juntar o povo, gritou: 'REFORMA AGRÁRIA'. O policial pegou ele e ameaçou de choque só pra intimidar. Daí fechamos a estrada, não deixamos eles passarem. Daí por diante teve muitas ameaças. Pegaram uma lista de 13 pessoas, dessas

pessoas já tinham sido 03 presos. E os outros 10 companheiros a gente teve que tirar de noite daqui, no carro do companheiro Bruno que nos ajudou muito. Ele e a companheira Vilma. Então os companheiros passaram uma média de dois meses em Campina Grande. Outros companheiros estavam sendo perseguidos pela polícia, então resolveu-se tirar um quadro daqui e trazer outra liderança que viesse representar o Movimento. Veio um companheiro de Sergipe. Até hoje estão respondendo processo.

Eu acho que esse tempo que nós levamos despejo foi um dos piores. Porque financeiramente é uma desgraça. Sabe como é sem-terra.... Fazíamos ocupação no INCRA pra ver se conseguíamos a cesta básica. Vinha pra área, tinha aquela ajudinha da cesta básica, que só dava pra passar 01 mês, 01 mês e meio, mas não era suficiente, acabava e a gente continuava na mesma luta. Pra não ficar parado, trabalhávamos com outros companheiros de 1º de Março, de Nova Vida, com os companheiros que arrendavam terra que tinham mais finanças. As nossas casas eram ali e dali nós não saíamos, pois um dia a gente ganharia a terra. Quando chegamos na área com três meses, já tinha tudo. Não tinha o inhame, mas tinha a batata, o feijão, a melancia, o jerimum e outras coisas, como o amendoim... Já estávamos com 01 ano e poucos meses dentro da área e tínhamos tudo. A luta daqui não foi fácil, e no dia 05 de abril de 1995 veio a Imissão de Posse. Nós entramos aqui dia 22 de agosto de 1993, em dezembro de 1994 houve um despejo, quatro meses depois a gente ganhou a luta. Já em Nova Vida foi mais fácil, porque foram 68 famílias, não levaram despejo e foram assentadas. (Neginho-Assentado, em Teixeira/Litoral/PB).

Essa terra daqui era terra sangrenta!

Tivemos a esperança que chegou aqui a equipe do MST e disse que a terra ia ser desapropriada, nos animamos e começamos a luta pra chegar no acampamento. Porque essa terra daqui todo mundo ouvia falar que era terra sangrenta. Mataram os caçadores, mataram um bocado de gente. Os companheiros vinham trabalhar e os caras matavam. Depois que o MST chegou, nós entramos e conquistamos a terra, lutamos com o latifúndio até chegar a hora da gente acampar.

Víamos com dois ônibus de gente, atrás vinha mais outro caminhão. Batalhamos e ganhamos, na raça, trabalhando, passando chuva, fome, recebendo pedaço de lona preta. E pudemos ganhar um pedacinho de terra, uma casa. Fomos despejados lá de Marinas, viemos pra 1º de Março, ganhamos e ficou isso aqui (apontando pro assentamento).

Mas nessa história alguns foram presos. Eu fui preso, passei três mês e quatro dias no Batalhão e no presídio do Roger. Minha prisão foi devido à luta pela terra e porque disseram que eu era o cabeça, o líder. Foram me prender em casa, 40 soldados e 01 da polícia civil, levaram-me para um canto deserto, baterem, botaram arma na boca, mandaram contar até 20. Depois eles disseram: levanta velho safado. Eles diziam que iam pegar Frei Anastácio pra matar, diziam que eu era invasor. Eu sei que a perseguição foi grande. Levaram-me primeiro pra Alhandra, depois pro 5º Batalhão, trouxeram pra ser ouvido pelo juiz e depois fui pro Roger. Daí chegou Nilza e os advogados

Corilan e Israel e liberam a gente. O advogado tirou a gente, mas ainda estamos respondendo processo. (Luiz Brás-Assentado, em Teixeira/Litoral/PB).

VÁRZEA PARAIBANA **“NA TERRA DE CAPANGA, SEM TERRA TAMBÉM OCUPA”**

Quem mandou vocês ocuparem essa fazenda? A necessidade, o desemprego e a fome que passamos na cidade.

Lá na cidade de Mari, a marcha passou em setembro de 98, então apareceu um companheiro nosso de Pernambuco, fez uma reunião, um debate sobre a Reforma Agrária. Quem assistiu a esse debate foi a companheirada e as pessoas das associações de Mari. Ao terminar, começaram a convidar os companheiros pra gente fazer ocupação.

Desse dia, aconteceram mais 05 reuniões e, em outubro de 1998, nós ocupamos pela primeira vez, às 12:00h da noite, a Fazenda Soares de Oliveira. Éramos 58 companheiros, só que lá só passamos 05 dias, porque logo os administradores e os capangas nos procuraram e perguntaram: - quem mandou vocês ocuparem essa fazenda? Respondemos: - a necessidade, o desemprego e a fome que passamos na cidade. - Mas vocês não podem ficar aqui. - Nós vamos ficar aqui porque nós precisamos trabalhar, produzir o nosso pão, criar os nossos filhos! Eles falaram: - então vamos procurar os nossos direitos. - Nós falamos: só saímos daqui com ordem judicial. No 5º dia nós recebemos a 1ª ordem de despejo. Voltamos para BR e passamos 10 dias, reocupamos o centro da fazenda. Lá que foi coisa, foi difícil a vida! No momento que entramos, nós não podíamos mais sair, nem pra pegar água, porque era muito capanga. Meu esposo mesmo teve que derramar o balde d'água, porque eles não deixaram ele trazer. Passamos lá 15 dias, a proprietária acertando com a justiça. O INCRA foi fazer vistoria e deu que a terra era produtiva. Voltamos pra BR. O dirigente do MST fez uma ronda aqui nessa fazenda, pois fazia 05 anos que estava desativada. Então voltamos a nos reunir e combinamos como seria a ocupação dessa fazenda. Ocupamos a fazenda Ipanema, hoje assentamento Chico Mendes, no dia 17 de dezembro de 98. O INCRA fez a vistoria e detectou que a área era improdutiva. Bom, sofremos bastante pra conquistar a terra, com pistoleiros, sem poder pegar água. A vida aqui foi muito dura! Muita gente achava que não íamos conseguir, pois era muita fome, pessoas sem conhecimento, desanimadas. Precisamos fazer campanha de alimento, pedágio pra companheirada sobreviver. Mas graças a Deus, com a nossa força e a nossa luta, chegamos até aqui, estamos assentados e vamos trabalhar, principalmente na área de educação (Graça-Assentada, em Chico Mendes/Várzea/PB).

Na 2ª noitada a boca foi quente. Vieram 02 pistoleiros, ameaçaram a gente, botaram arma pro pessoal. Meu menino tinha ido buscar água e fizeram ele derramar. Ficamos do lado de cá: -

companheirada não despeje a água, pois se fizerem desordem com a gente... Eles viram que não podia nos combater. Nós não demoramos no acampamento da Soares de Oliveira, pois veio a liminar de despejo, e ficamos na BR de novo. Tentamos voltar, e quando o INCRA fez a vistoria, a terra deu como produtiva. O Movimento veio a tarde, olhou outra fazenda. Saímos a noite de novo, no dia 17 de dezembro de 1998 e ocupamos a fazenda Ipanema, hoje Assentamento Chico Mendes. Com uns dois ou foi três dias, os moradores ligaram para o patrão e ele recebeu a gente numa boa. Não quis agressão. Até hoje estamos tirando a luta. O INCRA fez a vistoria, nós fizemos ocupação de diversas prefeituras (Gurinhém, Cajá, Riachão do Poço) pra arrumar alimento, pois a necessidade da gente por alimento era grande. Quando é agora chegou imissão de posse. (Alfredo Assentado, em Chico Mendes/Várzea/PB).

BREJO - OZIEL PEREIRA

“O POVO TEMIA ENTRAR NA TERRA, PORQUE O PATRÃO ERA RÍGIDO”

Meu nome é Mário, nasci e me criei na Fazenda Queimadas, estou assentado aqui em Oziel Pereira, juntos com 150 famílias. Sou o presidente da associação dos sem-terra. O nome da Fazenda Queimadas termina quando chega o nome de Oziel Pereira. Essa luta de Queimadas vai ficar na história. Foi uma fazenda muito produtiva e depois que passou pras mãos desse povo, os grandes latifundiários, eles fecharam a fazenda. A fazenda Queimadas começou por um cidadão chamado Sr. Coelho, ainda na época da escravidão. Ele era um rapaz solteiro, um cidadão de um coração bondoso para os escravos, que faleceu durante a abolição dos escravos. Outro que veio para cá era o sr. Francisco de Oliveira, um sertanejo muito fidalgo, um dia foi tomar banho no açude e bateu a fronte numa pedra e faleceu. Depois veio o outro dono, o Joca Pontes, que foi delegado em Remígio, um cidadão muito rígido. Depois do sr. Joca Pontes, veio Neco, um trabalhador, um agricultor. Depois veio Severino Teixeira. Com ele foi que a fazenda Queimadas progrediu, e ele comprou outras propriedades vizinhas. Depois desses proprietários, que foram legítimos, vieram os dois presidentes administradores da SUDENE, que diziam ser os donos da terra, foi Emanuel Gouveia e Antonio Diniz. Do ano passado pra cá, nós entramos. E hoje, já a fazenda Queimadas está nas mãos dos sem-terra. É o assentamento Oziel Pereira. Está nas mãos de 150 famílias, todos produzindo com muita garra. Já somos ‘com terra’, graças à ajuda do Movimento, que deu a maior força ao nosso trabalho. O processo de luta começou em 1984. Éramos 384 moradores dessa fazenda, 200 de Lagoa do Jogo, 100 de Lagoa da Cruz, 150 do Jacaré, todo esse povo. Eu mesmo tinha 22 hectares de roçado e os proprietários foram fechando a porteira da propriedade até a chegada da terça e da terça nós não agüentamos, pois nossa agricultura era muito grande. Depois, mandei pra

Brasília um documento dizendo a realidade: que em 1964 essa propriedade tinha 384 moradores e que todos trabalhavam, todos produziam. Fui lutando, lutando, fazendo denúncias em microfone de rádio, até que fiquei marcado pelo proprietário. O INCRA veio e fez a revisão dessa propriedade. Só que a gente temia entrar nela, porque o patrão era rígido, ele escondia bandido na fazenda e o povo temia. Só com a Marcha que o MST fez de Cajazeiras a João Pessoa, passaram aqui e conversaram com o presidente do Sindicato de Remígio e ele mandou que alguém viesse falar comigo, pois eu era um representante, lutava muito e tinha muito desejo de ver essa área desapropriada. As pessoas do Movimento vieram e fizemos duas reuniões ali na Associação. Na 3ª reunião entramos na terra e ainda hoje estamos e jamais vamos sair. Bem, essa luta aqui na nossa região não foi muito difícil, porque de qualquer maneira essa terra já era um patrimônio do governo. Por isso não foi tão difícil. Mesmo tendo havido um despejo, nós temíamos muito, nós tínhamos medo, pois ele era um homem frio, significava que ele não tinha condição de vir a peito, mas tinha coragem de mandar. Por isso quando víamos um carro, batia no ferro e já tinha 50/60 homens e mulheres, armados de foice esperando. Só entrava no acampamento com a nossa permissão, ninguém entrava sem se identificar. No começo, eram mais de 200 famílias, que sofriam muito com a poeira, fome e até sede, sem nenhum apoio, nem do prefeito ou das lideranças. Depois fomos em Areia pedir água. Fizemos pedágio para a alimentação, conseguimos R\$- 200,00 e compramos comida. Entramos nessa propriedade no dia 27 de setembro de 1998 e em menos de um ano a terra foi desapropriada. E em pouco tempo veio a imissão de posse. (Mário-Assentamento Oziel Pereira).

A gente começou trabalhando aqui, botamos a mata a baixo, depois de dois anos pagamos um terço ao dono da terra. Acompanhamos a luta, ocupamos, sofremos um pouco, passamos muitas noites sem dormir, dormimos no chão. Tinha noite que a gente estava dormindo era picado por caranguejeira, escorpião, outra vez, chegava um bêbado atormentano. Tinha dia, que a gente tremia de medo. Sofremos!... Até hoje ainda estamos sofrendo. Mas vencemos a luta. (Paulino-Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB).

CARIRI – “FIZEMOS A OCUPAÇÃO NUM CARRO DE BOI”

Ocupamos a fazenda Feijão e ficamos lá 06 meses, depois tivemos 4 despejos. Depois ocupamos Ribeiro Fundo, que hoje é o Assentamento dos Dez. Na área de Ribeiro Fundo, tivemos 03 despejos. Hoje é assentamento. Para ocupar essa terra fizemos várias reuniões na cidade e fizemos a ocupação. Tivemos o 1º despejo, daí ficamos acampados nas barracas de lona, na área vizinha, durante 15 dias. Começou a juntar o pessoal de novo, fazer o trabalho de base e voltamos pela 2ª vez pra área. Com quase um mês, fomos despejados novamente. Fomos para uma área vizinha, dessa vez ficou pouca gente. O pessoal tinha se desenganado um pouco. Ficamos 07 pessoas no acampamento durante 15 dias. Depois resolvemos voltar de novo pra área. Desta vez fizemos a

ocupação num carro de boi, pois não tinha caminhão, o MST nessa época não estava. A gente queria a área rapidamente, pois tínhamos uma plantação pra cuidar. Por isso fizemos a ocupação de carro de boi, onde carregamos a troçada pro acampamento. Daí nós não tivemos mais despejo. No começo, existiam muitos problemas no acampamento. De um companheiro com o outro. Companheiros que traziam problemas deles lá de fora, pra dentro do assentamento. Mas o MST, os militantes, ajudavam a gente a combater essas besteiras. Hoje, os assentamentos têm bastante tranqüilidade. Acho que na época foram os primeiros assentamentos que aconteceram no Cariri, com o MST. Pois lá já existiam assentamentos da CPT e da CUT (Enoque-Assentado, em São Sebastião/Cariri/PB).

A luta foi um pouco difícil, pois os que tinham a emergência, tudo bem. Mas aqueles que não tinham, tivemos que fazer o trabalho de sair pedindo ajuda nas cidades, pra resistir dentro do acampamento. Porque tinha gente com 10 filhos e precisava de ajuda de alimentação. Fomos despejados, mas não tivemos nenhum problema, nenhum confronto, pois chegava a ordem de despejo e nós cumpríamos. Os fazendeiros não nos atacaram. Depois recebemos a imissão de posse. (José- Assentado, em Assentamento dos Dez/Cariri/PB).



ATO VI – A CONTRIBUIÇÃO DO MST NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO E NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

A perspectiva para esse ano e pros outros é de muita luta, de muita ocupação, de muita mobilização, de muita pressão ao governo

A Paraíba tem uma particularidade que os outros estados não têm, são outros movimentos sociais que também fazem a luta pela terra, e que têm uma base social considerada organizada. De três anos pra cá, temos em torno de 1.500 famílias que foram assentadas; e em torno de 1.000 famílias estão acampadas, à espera de resolução. As pessoas assentadas têm resultados econômicos, mesmo com a crise da agricultura, a situação de vida em que eles se encontram é muito superior às condições de vida que eles viviam antes. Mas acho que o Movimento tem muito a fazer, na área de educação, saúde e da própria consciência política da companheirada que hoje se encontra assentada. Quanto a questão da reforma agrária, não é diferente de outros Estados, a política do governo estadual, não é diferente da política do governo federal, que não faz nada. Usam-se a mídia dizendo que faz alguma coisa, mas o INCRA aqui do estado é inoperante, subserviente às medidas nacionais. Um Estado como a Paraíba, que hoje tem 202.000 mil famílias sem terra e tem como meta assentar por ano em torno de 1.000 à 1.500 famílias, e esse ano que eles tinham a meta de assen-

tar 1.500 famílias, e não vão conseguir passar das 1.000. Nós temos latifúndio improdutivo em todas as regiões do Estado, no Litoral sul, no Litoral norte, na Várzea, regiões melhores para agricultura e que concentram o maior número de famílias sem-terra. Apesar da região do Brejo, Agreste e Cariri existirem muito mais latifúndios, só que a sua situação em número de sem-terra na Várzea e Litoral é maior, em função da decadência das usinas de açúcar. Essa decadência do ciclo da cana-de-açúcar faz com que aumente cada vez mais o caldeirão dos conflitos sociais, aumente o número de sem-terra, e as propriedades continuem improdutivas. A perspectiva para esse ano e pros outros é de muita luta, de muita ocupação, de muita mobilização, de muita pressão ao governo federal para que ele seda e aumente o número das metas e os recursos destinados para reforma agrária e, de fato, a faça. E nesse sentido, o Movimento é de fundamental importância. Pois se pegarmos a história da reforma agrária no Brasil, até 1985, não havia assentamento de famílias em projetos em áreas desapropriadas, em que as propriedades fossem indenizadas através das TDA's, mesmo com o Estatuto da Terra, uma lei em vigor desde a década de 60, isso não tinha acontecido. O que tinha acontecido era projeto de colonização. O Movimento Sem Terra hoje é sem dúvida, o maior movimento que vem ajudando a resolver esses conflitos sociais no campo. Hoje, são mais de 500 ocupações realizadas no Brasil, fora as outras ocupações que aconteceram pela FETAG, pela Pastoral. O Movimento tem um papel importantíssimo nessa questão da luta pela terra, e também na organização dos trabalhadores do campo e aqui na Paraíba não é diferente. Hoje os dois grandes organizadores de trabalhadores sem-terra na Paraíba, são o MST e a CPT. E o movimento vê a reforma agrária não apenas como distribuição de terra, mas como uma possibilidade de transformar as pessoas sem-terra em cidadãos brasileiros. (Edvaldo-Dirigente Estadual/MST/PB, 1999).

Não tem muito apoio dos governos, porque eles sempre discriminam a terra, a classe trabalhadora

A gente vê em mãos aquilo que nunca esperamos. Porque não é fácil você viver voando e com pouco se achar assentado numa área, ter um recurso pra ir trabalhando. Não tem muito apoio dos governos, porque eles sempre discriminam a terra, a classe trabalhadora. Mas, mesmo assim, o Movimento insiste, imprensa, vai pra rua, briga e discute até uma solução para o caso. O MST não está só organizando o trabalhador da terra, está organizando o pessoal na cidade, de um modo geral. Quando a gente chega na cidade pensa que está só, mas lá está o professor, toda liderança. O Movimento está organizando pra ver se traz aquilo que é de direito do trabalhador, que é de Lei e os homens não querem liberar. Quando se fala em MST, parece que está organizando o povo em peso, pois temos saído em grupo pra cidade para fazermos protesto, quando queremos conseguir as coisas. Veja o Sul, o Nordeste (essa região aqui), o centro-oeste está tudo organizado pelo Movimento. (João Inácio- Assentado, em 1º de março/Litoral/PB).

O movimento está ajudando o homem do campo, alertando, mobilizando.

Na minha opinião o MST vem fazendo um trabalho sério, trabalhando bem, mobilizando, alertando o homem do campo, que não sabe reivindicar seus direitos. Tem muita gente que só sabe trabalhar pros outros, enriquecer o patrão, o fazendeiro, desmatar e explorar a terra do fazendeiro, plantar capim e deixar pro patrão. (João-Assentado, em Chico Mendes/Várzea/PB).

O MST é importante porque luta e vai à frente e ajuda aos pobres que vivem necessitados, pra ter uma vida melhor. (Margarida-Assentada, em 1º de Março/Litoral/PB).

Nessa idéia de estratégias, de propor formas e métodos de luta, o Movimento é importante!

Penso que nessa idéia de estratégias, de propor formas e métodos de luta, o Movimento é importante. Porque nessa disputa quando o Movimento fazia uma ocupação obrigava a CPT a fazer outra, pra não perder espaço, então essa disputa de espaço é salutar, eu acho que o Movimento pressionou a CPT pra crescer, pra massificar e hoje eu acho que na organização dos assentamentos, o Movimento também está sendo importante. Porque nós temos propostas tanto no desenvolvimento para os assentamentos, tanto no social, no econômico e como também cultural. O Movimento é, foi e vai ser muito importante daqui por diante na luta pela terra e pela Reforma Agrária. (Jaime Amorim - Dirigente MST - Nacional, 1999).

A importância do Movimento Sem Terra vai da ocupação até o assentamento, ou seja do acampamento até a produção. Porque sempre o movimento acompanha na questão da educação, da saúde, na questão de projetos de financiamento, de assentamento. E em cada um setor desse tem uma pessoa responsável. (Zé Carlos-Educador e assentado, em Teixeira/Litoral/PB).

O Movimento tem tirado muitas pessoas das favelas!

Acompanho a atuação do MST na Paraíba desde 1993 e tenho um respeito muito grande pelo Movimento, pois ele tem tirado muitas pessoas das favelas! Eu já estava aqui e éramos escravizados pelos proprietários e hoje, com a atuação do Movimento, o pessoal se encontra liberto, trabalhando à vontade. Não melhora o nível de vida, quem não se interessa, é melhor do que viver no alugado. Hoje, todo mundo vem sendo beneficiado. Se você chega na Apasa, tem 134 famílias e faz gosto de ver. Você chega lá, é vaca de leite, uma vajada de feijão, batata, inhame, macaxeira, tudo tem e tem

muito. Assim, é muito importante o trabalho do Movimento. Olhe aqui em 1º de março, você olha assim e vê todo mundo hoje tem uma tranquilidade. Isto tem acontecido por muitas regiões. Temos algumas dificuldades no assentamento, mas o problema não é do MST, às vezes é dos próprios assentados, às vezes é do próprio sistema. O MST tem suas falhas, mas tem uma boa atuação aqui na Paraíba. (Manoel Inácio-Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

O MST tem um sentido educativo

O MST no início veio pra trabalhar com o pessoal que estava sendo expulso do campo. Ele veio reforçar os que tinham interesse de continuar na terra e, infelizmente, não existia essa compreensão pelas organizações que estavam aqui. Pois o Movimento tinha essa função, de ajudar o outro. Com métodos e formas de trabalhar diferentes, mas o sentido era voltar os trabalhadores pro campo. Isso forçaria o governo a assentar mais famílias e conseqüentemente acelerar o processo de luta pela Reforma Agrária. Acho que a importância do Movimento seria discutir com os trabalhadores. Pois se ficarmos esperando que o governo venha resolver o problema da Reforma Agrária, temos que esperar sentados. Ao mesmo tempo, o MST tem um sentido educativo, porque a partir do momento que o trabalhador percebe que se ficar em casa as coisas não vão chegar, não vai chegar comida, não vai chegar terra, não vai chegar nada, ele diz: - eu tenho que lutar, mesmo enfrentando risco de vida, é a única saída que se tem para conseguir a terra. E lutar é um processo educativo, porque as pessoas ousam, e depois despertam, seja para melhorar sua situação de vida, seja pela questão da barriga. Então, de certa forma é um processo educativo. (Nilza-Ex-Dirigente MST/PB).

Tabela 1 – ÁREAS DE ACAMPAMENTOS DO MST/PB: regional, município, área de acampamento, números de famílias (até 2000)

REGIONAL	MUNICÍPIO	ACAMPAMENTO	Nº FAMÍLIAS (na ocupação)	Nº FAMÍLIAS (permanente)
Litoral	Caaporã	Retirada	80	20
Várzea	Sapé	São Salvador	100	50
	Mari	Gendiroba	120	150
Brejo	Algodão de Jandaíra	Sessenta e Oito	80	30
	Algodão de Jandaíra	Lagoa do Jogo	40	30
	Areia	Olho D'água	50	30
Cariri	Camalaú	Cachoeirinha	60	20
Sertão	Pombal	Margarida Alves	90	90
Total	07	08	620	420

Fonte: Secretaria Estadual MST/PB- (Dez./2000, realização da pesquisa).

Tabela 2 - ASSENTAMENTOS MST/PB: regional, município, nome da área, número de famílias (até 2000)

REGIONAL	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	Nº FAMÍLIAS
Litoral	Pitimbu	1º de Março	34
	Pitimbu	Teixeirinha	34
	Pitimbu	Nova Vida	132
Várzea	Cruz do E. Santo	Massangana I	132
	Cruz do E. Santo	Massangana II	152
	Cruz do E. Santo	Massangana III	132
	Cruz do E. Santo	Canudos	113
	Riachão do Poço	Chico Mendes	112
	S. Miguel de Itaipu	Antonio Conselheiro	115
Brejo	Remígio	Oziel Pereira	120
Cariri	Sumé	Mandacaru	114
	S. S. do Umbuzeiro	São Sebastião	78
	Camalaú	Beira Rio	36
Total	08	13	1.304

Fonte: Secretaria Estadual MST/PB- (Dez./2000, realização da pesquisa).

QUARTO EPISÓDIO

UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS POLÍTICO-EDUCATIVAS DO MST NA PARAÍBA

MARCHAR É MAIS QUE ANDAR
É MOSTRAR COM OS PÉS O QUE DIZEM OS SENTIMENTOS
TRANSFORMAR A QUIETUDE EM REBELDIA.
É TRAÇAR COM OS PASSOS
O ROTEIRO QUE NOS LEVA À DIGNIDADE SEM LAMENTOS (...)
MARCHAMOS POR SABER QUE EM CADA CORAÇÃO HÁ UMA ESPERANÇA
HÁ UMA CHAMA DESPERTADA EM CADA PEITO
E A MESMA LUZ É QUE NOS FAZ SEGUIR EM FRENTE
E TECER A HISTÓRIA ASSIM DE NOSSO JEITO ...
(TRECHOS DO POEMA “*MARCHAR E VENCER*” – ADEMAR BOGO).

Anteriormente, situamos a dimensão político-educativa da história dos acampamentos e assentamentos, contada na voz significante dos Sem Terra³⁰ que vivenciaram cada passo de luta, reconhecendo-se como sujeitos construtores de sua própria história. Doravante, demonstraremos aqui as práticas político-educativas de maior expressão na vivência cotidiana dos Sem Terra. Não iremos incluir todas as práticas do Movimento, exporemos as que compõem os processos formativos e/ou educativos de humanização desses sujeitos. Práticas essas que reproduzem os elementos essenciais na construção da pedagogia desse Movimen-

³⁰ Lembrando, quando citamos Sem Terra (com letra maiúscula), estamos falando dos trabalhadores e trabalhadoras do MST.

to, que apresentam uma nova concepção na compreensão da *educação de jovens e adultos e da Educação do Campo*.

Essa análise obedece a uma ordem cronológica da trajetória histórica do MST. Assim, revelaremos a aprendizagem com cada prática, partindo da ocupação e sequenciando com o acampamento, o assentamento, a cooperação agrícola, o ser militante do MST, o aprender com a mística, até chegar à escola. Necessariamente, não significa que seja a mesma seqüência vivenciada por todos os Sem Terra, pois cada pessoa chega ao MST em momentos diferenciados e assimila essas vivências de acordo com o seu envolvimento e o compromisso com a luta.

O nosso interesse, portanto, é mostrar como o MST, nos diversos momentos de sua história, vem se constituindo como esse importante sujeito educativo, que educa com o seu jeito de ser, com sua postura diante da sociedade, com seus valores, com o conjunto de aprendizados coletivos, mediatizados pelo objetivo de estar em permanente luta, de ocupar e conquistar a terra, de conviver com os desafios nos acampamentos e assentamentos, de lutar coletivamente pela reforma agrária, pela saúde, pela educação etc.

E, como foi mencionado por Bogo, no poema acima, o nosso maior interesse é mostrar como o MST vem *tecendo a história assim do nosso jeito*, organizando as pessoas, questionando as estruturas sociais, enfim, lutando por um conjunto de elementos, nos quais o *sonho, a realidade e a certeza de vencer* correspondem ao direito de viver com igualdade e dignidade. Para isso, compreendemos que o sentido político-educativo do MST está implícito na formação dos Sem Terra, pelas suas mais variadas práticas, e nos espaços aonde vai construindo a sua pedagogia.

A construção do texto inspira-se no acúmulo teórico já registrado sobre a Pedagogia do MST, bem como na dinâmica de cada ação cotidiana do processo de formação/gestação do MST na Paraíba, que será traduzida nos diversos discursos que aqui se apresentarão. A concepção de formação inspira-se no sentido trabalhado por Caldart, que não procede de discursos e que se dá "... fundamentalmente pela vivência pessoal em ações de luta, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que se estabelece com padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e trabalhadoras da terra ..." (2000, p. 106).

ATO VII - A OCUPAÇÃO: ROMPENDO AS CERCAS DO LATIFÚNDIO

O MST nasceu e materializou-se através das ocupações de terra. Essa prática traduziu-se em uma das vivências de maior significado em que o sonho por terra é parte de um direito negado historicamente a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Esta, decerto, representa a forma mais radical de intervenção política dos Sem Terra, na luta contra a exploração e a expropriação.

Na opinião de Fernandes (2000b), a ocupação representa o mecanismo de luta e de resistência constante contra o poder do capital, tendo, portanto, servido como uma forma de materialização da luta de classes que, no aspecto da organização, tornou-se o meio mais enérgico de aglutinar as pessoas e dar-lhes unidade na luta. Sobretudo, é o caminho eficiente contra a intolerância dos governos e contra a truculência dos latifundiários, tornando-se, assim, o modo eficaz para pressionar o Estado rumo à democratização e a posse da terra, e para a criação de políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar.

No depoimento de Cláudio, umas das lideranças do MST nesse período, para *conquistar a terra não se pode esperar tanto tempo conscientizando o trabalhador para vir lutar*. Pois, para ele, quando se ocupa a terra, o sonho da população é muito claro: *ter um pedaço de chão (isso é fácil de identificar, basta olhar em algumas cidades os quintais, está lá um pé de macaxeira)*. Sendo esse o motivo maior de levar as pessoas para a ocupação. Assim, como disse Cláudio:

Primeiro convence, para em seguida fazer o processo de conscientização dentro da própria luta e mostrar porque não se teve condição de permanecer no campo, porque foi expulso e o mais difícil é organizar depois que está em cima da terra.

Uma das motivações que têm levado os trabalhadores e trabalhadoras a participarem desse processo tem sido as necessidades vividas pelas famílias trabalhadoras nas periferias das cidades e, principalmente, o desejo em ter um pedaço de chão, para suprir uma necessidade básica de sobrevivência. O depoimento de Luiz Brás enfatiza com clareza esta perspectiva:

Tudo começou porque eu não tinha terra pra trabalhar e nem tinha onde morar. Então, passou Nilza, do MST, falando que precisava fazer acampamento, que só fazia se fosse com 50/60 pessoas... Eu morava em Alhandra, daí fizeram umas três reuniões, discutindo que a gente fosse acampar, fosse ocupar o latifúndio. O MST começou a ensinar como era que lutava, como fazia para ganhar um pedaço de chão para trabalhar. Passamos 3 anos acampados, pedindo comida num canto e noutra. O MST nos ajudava com alimento, a CPT também, e depois ficou somente o MST tomando conta da gente. Ficamos na luta até quando conseguimos a terra. (Luiz Brás- Assentado, em Teixeira/Litoral/PB).

É pensando em tornar real o desejo de milhares dessas vozes que ecoam nessas narrativas, e de muitas outras que aqui não puderam estar sendo descritas, que começaremos pela a prática de luta - a *ocupação* como sendo a essência na organização dos sem terra, significando a matriz educativa mais rica, a qual projeta e encoraja o povo a reagir contra todo tipo de injustiça social. Deste modo, o sentido educativo desta ação fica evidenciado não só ao romper as cercas do latifúndio, mas ao romper a cerca do medo e da obediência servil ao proprietário, sendo o elemento motivador que tem ajudado na construção da identidade Sem Terra e tem contribuído com uma formação mais decisiva dos lutadores e lutadoras do povo.

É também nesse espaço, segundo o sr. Paulino (liderança do MST no Cariri/PB) que os Sem Terra aprendem a enfrentar todos os obstáculos, ou seja, aprendem a enfrentar o proprietário, sempre *o homem muito bravo, assim como a violência dos grupos paramilitares e dos jagunços*; aprendem também a negociar; principalmente, enfrentam o poder do Estado que, na grande maioria das vezes, encontra-se na defesa dos interesses da burguesia agrária. E ainda como ele continua dizendo: *o MST como é o grande aliado do trabalhador: se não fosse o MST, a gente estava sozinbo. Ninguém vinha ocupar isso aqui*. Os depoimentos a seguir traduzem também o significado desta ação, na sua forma mais concreta. Vejamos o que dizem *as vozes da terra*:

Chegamos na entrada da fazenda, toramos a cerca e entramos na fazenda Soares de Oliveira. Quando amanheceu o dia, metemos a

mão para cima, para tirarmos a madeira e fazermos os barracos. Quando foi por faixa de 7h, chegaram os capangas no cavalo. Perguntaram: - Vocês estão aqui com ordem de quem? Falamos: - Nós não estamos com ordem de ninguém. O problema é que nós estamos com necessidade, não temos nada, estamos desempregados. Estamos aqui pra arrumar um terreno para trabalharmos, para vivermos numa vida mais tranqüila. Quando foi com pouco tempo começaram a ligar pro patrão. No outro dia, chegou a liminar de despejo, da justiça. Fomos para a pista. Ficamos poucos dias e voltamos para a terra de novo. (Alfredo—Assentado, em Chico Mendes/Várzea/PB).

A luta pela conquista dessa terra eu fui muitas vezes, quando entraram. A gente lutou muito, tinha que enfrentar, ficar na porteira, o povo todo com a foice na mão. A gente tinha medo. Eu participei pouco, porque vivo doente. Mas aqui a luta foi muito difícil (Lora—Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB).

Vemos, portanto, que a ocupação como uma das ações do MST no processo de formação reúne muitos significados políticos e pedagógicos. No entanto, a decisão de participar de uma ocupação não é algo fácil e exige a aplicação de metodologias de trabalho popular. E no MST, a prática mais vivenciada é *o trabalho de base*, cuja finalidade principal é despertar, envolver, esclarecer e conscientizar os trabalhadores e as trabalhadoras na conquista da *terra de trabalho*. Significando, assim, um jeito mais propício de fazer política e de comunicar ao povo Sem Terra sobre o porquê desta ação e o esclarecimento da sua condição de ser explorado e expropriado. Esse processo se dá através das reuniões de base, onde se traçam os planos, articulam-se as alianças, os apoios econômicos e demarca-se o tempo de se chegar à terra.

Logo, *o trabalho de base* denota um dos princípios de formação e de preparação do cidadão militante, do MST cuja força está carregada de muita paixão e compromisso, como demonstra a fala de Manoel Inácio: *o trabalho de base no MST além de levar as pessoas pra terra e mostrar conhecimento, deixa uma história que a gente vai vivê-la pra vida inteira*. Mas também retrata a indignação e a convicção de que se podem vencer a opressão e comprometer-se com a transformação da sociedade. Como diz com muita propriedade, João Inácio e o educador Zé Carlos, que nos falam dessa metodologia, como a constroem e onde

buscam os apoios que, geralmente, estão vinculados aos sindicatos de trabalhadores rurais e aos partidos de esquerda, ou como disse Josália: *o apoio principal que a gente procura é do partido, o PT*. A força desses depoimentos retrata a organização do *trabalho de base*:

Imagine! Você está no seu roçado, não tem conhecimento da luta, mas eu digo: - Olha, rapaz, como é que você trabalha aqui? Ele diz: - Eu trabalho arrendado, tenho um prazo determinado. Às vezes o que arranjo aqui não dá nem para pagar a renda. Muitos anos o proprietário toma parte da minha lavoura porque o que eu arranjei não dá pra pagar o aluguel das terras. E eu digo: - A gente está organizando um grupo de família pra fazer uma ocupação, que a terra é nossa. Muitos aí são latifundiários que não têm precisão disso. E nós temos que lutar por esse direito. Aí ele diz: - O homem aqui é valente, e se a gente tocar aqui nesse assunto, a coisa vai mudar e não quero sair daqui correndo. Mas eu vou levando sempre a conversa, até ele aceitar. No outro dia, eu não vou, mas vai outro companheiro. E eu já vou falar com outro, conscientizar da realidade. Assim, vamos organizando o povo. Com pouco, no lugar que tinha 10, 12, tem 40, 50, até 100. E assim subimos no caminhão e fazemos a ocupação e chegamos na terra (João Inácio – Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Quando cheguei no Estado em 1994, não se tinha muito apoio nas ocupações, sempre fizemos ocupação na dura luta pra ver se conquistava a terra. Fazíamos alianças com sindicatos, associações de moradores de bairro, reuníamos com a coordenação estadual e, em cada lugar, deixava um militante. Seja no sindicato ou nas casas dos próprios trabalhadores, tinha uma pessoa de referência e que mantinha contato com o povo do bairro, até o dia da reunião. Depois da 1ª reunião, ia se combinando as coisas, até chegar o dia de entrar na terra. Aconteciam 3 a 4 reuniões até a ocupação. Quando fazíamos reunião de base, solicitava a ajuda financeira ao sindicato. No dia da ocupação, a gente alugava o carro pra levar os trabalhadores, saíamos na cidade de Itambé, Alhandra e Mata Redonda, Pitimbú, Cupissura e Caaporã, fazendo reunião nessas cidades, organizando os trabalhadores na base. (Zé Carlos-Educador e Assentado, em Teixeira/Litoral/PB).

Vendo assim, a ocupação torna-se o momento primeiro da luta pela terra, representando o espaço de demarcação da ação dos Sem Terra. Constituindo-se numa dimensão de rebeldia organizada, de formação da consciência de classe e, mais precisamente, do reencontro com a vida, pois é justamente ao romper a cerca do latifúndio que os Sem Terra se responsabilizam pelos seus destinos, vão percebendo a existência das contradições de classes, das relações de poder estabelecidas com o processo de luta, e descobrem também a força da classe trabalhadora unida via ensinamentos de uma organização social.

Assim, a ocupação representa um dos caminhos na construção da pedagogia do Movimento, cujas formas de aprendizado não se esgotam ao reencontrar o pedaço de chão, ao lutar e vencer, porém muito mais ao enfrentar a burocracia do Estado, ao adquirir resultados com o processo de negociação, e ao conquistar o direito de sobreviver na e da terra.



ATO VIII – VIVER NO ACAMPAMENTO: APRENDENDO COM A LUTA, EMBAIXO DE UM BARRACO DE LONA

O acampamento, assim como a ocupação, representa uma das vivências que se interagem e se fortalecem entre si, pois, enquanto a ocupação representa o ato de romper a cerca do latifúndio, o momento de encorajamento das pessoas na luta. O acampamento é o desdobramento dessa ação, é a ferramenta nas negociações e o resultado do desejo do camponês de transformar essa realidade. E, como afirma Fernandes “os acampamentos são os espaços e tempos de transição na luta pela terra (...). São resultados das ocupações. São, portanto, espaços de luta e de resistência...” (2000b, p. 293).

Embora, no primeiro momento, os acampamentos pareçam o ajuntamento desorganizado de barracos e pessoas, são nesses espaços que os Sem Terra se reconhecem como iguais, na partilha da dor, da fome, da resistência, do medo. Nesse processo, a riqueza humana das famílias que nem se conhecem direito, segundo o autor antes citado, está reconhecida numa história de vida em comum, em que os sujeitos passam a conviver com valores de solidariedade, coragem,

confiança, esperança, companheirismo, os quais se tornam prática comum na formação dos acampados.

No entanto, a marca da solidariedade que permeia os momentos de luta torna-se prática e um grande aprendizado que permanece no cotidiano de vida dos Sem Terra. É como se cada pessoa se sentisse co-responsável pela luta e a vida do outro, principalmente quando o seu significado é ajudar e orientar o outro a conquistar sua terra. Desse modo, nas questões mais específicas de sobrevivência (como dividir o próprio alimento) ou no bom acolhimento a quem os apoia, está o sentido de permanecer lutando. O Sr. João que diz ter aprendido com essa escola que é o MST, fala do que viveu:

Aqui em 1º de Março o juiz disse: - São 34 famílias, e tinham 68 famílias. A gente não encurralou o pessoal. Estava com 68, mas tinha Nova Vida que estava com o latifundiário. Pegamos as 34, apoiamos e acampamos com elas. É assim que trabalhamos, fazendo solidariedade às pessoas. Isso tudo é estratégia do Movimento. Pois você chegou aqui, ninguém lhe conhece, mas você é uma pessoa humana. Por exemplo, há quatro meses atrás chegou um companheiro que veio aqui, de Araruna, e me pediu uma ajuda. Então, eu disse: - Você conhece Timbó? Perto de Jacaraú? Vou lhe dar uma contribuição pra passagem e lanche e você vai parar lá, pois tem um acampamento. Há dois meses, ele mandou agradecer pelo que fiz, pois já se considera assentado em uma parcela. O Movimento trabalha assim, é uma escola. Passando pelo Movimento tem uma história pra contar (João Inácio – Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Embora viver embaixo de um pedaço de lona, ou de barracos de palha no meio do mato ou na beira das estradas (sob sol, sob chuva, convivendo com mosquitos, cobras, escorpões, caranguejeiras, com o medo, com a fome), marque a história de vida desses sujeitos, dialeticamente o acampamento é o espaço onde se produzem os elementos fundamentais de resistência, não só com relação ao perigo dos insetos, mas sobretudo, no enfrentamento contra violência e os massacres causados por policiais, capangas e jagunços. Este espaço também representa o tempo de lutar contra o despejo e em favor da desapropriação.

No entanto, é surpreendente como esses sujeitos, apesar de sucessivos despejos e violências, erguem-se do nada, encorajam-se e seguem com a mesma firmeza, em busca de outra terra ou fincam os pés, resistindo na área. Vejamos a força e a sabedoria dos depoimentos de D. Rita e de Antônio, ao falarem da luta:

Antes de vir pra cá, eu trabalhava fixada na usina Igarapu. Quando acampeei, comecei a trabalhar. E o velho Regi andava dentro do roçado direto, com um trator, machucando nossa lavoura. Quando estava perto do despejo, os trabalhadores plantavam, e a viúva, a dona da terra, mandava o trator machucar. Aí os trabalhadores não deixavam. Daí eles soltavam o gado e a gente perdia a lavoura todinha. Voltei pra Alhandra. Quando foi negócio de 15 dias, eu vim pra cá de uma vez, peguei os meus meninos e fizemos o barraco. Depois de 1 ano, levamos despejo e massacre da polícia, ficamos em Sede Velha, debaixo de um pé de manga. Passamos muita fome, passamos uma noite de tiroteio na estrada em Sede Velha. Eles diziam que a gente desocupasse a terra, nós dizíamos que queríamos terra para trabalhar, botar comida na rua, pra eles mesmos comerem, pois se a gente não trabalhasse, na cidade eles não comiam. E a gente não estava atrás nem de briga e nem de matar ninguém, a gente só queria terra (Rita Maria – Assentada, em Teixeira/Alhandra/PB).

Nossa luta foi um pouco pesada. Aqui o pessoal temia muito o fazendeiro, dizia que quando ele cismava, era tiroteio igual a festejo junino. Tivemos despejo e humilhação, principalmente da turma dele. Mas conseguimos. Tivemos muita ameaça da irmã dele, parece que ela era advogada. No Fórum, pegou o nome de uns trabalhadores pra responder processo. Eu mesmo fui um deles. Depois nós reocupamos, pois nosso objetivo era a conquista da terra, pois aqui só tinha humilhação pra gente, desmatávamos o mato. Tinha canto que ele dava dois anos pra gente trabalhar, quando o mato era mais ralo, era por terço direto, era uma humilhação. Nós todos que morávamos aqui trabalhávamos de terça, assim: - você faz 3 sacos de feijão, dos 3 ele tem 1 saco. E o patrão só entrava com a terra, todo trabalho de mão-de-obra era da gente, inclusive, a semente. Mesmo assim, era desconfiança, você estava cumprindo certo com aquilo, mas ele achava que tinha feito mais. As coisas com o patrão sempre eram difíceis (Antonio – Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB).

Assim, mesmo com todos estes obstáculos, os Sem Terra costumam dizer que é no acampamento que se aprende a viver com igualdade e sem egoísmo, onde tudo é compartilhado, até um pedaço de pão. É sob esses ensinamentos, que a organização interna do acampamento começa a se formar. Inspirados no espírito de coletividade, os acampados vão estabelecendo seu modo de viver, criando suas próprias regras de convivência e realizando a maior parte dos trabalhos em forma de mutirão. Essa vivência produz o aprendizado de vida comunitária, de trabalho coletivo, de divisão de tarefas e de formação política, vivido, por boa parte das 620 famílias que se encontram distribuídas nas 08 áreas de acampamentos no Estado da Paraíba, no período até 2000, quando realizamos essa pesquisa.

Nesta perspectiva, desde a organização interna do acampamento, já se começam a desenvolver as atividades de formação do MST. A prática de formação dos núcleos de base estabelece a concretização de um dos princípios organizativos do Movimento, a divisão de tarefas, que se dá entre as famílias e militantes e permite que a organização cresça e realizem as atividades para as quais têm aptidão e as que sentem prazer em fazer.

Nos núcleos, as tarefas são divididas por grupos de família, da seguinte forma: equipe da alimentação, da higiene, da saúde, da educação, da animação, da mística, das finanças, da disciplina, da produção etc. É também o lugar onde se estuda sobre conjuntura e traçam-se as metas de luta.

Dessa maneira, o papel dos grupos de família é discutir sobre os rumos do acampamento, é tirar uma coordenação geral, cuja função é dar unidade aos grupos e encaminhar as ações de luta, seja no campo das negociações ou em relação ao posicionar-se perante o conjunto da sociedade. Os depoimentos a seguir mostram como funcionam algumas atividades no acampamento:

Eu me lembro muito bem quando a gente estava no acampamento! Via aquela criançada chorando sem leite, dava uma revolta. O que fazer? - Vamos organizar esse povo e sair na cidade, contar a história lá, como é aqui. Tiramos um grupo e fomos numa camioneta, pra Itambé. Eu conhecia um bocado de gente: do sindicato, de casas comerciais, armazéns, lojas. Fomos nos sindicatos de Pedras de Fogo e Itambé/PE. Contamos a situação, e eles deram uma contribuição e mandaram comigo o secretário pra ir nas du-

as delegacias, com um comprovante. Assim, lotamos a camioneta. E pra conseguir, eu contei assim: - Olha, nós estamos com 260 famílias acampadas dentro do Abiaí, estamos passando calamidade e estamos vindo buscar alguma coisa, antes deles virem. Aí, todo mundo contribuiu. Quem não contribuiu na hora, disse pra vir depois. Chegamos no acampamento, foi uma festa, aquele pagode todo, todo mundo comeu (João Inácio – Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

No acampamento, passamos coisas duras, coisas perigosas. Nós assistimos bala de revólver de proprietário, de pistoleiro. Não houve morte, mas houve desavença, polícia botada pelo proprietário, pra tirar o pessoal que estava acampado. Veio a polícia de Pitimbú e levou uma família no 1º dia, no outro dia ela veio, mas expulsamos do acampamento. Enfrentamos também necessidade de comida. Nós fomos para os órgãos de João Pessoa pedir alimentação para o povo que estava em situação difícil (D. Ciça – Assentada, em Nova Vida/Litoral/PB).

Esta forma de aprendizado faz D. Ciça dizer que não desanima da luta, apesar de todo sofrimento. Isto significa como a participação e o envolvimento, através das assembleias, do trabalho nos grupos de família, nas negociações, em qualquer atividade, representam também momentos de aprendizagem, em que os Sem Terra, ao exercerem sua cidadania, passam a desempenhar um papel importante na luta pela reivindicação de direitos. Sendo assim, seu papel na terra, que antes se resumia a puxar um cabo de enxada, fica mais complexo e exige que saibam das propostas do governo para a reforma agrária, que dominem as leis da terra, que saibam sobre o processo de conquistas de créditos, enfim, exige certo conteúdo e como falam os sem terra, *precisa de estudo para enfrentar o poder do latifundiário*.

Significa, entretanto, a oportunidade de qualificação do cidadão, porque aquele que antes só obedecia à ordem do patrão, passa a ser uma liderança que trabalha de forma coletiva e que atua em setores do Movimento.

Na vivência do acampamento, Caldart (2000, p. 118) considera que os Sem Terra exercitam o seu poder de participação, realizam a verdadeira democracia de base, na qual eles aprendem a ouvir, a debater e a defender suas idéias e a

votar suas propostas. Além desses aprendizados, a autora ainda considera que, nesta vivência, redefinem-se os papéis, alteram-se as relações interpessoais, revêem-se os seus valores, os conceitos e os preconceitos, pois participam da mesma luta, com o mesmo poder de decisão, homens, mulheres, idosos, jovens e crianças, fortalecendo o Movimento como organização e fazendo com que as pessoas sintam-se mais valorizadas ao participarem e cumprirem suas tarefas. No entanto, é preciso dizer que toda essa aprendizagem não ocorre do dia para a noite, faz parte de um processo de formação que o MST segue conquistando e aperfeiçoando em cada ação realizada.

Em resumo, o viver no acampamento tem, no entanto, um triplo objetivo: “de educar e manter mobilizada a base sem terra, de sensibilizar a opinião pública para causa da luta pela terra e de fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da reforma agrária” (CALDART, 2000, p. 114)

E, movidos por tais objetivos, os Sem Terra rumam para outras ações, cujos resultados dão visibilidade à luta pela terra e têm sensibilizado a população no apoio à reforma agrária: nas audiências, nas ocupações de prédios públicos, nos atos públicos na reivindicação por alimentos, por desapropriações, enfim, é nesse movimento permanente, sempre cheio de muitos obstáculos e de conflitos violentos, que os Sem Terra, fortalecidos pelo processo de coletividade, luta e resistência, conquistam o assentamento. Mas não param por aí, pois a dinâmica da luta está apenas começando. Neguinho resume o que significa ganhar a luta:

Quando entramos num acampamento, entramos com aquele sentido, dizendo assim: - Companheiros, quem faz você ganhar a terra não é você só entrar, é entrar e tentar construir alguma coisa, porque a área está improdutiva. Mas é depois quando a gente entra, que devemos fazê-la produtiva. (Neguinho – Assentado, em Teixeira/Inha/Litoral/PB).



ATO IX - A ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO: A LUTA CONTINUA, EMBORA O TERRITÓRIO ESTEJA CONQUISTADO

O assentamento consiste no novo momento de direcionamento da luta (onde as pessoas aprendem a conviver na coletividade e passam a desenvolver conjuntamente diversas atividades, seja na educação, na produção, na cultura, no lazer etc.). Concordando com Fernandes, “o assentamento é o território conquistado é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas ...” (1999, p. 241). É o resultado do trabalho de organização e de formação que o Movimento vai realizando em cada Município, à medida que ocupa um latifúndio improdutivo e o transforma em um espaço de sobrevivência de muitas famílias. É a expressão concreta de um dos primeiros resultados da luta, portanto é também o espaço em que novos desafios vão se apresentando. Até 1999, quando o MST tinha 12 anos na Paraíba, havia conquistado com muita luta e resistência, consolidar quase todos os setores e estava organizando, em 14 assentamentos, abrigando um total de 1.472 famílias³¹.

Entretanto, é importante olharmos o assentamento como um espaço social que está em movimento, em processo de transição, pois, se antes era a *terra de negócio*, sob o poder de quem não a produz, hoje, é a *terra de trabalho*, o instrumento dos Sem Terra na satisfação das necessidades e na produção da própria vida material. É neste lugar que eles vão produzindo sua própria dinâmica, realizando suas ações e conquistas e vão criando alternativas de sobrevivência, seja pela criação da cooperativa ou associação, seja pela luta constante por políticas de créditos ou como disse Manoel Inácio: *quando passa a ser assentamento, cada um já é dono do seu nariz*.

Todavia, o cotidiano de cada assentamento se diferencia de Estado pra Estado, e também se diferencia em cada região no Estado, seja pelas condições climáticas, que muitas vezes não favorecem a produção, seja pela quantidade de famílias cadastradas no assentamento, sem as mínimas condições econômicas, seja pela falta de apoio na produção dos poderes municipal ou estadual, seja pela

³¹ Dados da Secretaria do MST/PB, 2000, período da coleta de dados.

falta de acompanhamento das áreas, seja pelas relações interpessoais entre os assentados e assentadas; enfim, seja porque os sujeitos participantes ainda não se sentem membros do MST. A vivência de cada situação dessa também traz aprendizagem, que pode ser ouvida pelas *vozes da terra*, que nos falam da realidade de seus assentamentos, principalmente as decorrentes da luta pela conquista de recursos e organização da produção, e que, inclusive, dizem sua percepção sobre o acompanhamento do MST:

Ganhada a posse, se faz uma assembléia com os companheiros para formar uma cooperativa ou uma associação, pra gente ter acesso aos créditos: fomento, habitação, custeio e investimento. Aqui achamos viável a associação. Com o fomento, fizemos a casa. Depois veio o projeto de investimento e o custeio, compramos o gado, plantamos maracujá, banana, mamão e coqueiro. Tiramos a 1ª parcela, R\$ 3.500,00. Pra tirar a 2ª, tinha que plantar. Mas veio a seca e teve companheiro que perdeu tudo. Ficamos endividados e em 1997 o Movimento fez uma luta nacional, e conseguimos prorrogar o prazo de pagar. Pegamos o custeio 1998 e 1999, mas não pegamos o de 2000, pois não pagamos o de 99, devido à seca. Reunimos os 6 assentamentos do Litoral, o Banco e os técnicos e fizemos um documento para a articulação estadual do PRONAF, pra pedir prorrogação do prazo por mais 10 anos (Neginho – Assentado, em Teixeira/Litoral/PB).

No assentamento tem sido muito bom, pois trabalho pra mim e não mais pro fazendeiro. Só tem um problema, choveu, tem muita terra molhada, mas não tem semente pra plantar e por isso eles pensam em encerrar o trabalho de Emergência³². Vai ficar mais difícil pra gente, principalmente, se não sair logo o registro da associação, para sair os créditos, pois a seca no Cariri é pesada, não é fácil, principalmente, pra quem tem família. Quem tem um, dois filhos, mas pra quem tem quatro ou mesmo quem tem 10 filhos, a situação é difícil! (José – Assentado, em São Sebastião/Cariri/PB).

³² Atividade realizada por trabalhadores e trabalhadoras, durante o processo de estiagem e seca, quando se recebe uma ajuda insignificante e uma cesta básica. É mais uma política assistencialista que não resolve os problemas com relação ao processo de produção do meio rural, consistindo no meio eficaz de controle e manipulação deste setor da sociedade, pois a maioria dos prefeitos se aproveita das dificuldades sócioeconômicas para formalizar os seus curras eleitorais.

Quando o Movimento foi crescendo ficou com um número de pessoas pequeno para o trabalho e aumentou o número de assentamentos. Mas quando é preciso, por exemplo, quando queremos a presença de representantes do Movimento, quando a gente está com um problema, tipo esta BR que está cortando o assentamento, é só convidar, o Coordenador geral e ele vem pra cá. (Manoel Inácio – Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Embora as questões materiais relacionadas às estratégias de organização para a produção sejam a peça fundamental que unifica os participantes do MST, no assentamento, esse conjunto de preocupações garante a unidade na luta. É através delas que os Sem Terra vão produzindo novos valores, novos aprendizados, novas relações de trabalho e de organização. Como disse D. Ciça, uma assentada de Nova Vida, no litoral da Paraíba:

Eu não faço nada e na mesma hora estou fazendo muita coisa, porque eu sou do grupo de saúde. Mesmo analfabeta, ajudo no Posto de Saúde, fazendo pomada, remédio líquido e de dose, com hortelã miúdo. Faço trinta e oito qualidades de remédio, que serve pra carço, dor, rachão no pé, frieira. Se precisa, eu faço o socorro.

Mas também são nas assembléias, nos cursos e nos atos públicos (presenciamos durante a pesquisa), que o debate se intensifica, os sujeitos se posicionam, negociam, estudam, brincam; enfim, informam-se e se formam cidadão Sem Terra. E, sobretudo, permanecem unidos na luta, por créditos, por escolas, por estradas, etc, exercitando a democracia (aparecem os conflitos, as contradições e as posições são confrontadas, revistas). Porém tudo é decidido coletivamente, isso refletindo a grande vivência educativa do MST, que se dá pelo poder da participação e da organização do seu próprio assentamento, o que significa também estar organizando o seu próprio destino enquanto trabalhador ou trabalhadora que constrói o seu mais novo território.

O mesmo serve para os dirigentes e militantes, pois sua função, além de encaminhar as linhas políticas do Movimento, é dar organicidade e acompanhamento aos assentamentos e buscar conjuntamente as alternativas de viabilidade para a melhoria de vida dos assentados. É cuidar da formação política, pressionar

a atuação dos poderes públicos; enfim, é preocupar-se com os créditos, com a assistência técnica, com a viabilidade da produção, produzindo alternativas para que os assentamentos demonstrem o potencial da agricultura familiar. O depoimento de Cláudio fala-nos do papel de um dirigente:

Temos muitas dificuldades nos assentamentos, mas temos uma proposta, principalmente no que diz respeito à produção. Temos uma proposta pra educação, pra assistência técnica etc. Pois não é só mandar um técnico da EMATER, toda semana, no assentamento, que estamos garantindo a assistência técnica. Outra questão nossa é em relação à área social, pois assistência social não é organizar dias das mães, fazer festinhas ou realizar novena de 13 de maio. Nós entendemos que não é levar coisas às pessoas, mas é poder organizá-las pra que tenham noção dos seus direitos, para que possam reivindicar a questão da saúde, da educação, havendo participação da juventude, das mulheres, de todos. Outro fator, que de certa maneira tem emperrado a reforma agrária aqui no estado são os prefeitos que são tão atrasados, tão reacionários, que não deram conta que a reforma agrária poderia resolver os problemas do município. Isso, infelizmente acontece, porque os grupos políticos no Estado estão ligados aos coronéis donos da terra. Outra questão é a nossa relação com o Incra e com o governo do Estado. Nós aqui não conseguimos uma audiência com o governo. E com o Incra, tivemos problemas em função que aqui existia uma relação muito próxima com os movimentos sociais. E isso foi ruim, pois na hora que tu mobilizavas o pessoal pra ir pro Incra, tinha essa relação de amizade, amizade falsa e isso complicou em termos de pressão e de conquistas. Entretanto, a população, a sociedade aqui, tem apoiado a reforma agrária, isso em vários setores. Principalmente, com a parceria da Universidade, temos conseguido muitas conquistas: seja na área de tecnologias apropriadas para a realidade dos assentamentos, seja no setor de educação, ou no setor de saúde. Assim, conseguimos sediar o curso do magistério do Norte e Nordeste, destinados aos filhos e filhas de assentados e acampados. Também nessa parceria com a Universidade de Manguinho e a Fio Cruz, estamos instalando um laboratório fitoterápico, com a alternativa da medicina popular, produzindo medicamentos através de plantas medicinais que estarão servindo às famílias dos assentamentos e acampamentos e a outras populações. Mas uma dificuldade interna, era que até o encontro estadual realizado em 2000, não tínhamos os setores e as regionais estruturados e isso impedia o próprio

acompanhamento das áreas. Principalmente por sermos um grupo pequeno, havia deficiências no acompanhamento. E essas deficiências também estão associadas ao fato de nós sermos um Movimento onde praticamente é feito por trabalhadores e filhos de trabalhadores. E o grande desafio está em compreendermos esse conjunto de coisas e termos tempo para nos formar e formarmos as pessoas. Outra questão é que, em função da própria falta de formação, alguns companheiros que estão nos assentamentos, ainda não incorporaram pra si a pertença do Movimento, sentem-se assentados e nós é que somos do Movimento Sem Terra. Isso porque a própria vivência que ele teve dependia sempre de um chefe, de um líder. Mas isso tem que ser superado, as pessoas têm que se conscientizar, para que sejam arquitetos do seu próprio destino, que possam ir caminhando com seus próprios pés, pois à medida que o Movimento cresce, que aumentam as atividades, não podemos estar permanentemente nos assentamentos (Cláudio – Dirigente Nacional/MST/PB, 1999).

Esses depoimentos resumem como o MST vem atuando no Estado, suas facilidades, dificuldades e onde o Movimento pretende investir. Do mesmo modo a atuação de D. Ciça demonstra que, mesmo sem muito saber, quer acertar, quer contribuir com a qualidade de vida no assentamento. Percebemos que os ganhos conquistados cotidianamente com essas ações são resultados dessa unidade política e da cultura organizativa peculiar ao MST, na qual todas as ações estão combinadas por uma direção política unificada que se expressa através dos princípios e linhas políticas. Desta forma, todos decidem e aprovam suas deliberações nos espaços dos congressos, encontros e instâncias do MST.

Entretanto, a implementação dessas ações nos assentamentos tem produzido, muitos desafios e aprendizados, requisitando, assim, a existência de setores organizados e pessoas com capacidade técnica e política para encaminhá-los. Falar desse funcionamento precede demonstrarmos a caminhada de construção das instâncias e setores dentro do Movimento.



Cena - 9. 1 As instâncias do Movimento e a escolha dos representantes: critérios de participação

Para melhor entendermos, como funcionam as instâncias do MST, o Encontro Estadual representa a 5ª instância de importância do MST. Realiza-se anualmente, com a função de avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do Movimento. Nele, elege-se uma Coordenação Estadual e uma Nacional. O VII Encontro no Estado, realizado em janeiro de 2000, garantiu a escolha e a oficialização da primeira direção na Paraíba. Neste encontro, o debate girou em torno das propostas para o Meio Ambiente, baseadas no Documento do 3º Congresso Nacional (1995), o qual trouxe as seguintes recomendações:

Que os assentamentos como resultado de luta busquem o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida, em todos os aspectos da vida material incorporando como meta a prática da cooperação agrícola. Outra recomendação é que os Sem Terra relacionem-se bem com o meio ambiente, evitando técnicas predatórias, utilizando técnicas de preservação, combatendo o uso de agrotóxicos, controlando o desmatamento etc.; e ainda, que haja respeito à demarcação das áreas indígenas e das áreas de preservação florestal.

Esses representantes buscarão dar garantia à implantação destas linhas de ação em cada assentamento, respeitando a especificidade de cada local. A esse respeito, Edvaldo situa a estrutura organizativa do Movimento e o papel de cada instância e de seus representantes:

O encontro estadual pro Estado é a instância maior que toma as decisões. Tudo é aprovado em linhas gerais: fazer ocupação, organizar os setores, ter uma meta de ocupações por ano; é também onde se elege a direção do Movimento. Esse encontro tem um caráter massivo e de estudo e tem a tarefa de representar o Movimento Sem Terra. Só que, antes, realizamos os encontros regionais, uma pessoa em cada região representa politicamente o Movimento e tem a tarefa de organizar os núcleos de direção coletiva. O passo seguinte é elegermos um coletivo, são 7 pessoas com disponibilidade, tempo pra militância, onde no encontro estadual

é referendada. Escolhe-se também o dirigente em nível nacional. Já o Congresso Nacional tem outro caráter, é uma instância maior que vai fazer uma avaliação do Movimento nesses 5 anos e montamos a plataforma de luta dos 5 anos seguintes. Por exemplo, no Estado, acompanho o setor de produção, junto com o pessoal da área técnica (acompanhamos a organização das associações e cooperativas) e procuramos acompanhar todas as áreas de assentamentos. Em função da conjuntura, mudamos o nosso dia-a-dia de trabalho. Pode ser que um dia seja na mobilização, noutro, dia temos que organizar um curso, de acordo com as necessidades que as áreas vão apresentando. O acompanhamento, ele tem que ser feito sistemático, tem que ser um acompanhamento onde você coloque os trabalhadores pra eles exercitarem na prática a aplicação dos valores, dos princípios do Movimento. Porém, o número reduzido de pessoas qualificadas, de pessoas que têm entendimento político, ideológico, nós acabamos fazendo um trabalho muito por cima e com pouco conteúdo. Por isso temos que preparar militantes, qualificá-los, pra que eles sejam as pessoas que estejam lá nos assentamentos, mostrando, através do próprio exemplo, o trabalho dele na roça, na cooperativa, na associação e nas escolas do Movimento. Ensinando com o exemplo deles, pra ajudar a fortalecer o crescimento da consciência dessa companheirada como um todo no assentamento. (Edvaldo – Dirigente Estadual/MST/PB, 1999).

Conforme demonstra o depoimento de Edvaldo, a escolha dos representantes é que ajudará na organização dos assentamentos, cujo papel é buscar um jeito mais adequado de implementação das linhas de ação do Movimento. Entretanto, o grande desafio na socialização dessas ações nos assentamentos, conforme ele nos aponta, refere-se ao reduzido número de quadros qualificados, para conduzirem as atividades e funções de cada setor. Isto se justifica porque a escolha dos representantes do MST não se dá apenas por uma eleição aleatória, pois ali estarão aqueles ou aquelas que contribuirão com a construção da identidade Sem Terra. Por isso, os critérios de escolha consideram a capacidade de intervenção, de análise, de negociação, de discussão e interação com a militância e com a sociedade.

Prioriza-se uma pessoa que tenha a capacidade de organizar e debater com os diversos setores nos acampamentos e assentamentos, cuja característica

associa-se à de um orientador político que deve ter o mínimo de domínio sobre os assuntos que envolvem a luta pela terra e o processo de Reforma Agrária, desde a questão dos créditos às informações sobre o sistema de cooperação, a análise de conjuntura etc.

Para ser um representante do assentamento, a pessoa não precisa ser um técnico na área, mas deve ter noções sobre aspectos gerais e específicos da luta pela terra e de cada setor. O grande desafio do MST representa uma das matrizes mais educativas e de grande significado, pois o exercício da função exige que os militantes estejam potencialmente preparados para enfrentar qualquer situação, a qual exporemos no ato: *ser militante do MST*.

Da mesma forma que a escolha dos representantes é o momento definidor da prática no assentamento a partir do momento em que o MST incorporou, como parte da sua organização e de sua base social, as questões relacionadas aos assentados, foi que, segundo Caldart (2000:121-122), passou-se a pesquisar as experiências e subsídios históricos que pudessem contribuir com a organização dos assentamentos, e com a questão da produção. É nesse sentido que, na década de 90, a discussão principal gira em torno da Cooperação Agrícola, ou melhor, essa opção passou a ser a estratégica de desenvolvimento econômico para os trabalhadores e as trabalhadoras do campo, frente às formas capitalistas de nossa agricultura.



ATO X – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: A ESTRATÉGIA DE VIDA COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Assim, ocupando o mesmo patamar de importância de outras atividades do MST, a cooperação surge em 1986 como uma preocupação dos assentados, ainda no período de fundação do MST, com a viabilização econômica, a organização do trabalho e o destino da produção nos assentamentos. Esse debate, que na sua trajetória reduzia-se apenas a algumas atividades feitas em coletivo, atualmente tornou-se, para o Movimento, a estratégia de desenvolvimento econômico e

social proposta aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, embora Stédile & Fernandes (1999) avaliem que setor ainda esteja em sua fase embrionária.

Assim, a base das propostas de cooperação agrícola, além de pensar novas formas de organização do trabalho, começa a gestar novos modos de vida para a realidade do assentamento. Esse debate deu origem à criação de diversas associações de produtores que trataram, de forma individual ou através dos grupos de famílias, uma maneira de resolver as questões antes citadas, primando, principalmente, por melhorias sociais para os assentamentos. Vejamos o que diz um dos coordenadores da associação:

Eu já participava de reuniões, fazíamos parte dos grupos de família, onde cada um tinha seu coordenador. O trabalho é assim: vamos supor, aqui tem 10, tira uma pessoa, o coordenador, um que tenha boa experiência pra ficar com aquele grupo. O grupo pode ser de 10 ou de 100, depende da organização. A liderança senta com eles e orienta como deve fazer as coisas. (Neginho – Assentado, em Teixeira/Litoral/PB).

As primeiras experiências de cooperação do MST nasceram assim, e, segundo Fernandes (2000b), representaram a tentativa de acerto do trabalho cooperado, que ele denomina de laboratórios organizacionais, embora ele considere que essas experiências receberam muitas críticas vindas de fora e de dentro do próprio MST, principalmente no que se refere ao conteúdo da proposta. É assim avaliada por Stédile & Fernandes:

Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo lugar, porque ele não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair com a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é mais lento. Em geral, os grupos de cooperação agrícola já vêm se formando nos acampamentos em função das afinidades que se vão criando. (...) O que importa para nossa história, é que entre 1986 e 1990 vivemos um período de maturação, sistematização e estudo, de aprender o que queríamos. (...) Chegamos a essa concepção. (...) Só a cooperação agrícola vai fazer que possamos desenvolver

melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir uma aglutinação social maior nos assentamentos...(1999, p. 99-100).

Mas essa fase de maturação das propostas e projetos de cooperação agrícola trouxe diferentes reações e lições, fazendo com que, em 1989, se instalassem as primeiras experiências (via cooperativa e/ou associação) nos diversos Estados e sub-regiões. Todo esse processo deu origem na década de 1990, ao Sistema de Cooperativistas de Assentados – SCA que, em 1992, fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária – CONCRAB, a qual contribuiu no fortalecimento da luta e buscou a instalação de uma política agrícola para os assentamentos e pela negociação e reivindicação dos recursos para a produção junto ao governo federal. Isso favoreceu a conquista do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, substituído em 1996, pelo atual governo de Fernando Henrique, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, considerado, por vários analistas, como retrocesso na política agrícola.

Em 1999, existiam no MST cerca de, 78 cooperativas, com um número acentuado de sócios, que estão assim distribuídos: Região Sul (15.678); Região Sudeste (2.559); Região Nordeste (1.927); Região Centro Oeste (60); Região Norte (53).³³

Embora as experiências de cooperação agrícola no Estado ainda estejam em fase de consolidação, os primeiros resultados têm trazido benefícios para os assentamentos. Um exemplo que vem dando certo tem sido o da Cooperativa de Massangana III, e outro do recente assentamento de Oziel Pereira. Vejamos o que dizem os senhores Edvaldo e Mário, os quais acreditam que a cooperação seja o caminho para a melhoria do homem do campo:

³³ Sobre a Cooperação na Produção consultar: Stédile & Fernandes (1999); Fernandes (2000b:Cap. IV); Caldart (2000: Cap. II) e Caderno do MST nº 20 - Cooperação Agrícola, 1993.

Quando a gente fundou a associação, eu fui eleito como presidente. E começou a luta desses projetos. Primeiro projeto foi o fomento, depois veio o crédito habitação, depois pegamos os 193 hectares de cana que tinha na área e vendemos. Com isso, compramos um trator, compramos um quite de irrigação, que hoje faz parte da Cooperativa, e compramos um carro pra socorro. Fiquei administrando a Associação durante um ano e quatro meses. Foi quando reunimos um grupo de pessoas e criamos a Cooperativa, que está muito bem hoje. O caminho é a Cooperativa. O processo de cooperativa é um processo mais demorado, mais lento, e o pessoal tem uns vícios e tem de ser educado primeiro, pra poder passar pra cooperativa. Quanto ao processo de produção, cada um tem seu lote de 5,7 hectares, que trabalha individual. E pela Cooperativa, a gente tem um roçado coletivo de 17 hectares que a gente trabalha junto. E esse coletivo serve pra pagar os projetos. E como a Cooperativa é nova, estamos pagando os primeiros projetos que pegamos, estamos plantando juntos, feijão, inhame, enfim, estamos trabalhando irrigado. Assim, a gente trabalha 3 dias por semana no coletivo, e o restante dos dias individual pra sobrevivência individual. Eu já disse e repito, o coletivo, a Cooperativa é a solução do assentado. Pois, se o assentado trabalhar individual, ele não vai chegar a lugar nenhum. Por isso a gente viu uma grande melhora no assentamento, onde as pessoas uniram forças e estão trabalhando no coletivo (Edvaldo – Assentado, em Massangana III/Várzea/PB).

Com relação à produção, no ano passado foi negativa, o prejuízo foi quase de 100%, porque não caiu chuva na região. Agora, esse ano, nós vamos ter um lucro maior, pois fizemos um trabalho coletivo. Plantamos algodão, amendoim, gígilim. O gígilim nós produzimos pouco, foi uma experiência da EMBRAPA; já o algodão, nós plantamos pouco e lucramos muito, a semente de algodão vai ser coletiva novamente. Está na cooperativa de Caiçara, pois nós trocamos o algodão pela semente, agora na época de inverno, onde vamos fazer o coletivo. Antes, faremos uma reunião com quem quiser trabalhar, pois muitos dizem assim: - Eu não vou trabalhar pra ninguém. Mas, vimos que o importante é trabalho coletivo, porque ele ajuda muito, principalmente nessa produção de algodão. E eu acredito que o coletivo unido, as pessoas que querem trabalhar, acho que tem muito a lucrar (Mário – Assentado, em Ozil Pereira/Brejo/PB).

O fato de cada área de assentamento ter suas diferenças e limitações próprias, da experiência de cooperação de Nova Vida, a grande vantagem que restou para os trabalhadores e trabalhadoras foi poder ter a posse do pedaço de terra. Nesta experiência, as discordâncias começam a aparecer, fruto, muitas vezes, de todo o processo de tensão social vivido nos conflitos e enfrentamentos do acampamento, ou resultado de uma má escolha dos representantes. Nesta área, as diferenças e heranças trazidas da cultura do mando vivida na relação proprietário e trabalhador aparecem como algo ainda muito forte, que acaba por trazer sérios problemas para a organização do assentamento.

A tradução deste cotidiano encontra-se demonstrada nos depoimentos abaixo, nos quais se demonstra que, tão nocivos quanto os traços da cultura do mando são os problemas com relação à organização dos assentados e assentadas, aos problemas de créditos e à seca, consistindo em grandes desafios ao viver no assentamento:

Houve uns dois anos de seca e perda de tudo no assentamento. Eu mesma perdi, o ano atrasado, noventa arroba de semente de inhame, não ficou uma pra fazer remédio, foi todinha plantada e virou lama dentro da terra, porquê não teve chuva. Mas tem também muito fracasso dentro do assentamento, pois temos um presidente que não presta. O que tem dentro do assentamento, tudo é dado fim pelas mãos dele. Os órgãos que estão nos ajudando devia ver isso, pois o presidente domina tudo que nos pertence. Ele consulta parte do povo pra acabar, pois tinha aqui o carro de socorro, foi dado fim. Tinham duas motos da cooperativa, dos sócios, isso não existe mais. Tinha um trator, está na rua, pro conserto. Um terreno foi comprado na rua com o dinheiro dos 130 sócios, pra fazer a Cooperativa. Quando estava na metade do serviço, o presidente vendeu e não combinou nada. Aí fez aquele galpão acolá, trouxe as coisa de lá e botou dentro. Ali ninguém vê, ninguém trabalha. O computador faz mais de 4 meses que não usa. No meu modo de pensar a reforma Agrária, o modo de trabalho não é assim. Deveria animar os sócios, conversar com eles, combinar, trabalhar mais coletivo. Um galpão daquele tem: máquina, veneno, óleo. E não pode ser uma escola pra criança estudar? (D. Ciça – Assentada, Nova Vida/Litoral/PB).

Aqui em Nova Vida, a questão da organização é um grande problema! Até pra mobilizar é difícil. Porque de 132 famílias, 34 são rendeiros e são os mais difíceis de trabalhar. Porque eles moram na rua, não moram no assentamento. Vou passando por duas direções e o que vejo, é que sempre um trabalhando só. O trabalho da Cooperativa está tendo dificuldade. Pois eu não sei como se escolhe uma direção de cooperativa, pessoas que mal sabem assinar o nome, nem sabem administrar, que trabalha como se fosse o ditador. Se perguntar a qualquer um dos assentados de Nova Vida como está a questão da cooperativa, ninguém sabe informar. Acho que falta informação sobre o que é cooperativismo. Nesse sentido, falta formação do Movimento. Pois as pessoas acham que cooperativismo é aquele prédio que está ali e pronto. E tudo isso é somente pela falta de mobilização e organização pois as próprias pessoas da direção não souberam mobilizar o povo. (Geias – Educador Assentado, em Nova Vida/Litoral/PB).

Cena Principal - Aprendendo com os conflitos internos

Dialeticamente, é neste contexto de contradições que os Sem Terra vão percebendo duas saídas: ou mantém-se na luta, rompendo com todas as heranças da cultura do mando, ou passa a viver uma vida de conformismo. Entender as contradições mais recorrentes, na opinião dos próprios sem terra, precede compreender as diferenças existentes entre os que lutaram e ocuparam a terra e os que eram arrendatários. Para eles, existe um nível diferenciado em relação à valorização e a compreensão da função social da terra e da proposta de viver na coletividade, e isso tem dificultado a questão da organização dos Sem Terra no assentamento, bem como tem representado um grande limite na construção prática do trabalho de cooperação, muito embora existam pessoas que acreditem no potencial do assentamento e na esperança de mudanças na organização. Porém, elas só visualizam isso, mediante a alteração dos seus quadros representantes.

Resta-nos entender que as contradições são parte inerente ao processo de formação, a construção própria da identidade de ser Sem Terra. Não é fácil assimilar o processo de mudança, pois o trabalhador explorado de ontem é o trabalhador que, hoje, tem seu pedaço de terra, tem a possibilidade de construir sua sobrevivência, de viver dignamente, mas é também aquele que trouxe com ele o

oprimido e o opressor; que está em processo de transformação. Como disse Bogo: “(...) a caminhada provoca o encontro do ser homem com o ser terra” (2000b, p. 22). E esse encontro, da terra com o homem, produz o mesmo sentido de voltar a ser gente, de produzir sua existência material, de vencer a opressão. E isso não é algo que se consegue rapidamente, há de se lutar conjuntamente por um novo modo de viver em comunidade, e nos parece ser o primeiro passo para não viver como antes, no isolamento do trabalho no alugado.

Alguns exemplos deste processo de mudança nós presenciamos durante a fase de pesquisa de campo. No assentamento 1º de Março, a construção de uma estrada estadual, que passou por dentro do assentamento, deixou sete famílias prejudicadas nos seus lotes. Destas, houve uma que ficou com apenas 2 hectares para o plantio, e outra que perdeu tudo, pois além desta estrada, já havia passado no mesmo lote a estrada do Exército. O resultado é que estas famílias, além de terem perdido seus lotes, perderam toda a plantação; sem, com isso, serem comunicadas ou indenizadas pelo INCRA. Isto fez com que os trabalhadores e trabalhadoras se organizassem e convocassem um dirigente e um representante do DER e do INCRA, para que avaliassem a situação das famílias prejudicadas. O elemento solidariedade, como o grande elo na luta, prevaleceu mais uma vez, pois as pessoas, com indignação, demonstraram que além de não serem desinformadas sobre os seus direitos, ali encaravam a união na luta como o princípio fundamental. Este episódio, além do aprendizado coletivo, trouxe o encaminhamento de as pessoas poderem ser indenizadas pelo prejuízo.

Outro episódio aconteceu no assentamento Chico Mendes no Encontro Regional sobre Cooperativismo Agrícola. A grande polêmica no assentamento era se criava a associação ou a cooperativa. Durante o encontro, muitos debates ocorreram em função disso, e a decisão que o coordenador da área tomou, na ocasião, foi aprofundar o debate. Aproveitando as experiências presentes já implantadas, pediu para que os representantes mostrassem como se desenvolvia o trabalho, tanto da associação, como da cooperativa. Sendo assim, parece algo simples, mas, naquele momento, os trabalhadores e as trabalhadoras estavam podendo avaliar cada proposta, além de conhecer um pouco da experiência, o que facilitou o entendimento e viabilizou o aprofundamento do assunto pela comunidade.

Apesar de todas as diferenças e conflitos vividos nos assentamentos, o que percebemos é que, em cada ação realizada, há um processo de aprendizagem, pois, ao acompanharmos quatro desses assentamentos pesquisados e, algumas atividades dos setores do Movimento, identificamos que a escola para o MST, apesar da sua importância, traduz e resume o conjunto de todas essas ações.

Nos assentamentos e acampamentos, o processo de formação começa numa assembléia, onde tudo é decidido coletivamente, do fato mais simples ao mais complexo. Inclusive, num encontro sobre cooperativismo, presenciamos a decisão de que era proibido o consumo de álcool no assentamento. Isto posto, leva-nos a considerar que o processo de aprendizado nos assentamentos vai se dando à medida que decisões e diretrizes precisam ser encaminhadas.

Entretanto, um fato marcante na vivência dos Sem Terra está no potencial de solidariedade e comprometimento com a sua realidade específica e com a transformação da sociedade. Apesar dos conflitos, o desejo de mudança dos assentados e assentadas fica muito claro, quando dona Ciça, uma militante de quase 60 anos diz: *temos que lutar muito para levantar o assentamento junto com todos os sócios.*

É perceptível também que, a partir da formação política, a perspectiva é ir desfazendo os traços do individualismo, em substituição a uma visão coletiva de vida, como retrata o depoimento deste educador:

Oriento na escola, quer seja no roçado ou na escola, o trabalho deve ser coletivo. Isso porque quando acampamos, dividimos uma colher de sal, uma fuba. E quando passa a ser assentado, está perdendo um pouco disso, fica um pouco individualista, principalmente quando se pega num projeto. Mas eu digo pra eles: - A luta nunca terminou desde o acampamento até agora, e se quando o acampamento era luta, agora é que devemos lutar porque ainda não conquistamos tudo que pretendemos e precisamos viver de forma coletiva (Zé Carlos – Educador/assentado, em Teixeira/Litoral/PB).



ATO XI – SER MILITANTE DO MST É FAZER PARTE DE UM PROCESSO QUE ENCAMPA UMA LUTA BEM MAIOR

É PRECISO LUTAR TODOS OS DIAS PARA QUE O AMOR À HUMANIDADE EXISTENTE SE TRANSFORME EM FATOS CONCRETOS, EM ATOS QUE SIRVAM DE EXEMPLOS E MOBILIZEM (CHE GUEVARA).

Nos tópicos anteriores, vimos, em alguns depoimentos, que um dos grandes desafios na organização do MST na Paraíba tem sido marcado pelo número reduzido de militantes e pela falta de formação política. No entanto, o que percebemos na prática é que os poucos militantes existentes têm, com muita firmeza, compromisso e paixão, conduzido com qualidade suas atividades. Movidos pelo aprendizado da luta e inspirados em Che, os poucos militantes vivem com um entusiasmo e força contagiante e com uma esperança, que parece que eles já enxergam na vida a certeza da vitória.

Mas é a experiência de participação na luta, dos sofrimentos vividos nos acampamentos, na vida diária, que se vai construindo e se formando a identidade do ser sujeito do MST, ou melhor, como nos disse Caldart, ser do Movimento é muito mais que isso,

“... significa participar não apenas da luta pela terra, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação. Quem é do MST experimenta o sentido de fazer parte de uma coletividade que funciona de acordo com determinados valores e princípios, e que, ao mesmo tempo, se constitui como uma grande família, cujos laços afetivos independem do parentesco ou mesmo do conhecimento direto de todos os membros, até porque eles aumentam e se modificam a cada dia (2000, p. 129).

Assim, ser parte desta família significa viver os conflitos, as contradições, na tentativa de superá-los, na construção de um projeto comum. A fala de Celinha descreve essa dimensão afetiva, político-educativa de ser militante do MST:

Pra mim é muito importante! A forma como o Movimento é, acho que está dentro de sua própria mística. Ele envolve as pessoas que fazem parte dele, é muito forte! Tem coisas que é tão místico, que não dá nem pra explicar. Começar a participar de uma organização como o MST, eu pensava, que era por exemplo, vou lutar pra que o povo tenha terra. Essa foi a primeira visão que eu tive. Depois eu comecei a perceber que existiam setores dentro do Movimento: de saúde, setor de educação, setor de frente de massa setor de comunicação. E de repente, eu comecei a atuar num pouco em cada coisa, que isso faz parte da própria militância do MST. Você vai se envolvendo e vai vendo que está fazendo parte de um processo, que é muito maior, do que está especificamente lutando pela terra, e você percebe que está encampando uma luta bem maior, uma luta por uma sociedade diferente. Foi um aprendizado muito grande rico. Está dentro desse processo, é ir vendo as mudanças que vão acontecendo com a gente. Como vamos nos apaixonando pelo o MST, pela bandeira, pelos símbolos, pela proposta de organização. É um relacionamento de amor, que o Movimento cria isso na gente. Tão forte, que as dificuldades quando aparecem, a gente vai enfrentando e consegue superar, porque pensamos nesse projeto maior. Quando comecei a participar dos encontros nacionais do Movimento, ao encontrar as pessoas que eu nunca tinha nem visto na vida, mas que já me tratavam como companheira, parecia que já nos conhecíamos há muito tempo. Foi aí que percebi que estava participando também de uma grande família, que têm muitas dificuldades, mas que existe um objetivo muito grande que une todo mundo. Durante o encontro, eu senti uma emoção muito forte, foi quando, de repente, a bandeira do MST desceu sobre a cabeça da gente. Sentimos ali que era uma corrente muito forte. A bandeira do Movimento representava essa corrente, essa irmandade, que une quem milita, quem luta. É assim, ser do MST (Celinha–Militante e educadora do MST/PB, 1999).

Celinha deixa transparecer, na sua fala emocionada, que atuar no MST, faz as pessoas irem encontrando sentido para lutar, mesmo diante de tantas exclusões. Construir esse projeto de transformação da sociedade representa, acima de tudo, encontrar um sentido para a vida. Imbuídos desta sede de luta e desta certeza de mudança, os militantes acreditam na organização, respeitam os símbolos, encantam-se.

Ao presenciar um curso ou encontro do MST, vê-los cantar o hino com o punho erguido, para alguns, pode parecer fanatismo, mas para quem vive a luta funciona como o momento de recompor as energias. Assim, as músicas, os gestos, a mística, esse sentido de coletividade, vão trazendo outras pessoas para dentro do MST. E nisso é que está o sentido educativo do Movimento, o qual fez, no momento da pesquisa de campo, sentirmo-nos também MST e de ter conosco esse compromisso a cumprir.

Ser militante do MST, portanto, é ter domínio sobre qual deve ser a tarefa da organização, é também não se acostumar com a realidade fatídica, é ter o desejo de mudar e ser mudado. Significa, pois, acreditar na mudança: "... acostumar-se com uma realidade em movimento, onde a transformação de qualquer coisa é uma possibilidade real e, aos poucos, passa inclusive a ser culturalmente desejável" (op.cit, p. 131).

E isso os militantes Sem Terra vivem constantemente, pois, como disse Celinha anteriormente, *atuar um pouco em cada coisa* faz com que um dia esse ou essa militante participe de uma ocupação hoje e no outro dia, esteja numa assembléia de assentados, ou caminhe quilômetros numa marcha, faça parte de uma mesa-redonda sobre a reforma agrária, estude, participe dos cursos de formação, fique com sua família; enfim, a vida do militante do MST tem a característica de estar sempre em movimento.

Mas é, também, um processo em que o militante aprende com as tarefas e atividades que desenvolve, ou seja, aprende com as negociações, com as marchas, com os cursos de formação, enfim, com o processo de formação militante que, necessariamente, não está vinculado a um processo de escolarização. Aprende-se, também, com os processos históricos, com o trabalho na comunidade e, como eles mesmos dizem, aprende-se com os próprios companheiros e companheiras:

Meu primeiro curso foi sobre: como ocupar área de terra. Por exemplo: pra se ocupar uma terra hoje, temos que reunir, organizar os trabalhadores, adquirir financiamento para levar o trabalhador até as áreas e pressionarmos o governo do Estado e o INCRA para que essa terra seja desapropriada (Zé Carlos – Educador/assentado, Teixeira/Itaboraí/PB).

Nos cursos também estudamos assim: você que é coordenador, que representa qualquer grupo de família, faça jeito de não errar. Nesses cursos, falava-se dos vícios, ensina-se as normas, que não deve se envolver com droga, não estar bebendo cachaça, não estar puxando briga. Isso mostra como você é uma pessoa importante pro Movimento (Neguinho – Assentado, Teixeira/ Litoral/PB).

O nosso trabalho no Movimento é na base da ocupação, ocupar os latifúndios que são improdutivos, buscando terra para o pessoal trabalhar. Quando fui pro Movimento, eu morava em Tacima, ocupamos área do governador, Zé Maranhão mas fomos despejados. Seguimos na marcha pro Sertão. Em agosto, fomos acompanhando, e conhecendo mais o Movimento. Nesta marcha, mais pessoas foram se juntando. Quando voltamos, depois do dia 7 de setembro, teve a reocupação da área, com o pessoal que vivia permanente, o pessoal de Araruna, de Tacima e das regiões circunvizinhas. Reocupamos a área à noite, e quando foi de manhã, a polícia veio com o advogado pra negociar. Os meninos falavam que não saía da terra. Nesse tempo, eu não conhecia a realidade, como era o trabalho. Eu pensava que eles mandavam a gente sair da terra e era pra sair. Fernandinho que estava conosco, falava: - Não vamos sair, não! A gente só sai se negociarem conosco. A advogada veio com a liminar de despejo, da vara agrária, e disse: - Vocês vão ser todos presos. - Vocês com tanto jovem! Fernandinho dizia: - Eu sei o que estou fazendo, os trabalhadores estão precisando de terra pra trabalhar (Josália – Assentada, Oziel Pereira/Brejo/PB).

Esta marca, de pertencer a uma organização coletiva, de aprender com a luta, de tentar vivenciar na prática o que aprendeu na teoria fica fortemente demonstrada nestas narrativas, pois à medida que se enfrenta uma situação com a qual se deparou Josália, que vinha participando de uma marcha e presenciou a cena da advogada, faz com que se envolva mais com o Movimento, com muito mais desejo de construir esse projeto maior, de transformar a sociedade. Deparar-se com essa situação também a ajudou a analisar que ali se estabelecia uma luta de classes, na qual as contradições estavam presentes na ameaça da advogada. E esta também deve ser outra herança deixada pelo movimento, pois ele aposta na pedagogia da prática, na pedagogia do exemplo; aposta na aplicação dos seus prin-

cípios e investe na luta de massas e nas mobilizações como formas, também, possíveis de organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, o MST pega de empréstimo com a história formas de luta desde o início da luta pela terra, como é o caso das marchas, dá ressignificação ao encaminhamento da luta e a traduz num potencial pedagógico e mobilizador nos processos de enfrentamento.

É por isso que, durante o percurso da marcha, o MST segue não só organizando as pessoas e sensibilizando-as para a luta e para a causa da reforma agrária, mas, principalmente, segue esclarecendo-as da sua condição de classe, dos problemas sociais e dos motivos a que eles estão associados e de como juntos podem buscar a saída. Foi assim com a Marcha pelo Brasil, da qual Josália participou.

Mas para ser militante do MST, para vencer o poder dos latifundiários, o entusiasmo, a força e o compromisso não bastam. Por isso, para coordenar grupos e setores do Movimento, um dos princípios fundamentais da organização é o *estudo*. E, conforme diz Stédile e Fernandes: “... Não basta a luta ser justa. Se não estudares, consequentemente nem tu e nem a organização irão longe. O estudo nos ajuda a combater o voluntarismo ...” (1999, p. 42).

Valorizando este princípio, o Movimento criou o setor de Formação, o qual se responsabiliza pela qualificação da luta, através da abordagem de uma diversidade de temas. Hoje, conta com vários cadernos de formação e com a Escola de Formação Florestan Fernandes.

No entanto, a vivência prática do que se aprende está na tarefa de ajudar na preparação e na formação do povo trabalhador. E, nesta caminhada, aprender a exercer sua atividade coletivamente, fazendo com que outros cresçam, também é parte de um dos princípios do MST, o da direção coletiva. O grande aprendizado dessa tarefa significa estar em contato permanente com a base, é ouvir, consultar, abastecer-se de aprendizados com o povo. E isto significa dizer que ninguém sabe fazer tudo, que se aprende com o outro. Na fala abaixo, temos um resumo de como são vividos, na prática, alguns dos princípios da organização:

Nós nunca vamos conseguir resultados concretos com a reforma agrária e com o Movimento Sem Terra, se nós não conseguirmos mudar a consciência das pessoas. Essa é a nossa principal tarefa enquanto movimento social que luta pela reforma agrária. Entendendo que a reforma agrária nunca vai acontecer no Brasil, se não houver mudança na estrutura política e econômica desse país. Pois, reforma agrária, de fato, é a distribuição das terras a todos, dos meios de produção, distribuição de créditos, enfim, desenvolver o meio rural do Brasil. E quem vai proporcionar essas mudanças, no nosso entendimento, são as pessoas, é a luta de massa. Isso só vai acontecer quando os trabalhadores, que são as peças fundamentais, tomarem consciência da importância que eles têm nessa transformação. E a aplicação do princípio da luta se dá em todas as mobilizações, e também nas ocupações. Ferramentas para as pessoas despertarem que existe uma luta de uma classe. E por incrível que pareça, à medida que a luta vai ficando mais acirrada, o pessoal vai ficando com mais vontade de vir. Tipo no trancamento da BR, quando a polícia tentou desmobilizar. Explicávamos: - Está vendo? A polícia é contra nós, o governo manda e a polícia defende os interesses das elites. Assim, as mobilizações, as marchas, as ocupações, os trancamentos de BR, isso de fato é a principal escola dos trabalhadores na formação de base. É onde formamos militantes. Já o trabalho de base consiste em organizar, mapear os pobres da cidade, dos sítios e fazer as reuniões para discutir a terra, pra fazer uma ocupação, depois fazermos o trabalho de conscientização. É um trabalho rápido que dura em torno de um mês, um mês e quinze dias. Quanto às direções coletivas, não temos chefe, presidente. E para organizarmos os assentamentos é uma dificuldade: primeiro, é a legislação, ela tende a levar para o presidencialismo (pra ter presidente, tesoureiro, os chefes que mandam nas comunidades) É uma questão cultural, esse é um grande empecilho. Tem que ter uma mudança muito grande na cultura e no comportamento, mas a gente vai tentando, nos trabalhos das associações, esquecer essa idéia de presidente. Outro princípio importante é o trabalho coletivo, é ensinar pros companheiros que, após a conquista da terra, não devemos esquecer a luta. E por isso devemos estar com os companheiros nos assentamentos, lutando e trabalhando juntos (Edvaldo – Dirigente Estadual/MST/PB, 1999).

O processo de mudança pela via da conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras é mais um traço característico do MST, cujo aprendizado e herança dos ensinamentos de Paulo Freire estão demonstrados na fala de Edvaldo. Isto é o

que faz com que se tenha esse compromisso histórico, que se assuma essa posição utópica, essa apreensão da realidade com um olhar crítico, com compromisso e, acima de tudo, com a certeza da vitória.

Deste modo, no seu processo de formação, o MST combina a prática social com sua teoria pedagógica, em que a força de suas lutas, de seus gestos, de sua linguagem, dos ensinamentos da sua proposta, contribui para a construção de novos valores, de uma nova cultura política, cujo peso da pedagogia da prática e do exemplo faz dessa organização um grande sujeito educativo.



ATO XII - A MÍSTICA: EXERCÍCIO DA UTOPIA

A MÍSTICA TEM QUE SER IMPLANTADA EM TODO SETOR DO MOVIMENTO,
POIS A MÍSTICA DÁ MAIS GARRA AO LUTADOR.
SE A GENTE NÃO PREGA A MÍSTICA, PASSA A ESQUECER DA LUTA,
DE TODA UMA HISTÓRIA QUE VIVEMOS.

E A HISTÓRIA DA LUTA TEM QUE SER RESGATADA DURANTE TODA UMA VIDA.
A MÍSTICA É O PONTO FUNDAMENTAL QUE NOS AJUDA EM TODOS OS SENTIDOS,
TANTO NA EDUCAÇÃO COMO EM QUALQUER SETOR DO MOVIMENTO.
(ZÉ CARLOS: EDUCADOR EJA—TEIXEIRINHA).

Escutar Zé Carlos falar sobre a mística é sentir a própria emoção expressa em seu rosto. É percebermos como ela mexe com as pessoas. Assim, a mística, companheira inseparável de qualquer ação ou membro do MST, torna-se parte fundamental na sua prática formativa. E, como disse o educador, a mística é o elemento que dá garra ao lutador. É como disse Peloso (1998, p. 9), a mística funciona como o tempero da luta, a alma das esquerdas no combate às injustiças e o elemento fortalecedor dos nossos sonhos, o símbolo de utopia que nos alimenta permanentemente.

Pelo que presenciamos em separado os atos do MST, a mística torna-se um instrumento metodológico que facilita a participação da militância e que os motiva e os dá unidade na luta. Após ter participado de várias místicas, temos que concordar com a afirmação acima, que só se pode traduzir o sentido da mística

após tê-la vivido e sentido o seu valor. Pois, o próprio sentido da palavra, mistério, já denota a sua infinitude. Por isso, para o MST, ela quer dizer: “*um sentimento muito forte que une as pessoas em torno dos objetivos comuns (...) e o arrepio na alma...*” (CALDART, 2000, p.134). No entanto, a sua presença se materializa desde o embelezamento de uma mesa, de uma ambientação que combina fotos, faixas, músicas, palavras de ordem, encenações, arte, poesia etc, trazendo sempre presente as lutas e os lutadores que contribuíram ao longo da história por uma sociedade melhor.

Trazê-la para o campo da prática cotidiana do camponês sem terra significa interpretar seus valores e utilizar suas ferramentas de trabalho para falar da luta e da perspectiva de vitória. Vejamos o que diz a educadora Geane:

As místicas, eu não sabia o que significava, mas achava muito bonito. Nos encontros, tinham místicas que tocavam mesmo, eu ficava querendo entender o porque delas. Nas místicas, mostra-se a luta do assentamento e o que aconteceu, com os gestos. Teve mística que marcou mesmo! (Geane – Educadora, Assentada, em Nova Vida/Litoral/PB).

Assim, nas místicas, são lembrados os sentimentos que contribuíram com a dor, a fome, o medo, a violência contra o sem terra, mas, por outro lado, apresenta-se com utopia a possibilidade de se chegar à solução dos problemas, através desta força que nos move em busca desta construção. (BOGO, 2000a, p. 71).

A mística, do ponto de vista da formação do Sem Terra, conforme os depoimentos mencionados acima e a opinião de Caldart (2000, p. 135), consiste no elemento mediador no campo da formação dos valores humanos: é o equilíbrio na luta que sustenta uma determinada concepção de humanidade, ou seja, é aquele alimento para manter firme o militante, o mais novo e o antigo. No cotidiano dos Sem Terra, a mística, que é o instrumento que articula a vivência dos princípios entre os militantes e a base, pode ser melhor entendida quando os Sem Terrinha visitam os presídios, quando fazem a doação de alimentos para entidades e pessoas que vivem em piores condições de vida etc.

Desta forma, a mística, passa a ser reafirmada como alimento, sendo vivenciada em cada atividade do Movimento, nos grupos de estudo antes das aulas, nos cursos de magistério, de formação, nos encontros, congressos, bem como nos encontros dos Sem Terrinha. Ou melhor, onde tiver Sem Terra, a mística vai estar presente. Funciona, assim, como a forma de acolhida, o convite a se sentir Movimento.

No sentido da história ou da memória do povo, o papel da mística, segundo Peloso (1998), é de valorizar as experiências de lutas anteriores, através de memórias de grandes lutadores e lutadoras que participaram de todas as formas de resistência popular (homens, mulheres, jovens, índios, negros, camponeses etc.).

Mas, a mística não se encerra aí. Ela encontra-se presente na revelação da linguagem cultural, expressa nas representações, nos símbolos, pelas palavras e ações, como: *MST, essa luta é pra valer*. Quem não reconheceria uma mobilização dos Sem Terra? O chapéu vermelho e as bandeiras são símbolos fortes na mística de um verdadeiro Sem Terra do MST.

ATO XIII - NA ESCOLA TAMBÉM SE APRENDE

NÃO É POSSÍVEL SER GENTE SEM, DESTA OU DAQUELA FORMA,
SE ACHAR ENTRANHO NUMA CERTA PRÁTICA EDUCATIVA.
É ENTRANHADO NÃO EM TERMOS PROVISÓRIOS,
MAS EM TERMOS DE VIDA INTEIRA.
O SER HUMANO JAMAIS PÁRA DE EDUCAR-SE.
NUMA CERTA PRÁTICA EDUCATIVA
NÃO NECESSARIAMENTE A DE ESCOLARIZAÇÃO
(PAULO FREIRE).

Aprender, com Freire, que educação também se faz na escola, que educar é um aprendizado que faz parte da vida inteira e que nos educamos inseridos

numa certa prática educativa representa a primeira condição para compreendermos o lugar ocupado pela educação no MST. Corresponde a dizer que a luta pela terra não é o único elemento possível de transformação do sujeito Sem Terra em cidadão, embora um dos mais importantes, mas para que esse projeto social aconteça, carece que se dê o rompimento de três cercas: a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca do saber, as quais historicamente facilitaram a dominação sob a grande maioria trabalhadora sem terra.

Ao voltarmos o olhar para o conjunto de práticas até aqui expostas, entenderemos que o processo educativo do MST se dá também na escola, pois, como vimos, aprende-se com a ocupação, com o acampamento, com a mística, enfim aprende-se em cada atividade e ação realizada, ou melhor, na própria vivência histórica dos Sem Terra e no seu processo de formação.

Nesta perspectiva, pensar a educação escolar no MST significa considerar como parte desse processo à inclusão de todas essas vivências, trazendo-as para o âmbito de sala de aula. Ou, como disse o educador Zé Carlos: *a importância da educação do MST dentro dos assentamentos é mais porque se estuda a realidade do campo, politiza os assentados, porque até o momento que eles não estudam, não sabem como se dá a história de luta na terra, no sentido mais geral*. Dessa forma, é que o MST não concebe a escola, apenas como o espaço para a produção de conhecimento, mas como espaço vital em que se dá o processo do estudo e da produção de saber. Porém, sem negá-la como um dos ambientes educativos, o Movimento tornou a escola o lugar capaz de produzir, nos sujeitos, uma intervenção mais crítica e consciente, bem como o lugar de possibilidades para a produção de novas competências técnicas, políticas e culturais, sintonizados com o projeto histórico do MST.

Se pudéssemos resumir em palavras o significado da escola para o MST, diríamos: “... É tão importante quanto o gesto de ocupar a terra (...). Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida” (TIERRA apud CALDART, 2000, p. 146).

No episódio seguinte, trataremos especificamente dessa questão, fazendo um apanhado de alguns fatos marcantes na história da educação do campo e mostraremos como o MST vem implementando essa empreitada na Paraíba.

QUINTO EPISÓDIO

ESCOLA EM MOVIMENTO

EDUCAR
É UM APRENDIZADO COLETIVO
DAS POSSIBILIDADES DA VIDA.
(PEDRO TIERRA)

Demonstradas as práticas político-educativas que compõem a pedagogia do MST, passamos agora a sistematizar algumas reflexões em torno da relação Escola e Movimento. Para tanto, buscaremos reconstruir um breve histórico da trajetória da educação escolar no e do MST, com um olhar mais voltado para o significado dessa pedagogia no cotidiano dos jovens e adultos. Nessa perspectiva, enfatizaremos como o MST na Paraíba vem lutando por escola, qual o lugar que ela ocupa na vida dos assentados e assentadas, como se ensina e o que se aprende, quais as mudanças, desafios e lições nesse processo em construção. Iremos aqui saber como o MST vem delegando à escola a participação no processo de formação dos Sem Terra. Embora saibamos que todo o cenário da trajetória da Educação do Campo no Brasil³⁴, tenham sido vivenciado em outros momentos históricos, já bem destacados por Paiva (1987), Leite (1999), entre outros, quando a sociedade civil organizada (através do mais diversos movimentos) lutou pela democratização da educação pública para a classe trabalhadora.

Queremos com isso explicitar as motivações que levaram o MST a *ocupar a escola*. E foi percebendo a importância da educação para a vida dos camponeses sem terra. É, justamente, nos anos de 1979 a 1984, que surgem as primeiras

³⁴ Para aprofundar a questão, ver: PAIVA, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987; CALAZANS, Maria Julieta Costa (et. al.). Educação no meio rural. In: *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993: p.15-40; e LEITE, Sérgio Celani. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

tentativas de educação escolar. A princípio, serviu para o atendimento das crianças acampadas, derivando-se daí a necessidade de criar o setor de educação. O MST definiu na sua proposta que a escola haveria de ser pública, gestada pelas comunidades e com espaços muito bem definidos para o estudo, o trabalho, as atividades de militância e a pesquisa. Vejamos um pouco dessa trajetória.



ATO XIV – A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA SEM TERRA ³⁵

A trajetória histórica da educação nos mostra que, quando o poder público investiu na educação do campo, foi para tentar respaldar alguma necessidade do modo de produção capitalista agrário, quase sempre através de campanhas e projetos com forte conotação compensatória e assistencialista, cujo objetivo era atender às carências do pobre e do ignorante camponês. Sem falar que a imagem que se vinculou à educação do campo conforme interpreta Arroyo (1999, p. 20) foi aquela de que, para mexer com a enxada, não se necessitava de muitas letras, era suficiente a escolinha das primeiras letras, ou mesmo aquela em que a professora quase não sabendo ler, ensina o outro a quase não saber ler. O resultado dessa visão equivocada da escola é o motivo que exclui um contingente de trabalhadores e trabalhadoras sem esse direito básico de cidadania.

Na tentativa de romper com essa lógica, o MST vem demonstrando que, dentre as tarefas de um movimento social que luta por terra, preocupar-se com a escolarização de seus participantes torna-se uma questão de direito elementar. Porém o Movimento entendeu que a educação compreende um dos processos formadores, e incorpora outros elementos como: o trabalho, a família, a escola e o próprio movimento. E acrescentando: *escola é mais que escola*. Sendo assim, deve vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social. É exatamente o que pretendemos descrever a partir deste ato, onde além de situarmos um breve histó-

³⁵ O aprofundamento sobre a trajetória histórica da Educação do MST, ver: CALDART, Roseli. *Educação em Movimento: formação de educadores e educadora no MST*, Vozes, 1997 e *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola*, Vozes, 2000.

rico da educação no e do MST, também apresentaremos uma síntese das dimensões fundamentais da pedagogia Sem Terra.

Entretanto, para compreendermos a importância da educação no MST é preciso, antes mesmo, enxergarmos que o processo de formação dos Sem Terra e o processo de construção de sua própria identidade convidam-nos a um retorno ao quarto episódio, no qual situamos algumas das práticas político-educativas do MST. No decorrer deste episódio, vimos que o MST é o próprio sujeito educativo. E considerá-lo como esse grande educador assemelha-se a dizer que o Movimento segue educando nas várias vivências e práticas nele constituídas, ou, como disse Caldart: “os sem terra se educam como Sem Terra (...) sendo do MST, o que quer dizer, construindo o Movimento que produz e reproduz sua própria identidade ou conformação humana e histórica” (2000, p. 205). Encontra-se, portanto, a principal justificativa de que a formação dos Sem Terra não se restringe apenas à escola, mas ela acontece, como já dissemos, em outras práticas sociais: na família, no acampamento, na associação, na cooperativa, na marcha, no encontro, ou seja, em cada lugar e momento em que se faz a história da luta pela terra.

Essa dimensão educativa do Movimento, além de proporcionar-lhe o seu reconhecimento, é o que tem colocado como interlocutor das questões de educação e, mais precisamente, da educação do campo. Pois, como já dissemos, o retrato da história da educação do campo nos mostrou que esta, quando foi lembrada, esteve associada aos ditames da burguesia capitalista industrial, aliada aos interesses da burguesia agrária, que, intencionalmente, manteve o povo na ignorância, como forma eficiente de exercer o domínio e a opressão sobre as populações sem terra. De outro modo, apresentaremos agora o caminho da construção do setor de educação no MST.



Cena 14.1. A origem de tudo

O processo de construção do setor de educação no MST e de sua pedagogia atravessou várias fases, conforme menciona Caldart (1997–2000):

- A primeira fase, que vai de 1979 a 1984, compreendeu o período da fundação do MST. Foi o momento em que se acentuava a preocupação com a escolarização das crianças acampadas (o que fazer com elas?) e, depois, com a garantia desse direito às crianças assentadas. Esse foi o primeiro passo e a marca decisória para que as famílias e as educadoras começassem a se mobilizar e tomar consciência da importância da escola na vida do Sem Terra. Ocupar a escola, sobretudo nos assentamentos, significou “... organizá-la por conta própria, começar o trabalho e os registros formais (...) e então iniciar as negociações com os órgãos públicos para sua legalização” (CALDART, 2000, p. 155).
- A segunda fase se deu a partir da realização do 1º Congresso Nacional, em 1985, seguindo até 1989, quando se iniciou a articulação dos coletivos de Educação. O desdobramento deste momento ficou marcado com a realização do Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos, em Espírito Santo, 1987. Momento em que se deu a consolidação dos coletivos de educação nos Estados (pessoas da comunidade acampada e assentada), cujo objetivo era “... garantir com mais eficiência a mobilização pelo direito à escola (...) de trocar experiências em relação a como desenvolver a tal escola diferente” (op. cit., p. 156). É quando o Movimento toma para si essa tarefa e direciona sua atenção para a educação das crianças e dos jovens. O começo dessa luta foi marcado pela prática reivindicatória, através de audiências com prefeitos e da ocupação da escola pública, para garantir o direito do ensino da 1ª à 4ª séries.
- A terceira fase, que vai de 1989 a 1994, constituiu o momento de elaboração da proposta pedagógica³⁶ do Movimento, vinculada a programas de formação de educadores e educadoras. Esse processo, que vem se construindo desde 1987, é fruto do debate nos acampamentos e assentamentos, nos coletivos de educação e nos encontros nacionais, o qual teve como eixo de reflexão a escola que se queria para os assentamentos e a decisão de como construí-la. O foco desse debate trouxe preocupações relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, às questões metodológicas e às frentes de atuação deste setor.

Como forma de se avançar no debate, foram elaborados, pelo Coletivo de Educação, vários Cadernos, abordando questões específicas da educação em seus diversos níveis. Dentre eles: *O*

³⁶ Para uma descrição mais detalhada, consultar: *Caderno de Educação nº 08/09*, São Paulo: MST, jan/nov 1999.

que queremos com as escolas dos assentamentos?; Alfabetização de Jovens e Adultos; Escola Itinerante em Acampamentos do MST; Princípios da Educação do MST etc.

Uma preocupação decorrente desta foi com a formação e a titulação dos educadores e educadoras, o que deu início, em 1990, no Rio Grande do Sul, à primeira turma do Curso de Magistério, como sendo o espaço privilegiado de experimentação das concepções e práticas pedagógicas do MST. É também nesse momento que se dá o trabalho mais sistemático com a educação de jovens e adultos, haja vista que a problemática do analfabetismo nas áreas de assentamento inviabilizava o desempenho de questões básicas, como por exemplo, a estruturação da Associação. Também nos anos 90, a preocupação veio também com o setor de educação infantil, que passou a fazer parte das ações do MST, abrangendo o atendimento das crianças de 0 a 6 anos, quando foram criadas as creches que atualmente é mais conhecida como *ciranda infantil*.

- A quarta fase dessa trajetória teve como marco o III Congresso Nacional (1995), com o tema: *Reforma Agrária, uma luta de todos!* O Congresso trouxe a necessidade de se pensar a educação como um elemento intrínseco ao processo de Reforma Agrária. Esse desejo, segundo Caldart (2000), despertou no Movimento a busca por aliados para consolidar essa luta. Significou um momento de propor mais organicidade, de projetar novas formas de relação do MST com a sociedade. Nesse sentido, os Encontros Nacionais constituíram-se no palco de reflexões potenciais, o elo fortalecedor na luta por políticas públicas e o instrumento importante no processo de formação e de troca de experiências dos educadores e educadoras do campo.

O I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA, realizado em Brasília (1997) e que se desdobrou na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, ocorrido em Luziânia – GO (1998), projetou juntamente com este, algumas transformações importantes no setor de educação do campo. O Encontro teve a participação de 700 educadores e educadoras de escolas de acampamentos e assentamentos que trabalhavam com alfabetização de jovens e adultos, e culminou com o lançamento de um Manifesto dos Sem Terra ao Povo Brasileiro³⁷. Esse encontro colocou em pauta a educação do campo e promoveu o surgimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, implantado pelo INCRA em 1998 em parceria com diversas universidades, cujo objetivo foi estimular, propor e desenvolver a educação nos assentamentos de reforma agrária.

³⁷ O texto deste Manifesto encontra-se nos anexos de CALDART (2000).

Na mesma lógica de intenções e no desejo de ampliar o debate sobre a educação básica do campo, a intenção da Conferência³⁸, que reuniu cerca de 1.000 participantes de várias entidades e instituições, foi objetivo discutir a consecução de políticas públicas para o desenvolvimento do campo e conseqüentemente a educação básica adequada a este setor. Como resultado construiu-se uma Proposta de Educação Básica do Campo vinculada ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil.

O desdobramento de tais eventos fortaleceu as parcerias formalizadas em 1996 e impulsionou a educação de jovens e adultos, dando origem aos convênios, em parceria com as universidades públicas, os quais permitiram iniciar um trabalho de alfabetização em quase todos os Estados e paralelamente assumir a formação dos educadores e educadoras em nível de 1º e 2º graus. No conjunto de parcerias, surge a preocupação com o ensino médio e profissionalizante, sendo criado o Instituto Técnico de Capacitação de Reforma Agrária – ITERRA (RS), em 1996, a Escola Josué de Castro, destinada a Cursos Supletivos de 1º e 2º graus, o Curso Técnico em Administração e Cooperativas – TAC (2º grau) e o Curso do Magistério. O ITERRA, segundo Caldart, tem por objetivo, “desenvolver atividades escolares de formação (escolares e não) e de pesquisas voltadas às demandas de suas associadas, pondo ênfase nos processos de formação organizativa e técnica, mas sem descuidar das dimensões da formação /educação da pessoa humana” (1997, p. 95).

No que se refere à formação dos educadores e educadoras, as parcerias estabelecidas com as universidades garantiram a formação nos Cursos de Magistério e de Pedagogia. Assim, em 1995, estabeleceu-se a parceria com a Universidade Federal de Espírito Santo; em 1998, com a Universidade Federal da Paraíba (Curso de Magistério Norte-Nordeste) e, em 1999, com a Universidade Estadual de Mato Grosso. Em nível de 3º grau foi criado em 1998, o Curso Pedagogia da Terra, em parceria com a Universidade de Ijuí. Essas experiências buscaram possibilitar a

³⁸ A Conferência realizada em parceria: MST, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e Universidade de Brasília-UNB. Sua memória registrada está em: KOLLING, Edgar J. (et. al.). *Por uma Educação do Campo*, Brasília: UNB, 1999.

formação do ensino médio e superior e, ao mesmo tempo, buscaram expandir as possibilidades e as condições para que os Sem Terra tivessem acesso à escola e para uma atuação mais qualificada nas áreas de assentamento e acampamento.

Para fomentar a formação sociopolítica, está sendo criada a Escola de Formação Florestan Fernandes, em Guarapanema (SP), onde serão desenvolvidos cursos voltados para a luta pela terra, discussão sobre produção, organicidade do MST, formação de militantes para atuarem nos setores (MST, 1998a, p. 15).

No entanto, uma experiência pioneira no Rio Grande do Sul, que vem se destacando, é a Escola Itinerante. Essa escola funciona nos acampamentos desde 1996, cujo propósito fundamental é o atendimento escolar às crianças (1ª a 5ª) do Ensino Fundamental.

Todos esses momentos estiveram permeados por um entrelaçamento de significados, sentidos e lições pedagógicas, que foram se evoluindo e se transformando no movimento da história Sem Terra.

Cena 14.2. Dimensões Educativas da Pedagogia Sem Terra

A existência de diversas produções sobre os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST³⁹, diz-nos que não é necessário detalharmos aqui esse conteúdo. Por isso, faremos uma rápida apresentação das dimensões educativas da pedagogia Sem Terra; em seguida, mencionaremos os significados que marcaram a decisão do MST de lutar por escola.

Dizer que o MST tem uma pedagogia significa estarmos atentos ao jeito pelo qual o Movimento vem historicamente formando o sujeito social de nome Sem Terra. Sendo assim, olhar para essa pedagogia é estarmos interpretando os processos de formação humana desses sujeitos, vistos sob a ótica de uma prática pedagógica em constante movimento, que pode ser extraída a partir de cada vivência Sem Terra, entre elas, a da escola. Dentre os vários sentidos que compõem a pedagogia Sem Terra, Caldart (2000, p. 204-254) destaca os seguintes: a pedagogia

³⁹ Consultar especialmente os Cadernos de educação do MST, nº 08/09, de jan. 1999/nov. 1999.

da luta social; a pedagogia da organização coletiva; a pedagogia da terra; a pedagogia da cultura e a pedagogia da história.

1. *Pedagogia da luta social*. Representa a própria dinâmica do MST no processo de formação humana, ou, como disse Caldart (op. cit. p. 209): a luta é um estado permanente e uma das estratégias mais contundentes que permeiam o Movimento, ou melhor, tudo se conquista pela luta, e a luta educa as pessoas que dela participam. Sendo assim, as lutas sociais consistem em uma das matrizes pedagógicas que marcam a história dos sujeitos de bonés vermelhos e de bandeira na mão, que gritam palavras de ordem, que pressionam o governo, que lutam por terra, por educação, por saúde, por respeito, dignidade, enfim, as lutas são parâmetros para se produzir novos valores (familiares, éticos, profissionais, sociais etc.), cuja perspectiva mais urgente é a transformação da sociedade. Essa transformação é no sentido de analisar cada situação, para aprender a agir e propor novas alternativas. Nessa perspectiva, o aprendizado mais significativo é o da *contestação social* no qual cada enfrentamento, cada derrota e cada conquista representam uma nova luta a fazer e um novo projeto a realizar.
2. *Pedagogia da organização coletiva*. Nasce dos processos coletivos, ou melhor, “o MST se enraíza enraizando os sem-terra em uma coletividade que eles constroem através da sua luta e organização” (op. cit. p. 216). Como vimos no episódio anterior, esse processo de organização coletiva vai sendo produzido na ocupação, na formação do assentamento, no processo de cooperação etc. São nessas vivências que a organização vai se fortalecendo e os sem-terra vão se educando e vencendo a cultura individualista, passando a assumir uma nova postura de valorização dos processos coletivos. Nesse processo, alguns elementos se fazem de fundamental importância, dentre eles está a disciplina (tudo é combinado, discutido, avaliado, dividido), a unidade na ação (a exemplo, o calendário de lutas que segue a mesma linha para todos os Estados), a mística (o alimento de esperança, a força secreta que motiva os sonhos e certezas do lutador), bem como a participação da família no conjunto de ações do Movimento. Porém, o elemento mais representativo dessa pedagogia está na organização dos coletivos (de educação, de gênero, de comu-

- nicação etc.), que servem como meio para produzir, de modo mais sistemático, a formação dos sem-terra.
3. *Pedagogia da terra*. Ela nasce da relação própria do trabalhador e trabalhadora com a terra. Corresponde a um dos ingredientes educativos de maior valor, uma vez que o seu ato educativo está no reencontro dos sem-terra com a terra de onde foram expulsos. Assim, conforme Caldart (op. cit, p. 222-223), o ato de plantar e cultivar a terra, de produzir e colher o alimento ensina um jeito muito próprio de que as coisas não nascem prontas, elas precisam ser plantadas e cultivadas. Essa também é a maneira de dizer que o mundo está para ser construído e para ser transformado. O aprendizado mais significativo do lutar pela terra está em lutar com garra, esperar com paciência, mas agir com persistência. Desse modo, a terra conquistada é o lugar de trabalho, o lugar de produzir, de morar, de viver e, porque não dizer, de morrer. Mas, acima de tudo, é o lugar de transformar-se, transformando.
 4. *Pedagogia da cultura*. Ela nasce do (no) modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento. Corresponde assim ao jeito de viver dos Sem Terra, tendo uma forte dimensão na pedagogia dos gestos, do símbolo, do exemplo, os quais podem ser visualizados em qualquer ação do MST: nas marchas, nos encontros, nas músicas, nas escolas etc. Isso é tão intenso, que se virmos uma bandeira pendurada num assentamento ou acampamento, já identificamos que ali está o Movimento Sem Terra. Sendo assim, a dimensão educativa que se percebe nesse ato, equivale a dizer que ali existe um Movimento que resiste e que busca democratizar a terra e os meios de produção. Entretanto, a marca principal da cultura Sem Terra é a própria luta e o jeito de fazê-la.
 5. *Pedagogia da história*. Essa pedagogia brota da memória coletiva e da compreensão do sentido da história e da percepção de fazer parte dela. É dessa maneira que reconstruir a história dos Sem Terra na Paraíba é fazer esse movimento de olhar para o passado e visualizar o presente, possibilitando que esses sujeitos se sintam parte da história. Produzir essa história é entranhar na própria formação humana, é conhecer as vivências mais acentuadas em sua memória. Nesse sentido, a dimensão educativa que melhor simboliza a

memória histórica dos Sem Terra é a mística, ou seja, é trazer para o presente um companheiro envolvido em alguma luta, é retratar o processo de ocupação de uma terra, ou como disse Caldart, “é educar-se para sentir (mais do que para saber) o passado como seu, e, portanto, como uma referência necessária às escolhas que tiver de fazer em sua vida, em sua luta” (op. cit. p. 236).

ATO XV – O FAZER ESCOLAR NA PARAÍBA

Nesse fazer, o que representa a escola nisso tudo? É importante observar que, quando não colocamos a escola em destaque neste trabalho, não foi para diminuir o seu valor político-pedagógico, significou, apenas, estar olhando-a a partir de outro ponto de vista, a escola dentro da pedagogia de um movimento social. Isso implica dizer que a pedagogia do Movimento não cabe na escola, mas a escola cabe na pedagogia do Movimento. Sendo assim, buscaremos perceber: que importância tem a escola para a vida dos Sem Terra; o que ela deveria ser; como o MST foi ocupando a escola na Paraíba; que papel educativo tem o Movimento; que função tem desempenhado a escola na vida dos Sem Terra; o que se ensina e aprende; quais os desafios e as lições produzidas; que questões pedagógicas os educadores e educadoras estariam propondo.

Cena 15.1. A escola em movimento

Ao percorrer esse caminho, a própria pedagogia foi nos envolvendo, e fomos aprendendo a lidar com ela. Certamente, tiramos muitas lições desse processo. Entretanto, dar conta dessa tarefa ficará apenas como um grande desafio, pois seria desnecessário falar da complexidade de apreender, na sua totalidade, uma pedagogia tão ampla. Porém, o que nos parece possível é traçar aqui algumas reflexões preliminares sobre como fomos compreendendo essa relação escola - Movimento.

Nesse processo de construção da pedagogia escolar, o MST, ao longo da história, foi ampliando o sentido da escola. A escola no MST só pode ser entendida no entrelaçamento com outras ações que compõem a pedagogia Sem Terra, nos espaços de vivência ou no conjunto de formação humana. E, quando esta escola passa a estar vinculada a um movimento social que luta por terra, implica dizer que, como parte estratégica da luta por reforma agrária, o MST incluiu outras questões básicas de cidadania, dentre elas, a escola.

Entretanto, a escola como se encontra não serve para incorporar a pedagogia do Movimento. Logo, ela há de ser transformada, devendo ser pública, democrática e com a participação da comunidade na gestão e na orientação de sua pedagogia. Desse modo, deve ser uma escola que humanize quem dela faz parte, que cultive nos educandos e educandas a sensibilidade e os valores humanos. Para entender melhor o sentido dessa trajetória de luta, alguns fatores e circunstâncias foram se apresentando e impulsionando a necessidade de escola no MST.

A mobilização por escola no MST, segundo Caldart (2000, p. 147-198), surge a partir de alguns significados essenciais. O primeiro deles, que coincide com a realidade da educação brasileira, diz respeito ao lugar que ocupa a educação do campo nas análises dos institutos de pesquisa que apontam que a grande maioria dos sem-terra estão fora do processo escolar. O censo da reforma agrária de 1997 demonstra que 29,52% dos jovens e adultos das áreas de assentamento são analfabetos. A Paraíba ocupa o 5º lugar nessa categoria, com 40,40% desses assentados alfabetizados (lêem alguma coisa), e 18,58% com alfabetização incompleta. Isso, se associado a outras necessidades básicas (saúde, transporte, condições sanitárias etc.), justifica o porquê do MST tomar para si a necessidade de lutar por educação escolar.

Um segundo elemento, decorrente do anterior, refere-se à mobilização das famílias sem-terra em torno da demanda pela escola e pelo atendimento pedagógico às crianças. Segundo Caldart (op. cit, p. 148-150), no início, a proposta de escolarização funcionou como uma espécie de entretenimento (brincadeiras, desenhos, encenações, cantos, tardes culturais,) e foi evoluindo e envolvendo não mais apenas as crianças, mas os jovens e os adultos. Esses momentos, além de servirem como descontração das tensões da luta, constituíam-se no momento

místico em que a história de luta ia sendo contada. Esses talvez tenham sido os primeiros momentos da construção da escola e o ponto forte para que as famílias passassem a mobilizar em torno da necessidade de se ter escola nos acampamentos e assentamentos.

E, quando o MST fez o gesto de lutar por escola, ele estava, antes de tudo, produzindo nos seus participantes a *consciência de sujeitos de direitos* e com a necessidade de aprender. É bom que se diga que esse processo vem desde a gestação do Movimento, quando esses sujeitos buscam lutar pela conquista da escolarização básica, não somente para o MST, e sim para toda classe trabalhadora do campo⁴⁰. O resultado desse debate nos encontros e caminhadas favoreceu a necessidade de articular o setor de educação.

Nessa trajetória, a grande tarefa foi construir uma proposta de educação que desse conta dos processos da formação humana, ou melhor, uma proposta para a “...transformação dos ‘desgarrados da terra’, (...) dos cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história” (MST, 1999c, p. 5). Tal fundamento transformou-se na motivação para que os educadores e educadoras criassem os coletivos nacionais de educação.

Dessa articulação é que nasceu o segundo significado da pedagogia Sem Terra: *lutar pela conquista da escola e por uma proposta pedagógica que desse conta de atender os anseios e desejos da classe trabalhadora*. Este é o exato momento em que o Movimento toma para si essa tarefa, assumindo-a como um direito dos trabalhadores e trabalhadoras. O que não quer dizer que o Movimento lute somente pela garantia de acesso à escolarização. A tarefa do Movimento foi a de lutar pela consolidação de uma escola com a cara dos sem-terra, com o seu jeito e, principalmente, com o desejo de ser um espaço de construção da identidade Sem Terra. Esse desejo foi o que fortaleceu a luta, ao ponto de se pensar que nada é impossível de conquistar. Vejamos o que diz o sr. *João*, a respeito da luta por escola no assentamento 1º de Março:

⁴⁰ Um marco dessa articulação foi o *Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos*, realizado em julho de 1987.

Quando a gente ainda estava acampado, improvisou uma escola, uma palhoça, estudamos eu e um grande grupo. Agora pressionamos o prefeito e ele fez o colégio. A coisa foi difícil, porque o prefeito era contra o Movimento. E quando tomamos conhecimento, colocamos a situação: - Se você é o prefeito daí, aqui nós somos os trabalhadores sem-terra, nós somos pelo MST. Ele não atendeu à proposta. Daí fomos pra frente da Prefeitura e acampamos e botamos a bandeira na frente da Prefeitura e dissemos a ele: - Se você não assinar, vamos ocupar. Quando ele viu que a gente ia reclamar pelo nosso direito, não teve saída, veio conversar. O prefeito sentiu que o MST estava organizando as professoras pra atuar na região; ele fez o concurso. (João Inácio Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB).

Tomar o depoimento do sr. João como exemplo talvez seja a marca decisiva e o incentivo aos educadores e educadoras para que lutassem por escola naquele assentamento.

Situações dessa natureza certamente contribuíram para que o debate nos encontros nacionais fosse se processando sobre que tipo de escola se desejava para os sem-terra, como essa escola poderia ajudar no enraizamento dos educandos e das educandas, como poderia se construir um ambiente educativo capaz de cultivar os valores, a cultura e que prática educativa seria capaz de dar conta da formação das crianças, jovens e adultos, para que passassem a cuidar da terra conquistada, que tipo de escola poderia fortalecer a identidade Sem Terra, enfim, como a escola poderia educar para o trabalho e para as diversas possibilidades da vida.

Norteados por essas questões, é que os educadores e educadoras chegam à conclusão de que a pedagogia do Movimento não cabe na escola, mas a escola cabe na sua pedagogia. E cabe exatamente quando se deixa envolver por ela, quando a escola, enquanto lugar de formação humana, incorpora outras vivências pedagógicas, considerando-as no processo de interação entre o desenvolvimento das atividades escolares x relação com o trabalho e a organização. As palavras de Edvaldo resumem qual a importância da escola para os sem-terra, assim como aponta o que a escola deveria ser e a quem ela deveria servir:

A escola é importante, porque ela tem que cumprir, principalmente, com o papel de ajudar as pessoas a criarem consciência da capacidade que temos, e esse é um de nossos principais princípios da educação. Por isso, a educação e a escola têm que ser voltada para a realidade das pessoas nos assentamentos, para realidade da classe trabalhadora, para realidade de nós oprimidos. Esta realidade não é simplesmente uma estrutura de uma escola construída no assentamento, porque até de lona ela pode ser feita. Mas é uma escola voltada para o processo de luta dos trabalhadores, que não é coisa recente. Assim, não podemos perder de vista que a educação seja uma ferramenta, que ajude os educandos a despertar uma consciência de classe, não apenas que somos sem-terra, mas que somos uma classe lutando contra outra classe. Assim, a escola não tem somente que ensinar a ler e a escrever, mas tem que ensinar a trabalhar na roça, a serem abertos a novas tecnologias, mas acima de tudo, que construa uma consciência de classe (Edvaldo – Dirigente Estadual/MST/PB, 1999).

Assim, vendo o depoimento de *sr. João* e de *Edvaldo*, vai ficando claro que educação e escola só serão possível de serem entendidas nesse movimento, como parte da formação humana, da conscientização dos sujeitos, como uma escola que humanize quem estiver inserido nela. Uma escola que prepare os Sem Terra para lutarem por condições de vida no campo; que acima de tudo, represente os anseios da classe trabalhadora; que seja pública e que tenha a participação da comunidade na gestão e orientação de sua pedagogia.

Vemos assim, que está pensando a escola no MST, não se pode resumi-la ao cumprimento de atividades de leitura e escrita, vai além disso, seu papel está em ajudar os Sem Terra na construção de sua identidade. A escola dessa maneira constitui-se no espaço de debate permanente, análise, celebração, de escolha, de pesquisa, enfim, de transformação e construção do seu projeto reforma agrária.

Para cumprir com esse papel, a proposta educativa do Movimento, se consolidou a partir de vários aprendizados e foi no encontro com Paulo Freire, Makarenko, Pistrak, Florestan Fernandes, José Martí, Che, dentre outros, que esses ensinamentos foram servindo de orientação e inspiração, para ir se aprimorando a prática educativa dos sujeitos Sem Terra.

Todavia, não poderíamos entender a importância da escola fora do Movimento. Estaria aqui o *terceiro* significado que poderia estar justificando-a: entender que a pedagogia do MST é o jeito pelo qual o Movimento vem historicamente formando o sujeito social de nome Sem Terra. A educadora Eliane:

Eu vejo que o Movimento se preocupa mais com a dimensão humana. Ele tem uma importância imensa na conscientização e na organização dos trabalhadores, porque antes, eles ficavam muito presos ao que a classe dominante impunha. Com o Movimento eles vão aprendendo a ter uma visão diferente, passam a lutar pelos seus direitos e começam a se organizar. (Educadora Eliane – Assentada, em Oziel Pereira/Brejo/PB).

Esse depoimento, nos leva a concordar com a educadora e com os Sem Terra: *o Movimento é a nossa grande escola*. Pensar o Movimento como esse sujeito pedagógico, segundo Caldart, significa, “retornar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere” (2000: 200).

Nesse sentido, a pedagogia do MST é uma prática viva, em movimento (basta que nos voltemos para o episódio anterior), é destas práticas que surgem as propostas que vão pensando a escola, cuja tarefa educativa do MST tem sido em ajudar as famílias a romperem com o processo de desumanização ou degradação humana a que foram submetidos. Assim, é que o Movimento vem criando permanentemente estratégias, para não só conquistar a escola, mas para transformá-la, re-conceituá-la e re-significá-la, de maneira que sua proposta de educação esteja em sintonia com os anseios dos sem-terra.

Nessa busca, o MST articulou o setor nacionalmente, construiu sua proposta pedagógica e, principalmente, buscou implementar a prática da gestão democrática na escola pública. O que quer dizer que a escola deve ser mantida pelo Estado, com a diferença básica da participação e orientação dos interesses da comunidade sem-terra.

Esse debate, que historicamente foi parte da vivência da escola urbana, chega no campo, como a possibilidade e o incentivo para que as comunidades

rurais participem da gestão e dos processos pedagógicos da escola. A inovação do MST, nesse processo de ocupação da escola pública se dá de várias maneiras: através da criação de coletivos (educadores(as) e educandos(as), pais e mães); de grupos de atividades (de estudo, de mística, de limpeza, de disciplina etc.) e de brigadas (um membro de cada grupo de atividade), cujo maior objetivo é criar nas pessoas a cultura da participação na escola, com autonomia e auto-organização. Isso equivale a dizer que a comunidade escolar deve organizar um tempo próprio para discutir, elaborar propostas, tomar decisões e avaliar os encaminhamentos do processo educativo como um todo.

Todavia, é importante ressaltar que a discussão sobre a gestão democrática da educação ainda esteja em andamento no MST da Paraíba, onde a luta para que isso se torne realidade permanece como um dos maiores interesses dos Sem Terra. Entretanto, vejamos como todo esse processo vem acontecendo na Paraíba.

Cena 15.2. Traços da História da Educação do MST na Paraíba: a articulação da educação de Jovens e Adultos-EJA

Construir o processo de escolarização na Paraíba, não foi uma tarefa fácil, segundo os dirigentes, educadores e educadoras, visto que a diversidade de entendimento do que seria o papel do Movimento, da instituição escolar parceira, e dos próprios sem-terra, foram uns dos primeiros desafios a ser enfrentado. O depoimento de Celinha nos diz que foi um caminhar com muitos desafios e barreiras, mas ao mesmo tempo, com muita aprendizagem e mudanças. Entretanto ela destaca que o processo de luta pela escola no MST da Paraíba que começa em 1996, teve seu primeiro caminhar na área de educação de jovens e adultos, realizado em parceria com a Universidade Federal da Paraíba. Isso tudo ocorreu em um novo momento de reestruturação do Movimento no Estado, quando ela juntamente outras companheiras representantes do MST de Pernambuco (Ana Cláudia e Rubineuza) e pessoas da universidade (Salette e Laura), começaram a organizar o setor de educação no Estado. Formaram assim, os primeiros encontros de jovens e adultos e com essa parceria também lutaram pela formação do magistério para os educadores e educadoras.

Para essa educadora, particularmente, foi uma tarefa que trouxe um aprendizado de vida muito interessante e que foi se firmando de modo pontual e, apesar, de sua pouca experiência na área e da precariedade de condições de trabalho, existia um grande desejo de pôr em prática a proposta de educação do MST. Vejamos como ela nos apresenta a construção do setor na Paraíba:

Com a palavra a educadora Celinha,

Fui convidada a desenvolver um trabalho aqui na Paraíba, pois existia uma carência de pessoal na área de educação no Movimento. O campo aqui era propício para organizar o setor, tanto com relação as entidades que trabalham com educação popular e, também, pelo apoio e contribuição da própria universidade. Assim, fizemos em 96, o primeiro Encontro Estadual de educadores e educadoras da Paraíba, em Massangana I, com a representação das 06 áreas de assentamento, onde o Movimento atuava. No encontro coube discutirmos um pouco da proposta de educação do MST; atentando para experiências na área de ensino fundamental, de ensino de jovens e adultos; e de formação de professores; ou seja, discutimos um pouco dos princípios da educação do MST e como poderíamos implementar esta proposta na prática. Formamos uma coordenação para atuar em nível estadual, com a representatividade das áreas de assentamento, que fariam o intercâmbio com a coordenação estadual. Num segundo momento, com a articulação do LUMIAR, incorporou-se ao setor Toninho e Hygia, e a Universidade (professores e alunos), dando origem em 1997, ao primeiro convênio guarda-chuva. Também deu origem ao magistério, que hoje está na quarta etapa. Sonhamos muito com esse curso, pois já existia no Rio Grande do Sul e estava começando em Espírito Santo. E em julho de 97, no Primeiro Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária-ENERA, que tornou-se o marco na história da educação do Movimento, a Paraíba levou uma delegação de 20 companheiros e companheiras. A proposta do encontro serviu para avaliarmos o que tinha sido construído em termos de educação no MST, em todas as áreas e todas frentes. Voltamos cheios de planos e sonhos, foi quando realizamos o 2º Encontro de educadores e educadoras da Paraíba, em setembro de 97, em João Pessoa, com a participação mais marcante dos educadores e educadoras. Esse encontro representou o salto qualitativo, em termos de participação e de intervenção na questão da educação. Tornamos a estudar

a proposta do Movimento, avaliamos a coordenação e também discutimos a possibilidade do magistério. Socializamos como pensávamos em fazer e planejamos, o primeiro encontro dos Sem Terrinhas, que aconteceu em outubro de 97, como um outro marco da história do MST na Paraíba. Nesse encontro juntamos todas as crianças das áreas de assentamentos do Movimento. A temática desse encontro foi: Movimento Sem Terra com Escola, Terra e Dignidade. Era o momento, que começávamos a concretizar a discussão, de que reforma agrária não é só terra, pois o MST, luta por escola e por dignidade. Esse Encontro realizado na Escola PIOLIM (escola que trabalha com meninos em situação de rua), através de oficinas e trabalhos temáticos, representou um momento de integração das crianças do campo, com as crianças da cidade. Embora no primeiro momento, esse ajuntamento tenha sido difícil e de estranheza tanto para os educadores e educadoras, como para os pais e crianças, ao ponto de dizer que ali não era local onde as crianças deviam estar, pois tinha marginal. De outro modo, foi um momento de muita aprendizagem, pois aproveitamos para trabalhar essa questão da marginalização, sofrida pelas crianças da cidade e do campo. E aquele momento não era de excluir as crianças da cidade e sim de unificarmos, pois elas precisavam descobrir o seu papel. Assim, montamos as plenárias, discussões e oficinas, que foi realizada no circo. Entretanto, o grande aprendizado foi o momento cultural, onde a gente uniu os dois movimentos, transformando num momento de conscientização para todas as crianças. Em 98, o grande marco foi a discussão do magistério. Tomando corpo, e concretizando, o que antes era um sonho. Na discussão com a universidade, ela assumiu esse compromisso, esse desafio e junto com os professores, elaboramos um projeto, baseados na experiência já vivenciadas no Rio Grande do Sul (Celinha – Militante e Educadora/MST/PB, 1999).

Desdobramentos de Cena - 15.2.1. O processo de formação dos jovens e adultos: desafios e lições

Continuando, Celinha segue avaliando que a trajetória de construção da educação do Movimento na Paraíba foi farta de tantos desafios, barreiras, que se esbarravam na falta de compromisso do poder governamental com a educação do setor rural, passando pela falta de financiamento ou simplesmente pela de uma estrutura física para que se consolidassem as escolas nos assentamentos:

Quanto a Educação de Jovens e Adultos - EJA, começamos a articulação paralelo ao magistério. Tivemos muita dificuldade de acompanhar, imagina, apenas três pessoas à frente do setor de educação, acompanhando projetos enormes, tendo que dar conta de uma responsabilidade grande, de bancar o Movimento dentro dessas parcerias, e totalmente sem experiência. Mesmo assim, topamos o desafio e tocamos o barco pra frente. Discutimos a questão da EJA, desde os primeiros encontros do MST. E a partir de 97, após o primeiro ENERA, começamos a concretizar a discussão, por ocasião da articulação do PRONERA, uma grande luta e conquista das organizações, principalmente do MST, que tomou a frente, lutando por uma política pública, por um programa nacional que atuasse no campo da educação de jovens e adultos. Visto que as experiências se davam via convênios com os Estados, de forma bem pontual, através de um projeto ou outro ou através do trabalho voluntário de nossos educadores. Só conquistamos o PRONERA depois de muita ocupação de INCRA, inclusive como ponto de pauta da chegada da marcha em Brasília, em 97. E, a partir de 98, começamos a viver as primeiras experiências com o Programa em áreas de reforma agrária, em parceria com a Universidade, movimentos sociais e com o INCRA, com recursos liberados pelo Banco Mundial. O MST continuava com os 6 assentamentos, e pra aprovar o projeto, tínhamos que ter, no mínimo 40 turmas. Chamamos a CPT, pra vir conosco nessa discussão. Colocamos a importância do trabalho; ela aceitou o desafio conosco. Elaboramos o projeto. E começamos a batalha pra aprovação do mesmo, que foi semelhante e paralelo à batalha do magistério. Das 60 turmas, 15 era do MST, e as demais da CPT. Assim, passamos o ano de 98 todinho para o projeto ser aprovado. Montamos as salas de aula e fizemos a discussão nas áreas de assentamento; e escolhemos os educadores e educadoras, que deram aula, de forma voluntária. Fomos trabalhando a parte de planejamento, com base no que líamos nos cadernos de educação do movimento. Na prática, era tão difícil, porque líamos a realidade lá do Rio Grande do Sul. Os educadores tinham uma dificuldade tão grande, era um parto..., um parto que esse menino não nascia nunca... (risos). Antes, o que era dificuldade, hoje é tão fácil trabalhar a partir da realidade, a matemática, a linguagem, mas,

mesmo sem saber direito. a gente ia fazendo a coisa acontecer. Bom, mas antes, em 1997, tiveram turmas de forma voluntária. E, em 98, houve a aprovação de um convênio pra área de educação, do Movimento com a UNESCO, enquanto o PRONERA não chegava. Foi uma ajuda de custo durante 6 meses, que serviu pra comprar material didático, embora tivemos também que fazer ocupação de prefeituras para conseguirmos a liberação de material. Conseguimos, finalmente, montar as nossas salas de aula. Algumas prefeituras contribuíram com recursos materiais: carteiras, apagador, giz, caderno, lápis, todo esse material para começar a dar aula. Mesmo assim, continuamos na expectativa dos recursos do PRONERA ser liberados e que demorou muito. Isso trouxe um desgaste grande. Pois fazíamos a articulação das turmas e acabamos dando aula de forma voluntária, durante 8 meses. Esse processo desgastou muito as áreas, os alunos e professores, pois começava as aulas e parava, começava e parava.... Quando parava, tinha de articular novamente, o povo, e era aquela dificuldade. E, em julho de 99, os recursos finalmente foram liberados, e fizemos um trabalho mais sistematizado, pois, com os recursos, aquela dificuldade de reunir os educadores, de fazer planejamento sanou. Com a liberação dos recursos começamos a pôr em prática o projeto em parceria com a Universidade e a CPT. Mas, a CPT, por não ter uma atuação na área de educação, muitas vezes não estava em sintonia conosco e dificultava um pouco o processo. (Celinha – Militante e Educadora/MST/PB, 1999).

Perceber as dificuldades para a articulação do setor de educação, e dentro dela, a EJA, reforça ainda mais a nossa tese do descompromisso governamental com a educação do campo, principalmente com esse setor que sempre foi relegada a planos inferiores.

Cena 15.3. A estruturação das escolas: impasses e lições

Esse processo de dificuldades tem sua particularidade na implementação da parceria, onde há uma total incompreensão dos papéis seja com relação à pedagogia do MST, seja quanto ao que se referia a administração e a implementa-

ção de uma política pública como o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA. De acordo com a educadora Celinha, principalmente a parceria com o Incra, foi muito difícil, pois, por ser um órgão ligado ao governo, funcionava como fiscalizador.

O INCRA foi muito ausente na execução do seu papel, porque ele achava que era só fiscalizar. Ele, então, fazia um relatório e suspendia a sala de aula. Teve um dia, na festa de São Pedro, e ele perguntou porque a sala não estava funcionando. E culpou o assentamento e o educador. Outro problema, os nossos educadores e educadoras do MST, que davam aula no PRONERA, faziam parte do curso do Magistério e um período que o Incra visitou as áreas. Os nossos educadores estavam no magistério. Algumas salas de aula conseguiram colocar alguém no lugar, outras, não, ficaram fechadas neste período. E ele simplesmente suspendeu os educadores do Projeto, alegando que não estavam dando aula. E esse foi um dos problemas que o MST enfrentou. Teve uma reunião, e fincamos o pé, pra garantir que nossos educadores continuassem, porque o projeto previa capacitação e o outro previa a questão da alfabetização, e eles não poderiam ser punidos por isso. Eles passaram meses sem receber. (Célia- Militante e educadora/MST/PB, 1999).

Entretanto, dificuldade foi o que não faltou no processo de consolidação da EJA. E, embora os Sem Terra estudem até debaixo de lona, a questão da infraestrutura, principalmente a instalação das salas de aula, foi motivo de grande debate, muitas vezes funcionando na associação do assentamento ou mesmo em barracões de lona. Mas, mesmo sob uma série de impasses, durante o período de 1999, funcionaram treze turmas de EJA, sendo dois no Brejo (assentamento Oziel Pereira), um no Cariri (assentamento Mandacaru), sete na Várzea (um em Canudos, um em Chico Mendes, um em Antonio Conselheiro, um em Tiradentes e três em Massangana I-II e II) e três no litoral (Teixeirinha, 1º de Março, Nova Vida)⁴¹.

⁴¹ Como realizamos a pesquisa de campo meses antes de começarem as aulas, só pudemos saber do funcionamento da escola no período de 1998. O que nos fez apoiar nos depoimentos recolhidos e nas fichas de planejamento, avaliação e relatório dos educadores e educadoras do MST e nas observações posteriores à pesquisa de campo.

Decorrente dessas dificuldades, com relação à implementação das salas de aula coordenadas pelo Programa PRONERA, um outro problema residia, segundo confere a educadora Celinha, na concepção de educação para o MST e a Universidade. Vejamos o que ela diz:

Na implantação do projeto, a grande dificuldade foi com relação à concepção da Universidade. Primeiro encontro, por exemplo. Defendemos que fosse feito no assentamento, a Universidade não concordou, achava que não deveria ser feito por conta da estrutura. Houve essa dificuldade, pois não se compreendeu a importância que damos às nossas áreas, que tenha a participação maior da comunidade, que ela presencie esse tipo de atividade. (Celinha–Militante e educadora/MST/PB, 1999).

Mas, como não bastasse ainda na área pedagógica, havia dificuldade na própria preparação do educador e da educadora. Como o PRONERA é um projeto em parceria com a Universidade, que aglutina outros Movimentos e Pastorais, a seleção dos bolsistas (assessores pedagógicos), que vinham das mais diversas áreas de ensino (Letras, História, Pedagogia, Psicologia), conviviam com impasse na compreensão do que seria a educação de jovens e adultos na concepção do MST. Continuando a reflexão:

Não houve preparação pedagógica pra esse tipo de trabalho com jovens e adultos. Eu contei muito com a experiência que já tinha vivido no MST, mas os outros sofreram bastante, pela falta de capacitação. Imagine o povo vindo da Psicologia trabalhando a Linguagem, a Matemática, a Geografia. Mas, mesmo assim, foi um aprendizado grande. Conseguimos aprender juntos, foi um processo que foi construído no coletivo dos 4 bolsistas. Começamos a trabalhar a partir da realidade dos alunos, nas áreas de assentamentos, a partir da vivência dos trabalhadores e das trabalhadoras que faziam parte desse processo. (Celinha–Militante e educadora/MST/PB, 1999).

Todavia, uma das questões mais problemáticas referiu-se ao processo de convencimento dos jovens e adultos a irem para a sala de aula, o que exigiu um profundo debate com as comunidades, que, desacreditadas em relação a esses projetos que começam e param, e cheias de estereótipos, não queriam ir à escola: por vergonha, ou, muitas vezes pelo cansaço do trabalho na roça. Como trabalhadora que fomos, sabemos o que isso significa. Celinha e Paulino confirmam toda essa situação:

Era uma dificuldade grande, pois tinha a novela, o trabalho na roça, porque chegavam cansados e ainda estudar. Ser velho, com 60 anos, não aprendia nada. E aí estava o grande desafio, mantê-los em sala de aula, e por isso o trabalho, partindo da realidade, trabalhar com as coisas que interessam a eles, que faz parte da sua vida, do seu dia a dia, que serviam pro seu dia-a-dia. (Celinha—Militante e educadora/MST/PB, 1999).

Eu não tenho condição de trabalhar o dia todo e de noite ir pra uma sala de aula. Eu estou aqui com a palma da mão ardida, daqui a pouco, vou almoçar e vou trabalhar de novo. Quando chegar em casa de noite eu estou morto, enfadado. Quando eu tomo um banho, janto, eu vou é me deitar. Então como é que eu vou pra escola? (Paulino —Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB).

Isso demonstra que a escola, como se encontra, não cabe na pedagogia do Movimento e nem tampouco na vida do trabalhador e da trabalhadora do campo. E essa tarefa educativa, o MST enfrentou e enfrentará como desafio. Porém, sua maior contribuição é garantir que as famílias, mesmo carregadas de muito desânimo e de muitas dúvidas com relação ao papel da escola, façam e refaçam novas escolhas, novos valores, novos jeitos de educar-se e seguir educando. Significa “um jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujei-

to social Sem Terra” (MST, 1999c:5). E segue construindo novas práticas educativas visando produzir um outro jeito de educar.

Cena 15.4. Significações da escola do MST: olhares e olhares...

A prática de educação escolar no MST da Paraíba ainda é muito embrionária. Se assim pudemos analisar, acreditamos que ela ainda está em fase de construção e de conquistas, em que os desafios e as dificuldades, muitas vezes, atravancaram o desenvolvimento desse processo. Assim sendo, a escola marginal, abandonada, produzida para o campo, deixa suas marcas nos educandos e educandas. Isso é tão forte, que quando os consultamos sobre a importância da escola, pudemos ainda sentir os aspectos de uma visão estigmatizada do saber, principalmente do que é ser um adulto analfabeto. Esta situação fica pior para esse adulto, preocupado com o seu filho, para que não repita o mesmo destino que o seu, o de pessoa sem o domínio do código escrito. Entretanto, o que mais os preocupam é a vergonha que essa situação lhes causa.

Por outro lado, esse é o fator que os motiva a lutar pela formação da escola que se pretende para o assentamento. A justificativa dessa necessidade pode ser melhor visualizada nas situações vividas pelos senhores Antonio e Paulino, ao necessitarem do uso da escrita, seja no momento, por exemplo, de internar um filho, seja no receber os créditos de fomento à agricultura ou ao tentar pegar um ônibus:

Eu não sabia de nada, peguei a estudar, e lá vai...Aí dentro do improviso, aprendi a assinar o nome. Ler é uma vantagem de vida, pra não precisar pedir arroubo aos outros, nem melar o dedo em qualquer canto do mundo. Qui nem eu pedi em João Pessoa, quando meu filho queimou a perna. Uma mocinha assim, qui nem essa disse: - Assine aqui. Eu disse, sei, não, senhora. Outro dia, foi quando a gente foi tirar um trocadinho no banco do Nordeste, em Goiana (é porque os outros é obrigado ir pro fórum na Alhandra para pegar uma procuração). Pois o problema é melar o dedo. Quanto mais aprender... Melhor pra mim, porque quando eu chegar em qualquer canto do mundo, não vou pedir arroubo

aos outros, qui nem pedi em João Pessoa. (Antonio – Assentado, em 1º de Março/Litoral/PB)

Bom, se saio daqui, chego ali. Vou pegar o ônibus, eu estou vendo pra onde ele vai, se pra Campina Grande, se pra João Pessoa, se pra Picuí. Ou se ele é da linha que eu não vou. Que não adianta eu chegar na pista, parar o ônibus, e perguntar: - Você vai pra onde seu Zé? Isso é feio. É feio demais. Eu vou a uma repartição qualquer, vou tirar dinheiro no banco ou colocar. Aí não pago a ninguém, eu mesmo assino. É tão ruim não saber ler. A minha esposa não sabe ler, mas ela quer aprender. Ela queria ir estudar na rua, mas estamos num tempo que não pode sair por causa dos vagabundos que pode estuprar. Eu disse, compre uma carta de ABC, que eu ensino a você. (Paulino – Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB)

A descrição feita pelo *Antonio* e *Paulino* mostra como é constrangedor, para o trabalhador o não-domínio da escrita, assim como é satisfatório não ter que *melar o dedo na almofadinha*. Esses, como tantos outros motivos, talvez resumam a grande tarefa do MST, cujo papel fundamental é contribuir para que os sem-terra também rompam com a cerca do saber. Do mesmo modo, mostra que a luta no MST não pode se restringir à luta por terra, pois o Movimento deve ajudar as famílias sem-terra a romperem com esse processo de desumanização a que foram submetidos. Nesse sentido, não haveria outra opção ao MST senão ir à raiz do problema, senão radicalizar e partir para luta e ocupar também a escola. E muito embora a educação proposta pelo MST não aconteça apenas na escola, a luta pela escolarização dos sem-terra é algo fundamental, trata-se tão-somente de um direito de cidadania, o qual deve resgatar nessas pessoas um novo valor e um novo conceito do que deve representar a escola.

Isso fica mais claro, quando vemos que a proposta educativa do MST prioriza o compromisso com a educação para a transformação social, tendo em vista as dimensões de classe comprometida com o desenvolvimento da conscientização da classe trabalhadora, associando um caráter massivo, ou seja, inclui trabalhadores e trabalhadoras de todas as idades e de todas as categorias; e é orgânico, está

vinculado às lutas, aos objetivos e à organicidade do Movimento. Ou, como disse Dilei (dirigente estadual), *a grande contribuição do MST foi a elaboração de uma nova forma de educação, uma nova aprendizagem, uma educação essencialmente para o campo*. Ao perguntamos aos Sem Terra sua visão sobre a escola do MST, disseram:

15.4.1. A escola do MST ajuda ao povo do campo. Com a palavra os Sem Terra

Só aprendi assinar o nome. A escola me ajudou demais. Pois quando eu queria qualquer coisa, eu dizia: Menino, assine isso aqui. E quando a gente ia tirar esse crédito do PROCERA, aí tinha que pagar pros outros assinar. E hoje, já assino. Não sei de nada, mas a letra do meu nome eu faço em qualquer canto. Meu sonho é estudar mais, mas a escola é longe e de noite não dá pra estudar porque as mulheres aqui são tudo analfabeta, mas não querem estudar. (Givanilda – Assentada, em Teixeira/Inha/Litoral/PB)

A escola do assentamento, ela ensina, porque ela está ensinando a história do Movimento e do trabalhador sem-terra, e lá na rua ninguém sabe nem o que é isso.

(Paulino – Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB)

A proposta de educação do MST prega o lema: partilha e igualdade. Pois, no nosso país hoje, só há sede de poder, desigualdade, a maior parte da terra na mão de poucos, a maior parte das indústrias nas mãos de poucos. E a escola do MST, ela educa pra isso, pra partilha, igualdade. (João – Assentado, em Chico Mendes/Várzea/PB)

O que não conhecia, passei a conhecer. Letras que eu não conhecia, por exemplo, um B, A, G, um acento agudo. Assim, se eu vou anotar um nº de telefone, eu digo o nome daquela pessoa: Severino. Eu vou na letra “S”. Quando a gente vai pro curso, dão os textos, eu começo a ler, vou assoletrando, vou juntando as letras.

Dependendo da frase que tiver, eu já vou desenrolando pouco a pouco. (Josália – Assentada, em Oziel Pereira/Brejo/PB)

Ajuda muito. Tanto desenvolve os filhos, quanto desenvolve os adultos, que nunca puderam conseguir nada no começo. Pois o adulto começou a trabalhar pros pais dele e não tinha condição e nem ajuda do governo pra estudar. Já hoje com o MST, já envolveu o governo. Acho que agora não pode criar ninguém analfabeto. (Enoque – Assentado, em São Sebastião/Cariri/PB)

Uma vantagem da escola do MST é porque os trabalhadores da roça nunca tiveram esse gosto, esse prazer, essa satisfação, de dizer assim: - Vou trabalhar, mas hoje eu tenho uma escola pra disarnar. Porquê, quando chega no Fórum, vamos assinar um papel, eles dizem logo: - Sabe assinar? Então é R\$ 6,00. Eu acho que a escola do Movimento deve ser muito forte dentro do assentamento, pois tanto aprendemos a disarnar o nome, como aprendemos muita coisa da luta. E a do município não ensina nada que pertença à luta, é somente leitura daqueles pontos. Porque a escola do Movimento é uma escola para o povo, vem um gravador, vêm fitas, pra contar aquelas coisas bonitas, aquilo que é passado nos outros assentamentos. Por isso que é diferente. (D. Ciça – Assentada, em Nova Vida/Litoral/PB)

Embora exista um caráter utilitário da escola, muito vinculado à resolução de um problema de leitura e escrita, que influencia diretamente na economia ter que pagar por uma procuração para retirar crédito, presenciamos também, nesses depoimentos que a educação na pedagogia do MST não está fechada em si mesma e nem tampouco vem apenas resolver esse problema, mas sobretudo ela está aberta a novas possibilidades, as relações com o mundo, preocupada em preparar os sujeitos para uma intervenção mais crítica e participativa na sociedade. Além de ser um espaço onde as pessoas vão aprendendo a ser mais solidárias, a viver o espírito de sacrifício, a valorizar e respeitar a vida humana, a trabalhar no coletivo e, sobretudo, aprender a se indignar diante das injustiças. Conforme disse Edvaldo (dirigente e militante), *a educação do Movimento no Estado, embora seja muito recente, nossa grande contribuição é questionar esse tipo de educa-*

ção que existe para o campo. O nosso desejo é construir uma educação que seja voltada pros trabalhadores. Para que perceba que o campo não é sinônimo de falta de desenvolvimento, não é sinônimo de pobreza, de marginalização.

15.4.2. Os educadores e educadoras da terra pedem a vez e a voz.

A escola foi construída a partir das necessidades nos assentamentos, não foi um processo que foi idealizado. O MST começou a perceber que existiam muitas crianças que ficavam ociosas nas áreas de assentamentos e acampamentos. Daí vem a preocupação com a educação. Não íamos fazer a reforma agrária, sem estar discutindo que tipo de educação, saúde, se quer. Depois, quando começa a existir. A escola, vem a preocupação: que tipo de escola? Será que essa que está aí, que exclui, que marginaliza, que é contra a reforma agrária? Que não está preocupado com um projeto maior, não só repassando conteúdo? A grande contribuição do Movimento é saber discutir que tipo de escola a gente quer pro campo, que é uma escola voltada pra nossa realidade, uma escola que (fica emocionada) contribua com a luta, com a formação do ser humano como um todo. (Celinha – Militante e educadora/MST/PB, 1999)

Quando chegamos aqui, estava tudo desativado, e não deu pra gente iniciar as aulas. Não tínhamos conhecimento da realidade política do país, mas, a partir do momento em que comecei a ensinar no Movimento, através dos cursos, passei a ter um pouco de conhecimento. Aprendemos, com a proposta do Movimento, que devemos educar a partir da realidade. Nas escolas tradicionais, nós aprendemos a realidade do nosso país tudo ao contrário. (Graça – Educadora, em Chico Mendes/Várzea/PB)

A proposta do governo é fazer com que dê ensino aos assentamentos, pra que um dia os assentados fiquem ao lado dele. O governo não ajuda o trabalhador, exclui o trabalhador do campo, não tem respeito com a gente. E por isso não dá pra aceitar o en-

sino da escola municipal. Porque o pessoal dos prefeitos e vereadores, não dão muita importância para o campo. Não tem acompanhamento diário nos assentamentos e não tem politização. E a proposta do MST não é essa, é politizar os assentados para que, um dia, eles tenham um conhecimento geral do nosso país. (Zé Carlos – Educador, em Teixeira/Litoral/PB).

Eu acho que o governo pode estar se envolvendo um pouco mais hoje, com a Alfabetização Solidária. Acho que, na educação básica do campo, como vimos na Conferência, até hoje, ficou somente no papel. Até porque a escola do campo, a metodologia do campo, deveria voltar-se pro próprio homem do campo, que tem diferença do homem da cidade e acaba sendo a mesma. Já na questão do Movimento, estamos tentando. E o governo nem isso faz. O Movimento vem tentando, como tentou com a UNESCO. Vem formando mais monitores para educação do campo. E tentam envolver os monitores do Município com a educação do Movimento, colocando professores do próprio assentamento pra dar aula. Hoje, temos o magistério que está ajudando aos monitores. Apesar de que há uma burocracia muito grande do governo, excluindo os professores leigos. Eu acho que o Movimento, a própria comunidade, devia se mobilizar pra voltar. Eu sou um professor leigo e não me troco por vários formados na cidade. Pelo menos os alunos que eu ensinei até hoje, eles têm o prazer de querer estudar comigo. (Geias – Educador, em Nova Vida/Litoral/PB)

Cena 15.5. Os cursos de formação dos educadores e das educadoras⁴²

Outra mobilização em torno da escola nasce da necessidade de formação dos educadores e das educadoras sem-terra, que de acordo com o destino teriam que estudar apenas até a 4ª série e seriam *aqueles que não sabem quase nada, para ensinar a quase não saber nada*. Desta forma rompem com esse destino e acompanham o próprio avanço do MST, na trajetória de luta pela escolarização. Foi assim que em 1998, surgiu o curso de Magistério, cujo objetivo era formar o

⁴² Não entraremos em detalhe acerca desses cursos. Uma vez que não é o foco de nosso objeto, apenas ilustraremos algumas situações.

educador e a educadora militante. Esse curso estabelece-se em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (campus de Bananeiras) e o MST. Entretanto, muitos foram os desafios e as barreiras enfrentadas para solidificar essa parceria, que conforme nos informou a educadora Celinha, apesar de estes cursos já estarem em discussão desde 1997, o grande empecilho era a falta de recursos para a manutenção do curso. Somente com a viabilidade do PRONERA, como disse ela, *abriu-se uma luz no fim do túnel*, haja vista que, nesse programa, havia uma verba para a formação e a escolarização de educadores e educadoras de EJA. Vejamos o que ela diz:

Com o PRONERA, começou-se, então, a cogitar a possibilidade concreta do magistério. Em paralelo com isso, é importante lembrarmos que a EJA se desenvolvia também. E sem recurso nenhum, em julho de 98, realizamos a etapa preparatória do magistério como uma forma de pressão, para que o projeto fosse aprovado. Em seguida, o projeto foi aprovado. Só que os recursos não foram liberados. Daí mais problemas, porque a Universidade ficou naquela, já tinha bancado a etapa preparatória de 8 dias com os 48 educadores e educadoras dos estados do Nordeste. Insistimos, e a primeira etapa que era pra ter começado em janeiro de 99 só se realizou em agosto de 99. Mais uma vez, a Universidade, mais especificamente o campus IV de Bananeiras, bancou a estadia dos alunos, a alimentação, e na metade da etapa, os recursos foram liberados. (Celinha – Militante e educadora/MST/PB, 1999)

O Movimento vem tentando, tem o curso do magistério, que é uma oportunidade muito grande, principalmente pra mim que estou agora sem ensinar. Perdi o emprego e o concurso da prefeitura, por que não tinha o curso do magistério e tive que fazer pra serviços gerais. Assim, o magistério, os cursos de formação e os encontros, a gente aprende sempre alguma coisa, é o lugar de formar e motivar os monitores. O Movimento também tem uma preocupação em escolarizar tem até o supletivo. Quando eu comecei o magistério, tive que terminar o 1º grau. (Geane – Educadora, em Nova Vida/Litoral/PB).

O curso do Magistério, que atendeu 60 anos do Norte e do Nordeste, está orientado na pedagogia Sem Terra; funciona em regime de alternância; por isso olha a escola em dois momentos: o tempo escola – TE (durante os meses de janeiro, fevereiro e julho) e o tempo comunidade – TC (que é quando os educadores e educadoras atuam nas áreas). Viveu também uma certa dificuldade em relação à parceria, principalmente no que diz respeito à concepção da educação, mas que acabou servindo de lição para ambos. Vejamos o que diz a educadora Celinha, na época coordenadora do curso:

15.5.1. As lições com os impasses: o papel educativo do MST

O fato também desse curso acontecer dentro de uma Instituição Federal, ligada ao governo... Tínhamos que ter todo o cuidado de manter a nossa particularidade e, ao mesmo tempo, manter essa parceria. Essa, talvez, tenha sido a maior dificuldade que sustentamos no magistério, pois cada um tem sua especificidade. A dificuldade era que Universidade, queria participar de todos os momentos e não era possível, pois tem momentos que só diziam respeito ao MST, momentos específicos dos militantes do Movimento. Hoje, pelo que senti nessa 4ª etapa, já houve um avanço. Isto porque tanto o MST compreendeu o que significa essa parceria, pois por mais que a Universidade seja um órgão ligado ao governo... Mas estamos lidando com pessoas que hoje apoiam e contribuem com o Movimento e com o processo de reforma agrária. Então, foi partindo dessa compreensão que avançamos. Entendemos, nessa parceria, o que pudemos trabalhar juntos e o que não se pode (porque os nossos cursos se dão num espaço nosso, o ITERRA, que não dividimos o espaço com cursos que não sejam internos do Movimento). Então, tivemos aquele cuidado de mantermos a nossa particularidade, de mantermos a identidade da organização. Nessa parceria, a Universidade indica os professores, discute a proposta pedagógica. Entretanto, tem professores que não têm muito haver com o Movimento, em termos de conteúdos, de comportamentos, de proposta pedagógica, com a pos-

tura da organização. Teve deles contra até mesmo algumas ações que o Movimento realiza, como ocupações de prédios públicos, chegando a criar atrito com a turma. Muito embora, tenha professores que realmente contribuiu e contribui conosco, que entendeu o processo, que trabalha dentro de uma perspectiva de uma organização que luta pela terra que trabalha, que trabalha na perspectiva da pedagogia do Movimento. Apesar disso, sabemos que é um processo que está em construção, ele continua em construção (fala emocionada). Assim, é um processo muito rico de aprendizagem, tanto para o MST, como, acredito, pra Universidade, de muitas alegrias e de muitas dores também. Acho que teremos uma análise melhor no final do curso. (Célia – Militante e educadora/MST/PB, 1999)

Paralelo ao curso do Magistério, ocorrem outros cursos de formação, uns programados pelo Movimento, e outros pelas entidades parceiras, principalmente na área de jovens e adultos. Existe uma diferença fundamental entre esses cursos, principalmente no trato da valorização da pedagogia, existindo, como disse *Celina* metodologias diferentes. Um exemplo disso foi o que ocorreu com o curso de formação dos educadores e educadoras da EJA, dentro do programa do PRONERA. Ao observarmos esse curso, promovido em setembro de 1999, sentimos que as entidades parceiras (UFPB, CPT e MST) não se combinavam, principalmente no que diz respeito ao conteúdo de formação, pois, se de um lado havia o MST, que buscava implantar sua pedagogia; de outro havia a CPT, que, quase sem nenhuma experiência na área de educação, não compreendia a necessidade de se fortalecer a proposta do MST. Isso trouxe muitos debates e fez com que houvesse uma certa distância em relação a uma pedagogia voltada para a realidade do campo, bem como uma certa fragilidade no encaminhamento de uma proposta que contemplasse as entidades parceiras, embora tenha sido um momento muito rico e de muita troca de experiências entre as entidades.

Isso ficou muito marcado no curso de formação, pois os conteúdos transmitidos em algumas disciplinas não tinham quase que nenhum vínculo com a realidade dos sem-terra. Na Matemática, por exemplo, os conteúdos tinham uma forte carga de infantilidade, o educador além de falar com uma linguagem infanti-

lizada, tipo continhas, pecinhas, resumiu suas aulas na construção de jogos pedagógicos para facilitar, segundo ele, o entendimento das 4 operações, como: dominó, jogo da memória, tabuada em tabela etc. Com exceção das aulas de História e Português, os professores tiveram uma forte preocupação de trabalhar textos que tivessem uma relação com a realidade do campo. Uma avaliação dos conteúdos dessas aulas, e mais precisamente os destas duas disciplinas, foi o que, segundo os próprios educadores e educadoras possibilitou uma melhor visão de como trabalhar em sala de aula. Vejamos o que dizem os educadores e educadoras da terra:

Eu já fiz 12 cursos. Nesses cursos, os professores repassam muita coisa da escola tradicional, principalmente aqui em Bananeiras. Nós até não quisemos estudar com um professor, porque nossa proposta pedagógica não era aquela. No caso da Matemática, o que aprendi nesse curso foi a mesma coisa que eu aprendi no 2º grau, não existiu diferença nenhuma. Na minha opinião, seria assim: vamos botar 30/40 hectares de terra, quanto vamos plantar? quantos quilos vai levar de feijão, de milho, algodão? Pensei que no curso tinha era assim. (Graça – Educadora, em Chico Mendes/Várzea/PB).

O curso do PRONERA, eu achei muito bom porque as lideranças do MST e CPT juntaram-se todas, trocamos experiências de como ensinamos. Às vezes tinha um com grau de escolaridade mais que o outro. Mas, de um certo sentido, a gente tem uma experiência que o outro não tem. Lá no curso, o conteúdo sobre História foi muito bom, e eu estava até esquecido da História, pois faziam uns 7 anos que eu não tinha curso de História. Me aperfeiçoei. Já na Matemática, eu tenho dificuldade em alguma operação, por exemplo, o jeito de aprender tabuada. Português a questão dos verbos, da pontuação, eu aperfeiçoei. Eu também fiz outro curso de formação política, a gente estudava e trabalhava. Tinha que aprender a prática e a teoria. Trabalhava, fazendo construção de casa, tirava leite do gado, limpava o mato, fazia cerca. Eu, que já era da agricultura, não tinha dificuldade. Mas tiveram pessoas que nunca tinha pegado num cabo da enxada. Durante o curso, a

coordenação tirava pra fazer ocupação e durante a ocupação, não podia namorar, não podia dormir de cueca, tinha que dormir de roupa e de sapato; em caso de repressão, pra resistir. Porque a resistência é uma coisa fundamental dentro de uma ocupação. Isso era feito para demonstrar uma situação, que podia vir um pistoleiro, pessoas encapulçado à noite, tocando fogo em barraca, atirando pra cima, atirando pra matar, de todo jeito. Também não podia pegar nas coisas dos outros sem pedir. Nos cursos de formação, tinha disciplina pra tudo, pra estudar, pro café, pra viajar. E quando eu comecei a me envolver com as lideranças do Movimento, eles deixaram o sentido de que era muito amigo, eles faziam que a gente conversasse, se expressasse; e no curso, eu aprendi esse tipo de coisa, mas a prática me ajudou mais que o curso. Uma outra coisa no curso era a união muito grande. Isso me ajudou demais. (Zé Carlos – Educador, em Teixeira/Litoral/PB)

Eu participei de muitos cursos, 2 em João Pessoa, no Recife, 2 em Brasília, um seminário em São Paulo, de um convênio do Movimento com a UNESCO. Quando eu comecei a participar dos encontros do Movimento, o primeiro foi em João Pessoa. No curso, falava sobre a história de Canudos, sobre o sofrimento nas primeiras ocupações. Daí eu comecei a ensinar essa história da luta. Mas eu aprendi, principalmente, as coisas na área de educação de jovens e adultos. Aprendi coisas da Matemática, do Português e da Pedagogia de Paulo Freire. Assisti vários vídeos da vida dele e fizemos um trabalho em São Paulo durante 18 dias. (Geias – Educador, em Nova Vida/Litoral/PB)

Cena - 15.6. O Cotidiano da escola Sem Terra: como se ensina e aprende

A clareza do sentido da escola que se quer para os sem-terra foi e continua sendo uma grande tarefa na implementação da pedagogia do MST, sendo, pois, o jeito de produzir essa escola, de orientá-la, que faz a diferença. Nesse sentido, a possibilidade de relacionar educação ao trabalho e a organização, fez com que o MST vinculasse organicamente os processos educativos ao mundo do traba-

lho. Sendo assim, o trabalho a categoria fundante da relação homem \times natureza e a dimensão da vida que marca mais profundamente o jeito de ser do ser homem, no MST. Os Sem Terra educam-se construindo um novo sentido para o trabalho do campo. E, como dizem eles: *pele trabalho se educa e se produz conbecimento*. A escola deve ser o espaço para torná-lo mais educativo, na proporção que contribui para que os sujeitos Sem Terra possam perceber o seu vínculo com outras dimensões da vida (MST, 1999c).

Por isso, é função da escola forjar um aprendizado que valorize as questões ligadas à terra, à organização da luta e às possibilidades de organização da produção e da melhoria de vida no meio rural. Com isso, procede-se na prática, quando quem coordena as atividades é também aquele que aprende:

A gente quando começou a trabalhar, principalmente com linguagem, trabalhamos com palavras que pudesse fazer parte do dia-a-dia deles. E foi um desafio. Imagina, você rompe com método tradicional, isso não é fácil. Eu me lembro muito quando a gente começou a montar um ambiente alfabetizador. Pois, primeiro, as nossas salas de aula têm que ser um lugar bom, gostoso, por mais que seja pequenina, por mais que seja caindo os pedaços, que seja de lona, que seja um lugar que ele goste de estar ali. Assim, tem que ser um ambiente colorido, que tenha nome dos alunos, fotografia, coisa da vivência, que ele possa se identificar dentro daquele ambiente. Quanto à questão dos conteúdos, trabalhamos a conscientização dos educadores e educadoras, para que seja um conteúdo que sirva pra vida, que faça parte da formação dele como ser humano, como cidadão, como uma pessoa que faz parte de uma organização. Um conteúdo que vai está ajudando a intervir numa assembléia, que vai está ajudando ele participar de uma audiência. A dificuldade foi que houve resistência por parte dos educadores e dos educandos. Eles diziam: - Isso não tem nada a ver com a gente. Outros diziam: À gente já vê tanto isso; vai continuar? Outro exemplo foi quando a gente tava na preparação do IV Congresso. Isso foi tema de planejamento, a temática do texto foi a do congresso: *Reforma Agrária por um Brasil sem Latifúndio!* Discutimos: por que um Brasil sem latifúndio?. Esses temas eram discutidos na coordenação do PRONERA, a gente dis-

cutia para que houvesse unidade na ação, porque se não ia ter conflito pra trabalhar em parceria. A gente também trabalhou a questão da dívida externa; com a cartilha do Plebiscito, discutimos com os educadores, preparamos um informativo, bem direto pros alunos. Fomos mostrando como é o trabalho dentro do cotidiano da luta, não é só aprender a ler e escrever. As temáticas eram inseridas de acordo com o que a gente estava vivendo. Mas também com as temáticas locais. Por exemplo, a questão do alcoolismo, que é uma questão presente nas áreas de assentamento. Nesse momento, estudamos a palavra CANA, para desenvolver processo de alfabetização. Trabalhamos a questão da comunicação bem no momento que o Movimento estava sendo bombardeado pela mídia. Trabalhamos sobre os meios de comunicação, o que é. Houve um relato de um aluno, agora no encerramento do PRONERA, ele dizendo: Hoje, eu já assisto televisão com outros olhos. Assim, a questão da higiene, do alcoolismo, do meio ambiente foram temas que eles levantaram. Cada planejamento, a gente fazia assim: Levantávamos uma lista de temáticas que poderiam ser trabalhadas no próximo planejamento. Os educadores iam aprimorando a temática e elaborando pequenos textos. A gente ia de acordo com a dinâmica do processo. (Célia – Militante e educadora/ MST/PB, 1999)

O ensino pelo o movimento é completamente diferente, os livros, as palestras. Ensinamos como trabalhar, como conhecer nossos governantes. Isso aprendi nos cursos do Movimento. Aquilo que eu aprendi, que acho que é tradicional, inverte as coisas. Com o adulto, o conteúdo de Português, a diferença é muito pouca do tradicional. Já na Matemática, ensino através da produção do campo. E com aqueles que têm mais conhecimento da agricultura, nós começamos por hectare, arroba; dessa forma: quantos quilos de feijão leva numa hectare de terra, quantas arrobas de inhame plantamos numa hectare de terra, quantos quilos de algodão vamos colher no final do ano. O primeiro interesse dos alunos, principalmente os jovens e adultos é em aprender o seu próprio nome. Aos que já sabem ler, os mais adiantados, eles dizem: - Professora, vamos ler o livro da história do Movimento, aquele *Plantando seremos milbões*. Vamos lê o livro da história

de Che Guevara. Líamos e depois debatíamos. (Graça – Educadora, Chico Mendes/Várzea/PB)

Eu entrava na história do movimento. E vi que o método do Movimento era melhor pra eles aprenderem. Eu fazia o trabalho de resgatar a história dos assentamentos. Inclusive, fiz um trabalho com os alunos que mais conheciam a luta. Muitos deles que já sabia cantar o hino do Movimento. Quando era na questão da luta, eles se envolviam com o Movimento. Mas depois que ganharam a terra, se acomodaram. Foram esquecendo as músicas do Movimento, mas eu fui incentivando, até que eles diziam: - Professor, a gente quer cantar a música; quando estávamos debaixo da mangueira, debaixo da lona. Aí vinha também a questão da mística. A mística envolve o aluno no processo educativo. Com mística, eu não trabalhava a escrita, mas trabalhava a ciência. A mística era o marco. Eu fiz uma mística com eles, como era e como está o assentamento. Depois aproveitei e fiz uma maquete. (Geias – Educador, em Nova Vida/Litora/PB)

A preocupação com o ambiente educativo da escola é algo que marca o MST. Mesmo na escola situada embaixo do barraco de lona, você vê sempre um cartaz, a limpeza do ambiente, uma bandeira, enfim, garante-se um pouco de aconchego para se aprender. Todavia, não fica só nisso, o MST investe em um conteúdo com forte relação com a realidade e busca, no cotidiano da luta e dos assentamentos, o ponto de partida para o ensino. Além disso, inclui, no dia-a-dia da sala de aula, as diversas formas da organização do trabalho e da produção, mas sobretudo transforma o espaço da escola na vivência de tais práticas. Os saberes teóricos servem assim como subsídios para melhor dimensionar a prática.

Mas esse ambiente educativo da escola deve promover múltiplos tempos e espaços de aprendizados, o que quer dizer a existência de um tempo escola (pesquisa, estudo, leitura etc.) e um tempo comunidade (trabalhos comunitários, momentos coletivos inter-escolas, tempo para organização e para a produção etc.), para que os problemas e desafios da comunidade Sem Terra sejam o objeto de estudo e de ação da escola. Vejamos como pensam os educandos e educandas a esse respeito:

Aprendi um bocado de coisa sobre o MST, as lutas... Se não fosse as lutas...! Nós não tínhamos vencido. A professora contava tudo sobre a luta da terra. Ajudou mais eu abrir a mente. Naquele tempo não lia quase nada. Hoje, já leio umas palavras pequenas. (Margarida, Assentada, em 1º de Março/Litoral/PB)

Eu não tive muita oportunidade de estudar, e hoje eu estou muito feliz com essa escola, pois ela dá oportunidade aos velinhos, tem muito nego com mais de 70 anos. Assim vejo que o Movimento não se interessa só pela a enxada. Na agricultura a escola também é desenvolvimento. E isso também faz parte da luta. Que só com a agricultura a gente não avança, tem que ter um pouco de estudo. (Antonio – Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB)

A escola pelo MST estava indo bem. O que estava faltando pros professores era material, somente um caderninho, pra fazer um desenho. Eu estudei com Geias, ele ensinava Matemática bem. Eu até desenvolvi mais umas pecinhas de conta, desarnhei na Matemática e ajudou muito, porque a gente tem que saber o que vai plantar, como é que vai lucrar. Já o Português, eu não aprendi nada. Só aprendi a dar uma explicação. Mas ajudou no modo como se trabalha com a luta, a entender muitas coisas da cooperativa. Fizemos um trabalho para levar pro curso em João Pessoa, assim: uma parte, casa de telha; e a outra parte, barraca de palha (maquete), que era o tempo que nós vivíamos no acampamento sofrendo. Já na questão da saúde, o que aprendi foi com a doutora, depois da escola. A doutora deu um curso aqui sobre remédio. Assim, as coisas que aprendi ajudaram a ter consciência: se vejo um amigo assentado no sufoco, eu vou dizer a ele qual o caminho. Se tem alguém precisando de um socorro, se eu não tiver condição, peço para ir buscar um remédio. (D. Ciça – Assentada, em Nova Vida/Litoral/PB)

Eu só estudei pouquinho, depois saí, estudei 6 meses. Eu aprendi um pouco de conta e sobre as lutas dos sem-terra. As contas ajuda porque eu não sabia de nada, aprendi a somar e a dividir. Aprendi sobre saúde, como era que se pegava doença mal, como pegava AIDS. Da luta pela terra, o que a gente tem agora é muito

importante, porque antes disso era dos outros, era do fazendeiro. Agora, tudo que tem é da gente. Tem casa, tem água, tem terra. (Josirene – Assentada, em 1º de Março/Litoral/PB).

Eu assino o nome muito bom, não é assim que se diz? Eu aprendi umas besteiras de letra de imprensa. Eu estudei o MOBREAL uns dias. Muito depois, entrei nessa escola do Movimento, aprendi mais umas coisas. Pelo menos aprendi a conhecer o povo na escola. Não vou dizer que eu sei ler, por que se botar eu pra escrever, eu não escrevo. Se a senhora escrever um bilhete pra mim, qualquer coisa eu leio. Entendeu? Mas o que escrevo nem eu mesmo entendo. Eu não tenho condição de estudar, porque eu vou trabalhar, uma vez que eu trabalho de dia e tarde, estudar a noite não tem condição. Pois, ou estuda, ou trabalha. A escola do MST não é como essa escola que tem no Município, que vai ensinar cartilha. Ela vai tirando aquela história do jornal, do livro, a história da reforma agrária. A história do movimento, não aprendi com a professora, aprendi com o Movimento mesmo, eu vendo o Movimento, e eu dentro do Movimento. Se Severino (coordenador de área) me chamasse pra fazer trabalho de base, eu ia, pois aprendi com ele. Já a Matemática, minha matemática é a própria cabeça. Pois, papagaio velho não aprende falar. Se falar pra mim quantas vezes é tanto, tanto, sei de cabeça. Agora no lápis!... A gente aprende as coisas assim. Professor nenhum ensina a gente trabalhar na roça; ele ensina a ler. Eu só estudei 2 meses. A professora está fazendo um curso, saiu uns dois meses. Eu já estou com 50 anos, doutor eu não vou ser. Você estudou pra ser uma professora formou-se em professora e eu vou me formar em quê? Um agricultor? Agricultor eu já sou. (Paulino – Assentado, em Oziel Pereira/Brejo/PB)

A Matemática do roçado é a Matemática da vida

Eu plantei aqui feijão macassa, 8kg. Vamos dizer, se a lagarta não comer, vai fazer 5 sacos de feijão. Eu calculo assim, vou levar 100 molhos pra feira, vou trazer R\$ 20,00 (vinte reais). Minha Matemática é assim. Essa matemática é ensinada por mim mesmo, não foi ensinado na escola. Vamos dizer que eu planto 10kg de

milho, eu vou fazer 10 ou 20 sacos 10 sacos de milho, hoje vendido a R\$ 15,00 (quinze reais), dá... R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Se eu fizer 20 sacos, são R\$ 300,00 (trezentos reais) na mão. Se não chover, faz isso aqui, 0. Tá vendo aqui? se aquele rato for comedor, come todinho (risos). Na escola ninguém ensina matemática assim. (Paulino – Assentamento Oziel Pereira)

Nesse último depoimento, dá para percebermos que o trabalho é o princípio educativo fundamental. A escola passa a ser o espaço onde se proporcionam as várias formas de cooperação e de organização do processo de produção. Esta noção no MST é desenvolvida, desde os princípios básicos de preservação da natureza, de agroecologia até as atividades de natureza produtiva, como produção de jardins (preocupação com o embelezamento estético); plantação de árvores (nativas e frutíferas); plantações horto-medicinais (para incentivar a medicina alternativa); produção de horta (complemento da merenda); e a prática da lavoura que pode ser feita em conjunto, com as famílias. Nesses termos, continuou o diálogo entre nós e o educador Géias.

15.6.1. Dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem Sem Terra

Não poderíamos pensar o processo de ensino-aprendizagem sem nenhuma dificuldade, principalmente tratando-se da educação do campo. Seria quase impossível. Além das questões de estrutura física, material, financeira, que constituem o grande empecilho na organização de uma prática educativa. A situação se intensifica ainda mais quando sabemos que, com a municipalização dos recursos, a má empregabilidade das verbas, principalmente para o meio, faz com que os recursos sejam desviados para outros fins. É o caso da construção da escola de Oziel Pereira, em Remígio, em que a escola é cadastrada, o número de alunos matriculados é encaminhado e sequer vem qualquer verba para a escola. O assentado Mário chega a indignar-se, mas não tem como comprovar tal situação: *a nossa escola é coberta com capim. É uma vergonha, para uma escola que já é registrada. Era preciso que fosse filmada, que fosse colocada em cartaz, num*

lugar que passa muita gente. Porque vem muito dinheiro pra educação. Todos nós sabemos quanto vem pra cada aluno, e para o prefeito não está passando nada.

Outras dificuldades aparecem e, desta vez, dizem respeito à parte pedagógica. Talvez a dificuldade mais freqüente, enfrentado pela coordenadora pedagógica ou pelos educadores e educadoras, é uma melhor didática para se trabalhar a questão da Matemática, principalmente partindo do texto. E, mesmo convocando outros professores para os cursos de formação, o que se percebe é a dificuldade de entender como se processa a compreensão da Matemática pelos Sem Terra, como vimos no exemplo anterior constante no depoimento de Paulino. Esta também, segundo Celinha, foi uma deficiência do bolsista do programa PRONERA.

Foi uma deficiência na nossa formação como bolsista do projeto. A gente tinha mais facilidade de trabalhar a historicidade, a ciência, quando a gente trabalhou a linguagem; trabalhamos com a temática, o meio ambiente e aproveitamos e trabalhamos a palavra MATA: preservação da mata. Mas, tecnicamente na Matemática, tivemos muita dificuldade. Outra dificuldade grande foi a comunidade assumir a escola, de perceber essa importância de que o assentamento também era responsável pela escola e não só o professor e o MST. Em alguns assentamentos, a gente conseguiu avançar. Mas outros ficaram totalmente ausentes ao que estava acontecendo na escola, chegavam até reclamar, porque os alunos estavam cantando. Houveram outras dificuldades em relação à visão dos alunos. Também tinha a questão do cansaço; da distância da escola, pois ficava difícil o deslocamento. Houve também evasão em torno de 40%. Mas mesmo assim, pelo relato dos alunos, a gente conseguiu avançar. Os que ficaram até o fim já sabem ler e escrever e dizem que já assiste televisão com outros olhos. (Célia – Militante e educadora/MST/PB, 1999)

O caminho percorrido até aqui demonstra que, na pedagogia do Movimento, a escola não é o centro do processo educativo dos Sem Terra, embora ela seja também importante. Os depoimentos aqui apresentados, principalmente dos educandas e educandas, demonstram que o espaço da escola, não serve somente

para ler e escrever, mas também, para facilitar-lhes a resolução de seus problemas cotidianos, bem como se constituir num espaço marcado pelo debate, pela participação, pela mobilização, pela conscientização, pelo processo de organização. Basta que não estejamos enxergando a escola para jovens e adultos nela mesma, mas no conjunto de práticas que compõe o Movimento.

É necessário entender, portanto, que a escola que esses educadores e educadoras vêm construindo é uma escola que vive o cotidiano dos Sem Terra. Por isso, é normal que um educador organize educandos e educandas para participarem de uma marcha, um encontro, um curso de formação, um plantio coletivo, e que esteja na mesma proporção produzindo um texto, lendo ou debatendo um livro, uma reportagem, ou seja, todos esses espaços constituem-se o modo que o Movimento se enxerga na escola.

Em síntese, reconhecer todas essas dimensões na proposta educativa do MST não significa dizer que em todas as escolas as coisas estejam caminhando igualmente. Assim, estaríamos desconsiderando as diferenças e as contradições próprias do ser humano. No entanto, dizer que estas dimensões não são partes do grande sonho dos Sem Terra seria negar o processo de construção e a possibilidade de este sonho se tornar realidade.

PALAVRAS NÃO TERMINAM...

Não poderia dar esse trabalho por encerrado, pois um texto está sempre em construção, principalmente quando se trata da pedagogia do MST, que está em constante movimento. Ele certamente continuará. Entretanto, esse é o momento de registramos as lições resultantes de todo esse processo, que começa desde a nossa decisão e insistência em trabalhar um Movimento que atuasse com a educação de jovens e adultos no campo e segue através da aprendizagem de sua pedagogia nas diversas ações das quais participamos.

Voltarmos a essa dimensão do campo é, antes de mais nada, retornar um olhar para nossa própria prática de mulher e educadora que também viveu no campo. É, sobretudo lembrar de todas as dificuldades e avanços que ultrapassamos, para que, como aluna do meio rural, pudéssemos concluir um Mestrado, algo não imaginável para um sujeito da roça. Por isso, o que fizemos nesse espaço de pesquisa serviu também de subsídio para redimensionar a nossa prática de educadora popular.

Certamente esse trabalho produziu apenas uma forma de olhar e interpretar a pedagogia Sem Terra; e outras análises poderão dar continuidade ao que apresentamos. Porém, gostaríamos de frisar que, ao trabalharmos o tema, *Aprendizes da terra – a voz e a resistência do MST na Paraíba*, a nossa intenção foi buscar reconstruir a história e as práticas político-educativas do MST na Paraíba, tentando tão-somente compreender quem são os sem-terra na Paraíba, como eles se envolveram na luta pela terra e qual o significado pedagógico de participarem do MST; do mesmo modo que fomos analisando o papel da pedagogia do MST frente à construção de uma proposta de escolarização direcionada aos jovens e adultos do campo.

Olhar para esse movimento social e ver nele um sujeito que educa com a luta tem o mesmo significado das palavras dos Sem Terra: *o MST é uma grande escola*. Assim é que fomos entendendo que esse Movimento, com o seu jeito radi-

cal, vem não só quebrando as cercas do latifúndio, mas especialmente produzindo um novo jeito de intervenção na sociedade, o qual, ousadamente, busca resgatar e valorizar a cidadania do homem e da mulher do campo. Vejamos aqui algumas lições extraídas e que os desafios que esse sujeito de MST ainda tem de enfrentar.

Primeira lição: A contribuição do MST na luta e na organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo

Percebermos, nas falas dos Sem Terra, que o MST é o sujeito que *alerta*, que *tem tirado muitas pessoas da favela*, que *dá liberdade ao homem*, que *ajuda aos que estão fora ver que a terra tem valor*. Implica dizer que esse sujeito educativo produz gente, gente com um novo modo de ver a vida, com um novo jeito de ler a realidade. Essa dimensão pedagógica ficou muito marcada nos três últimos episódios, nos quais cada pessoa que o integra diz ter uma história que carrega para o resto da vida. Isso faz com que o sujeito Sem Terra, mesmo sob muito sofrimento, sob pressão dos capangas e jagunços, não desista da luta. Entretanto, a marca de sua trajetória pedagógica está em cada ação ou prática político-educativa (na ocupação, no acampamento, no assentamento, na mística etc.) e, em cada uma dessas ações, há uma pedagogia, um objetivo e um jeito de produzi-la.

Entretanto, sabemos que há muito caminho a trilhar, principalmente tratando-se de um Estado em que as oligarquias agrárias, além de deterem o poder da terra, detêm o poder político. Para tanto, achamos que o MST, para dar esse salto qualitativo em relação ao Estado, há de transformar-se num sujeito educativo articulado com outras frações de movimentos na sociedade, como é o caso do Movimento de Luta pela Moradia, com a própria Comissão Pastoral da Terra (cujas divergências de métodos há de ser superada), e de articular-se com os sindicatos rurais que, pela pressão do Estado, vêm perdendo sua força reivindicatória, enfim, com outras entidades que o vêm tomando como referência de luta.

Acreditamos que, nesse processo educativo, o MST na Paraíba também deve voltar-se para si mesmo. Há de investir em uma formação militante mais sistematizada (não a reduzindo a cursos esporádicos), pois, só assim, estaria qua-

lificando a luta e resolvendo o problema da formação de quadro que tanto apontou os dirigentes. Igualmente, deve investir (essa é uma exigência dos próprios assentados e assentadas), no acompanhamento das áreas. Como disse um deles: *o MST deveria passar em cada assentamento para olhar o que está acontecendo*. Entendemos que isso seria vital para estarem mais próximo de outras lutas, e para que eles não voltem a ser considerados os “coitadinhos”, agora de chapéu vermelho. É preciso que a pedagogia do exemplo, mencionada por dirigentes e lideranças, possa estar sendo mais exercitada dentro de cada área. Da mesma forma, acreditamos que somente esse acompanhamento poderia estar viabilizando o grande objetivo do Movimento, que é expandir-se para outras regiões do Estado, sendo necessário investir fortemente na pedagogia da luta.

Ainda com relação às questões mais internas, um outro fator que merece preocupação diz respeito ao trato dado à produção dos assentamentos. Embora o MST tenha investido na questão da cooperação como forma de desenvolvimento do campo, haveria de estar aprofundando e buscando formas de vivenciar melhor esse sistema de produção, uma vez que, como exemplificamos no quarto episódio, esse processo tem sido alvo de muitos problemas nas áreas de assentamento.

Como dissemos, sendo o Movimento muito dinâmico, é possível que, ao término desse trabalho, essas questões já tenham sido resolvidas e que outras já se apresentem. Porém, já somos cientes de que o que mais dificulta a vivência de uma pedagogia da organização e da formação coletiva é a diversidade de categorias de trabalhadores e trabalhadoras que esse Movimento aglutina (posseiros, arrendatários, assalariado rural, biscateiros, parceiros, pequenos agricultores e filhos de pequenos agricultores, bem como os excluídos da cidade). Isso faz com que compreendamos que não podemos nivelá-los, como se os traços culturais não fizessem a grande diferença. Embora sejam todos camponeses, a vivência das relações sociais de trabalho foi o que os marcou. Isto também se explica pelas suas relações de trabalho anteriores, pois, como foi sempre mandado, encontra, no espaço da cooperativa ou da associação, o lugar onde pode exercer aquilo que fizeram com ele, ou seja, o oprimido e o opressor ainda estão muito presentes. Mas, felizmente, *isso não ficará pro resto da vida*, diz uma militante de quase 60 anos que *enquanto houver forças haverei de lutar*.

Segunda lição: Garantir que a pedagogia Sem Terra se intensifique ainda mais

Como um desdobramento desse processo de qualificação da luta, refletir mais profundamente sobre suas pedagogias talvez possa ser uma tarefa para o MST nessa atual conjuntura. Transformar essas ações em materiais pedagógicos para ser trabalhado com os jovens e as crianças, parece-nos ser uma maneira de incentivo na continuidade da luta e a forma de garantir que essas pedagogias se aprimorem ainda mais. Dessa forma, o Movimento na Paraíba haveria de investir mais na relação teoria e prática, para que se tenha mais claro o potencial pedagógico de cada uma das ações vividas e contadas pelos Sem Terra no quarto episódio, trazendo sempre presente a pedagogia do exemplo, da luta, junto com a pedagogia da cultura. Esta última, principalmente, deve continuar investindo no potencial da música, da mística, dos gestos, dos símbolos. Mas há, como dizem os Sem Terra, que se *torar a cerca* e passar a valorizar, com mais intensidade, a cultura do campo (não essa cultura dos deserdados, rejeitados ou dos jecas como, historicamente, foi tratado o campesinato), as histórias de Trancoso, as brincadeiras, os jogos, as cantigas de roda, as festas, a religiosidade, os costumes, as vestimentas, enfim, uma cultura que leve em conta a criatividade individual e coletiva. Entretanto, é preciso encontrar espaço nas pedagogias, para se trabalhar mais fortemente o valor de cada ser humano, construindo espaços para melhor trabalhar as questões de gênero, etnia, raça etc. Merecendo destaque as questões de gênero, pois o papel da mulher nos assentamentos ainda é entendido como da procriadora, aquela *que têm que ficar com a família, cuidar das crianças e fazer o trabalho de casa e ainda ajudar na agricultura*.

Assim, construir esse ambiente educativo há de acontecer cotidianamente, nas relações entre famílias, dirigentes e militantes, para que a implementação dos princípios pedagógicos e filosóficos do Movimento sejam melhor vivenciados.

Nesse sentido, deve-se continuar investindo em ações que dêem visibilidade e demonstre o potencial educativo do MST, como o exemplo do acampamento da praça João Pessoa, em 2000, no centro da cidade de João Pessoa; quando, num gesto de demonstração de solidariedade, as famílias que ali estavam dividiram o seu jantar com todos os menores em situação de risco que viviam na praça.

Comida essa que já estava sendo doada por outras entidades. Naquele momento, não só eu, mas as pessoas presentes, sentiram a força educativa que tem esse povo, esta cultura organizativa, ou melhor, como são vividos os princípios e valores. Vimos assim, o maior patrimônio que o MST nos deixará como herança.

Terceira lição: Ter mais claro o papel da pedagogia escolar no processo de formação Sem Terra

O processo específico de ocupação ou luta por escola no MST da Paraíba ainda é muito recente. Talvez essa tarefa esteja apenas começando. Acreditamos ser o momento em que estão se firmando as parcerias, bem como está sendo trabalhada a formação do educador e de educadora, ou melhor, é um momento de conhecimento e compreensão da pedagogia escolar do Movimento. Isso é o que permite não ficar suficiente clara para as parcerias, nem para os sem-terra e nem para os educadores e educadoras, a importância política que o Movimento dá à educação; longe de ser aquela atribuída ao período do *ruralismo pedagógico* que colocava a educação como redentora do desenvolvimento ou instrumento capaz de sanar o analfabetismo, embora esse seja um dado preocupante. Com o MST, a educação é entendida como processo de formação humana, como parte do conjunto da luta pela reforma agrária. Pois, como já dissemos, a tarefa do MST não se reduz a lutar por terra, ele quer alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura e quer também, na mesma proporção, formar seres humanos críticos e criativos, capazes de modificar a sua própria história.

Assim é que estudar, para o MST, não significa, necessariamente, estar em uma escola preenchendo a cabeça de conteúdos. Muito mais que isso, é formar-se na troca de experiências com outros sujeitos, é beber da fonte do conhecimento das pessoas e livros como uma forma que vai ajudá-lo a redefinir a prática. É, antes de mais nada, estar capacitado para descobrir as respostas no enfrentamento da realidade.

Nessa perspectiva, pensar a escola do MST significa pensar o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção. Nessa tarefa de ocupação da escola, o Movimento luta para que essa escola assuma a identidade

do campo, que se vincule organicamente ao seu fazer. Sendo assim, não pode ser uma escola que apenas ensine a ler e a escrever. Há de ser uma escola pública, democrática e de qualidade, uma escola diferente, capaz de formar seres humanos conscientes, críticos e participativos. Há de ser uma escola que combine ensino e capacitação, ou seja, uma escola que contribua para a construção de novos saberes, mas que também forme política e tecnicamente os seus sujeitos.

Parece-se claro que o grande objetivo do MST, ao buscar democratizar a escola, é que ela se torne um espaço, não só de acesso, mas principalmente de direito aos sem-terra. Entretanto, talvez o que precise ser melhor esclarecido seja a dimensão da pedagogia Sem Terra, que inclui a escola como uma das suas práticas sociais. Isso nos parece ter gerado muita confusão, inclusive no próprio interior do MST e dos seus educadores e educadoras que, muitas vezes, a dimensionam como o lugar exclusivo de produção do saber.

Assim, para reforçar a definição de que ela não é só lugar de estudo, nem muito menos onde se vai apenas assistir aula, a escola deve ser melhor entendida como aquela que aglutina outras dimensões da vida. Por isso, deve-se reforçar, ainda mais, a vivência do tempo escola e tempo comunidade. Uma outra questão a ser compreendida é que a escola não acontece fora da vida dos assentados e assentadas, ela é esse processo de poder participar de uma marcha, poder organizar a cooperativa, poder participar de assembléia, poder participar de um curso, poder trabalhar na roça. Enfim, a escola deve caber na pedagogia do Movimento. Isso nos faz lembrar de Freire, que diz: “aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia”. (1997, p. 19)

É, finalmente, entender que a escola é mais que escola.

Quarta lição: lutar pela valorização dos educadores e educadoras, militantes e dirigentes

Com um olhar voltado para esse sujeito educativo, que é o Movimento, acreditamos que a valorização dos sujeitos dele participantes deve constituir um

grande desafio a ser enfrentado. Quando dizemos isso, estamos falando da luta pela sobrevivência de quem contribui com o processo de organicidade do Movimento, educadores e educadoras e dirigentes. O espírito de sacrifício é algo muito vislumbrado no papel do militante, entretanto, sem querer apresentar uma visão economicista da situação, o grau de sobrevivência é algo que tem determinado muitas vezes o descrédito na luta. Vimos muitos educadores e educadoras reclamarem, seja nos cursos de magistério seja nos cursos de formação, por não ter o mínimo para sobreviver.

Lógico que isso tudo tem uma relação direta com a falta de políticas públicas para a educação e para a agricultura. Mas, acreditamos, é uma grande tarefa do Movimento que está lutando pela humanização do sujeito, está buscando formas de valorizar os seus formadores, como alguém que também precisa vestir, comer, amar. Para que não se tornem os sem-nada, e para que o sonho de transformação e igualdade seja de todos e todas.

Enxergar todas essas dimensões e deixar para acrescentar-se mais algumas parece-nos ser a melhor forma de dizer que mesmo dentre tantos desafios e buscas, o MST foi o sujeito que também nos educou.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (et. al.) Participar-Pesquisar. In: *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BARRETO, Vera. As parcerias das ONGs com os governos. In: *Parceria na alfabetização de jovens e adultos*. São Paulo: RAAAB, julho de 1997 (Revista Alfabetização e Cidadania n.º 5).

BEISIEGEL, Celso de Rui. A política de educação de jovens e adultos no Brasil/ Dalila Andrade Oliveira (org.). In: *Gestão democrática da educação*. Petrópolis–RJ: Vozes, 1997.

BENJAMIN, César. (et. al.) *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BETTO, Frei. *Contraversões: civilização ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOBBIO, Norberto. (et. al.) *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.

BOGO, Ademar. Como melhorar a nossa Mística. In: *Mística: uma necessidade do trabalho popular e organizativo*. São Paulo: MST (Caderno de Formação nº 27), março 1998.

_____. Valores que deve cultivar um lutador do povo. In: *Valores de uma prática militante*. São Paulo: Secretaria da Consulta Popular. (Cartilha nº 09), fevereiro de 2000a.

_____. *O MST e a Cultura*. São Paulo: Setor de Cultura do MST. Veranópolis–RS: Peres/Itterra, (Caderno de Formação nº 34), 2000b.

CADERNOS CEDES. *Pesquisa participante e educação*, nº 12. São Paulo: Cortez, 1987.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. *Repensando os 500 anos*. João Pessoa: Idéia, 1994.

_____. (et. al.) *De Palmares a Canudos: em busca de nossas raízes*. João Pessoa: Idéia, 1995.

CALAZANS, Maria Julieta C. (et al.) Políticas educacionais: questões e contradições da educação rural no Brasil. In: *Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. (et al.) Para compreender a educação do Estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: *Educação e escola no campo*. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

CALDART, Roseli Salete. *Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras do MST*. Petrópolis–RJ: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis–RJ: Vozes, 2000.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990. Jonthien, Tailândia. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Brasília: UNICEF, 1990.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1997. *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos* (versão provisória). Hamburgo, Alemanha: ONU, 14 – 18 de julho de 1997.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1989.

CONSULTA POPULAR. *Valores de uma prática militante*. Cartilha nº 9, São Paulo: Secretaria Operativa da Consulta Popular, fevereiro, 2000.

CONTRIN, Gilberto. *História e consciência do mundo*. São Paulo: Saraiva, 1995.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez, 1995.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 1997.

DERMARTINI, Zélia de B. Fabri. (et. al.) Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice— Editora Revistas dos Tribunais, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1999a.

_____. (et. al.) *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999b:55-70. (Coleção por uma educação básica do campo nº 2).

_____. *Brasil: quantos anos você tem?* São Paulo: Anca-Associação Nacional de Cooperação Agrícola (3º Concurso Nacional para Estudantes do MST), 2000a

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis—RJ, 2000b.

FERREIRA, Aurélio B. Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Fronteira, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). História Oral: um inventário das diferenças. In: *Abordagem e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994a.

_____. (Org.). *História e oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim—Fundação Getúlio Vargas, 1994b.

_____. (et. al.) História oral e tempo presente. In: *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

FONSECA, Maria Tereza Lousa. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro? In: *O educador precisa ser educado*. São Paulo: UNICAMP: Cortez, Ano I n.º 01 setembro 1978. (Educação e Sociedade).

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Política e educação*. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. *Paulo Freire um educador do povo*. Veranópolis – RS: ITERRA, 2001.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo – SP: Moraes, 1980.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (et. al.) O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994.

GAMBOA, Silvio A. Sanchez. (et. al.) A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. (Org.) *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

GONÇALVES, Regina Célia. *Vidas no labirinto: mulheres e o trabalho artesanal – um estudo sobre as artesãs de Chã dos Pereira – Ingá/PB*. Dissertação de Mestrado em Sociologia-Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (160p.). João Pessoa, 1993 (Mimeo)

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

GORENDER, Jacob. (et. al.) Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora Universitária–UFRGS, 1994.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminho e descaminhos dos movimentos sociais*. Petrópolis–RJ: Vozes/ FASE, 1991.

_____. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora Universitária–UFRGS, 1994.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na educação de jovens e adultos. In: *Em Aberto*. Brasília: ano 11, n.º 56, out – dez. 1992.

_____. *A Educação de pessoas jovens e adultas e a Nova LDB*. São Paulo: CEDI, 1997.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revistas dos Tribunais, 1990.

LANDANDE, André (et. al.). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LANG, Alice B. da Silva. (et. al.) História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *I censo da reforma agrária do Brasil*. TODOROV, João Cláudio (Org.). Brasília: UNB, 1997.

JÚNIOR, Caio Prado. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEWIN, Helena. O adulto analfabeto na América Latina. In: *Alfabetização de adultos na América Latina*. Petrópolis/RJ: Vozes (Cadernos de Educação Popular nº 17), 1990.

LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro:Campus,1999.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo Cortez, 1985.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Eni Marisa Maia. A educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? In: *Em aberto*. Brasília: INEP, 1 n° (9): 27-33, setembro, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil-terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. *A Chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. (et. al.) A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: *A Reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis–RJ: Vozes, 1997.

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe. (Org.). *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1998.

MITSUE, Morissawa. *A história luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOREIRA, Emília. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. Emília Moreira, Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária–UFPB, 1997.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Normas gerais do MST*. São Paulo, julho, 1988.

_____. O que queremos com as escolas dos assentamentos. *Caderno de formação* nº 18. São Paulo: MST, 1991.

_____. *Documento Básico do MST*. São Paulo: Ed. Peres, 1995.

_____. Ligas Camponesas. *Coleção Fazendo a História nº 04*. São Paulo: MST-Setor educação, julho 1997.

_____. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. *Caderno de Formação* nº 27. São Paulo: MST, março/1998.

_____. *MST: 15 anos de lutas e conquistas*. São Paulo: MST, 1999.

_____. Os Compromissos do governo federal com os movimentos sociais do campo. *Caderno de Cooperação Agrícola* nº 9. São Paulo: MST – CONCRAB, julho/2000.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994 (Caminhos da História).

NETO, Luiz Bezerra. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas–SP: Autores Associados, 1999.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (et. al.). O Campo Brasileiro no final dos anos 80. In: *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora Universitária–UFRGS, 1994.

PAIVA, Vanilda P. Estado Popular: recolocando o problema. In: *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PELOSO, Ranulfo. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. Caderno de Formação nº 27. São Paulo: MST, 1998.

SALES, Ivandro (et. al.) *Canudos na Paraíba: luta por terra/desejo de vida*. João Pessoa, Editora Universitária–UFPB, 2000.

SAWAIA, Bader (Org.). Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis–RJ: Vozes, 1999.

_____. (Org.). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis–RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

STÉDILE, João Pedro (Coord.). A questão agrária e o socialismo. In: *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora Universitária–UFRGS, 1994.

_____. *Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997a. (espaço e debate)

_____. A Luta pela Reforma Agrária e o MST. In: *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis–RJ: Vozes, 1997b.

_____. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. João Pedro Stédile, Bernardo Fernandes Mançano. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio! *Texto Base para o 4º Congresso Nacional do MST*. São Paulo: MST, agosto 2000.

SOUZA, Cláudia Moraes de & MACHADO, Ana Cláudia. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. Zilda Márcia Gricoli Lokoi. (Coord.). São Paulo: Loyola, 1997.

THIOLLENT, Michel. *metodologia da pesquisa – Ação*. São Paulo: Cortez, 1994.

TRIVINÕS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, Rosa Maria. Cinco Reflexões sobre educação. In: *Revista alfabetização e cidadania*. São Paulo: RAAAB, ano II, V. 02, n.º 1, maio de 1995.

VAN DER POEL, Cornelis Joannes & Maria Salete. *Letramento de pessoas jovens e adultas na perspectiva sócio-histórica*. João Pessoa—PB: União, 1997.

WERTHEIN, Jorge (Org.). *Educação de adultos na América Latina*. Campinas—SP: Papyrus, 1985.

POEMA ELABORADO DURANTE O PROCESSO DE ENTREVISTA

REFORMA AGRÁRIA

“Pra mim a coisa tão clara.
Ai de nós desta terra,
Se não for a reforma agrária.
Reforma agrária é uma coisa que nasce do coração.
É que nós cultivamos a terra com nossa inspiração.
É dessa terra sagrada com nossa disposição
Que vem o nosso alimento,
Pra mesa do tubarão”.

(Mário – Poeta do Assentamento Oziel Pereira/Brejo/PB)